



**Relatório  
Nacional  
sobre os  
Direitos  
Humanos  
no Brasil**

2010



## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**JOÃO GRANDINO RODAS** ▪ Reitor

**HÉLIO NOGUEIRA DA CRUZ** ▪ Vice-Reitor

### **PRÓ-REITORIA DE CULTURA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

**Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda** ▪ Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária

**Prof. Dr. José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres** ▪ Pró-Reitor Adjunto de Extensão Universitária

**Profa. Dra. Marina Mitiyo Yamamoto** ▪ 2º Suplente da Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária

**Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão** ▪ Assessora Técnica de Gabinete

**José Clóvis de Medeiros Lima** ▪ Assessor Técnico de Gabinete

**Cecílio de Souza** ▪ Assistente Técnico do Gabinete

**Eduardo Alves** ▪ Assistente Técnico do Gabinete

**Juliana Costa** ▪ Diretora de Ação Cultural

**Sandra Lara** ▪ Diretora Acadêmica

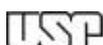
**Valdir Previde** ▪ Diretor Administrativo e Financeiro

### **NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA**

**SÉRGIO ADORNO** ▪ Coordenador Científico

**NANCY CARDIA** ▪ Coordenadora Adjunta

**MARIA FERNANDA TOURINHO PERES** ▪ Coordenadora de Pesquisa





<b>Agradecimentos</b> .....	<b>7</b>
<b>Prefácio</b> .....	<b>9</b>
<b>Brasil</b> .....	<b>14</b>
<b>Região Centro-Oeste</b> .....	<b>24</b>
DISTRITO FEDERAL .....	28
GOIÁS .....	44
MATO GROSSO .....	54
MATO GROSSO DO SUL .....	70
<b>Região Nordeste</b> .....	<b>84</b>
ALAGOAS .....	88
BAHIA .....	102
CEARÁ .....	116
MARANHÃO .....	128
PARAÍBA .....	142
PERNAMBUCO .....	154
PIAUI .....	170
RIO GRANDE DO NORTE .....	182
SERGIPE .....	194
<b>Região Norte</b> .....	<b>206</b>
ACRE .....	210
AMAPÁ .....	222
AMAZONAS .....	234
PARÁ .....	250
RONDÔNIA .....	268
RORAIMA .....	284
TOCANTINS .....	296
<b>Região Sudeste</b> .....	<b>310</b>
ESPÍRITO SANTO .....	314
MINAS GERAIS .....	328
RIO DE JANEIRO .....	344
SÃO PAULO .....	360
<b>Região Sul</b> .....	<b>376</b>
PARANÁ .....	380
RIO GRANDE DO SUL .....	396
SANTA CATARINA .....	410
<b>O Brasil no Sistema Internacional de Direitos Humanos</b> ..	<b>424</b>
<b>Nota metodológica</b> .....	<b>434</b>



O NEV/USP agradece o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que através do Programa Cepid/Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão apóia todo o trabalho e pesquisa, transferência e disseminação de conhecimento do NEV. Agradece igualmente o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para o desenvolvimento do INCT – Instituto Nacional de Ciência e Teconologia Democracia, Violência e Direitos Humanos.

Agradece também a Universidade de São Paulo que, através da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, não poupou esforços para a publicação deste Relatório.

O NEV-USP e a CTV agradecem às entidades, grupos e pessoas de diversos estados do país que enviaram dados e informações para a elaboração do 4º Relatório.

Agradecimentos especiais às equipes de pesquisadores das duas organizações que colaboraram na coleta, sistematização e análise das informações e na redação do relatório.



## **O 4º Relatório: dezesseis anos de consolidação da política de estado de direitos humanos e de monitoramento dos direitos humanos**

*in memoriam*

*Paulo de Mesquita Neto*

O 4º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil evidencia, mais uma vez, a contraditória situação dos direitos humanos no país. No final da década dos anos 2000, foram alcançados ganhos substantivos em termos de adoção de legislação, de formas de institucionalização de políticas públicas, de elaboração e implementação de programas, de ações das esferas governamentais e de crescente envolvimento das organizações da sociedade civil em todos esses avanços.

Porém, são ainda acentuadas as restrições e violações de direitos humanos em diversas áreas da sociedade brasileira, verificadas de forma particular nas diferentes regiões do território nacional. Essa persistência, constatada ao longo de décadas, não pode mais ser atribuída somente a fatores do legado da ditadura militar após a transição política. Mas seria ilusório acreditar que a eliminação das violações mais graves, ou pelo menos a sua drástica redução, ocorreria de forma automática com o advento da democracia e com mudanças sociais e econômicas que gradualmente se realizaram por meio de políticas governamentais setoriais.

Na elaboração deste 4º Relatório, não se perdeu de vista que a promoção e proteção dos direitos humanos é um processo contraditório, no qual tanto a sociedade civil como o Estado, qualquer que seja o governo no regime democrático, têm responsabilidades necessariamente compartilhadas. O Estado é o lugar mesmo da contradição entre o monopólio do uso legítimo da violência física, em cujo exercício seus agentes muitas vezes perpetram violações de direitos humanos, e sua outra face, a da obrigação de proteger os direitos humanos. Por causa dessa ambigüidade do Estado, está claro que a parceria entre o Estado e a sociedade civil jamais se tratou de um “contrato de confiança”, mas de um “pacto de desconfiança” em que a autonomia da sociedade civil é condição necessária. É uma parceria que se funda sobre princípios rígidos e irrenunciáveis, qualquer que seja a conjuntura política ou econômica do país. Não há política de direitos sem conflitos, dificuldades e diálogo, progressos e retrocessos. Nenhum país no mundo conseguiu realizar plenamente os direitos humanos ou o estado de direito, e a avaliação de sua implementação somente pode ocorrer à luz de sua evolução histórica em cada país. O que é inegável no Brasil é que através das duas administrações do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) completam-se no Brasil dezesseis anos de implementação e aprofundamento da política de estado dos direitos humanos.<sup>1</sup> Se há uma continuidade inegável entre os dois governos, essa se situa na política nacional de direitos humanos. Uma expressão dessa continuidade foi a retomada do processo de avaliação dos Programas Nacionais de Direitos Humanos, PNDH I, lançado em 1996 e o PNDH II, lançado em 2002. É relevante registrar que ambos os Programas foram realizados sob a coordenação do Núcleo de Estudos da Violência, NEV/USP, por solicitação do Ministério da Justiça, no primeiro caso, e da então Secretaria de Estado de Direitos Humanos, no segundo. Ambos os Programas foram preparados sob a coordenação de nosso saudoso colega Paulo de Mesquita Neto, a quem igualmente coube a preparação do 3º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos.<sup>2</sup>

1 Sendo igualmente de justiça registrar que o governo Itamar Franco (1992-1994) foi responsável pela participação do Brasil na Conferência Mundial dos Direitos Humanos (Viena, 1993) e pela implementação de várias recomendações construídas naquela conferência baseadas num diálogo com a sociedade civil.

2 3º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil 2002-2005. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. v. 1. 581 p.

O conceito mesmo de planos de ação de direitos humanos, formulado na Declaração e Programa de Direitos Humanos da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), de certo modo completa o que não estava claro nos textos fundadores da ONU e permite clarificar o objetivo da preparação deste 4º Relatório: que a realização dos direitos humanos depende dos governos e da sociedade civil de cada país empreenderem iniciativas e ações que possam trazer mudanças significativas e concretas para a vida das pessoas. Pela primeira vez, entretanto, no quase meio século depois da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, os direitos humanos foram assumidos como política oficial dos governos, apesar de um contexto social e político do fim de século XX extremamente adverso para a maioria dos estados membros.

A grande inovação é que (a partir de Viena, 1993) as mudanças em direitos humanos finalmente se tornavam elementos de políticas públicas, o que requeria análise, avaliações concretas de situações e definição e monitoramento de programas – aliás, o que exatamente visamos fazer nesses relatórios nacionais. Ficava também claro que seriam necessárias, como em qualquer política pública, mudanças correlatas que permitissem progressos na proteção dos direitos humanos, como educação e capacitação dos profissionais, órgãos públicos imparciais, independentes e eficazes, e uma lógica de continuidade de planejamento.

Os planos de ação de direitos humanos requeriam a implementação de políticas nas áreas de serviços públicos como saúde, educação, habitação e previdência social, com ênfase especial no acesso a esses programas pelos grupos mais vulneráveis da população – os quais constituem maioria nas nações do hemisfério sul. Na formulação dos planos de ação era essencial não perder a noção de processo e por se querer indicar essa dinâmica os planos no Brasil passaram a se chamar programa, o que também aumentava o comprometimento do Estado na implementação dos princípios e diretrizes apontados nesses documentos.<sup>3</sup> Nesse sentido, a democracia, que a Conferência de Viena indicava como um dos pressupostos para a realização dos direitos humanos, é a forma política de governo que melhores condições oferece para que a sociedade controle o monopólio do exercício legítimo da violência física, avalie o bom ou mau funcionamento das instituições públicas e monitore com independência e transparência as violações de direitos humanos de toda natureza.

Em 2008, o ministro Paulo Vannuchi lançou um processo de revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos, em uma demonstração de que os direitos humanos haviam se consolidado como política de estado, concluindo um completo balanço conjunto das políticas implementadas nos dois primeiros programas durante o governo Fernando Henrique Cardoso<sup>4</sup> e no governo Luis Inácio Lula da Silva.<sup>5</sup> Depois, levou à frente e aprofundou a participação da sociedade civil realizando em cada um dos estados federados conferências de intensos debates e contribuições e uma conferência nacional, das quais resultou o PNDH 3<sup>6</sup>, lançado em dezembro de 2009.

Entre as várias iniciativas inovadoras desse Programa foi proposta a preparação de um projeto de comissão verdade, no bojo do processo desencadeado pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado brasileiro pelas graves violações de direitos humanos cometidas na ditadura militar, pela Lei 9.140/95 promulgada pelo governo Cardoso, criando a Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos e conceden-

3 O autor dessa sugestão foi José Gregori, então chefe de gabinete do Ministro da Justiça, Nelson Jobim, justamente com aquela fundamentação. Confesso que no início não gostei dessa mudança, mas com os anos me dei conta que a alteração fora providencial.

4 Ver Pinheiro, P. S. O governo Fernando Henrique Cardoso e os Direitos Humanos : 401-423, in D’Incao, Maria Angela d’Incao e Martins, Hermínio. Democracia, crise e reforma. São Paulo , Editora Paz e Terra, 2010, 523 p.

5 Tal balanço está disponível no seguinte website: [http://www.mj.gov.br/sedh/pndh/subs\\_conf.pdf](http://www.mj.gov.br/sedh/pndh/subs_conf.pdf).

6 Ver o PNDH 3 em <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>.

---

do reparações a seus familiares. Prática inédita na publicação de documentos oficiais, a nova edição do Programa publica na íntegra as duas edições anteriores.<sup>7</sup> O PNDH3 é contemporâneo do primeiro plano de ação de direitos humanos na China e do segundo na Suécia.

Mas qual é a situação dos direitos humanos hoje no Brasil, apresentada neste 4º Relatório? Não há nenhuma dúvida que o fato do governo federal regularmente se referir à gramática dos direitos humanos contribuiu para que a sociedade civil se mobilizasse e reivindicasse a realização dos direitos humanos. As inovações em termos de políticas sociais emergenciais também tiveram grande repercussão, assim como políticas públicas postas em prática por outros ministérios e governos estaduais tiveram impacto positivo na implementação dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Ainda que o país ainda tenha uma das mais altas taxas de desigualdade do mundo, enquanto essas desigualdades de rendas se agravaram na maioria dos países de renda média, no Brasil houve avanços tanto na redução da pobreza quanto na distribuição de renda. Segundo os indicadores do Banco Mundial, a taxa de pobreza do Brasil caiu de 41% no início da década de 1990 para entre 33% e 34 % em 1995. Depois de se manter nesse nível até 2003, a taxa de pobreza apresentou declínio constante, caindo para 25,6% em 2006. A redução do número de pessoas vivendo na pobreza se acompanhou de um declínio na desigualdade de renda. Em outros indicadores sociais houve igualmente avanços: a taxa de mortalidade infantil passou de 56 para 22 em cada mil entre 1990 e 2008; foi registrada uma rápida redução nos índices de trabalho infantil e aumentaram os níveis de frequência escolar.<sup>8</sup> Dados recentes sobre o Bolsa-Família revelam que um milhão de beneficiários do programa foram alfabetizados em 2006 e 2007 e que o número de pessoas registradas em programas de alfabetização aumentou 12%.<sup>9</sup> Houve ainda investimentos e esforços concretos nas áreas sob responsabilidade direta da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, como, por exemplo, o direito à memória e verdade, o combate ao tráfico de pessoas, os direitos das crianças e adolescente, a luta contra a tortura, e o trabalho dos diversos conselhos de direitos.

Grande parte da continuidade das violações de direitos humanos decorre das dificuldades de o Estado federal assegurar em cada estado os direitos garantidos pelas convenções internacionais e pelas normas internas que o Brasil adotou. Entre os direitos que o Estado não tem tido condições de proteger efetivamente estão o direito à vida e os direitos das vítimas, ainda que as taxas de homicídio tenham experimentado no período recente uma acentuada queda. Sem muito exagero, pode-se afirmar que o Estado brasileiro não controla completamente largos territórios dominados pelo crime organizado, como são algumas favelas do Rio de Janeiro, zonas periféricas da cidade de São Paulo e grande parte das fronteiras nas regiões Centro Oeste e Norte dominadas por traficantes de droga associados a agentes do Estado através da corrupção.

Restam ainda obstáculos estruturais para assegurar a implementação efetiva de uma política de direitos humanos bem definida. Ao término da presente década, um passo importante não pode ser dado: aquele das reformas institucionais, como a da polícia, cuja estrutura definida pela ditadura militar persiste, e a do poder judiciário, cuja modernização tecnológica não foi capaz de suprir a seletividade e lentidão do sistema.

---

7 Para uma comparação dos três Programas e uma análise da repercussão do PNDH 3 no debate público ver ADORNO, Sérgio (2010). História e Desventura: o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos . Novos Estudos, 86:5-20.

8 Ver Correa , Alessandra, Bird vê avanços dramáticos em redução da pobreza no Brasil , BBC Brasil, in [bbc.co.uk/.../100420\\_bird\\_br](http://bbc.co.uk/.../100420_bird_br); Loudiyi, Ihsane, Brazil Still on the Fast Track for Growth , in [blogs.worldbank.org/growth/print/8701](http://blogs.worldbank.org/growth/print/8701).

9 Ver <http://blogs.worldbank.org/growth/category/topics/poverty-reduction?page=1e>



---

Os direitos humanos, apesar da grande ênfase dada pelos Presidentes F.H.Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva para sua promoção e proteção, continuam a não ser percebidos pela maioria dos políticos em todas as esferas da representação como um tema de interesse e alcance universal. As reações violentas e desinformadas que acolheram na chamada classe política o PNDH3 foram uma demonstração clara dessa resistência, ainda que nunca no período em questão se tenha discutido tanto os direitos humanos. Parece que muitos políticos temem que o apoio aberto à promoção e proteção dos direitos humanos possa significar um enfraquecimento de suas posições conservadoras nas campanhas eleitorais, ou ainda a extensão de direitos, muitas vezes considerados privilégios, a parcelas da população que, segundo eles, não se enquadrariam na categoria de “cidadãos de bem”.

Assim, no que diz respeito aos direitos humanos, persiste no final da década um "chiaroscuro" com um engajamento formal dos governos estaduais, que se traduz em algumas iniciativas positivas, combinado com a persistência de graves violações de direitos humanos. Caminhou-se no sentido de debelar a impunidade, mas o funcionamento da justiça na apuração e processamento de casos de violações de direitos humanos continua lenta. Ainda que, como vimos, houvesse progressos importantes nas políticas públicas, na legislação, no judiciário e ministério público federais, nos executivos e instituições dos estados (uns mais do que muitos outros), na implementação das garantias de direitos humanos.

Neste 4º Relatório, as avaliações da situação dos direitos humanos no Brasil focalizam alguns aspectos da realidade brasileira que continuam a apresentar carências – distribuição de renda, funcionamento do sistema de justiça, violência, sistema prisional, adolescentes em conflito com a lei, mulheres e discriminação racial dos afro-descendentes e povos indígenas. Cronicamente, nos últimos dezesseis anos, a sociedade brasileira, como nona economia industrial mundial, continua a apresentar déficits consideráveis em relação à garantia dos direitos fundamentais para largas parcelas da população, muito particularmente para os pobres, afro-descendentes, mulheres, crianças e adolescentes, como vem sendo reiterado há mais de vinte anos pelo Núcleo de Estudos da Violência e pela Comissão Teotônio Vilela.

Os dados apresentados neste 4º Relatório demonstram inequivocamente que esforços muito maiores devem ser feitos para se debelar as gravíssimas desigualdades sociais que mantêm parcelas expressivas da população vivendo em condições sub-humanas.

Em várias sub-regiões e estados, as condições econômicas favoráveis e as políticas de transferência de renda ajudaram a tirar milhões de pessoas da pobreza, políticas que apoiamos e consideramos plenamente justificadas pelo caráter emergencial das condições de vida dos brasileiros em pobreza extrema. Entretanto, os números relativos aos ganhos de renda das famílias, levando-se em conta o coeficiente Gini, continuam a revelar que ainda é colossal o abismo entre os ricos e pobres no país, particularmente se considerados os dramáticos contrastes entre as condições de vida, a renda e o acesso aos direitos dos brancos e dos afro-descendentes. De igual modo, como demonstra o 4º Relatório, muitos estados brasileiros apresentam déficits consideráveis de atenção à saúde e à educação da população, com pouco acesso à justiça, onde graves violações de direitos humanos continuando a ser praticadas nas ações policiais e nas prisões.

O monitoramento que vem sendo feito pelos Relatórios Nacionais sobre Direitos Humanos desde o final dos anos 1990 mostra de forma inquestionável que os compromissos dos governantes com os direitos dos cidadãos ainda se encontram muitas vezes imersos em formulações abstratas, pouco correspondendo a sua implementação efetiva. O 4º Relatório reconhece a relevância das iniciativas para a proteção dos direitos humanos, mas aponta que muitas delas são lançadas sem levar em conta as condições necessárias para sua realização e muitas vezes sem a alocação de recursos suficientes e bem definidos.

---

Este 4º Relatório certamente se beneficia de uma melhora no acesso aos dados, quando comparado ao acesso para a produção do 1º Relatório em 1999, ainda que em relação a vários conjuntos de direitos e grupos específicos (como por exemplo, os portadores de necessidades especiais e grupo GLBT) estes continuem a serem precários. O 4º Relatório oferece um levantamento claro e ampliado sobre a situação dos direitos humanos por estado da federação e, se comparado aos relatórios anteriores, consolida uma melhor leitura das informações desagregadas, tornando acessível às autoridades governamentais e às organizações da sociedade civil estabelecer metas e objetivos precisos, de forma a garantir que avanços substantivos realizados na implementação dos direitos humanos sejam consolidados.

Uma Introdução geral sobre o Brasil identifica aqui os principais avanços e obstáculos à proteção e promoção aos direitos humanos no Brasil, bem como estabelece as linhas básicas de continuidade ou de mudança em relação à situação apresentada nos relatórios anteriores. Os estados estão agrupados por região e, antes de serem apresentados os dados sobre cada um deles, é feita uma pequena condensação de informações regionais com o objetivo de permitir algumas comparações sobre o desempenho que os estados apresentam em relação uns aos outros.

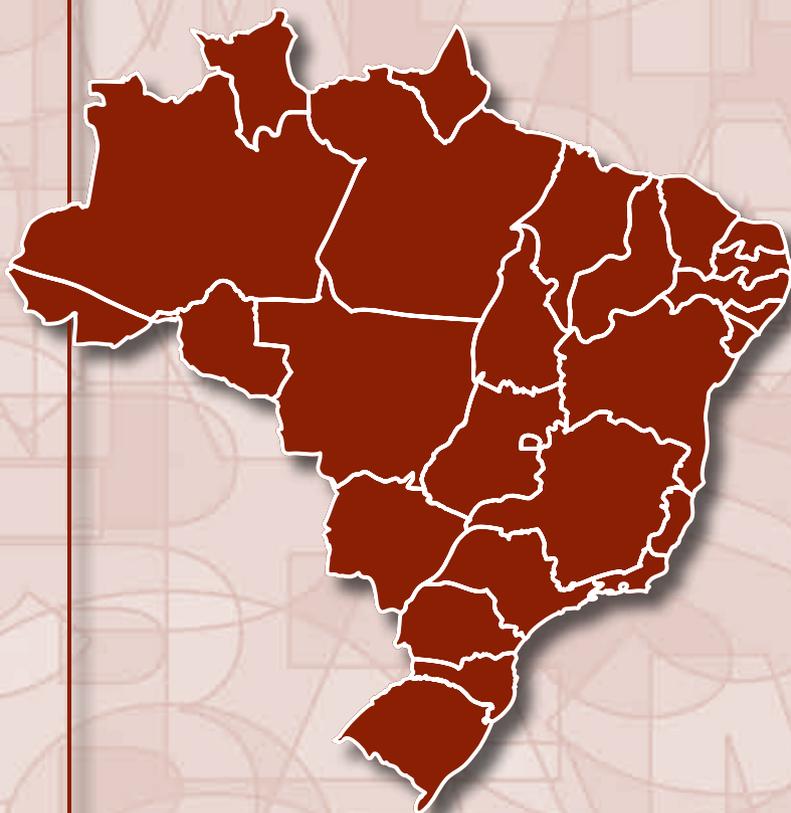
Desde o 3º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil tem-se procurado, além de monitorar os direitos civis e políticos, ampliar as informações sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Parte deste esforço somente foi possível em razão do aperfeiçoamento e ampliação de dados disponíveis sobre estes direitos, desagregados pelos estados da federação.

As equipes do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) e da Comissão Teotônio Vilela (CTV) buscaram incansavelmente junto aos órgãos do governo federal, aos governos estaduais e junto às organizações da sociedade civil informações sobre a situação geral dos direitos humanos bem como sobre temas específicos. Deve-se mencionar que foi bastante limitado o envio de dados por parte daqueles órgãos. No entanto, é necessário reconhecer que, a cada Relatório, tem havido nos governos e na sociedade um avanço na produção de dados, especialmente de âmbito nacional, e na sua publicação e acessibilidade, principalmente por meios eletrônicos - ainda que estejamos muito longe de ter tais dados produzidos com regularidade e qualidade ao longo do tempo. As informações foram coletadas principalmente ao longo de 2008 e trabalhadas para a produção deste Relatório durante o ano de 2009.

O 4º Relatório preserva seu objetivo de ser um instrumento independente e objetivo de monitoramento da situação dos direitos humanos no Brasil. Desde o Primeiro Relatório, lançado em 1999, tem-se buscado aperfeiçoar a metodologia desse monitoramento, ampliando e diversificando as fontes de informação. A sistematização destas informações, através de uma mesma metodologia, permitiu a produção de séries históricas que atualmente começam a tornar possível visualizar, de maneira contextualizada, o monitoramento da situação dos direitos ao longo do tempo, tanto nacionalmente, como também pelas regiões e estados. Porque a luta pelos direitos humanos é uma viagem pelo tempo sem ponto final.

*Paulo Sérgio Pinheiro*

# BRASIL





**A**presentamos em seguida um conjunto de informações básicas para a avaliação da situação dos direitos humanos no Brasil. Essas informações estão organizadas por temas e estão presentes na apresentação das regiões e de cada estado.

## ■ População e Renda

Em 2006, o Brasil possui uma população estimada de 187.288.000 habitantes. A maior parte da população brasileira está concentrada na região sudeste, 42,6%. O Centro-Oeste é a região com a menor parcela da população do país, 7,1%. A distribuição da população entre os estados também é bastante desigual, variando de 22%, em São Paulo, a 0,2%, no Amapá.

O PIB do Brasil em 2006 é de 2,332 trilhões de Reais, distribuídos da seguinte forma: 56,6% na região sudeste; 16,6% na região sul; 13,1% na região nordeste; 8,8% na região centro-oeste; e 4,9% na região norte. A participação dos estados na formação do PIB nacional variou de 33%, em São Paulo a 0,1%, em Roraima.<sup>10</sup>

Em relação a 2004, o PIB brasileiro cresceu 18,1%. Neste período, as regiões norte, nordeste e sul diminuíram sua participação no PIB nacional e as regiões sudeste e centro-oeste aumentaram. Entre os estados, a maior variação positiva foi no Distrito Federal que passou de 2,5% (2004) para 3,7% (2006) e a maior variação negativa foi no Rio Grande do Sul que caiu de 8,1% (2004) para 6,7% (2006).

Em 2006, o Índice Gini<sup>11</sup> do Brasil é de 0,547, o que posiciona o Brasil entre os países de maior desigualdade do mundo. Internamente, a região Norte é a menos desigual (0,508) e a Centro-Oeste a de maior desigualdade (0,558). Entre os estados, a desigualdade era menor no Amapá (0,448) e a maior no Piauí (0,607).

O Índice Gini brasileiro era, em 2004, 0,555. Quando comparado àquele ano, o Brasil está um pouco menos desigual. Neste período, a única região que não diminuiu a desigualdade foi a Centro-Oeste, onde o índice subiu de 0,548 para 0,558. A região onde a queda foi maior é a Sul, de 0,552 para 0,510. Entre os estados, 11 apresentaram aumento na desigualdade, estando a maior parte deles nas regiões Nordeste (Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe) e Centro-Oeste (Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). A maior queda no índice Gini é observada no Amapá, onde caiu de 0,542 para 0,448, e a maior alta está em Roraima, onde sobre de 0,496 para 0,560.

O grupo dos 10% mais pobres detém, em 2006, apenas 1% da renda mensal do Brasil, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentra 44,4%<sup>12</sup>. Regionalmente, a diferença entre a renda mensal dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres é maior no Nordeste (47,6% e 0,8%) e menor no Sul (40,7% e 1,4%). Alagoas (52,7%), e Maranhão (52,5%) e Piauí (52,2%), são os estados onde os 10% mais ricos mais concentram a renda mensal e Ceará (0,7%), Maranhão (0,7%) e Pernambuco (0,9%) são onde os 10% mais pobres menos dela participam.

10 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

11 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas e domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

12 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)



No Brasil, 52,3%, das famílias possuem rendimento per capita de até um salário-mínimo, enquanto apenas 5,7% têm rendimento per capita acima de cinco salários. A região Nordeste é a que concentra o maior número destas famílias, 73%, e a região Sul é a que possui o menor número delas, 41,6%. Entre os estados, Alagoas (78,3%) e Maranhão (76,6%) são os que possuem o maior número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo e o Distrito Federal (34,2%) e Santa Catarina (34,3%) são os que possuem o menor número delas.<sup>13</sup>

Quando se observam os dados de 2004, nota-se que o número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo caiu de 53,7% para 52,3% (variação de 2,5%). Houve também aumento do número de famílias com rendimento superior a cinco salários-mínimos, passando de 4,9% (2004) para 5,7% (2009), variação de 16,8%.

Entre 2004 e 2006, o número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo permaneceu praticamente estável nas regiões Norte (+0,1%) e Sul (-0,2%), apresentou pequena alta na região Centro-Oeste (+0,4) e caiu nas regiões Nordeste (-0,7%) e Sudeste (-2,5%). O número de famílias com rendimento per capita acima de cinco salários-mínimos subiu em todas as regiões, crescimento que variou de 5,5% na região Sul a 18% na Sudeste.

Dezesseis estados apresentam queda no número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo, o Acre (-9,3%) foi quem teve a maior queda. Mato Grosso é o estado em que houve a maior alta no número das famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo (+9,1%).

Dezoito estados apresentaram aumento no número de famílias com rendimento per capita acima de cinco salários-mínimos. Alagoas foi o estado onde houve a maior alta (74,5%). Entre os estados que não apresentaram alta no número destas famílias estão Tocantins (-12%), Amapá (-9,1%), Piauí (-8,8%), Goiás (-6,2%), Mato Grosso (-5,7%), Espírito Santo (-4,7%) e Mato Grosso do Sul (-1,2%).

Dados como o Gini, 10% mais ricos e pobres e o número de famílias com rendimento per capita superior a um salário-mínimo mostram que houve pequena melhora na distribuição das riquezas no país. A conjuntura internacional que, desde o início dos anos 2000, foi favorável ao crescimento econômico do país e à expansão dos diferentes programas de transferência de renda são algumas das explicações possíveis para este avanço.

Contudo, apesar desta melhora, a desigualdade e a concentração de renda persistem como um grave problema. O Brasil, com o coeficiente Gini de 0,547, continua a figurar entre os países com a maior desigualdade do mundo. Países desenvolvidos como França, Suécia, Alemanha possuem índices entre 0,25 e 0,40.

## ■ Justiça

Em 2006, as despesas públicas com a justiça correspondem, em média, a 4,7% dos orçamentos estaduais<sup>14</sup>. Os estados onde a justiça tem maior participação no orçamento são Rondônia (6,8%), Mato Grosso (6,7%) e Rio Grande do Sul (6,6%) e os que têm menor participação são Ceará (2,9%), Tocantins (3,4%) e Amazonas (3,5%).

Em 2004, as despesas públicas com a justiça eram, em média, de 4,9% dos orçamentos estaduais.

13 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006  
(<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

14 Os valores relativos ao DF não foram computados na apuração da média em razão de suas despesas serem suportadas pelo orçamento da união.



Houve, portanto, uma queda. Neste mesmo período, houve a redução da participação da justiça nos orçamentos de dezoito estados. As maiores retrações foram no Maranhão, -30,6%, e no Ceará, -23,2%. Em sentido oposto, está Tocantins, o estado onde a participação da justiça no orçamento estadual mais cresceu no período, +21,4%.

Em 2007, o número de juízes para cada 100 mil habitantes era de 6,0. O Nordeste é a região onde esta relação é menor 5,5 e a região Centro-oeste, onde é maior, 8,8. Entre os estados, Pará (4), Alagoas (4,1), Bahia (4,3), Maranhão (4,3) e Ceará (4,5) são os que têm o menor número de juízes por 100 mil habitantes e Espírito Santo (12,8), Amapá (11,6) e Brasília (11,6) os que têm maior número.

Quando comparado com 2004, o número de juízes por 100 mil habitantes subiu, passando de 5,4 para 6,0. A relação de juízes por habitantes aumentou em todas as regiões, exceto na Norte, onde caiu de 8,1 para 7,9. A região onde esta relação apresentou maior aumento foi a Sudeste, passou de 6,2 para 7,4.

Entre os estados, dez apresentam queda na proporção de juízes por habitantes. Destes, cinco estão na região Norte (Acre, Amapá, Pará, Roraima e Tocantins) e quatro na Nordeste (Alagoas, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte). Os estados que apresentam a maiores reduções foram o Acre (-15,7%) e Tocantins (-14%). São Paulo (+37,2%) e Espírito Santo (+21,9%) são os que apresentam as maiores altas.

Em 2007, a taxa média nacional de congestionamento das justiças estaduais é de 80,5% na primeira instância<sup>15</sup>. A região com a maior taxa de congestionamento é o Nordeste, 85,4%, e com a menor, a Sul, 74,8%. Os estados com as maiores taxas de congestionamento são Maranhão (92,7%), Alagoas (92,4%) e Pernambuco (91,7%). Rondônia é o estado que possui a menor taxa de congestionamento, 34,5%.

Em 2004, a taxa média de congestionamento das justiças estaduais na primeira instância era de 80,7%. Comparada a 2007, esta taxa permaneceu praticamente estável, caindo em três regiões (Sul, -8,0%; Norte, -5,9% e Centro-Oeste, -0,5%) e subindo em duas (Sudeste, +2,3% e Nordeste, +1,7%).

As taxas de congestionamento na primeira instância das justiças estaduais são, ainda, extremamente altas na maioria dos estados brasileiros. Por outro lado, percebe-se que, no período, houve algum avanço. Dos 24 estados para os quais havia informações disponíveis para 2004, 17 apresentaram, em 2007, redução na taxa de congestionamento. Tocantins (-33,2%), Acre (-21,8%) e Sergipe (-18,2%) foram os que apresentaram as maiores quedas. Entre os estados que apresentam tendência contrária, o Maranhão (+12,9%) e o Piauí (+11,7%) são os que sofreram as maiores altas em suas taxas de congestionamento.

O acesso às informações da justiça é outro avanço registrado em 2007. Diferentemente de 2004, onde havia lacunas nas informações relacionadas à justiça em sete estados, em 2007 todos os estados enviaram informações ao Conselho Nacional de Justiça. Ter informações amplas e detalhadas sobre todos os estados ajudam acompanhar com mais precisão a situação do judiciário no Brasil.

A Defensoria Pública tem por função prestar assistência jurídica integral e gratuita à população. No Brasil, onde 52,3% das famílias brasileiras tem renda igual ou menor a um salário-mínimo, os custos com a justiça são altos para esta grande parcela da população. Neste contexto, ter acesso à Defensoria Pública seria uma das formas para se promover um acesso um pouco menos desigual à justiça.

Contudo, quando se considera o número de defensores públicos no Brasil observa-se que não apenas são poucos, como também estão desigualmente distribuídos. Em 2007, o Brasil possui 1,9 defensor público para cada 100 mil habitantes. A região Norte é aquela que tem maior relação entre número de defensores por 100 mil habitantes (3,4) e a região sul a que possui a menor relação (1,0). Entre os estados brasileiros, o Amapá

15 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006



é o que possui a maior relação de defensores por 100 mil habitantes (15,4) e São Paulo, o que possui a menor relação (0,2). Os estados de Goiás, Paraná e Santa Catarina ainda não possuem defensores públicos.

O precário funcionamento do sistema de justiça no Brasil dificulta o exercício e a proteção de direitos. Fato que se demonstra pela elevada taxa de congestionamento na primeira instância. Apenas 20% da demanda presente na primeira instância tem sido anualmente julgada. Entre 2004 e 2007, esta taxa permaneceu praticamente estável, apesar do pequeno aumento no número de juízes. Entre os fatores que podem ter colaborado para manutenção desta alta taxa de congestionamento está a redução nos investimentos dos governos estaduais na justiça que, no período, caiu 2,5%.

O país possui um elevado custo para acessar a justiça, principalmente quando se considera o número de famílias que vivem com rendimento per capita de até um salário-mínimo (52,3%). Por um lado, a dificuldade que grande parcela da população encontra para acessar a justiça colabora para não congestionar ainda mais o sistema. Contudo, por outro lado, o precário funcionamento da justiça aprofunda as desigualdades sociais, principalmente quando o número de defensores públicos, como apontamos acima, é insuficiente para garantir o acesso à justiça e a proteção de direitos para uma ampla maioria da população.

A morosidade, o alto custo e o alheamento de amplas parcelas da população da justiça são alguns fatores que têm colaborado para a distribuição desigual da justiça, debilitando a crença nas instituições e reforçando o sentimento de impunidade entre a população.

## ■ Homicídios e Crimes Violentos

Em 2006, a taxa de homicídios no Brasil é 26,3 por 100 mil habitantes<sup>16</sup>. Entre as regiões, a Centro-Oeste é que possui a maior taxa (28,1) e a Sul a que possui a menor (21,0). Alagoas (53,0), Pernambuco (52,6) e Espírito Santo (50,9) são os estados com as maiores taxas de homicídio e Santa Catarina (11,1), Piauí (13,8) e Rio Grande do Norte (14,9) os de menores taxas.

Em relação a 2004, a taxa nacional de homicídios caiu 2,7%, variando, entre as regiões, de -16,7% na região sudeste a +20,1% na região nordeste. Entre os estados, São Paulo (-30,3%) e Distrito Federal (-11,1%) foram os que apresentaram as maiores quedas e Alagoas (+50,9) e Bahia (+41,3) os que apresentaram as maiores altas.

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ)<sup>17</sup> apontam que, em 2005, ocorreram 903.773 crimes violentos contra o patrimônio<sup>18</sup> no país. A região Sudeste, sozinha, respondia por 53,2% destes crimes. São Paulo (33,3%) e Rio de Janeiro (12,6%) eram os estados com os maiores números de crimes violentos contra o patrimônio e Rondônia (0,1%), Amapá (0,2%) e Tocantins (0,2%) os com os menores.

Os crimes violentos contra o patrimônio cresceram 3,4% entre 2004 e 2005. Neste período, a maior alta foi na região Nordeste (15,4%) e a maior queda na região Sudeste (-2,2%). Mato Grosso foi o estado onde os crimes violentos contra o patrimônio mais cresceram (+109,1%) e Santa Catarina onde mais diminuíram (-17,6%).

16 Os EUA apresentavam, em 2007, a taxa de 5,2 homicídios (<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/homicide.html>); na Europa, a Espanha tinha taxa média de homicídios entre 2005 e 2007 de 1,2; França 1,46; Bélgica 2,04. Dados acessíveis (06/082010) <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/crime/documents/homicide.pdf>

17 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

18 Roubos e extorsões mediante seqüestro



## ■ Violência Policial

Apesar de a violência policial ser um grave problema no Brasil, não existem informações sistematizadas sobre estas violações. Mesmo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que reúne boa parte das informações sobre a área, não conta com a colaboração dos estados no repasse de dados que permitam uma visão nacional do problema. Além disso, as ouvidorias de polícia, que também deveriam coletar e organizar tais informações, com vistas ao controle externo da polícia, por diversos motivos, não conseguem cumprir essa obrigação.

Apesar das limitações da fonte, uma das maneiras encontradas para monitorar os casos de violência policial é através da imprensa. Segundo o Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações de Direitos Humanos do Núcleo de Estudos da Violência, no período de 2005-2007, foram registradas 2080 mortes causadas pela polícia no estado de São Paulo.

Outra fonte tem sido os relatórios produzidos pelas organizações de direitos humanos. Neste período, um dos mais importantes foi o de Philip Alston, Relator Especial da ONU para Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, que constatou 1330 pessoas mortas pela polícia no Rio de Janeiro em 2007, o que correspondia a 18% dos homicídios no Estado<sup>19</sup>.

Uma das formas mais importantes nos regimes democráticos de controle da violência policial é a existência de ouvidorias para receber denúncias e acompanhar as investigações de casos envolvendo irregularidades nas atividades policiais. Até 2007, 14 estados tinham ouvidorias.

Não obstante a relevância do controle externo das polícias, a criação das ouvidorias tem sido, nos últimos anos, bastante lenta no Brasil. No período coberto pelo 3º Relatório (2002-2004) tinham sido criadas apenas três novas ouvidorias Goiás, Santa Catarina e Bahia). Entre 2005 e 2007 houve apenas a criação de uma única ouvidoria, a do Ceará.

Boa parte das ouvidorias, no entanto, apresenta uma série de limitações que prejudicam a realização de suas tarefas: são instrumentos políticos dos governadores ou secretários, não dispendo de autonomia de funcionamento e de recursos; a nomeação de ouvidores segue muitas vezes critérios políticos; sua abrangência concentra-se nas capitais; ainda que tenham atribuições formais amplas, restringem-se a receber denúncias e burocraticamente encaminhá-las aos órgãos policiais com pouco acompanhamento dos casos; não possuem procedimentos regulares que permitam uma sistematização de informações e uma contribuição mais efetiva para a "accountability" no interior das instituições policiais.

Cabe ressaltar que as ouvidorias que apresentam um melhor desempenho no sentido de monitorar as atividades policiais e contribuir decisivamente para a redução da violência policial são aquelas que possuem a participação da sociedade civil, tanto no processo de escolha do ouvidor, como no encaminhamento de denúncias ou ainda no seguimento dos casos.

## ■ Sistema Prisional

Há 422.373 pessoas encarceradas no Brasil em 2007<sup>20</sup>. A região Sudeste é a que possui a maior

19 ALSTON, Philip (2008). Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions. Mission to Brazil. Human Rights Council Eleventh Session. United Nations Organization.

20 O Brasil possui a quarta maior população encarcerada do mundo, atrás apenas dos EUA, China, Rússia. Fonte: International Centre for Prison Studies, disponível em: [http://www.kcl.ac.uk/depsta/law/research/icps/worldbrief/wpb\\_stats.php?area=all&category=wb\\_poptotal](http://www.kcl.ac.uk/depsta/law/research/icps/worldbrief/wpb_stats.php?area=all&category=wb_poptotal)



concentração de presos (53,2%) e a Norte, a menor (6%). Entre os estados, São Paulo é o que possui o maior número de presos (36%) e Roraima o menor (0,3%).

A relação entre o número de presos e o total de vagas disponíveis no sistema prisional brasileiro é de 1,8, o que indica uma situação de superlotação. Nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul a relação é de 1,9 preso por vaga e nas regiões sudeste e norte, 1,7. Maranhão (3,2), Mato Grosso do Sul (2,7) e Paraná (2,6) são os estados que possuem a maior defasagem na relação preso/vaga; Rio de Janeiro (1,2), Piauí (1,3) e Distrito Federal (1,3) são os que apresentam menores defasagens.

A população encarcerada brasileira é 93,9% masculina e 6,1% feminina. Mato Grosso do Sul é onde a participação das mulheres na população encarcerada é maior, 11%; Ceará, Maranhão e Paraíba são os estados onde esta participação é menor, 3,3%.

Quando comparada com 2005, a população de encarcerados brasileiros cresceu 16,9%, tendência observada em todas as regiões do país. A região Sul foi a que apresentou o maior crescimento (+27,1%) e a Centro-Oeste, a menor (+13,8%). Entre os estados, apenas Alagoas (-33,0%), Rio Grande do Norte (-21,4%), Acre (-6,3%), Rio de Janeiro (-4,4%), Goiás (-1,8%) e Amazonas (-1,4%) apresentaram decréscimo no número de presos. O aumento foi mais acentuado na Bahia (+94,8%) e São Paulo (+63,6%).

Neste mesmo período, o número de vagas no país cresceu, aproximadamente, 18%. Contudo, a relação entre número de presos por vaga passou de 1,4 (2005) para 1,8 (2007), variação positiva de 35,6%. O aumento do número de vagas foi, portanto, insuficiente para atender às necessidades da população encarcerada no período, contribuindo para agravar a situação de superlotação no sistema prisional. Entre os estados, exceto Alagoas, Piauí, Santa Catarina e Tocantins, todos os demais aumentaram o número de vagas no sistema prisional. O maior aumento é observado em Minas Gerais (415,5%) e maior queda em Santa Catarina (-5,6%).

Entre 2005 e 2007, a relação entre o número de presos por vaga cai em onze estados brasileiros. Minas Gerais é o estado onde esta relação apresentou a maior queda, passando de 7,6 para 2,3, e o Tocantins onde houve a maior alta, passando de 0,7 para 1,7 preso por vaga. Apesar de uma certa melhora, todos os estados apresentam defasagem na relação entre número de presos por vaga.

Nacionalmente, o número de mulheres presas cresceu, entre 2005 e 2007, 27,5%. No mesmo período, o número de homens presos cresceu 16,2%. O número de presas cresceu em todas as regiões do país. A região Sul foi onde houve o maior aumento, 47,5%, e a Centro Oeste o menor, 7,2%. Entre os homens, o número de presos também cresce em todas as regiões, a Sul é onde houve o maior crescimento, 25,9% e a Norte o menor, 13,9%.

Entre os estados, o número de presas caiu em Alagoas (-39,5%), Mato Grosso do Sul (-12,9%), Rio Grande do Norte (-8,1%), Rondônia (-2,4%) e Amapá (-1,4%); em todos os demais estados o encarceramento feminino aumentou. Minas Gerais (+100,3%), Sergipe (+100%), Piauí (+96,4%) e Paraná (+93,2%) são os estados onde ocorreram as maiores altas.

Neste mesmo período, a população carcerária masculina cai apenas nos estados de Alagoas (-32,7%), Rio Grande do Norte (-22,3%), Acre (-6,6%), Rio de Janeiro (-5,6%), Amazonas (-3,2%) e Goiás (-2,8%). Entre os estados onde houve aumento no número de presos destacam-se a Bahia (+96,7%) e Tocantins (+63,4%).



## ■ Adolescentes

Em 2006, o Brasil possui 15.791 adolescentes em conflito com a lei cumprindo medida de internação, o que correspondia a 0,03% da população entre 12 e 17 anos. Do total de adolescentes que cumprem medida de internação, a região Sudeste (53,1%) é a que possui maior número de internos e a Norte (6,9%) o menor. Entre os estados, São Paulo (38,4%) tem a maior número dos adolescentes internos e Roraima (0,1%), o menor.

Quando comparado com 2004, o número de adolescentes cumprindo medida em meio fechado no Brasil subiu 17,1%. A região norte foi onde houve a maior alta, 70%, e a região Sudeste a menor, 6,9%. Entre os estados Rondônia (750%) e Tocantins (276,9%) foram os que tiveram a maior alta percentual, embora, em números absolutos, correspondam a um crescimento de 30 para 255 (Rondônia) e de 13 para 49 (Tocantins) adolescentes em regime de internação. Ainda entre as maiores altas, principalmente em números absolutos, está Minas Gerais, onde houve um aumento de 123,3%.

No período, apenas Roraima (-46,9%), Maranhão (-26,6%), Bahia (-12%), São Paulo (- 4,9%), Amazonas (-3,5%) e Distrito Federal (-2,7%) apresentaram redução no número de adolescentes que cumprem medida de internação.

## ■ Mulheres

Em 2006, a proporção de mulheres no total da população brasileira é de 51,2%. Para as mulheres, a esperança média de vida ao nascer é de 76,2 anos, enquanto a dos homens é de 68,7 anos. A região Sul é onde as mulheres possuem a maior esperança de vida ao nascer, em média, 78 anos, e a Nordeste, a menor, 73,1 anos. A variação é ainda maior entre os estados, indo de 79 anos, no Distrito Federal, a 70,5, em Alagoas.<sup>21</sup>

A taxa de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais de idade é de 10,0% para as mulheres e 10,3% para os homens. Das regiões brasileiras, a Nordeste é a que possui a maior taxa de analfabetismo para a população feminina com 15 anos ou mais, 18,7%, e a Sul a menor, 6,1%. Entre os estados, 13 têm taxa de analfabetismo feminina acima da nacional, sendo que a maior está em Alagoas, 27,8%, e a menor no Rio de Janeiro, 3,7%.<sup>22</sup>

Considerando ainda a população com 15 anos ou mais, a média de anos de estudos da população feminina é de 7,3 anos contra 7,0 anos para a masculina. A menor média de anos de estudo entre as mulheres está na região nordeste, 6,2 anos, e a maior no sudeste, 7,9 anos. Em dezesseis estados brasileiros, a média de anos de estudos para a população feminina com 15 anos ou mais está abaixo da média nacional. A menor média está em Alagoas, 5,4 anos, e a maior no Distrito Federal, 9,3 anos.<sup>23</sup> As mulheres representam 56,9% do grupo com 12 anos ou mais de estudos<sup>24</sup> e 57,2% entre aqueles que freqüentam o ensino superior.<sup>25</sup>

A população economicamente ativa está distribuída em 43,7% de mulheres e 56,3% de homens. O rendimento médio mensal da população feminina brasileira é, em média, 40,2% menor que a masculina.

21 Brasil, IBGE, PNAD 2007.

22 Brasil, IBGE, SIDRA 2007.

23 Brasil, IBGE, SIDRA 2007.

24 Brasil, IBGE, SIDRA 2007.

25 Brasil, IBGE, SIDRA 2006



O Sul é a região onde há a relação de os rendimentos femininos é mais desigual quando comparado ao rendimento masculino (-51%) e a norte é onde há a menor diferença (-21,4%). Entre os estados, a diferença de rendimento feminino em relação ao masculino é maior no Espírito Santo, -61,5%, e a menor no Amapá, -10,6%.<sup>26</sup>

Das famílias brasileiras, 33% tem a mulher como a principal fonte de renda. A região onde há a maior participação das mulheres na renda familiar é a norte (34,9%) e a menor a Sul (31,0%). Entre os estados, Roraima possui o maior número de famílias que tem a mulher como a pessoa de referência, 49,3%, e Santa Catarina o menor, 25,0%.

Em relação a 2005, aumentou-se a esperança média de vida ao nascer. Para as mulheres, passou de 75,9 para 76,4 anos, e para os homens, subiu de 68,3 para 69,7 anos. Houve também melhora em relação à taxa de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais que caiu, entre 2005 e 2007, tanto para as mulheres (de 11,5% para 10%) como para os homens (de 11,7% para 10,3%)

A diferença entre o rendimento médio masculino e feminino permaneceu praticamente estável no período, variando de 40,6%, em 2005, para 40,2%, em 2007. Com exceção das regiões nordeste e sudeste, em todas as demais houve redução na disparidade entre o rendimento médio masculino e feminino. A maior queda é observada na região norte, onde a diferença de 29,5% (2005) entre o rendimento masculino e feminino cai para 21,4% (2007). A região nordeste, por sua vez, é onde houve o maior aumento, passando de 23,9% (2005) para 28,9% (2007). Alagoas é o estado onde esta mesma diferença apresenta maior alta, passando de 16,1% (2005) para 40,7% (2007) e o Amapá é onde houve a maior redução na desproporção do rendimento entre homens e mulheres, cai de 30,2% (2005) para 10,6% (2007).

## ■ Negros

A proporção de negros e pardos no total da população brasileira é de 50%. A região com a maior população negra e parda é a norte (73,8%) e a menor a sul (20,7%). Bahia é o estado com o maior número de negros e pardos entre sua população (78,6%) e Santa Catarina o que possui o menor número (13,1%).

A taxa de analfabetismo entre a população branca de 15 anos ou mais é de 6,1%, enquanto que para os negros e pardos é de 14,1 %, ou seja, uma diferença de 131,1%. A desproporção entre analfabetos negros e pardos e brancos se mantém grande entre todas as regiões e estados do país. A maior diferença entre analfabetos negros e pardos e brancos está na região sul (+115,9%) e a menor na região nordeste (+43,1%). O Distrito Federal é a unidade da Federação onde a taxa de analfabetismo entre brancos e negros e pardos é mais desigual (+150%) e Rondônia é o estado onde é menos desigual (+20%).<sup>27</sup>

Considerando ainda a população com 25 anos ou mais, a média de anos de estudos da população negra e parda é de 5,8 anos contra 7,8 anos para a população branca. A menor diferença entre anos médios de estudo entre negros e pardos e brancos está na região norte, onde os brancos possuem em média 7,4 anos de estudo e os negros 6,0 anos de estudo. Entre os estados, a menor diferença está em Rondônia (6,2 anos médios de estudo para os brancos contra 5,9 anos para os negros) e a maior está no Distrito Federal (10,6 anos médios de estudo para os brancos contra 8,3 anos para os negros). O Distrito Federal é ainda a unidade da federação onde tanto brancos e negros possuem a maior número médio de anos de estudo. Paraíba (4,4) e Piauí (4,5) são os estados onde os negros e pardos possuem o menor número

26 Brasil, IBGE, SIDRA 2007.

27 Brasil, IBGE, SIDRA 2007.



médio de anos de estudo, enquanto Alagoas, Bahia e Rondônia são os estados onde os brancos possuem o menor número médio de anos de estudo, 6,2.<sup>28</sup>

Em relação aos brancos, o rendimento médio mensal da população negra e parda é, em média, 45,7% menor. A maior desigualdade está na região sudeste (-43,1%) e a menor na norte (-35,2%). Entre os estados, a desigualdade é maior em Alagoas (-54,2%) e menor em Rondônia (-21,2%).<sup>29</sup>

Negros e pardos têm maior risco de serem vítimas de violência que os brancos. De 2005 a 2007, para cada branco, 2 negros ou pardos foram mortos vítimas de agressão. Entre as regiões, esta relação era maior na região nordeste (9,8) e menor na região sudeste (1,4). A região sul é a única em que o número de brancos mortos por agressão é maior que o de negros e pardos. Para cada negro ou pardo, 4 brancos eram mortos. Paraíba é, entre os estados brasileiros, onde há a maior desproporção entre negros e pardos mortos por agressão para cada branco, 17,7, e Mato Grosso o menor, 1,5.<sup>30</sup>

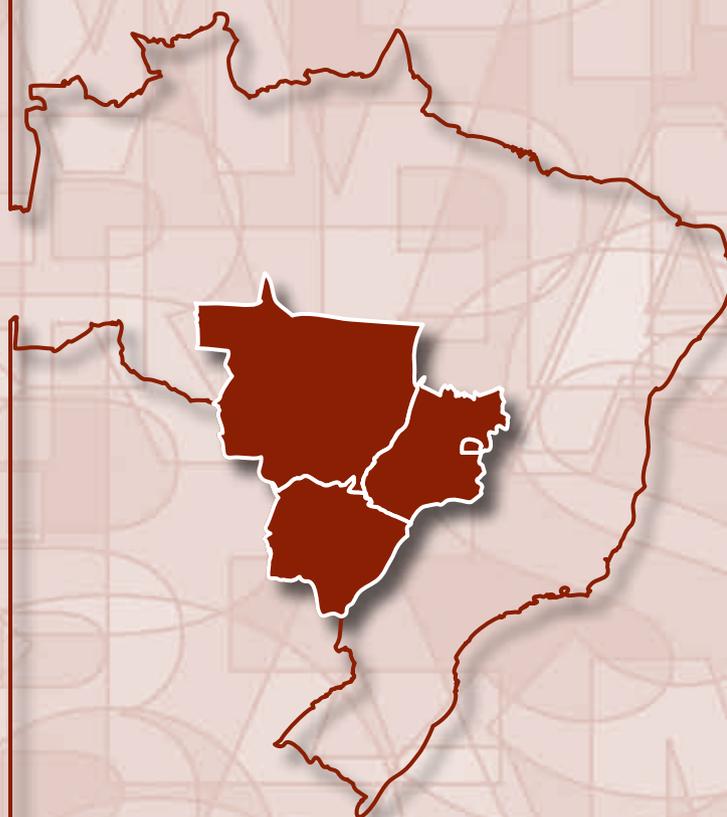
Em relação ao período 2002 a 2004, houve aumento na relação entre brancos e negros ou pardos mortos por agressão. No período 2002 a 2004, para cada branco morto vítima de agressão, morria 1,5 negro ou pardo. De 2005 a 2007, esta relação subiu para 2. esta relação apresentou aumento em todas as regiões do país, exceto na região sul onde permaneceu igual. O nordeste foi a que apresentou maior crescimento, passando de 7,1, entre 2002 e 2004, para 9,4, entre 2005 e 2007. Entre os estados, esta relação apresentou queda em três estados Amapá, onde esta relação cai de 13,2 para 9,0, Sergipe, queda de 5,2 para 4,9, e Roraima, queda de 5,5 para 5,2. As maiores altas estão nos estados de Alagoas, passando de 9,1 para 15, e na Paraíba, variando de 10,5 para 15,7.

28 Brasil, IBGE, SIDRA 2007.

29 Brasil, IBGE, SIDRA 2007.

30 NEV/USP, 2009, com base nos dados do Datasus/SIM

## REGIÃO CENTRO-OESTE



DISTRITO FEDERAL **DF**

GOIÁS **GO**

MATO GROSSO **MT**

MATO GROSSO DO SUL **MS**

## Introdução – Região Centro-Oeste



A região Centro-Oeste concentrava, em 2006, 7,1% da população do país e detinha 8,8% do PIB nacional<sup>31</sup>. Em 2004, a participação da região no PIB nacional era de 7,5%. O Distrito Federal, na região, apresentou a variação mais significativa em relação à participação do PIB nacional, passando de 2,5% (2004) para 3,7% (2006).

Em relação às demais regiões do Brasil, a Centro-Oeste é a que apresenta a mais alta concentração de renda. Em 2006, seu Índice Gini<sup>32</sup> é 0,558, acima da média nacional de 0,547. O Distrito Federal tem a maior desigualdade de renda da região (0,589), ocupando a 3ª posição nacional entre os estados. O grupo dos 10% mais pobres detinha apenas 1,55% da renda mensal da região, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 40,95% da renda.<sup>33</sup>

Em relação a 2004, houve uma pequena melhora na distribuição da renda regional, de 0,508 passou para 0,558. O estado com a maior variação foi o Mato Grosso que passou de 0,507 para 0,508.

Segundo os dados de 2006, aproximadamente 50,9% das famílias do Centro-Oeste recebiam até um salário-mínimo e apenas 6,9% mais que cinco salários-mínimos. Mato Grosso era o estado da região como maior número de famílias que recebiam até um salário mínimo (56,5%) e Distrito Federal o que tinha menor número (34,2%)<sup>34</sup>

Em 2007, as despesas públicas com a justiça correspondiam a 5 % do orçamento global<sup>35</sup>. O número de juízes é de 8,8 para cada 100 mil habitantes<sup>36</sup>, sendo maior no Distrito Federal (11,6) e menor em Goiás (5,6). Na região, a taxa média de congestionamento na primeira instância é de 73,1%.

A Defensoria Pública, que é o principal órgão de defesa dos cidadãos desprovidos de recursos, também apresenta déficits significativos. A taxa de defensores públicos na região é de 2,6 por 100 mil habitantes. Mato Grosso do Sul possui o maior número de defensores (6,7 por 100 mil habitantes), enquanto Mato Grosso possui o menor (2,7). Até 2006, Goiás não tinha uma defensoria pública.<sup>37</sup>

Em 2007, a região Centro-Oeste respondia por 9% da população encarcerada do país<sup>38</sup>. O número de presos pelo total de vagas disponíveis era de 1,9, o que indica uma situação de superlotação no sistema prisional. Entre os estados da região, Mato Grosso do Sul era o que possuía a maior defasagem de vagas, 2,7 presos por vagas, a segunda maior do país, e o Distrito Federal possuía a menor defasagem da região, 1,3, a segunda menor do país.

31 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

32 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas e domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

33 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

34 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

35 Os valores relativos ao DF não foram computados na apuração da média em razão de suas despesas serem suportadas pelo orçamento da união.

36 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006

37 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

38 Não foram divulgados dados do Distrito Federal sobre os sentenciados em regime aberto, que cumprem pena em regime domiciliar.



Em 2006, os adolescentes em conflito com a lei correspondiam a 7,8% dos jovens internados no país. Em relação a 2004, houve na região um aumento de 8,2% no número de jovens internados. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram, respectivamente, um aumento de 36,1% e 27,8%, e o estado de Goiás e Distrito Federal apresentaram um decréscimo de 2,1% e 5,7% no número de jovens internados.

Enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil era, em 2006, de 26,3, a região Centro-Oeste tinha a taxa de 28,1, a mais alta taxa entre as regiões brasileiras, variando de 26,3, em Goiás, a 31,0 em Mato Grosso.

Em relação a 2004, a taxa regional de homicídios caiu 5,4%. A tendência de queda é observada em todos os Estados da região, indo de -0,6, em Mato Grosso do Sul, à -11,2, no Distrito Federal.

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ)<sup>39</sup> apontam que, em 2005, 7% das ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio<sup>40</sup> estavam na região Centro-Oeste, o que corresponde a uma taxa de 4,8 casos por mil habitantes. Na região, esta taxa variou de 11,5, no Distrito Federal, a mais alta entre os estados brasileiros, à 1,6, em Mato Grosso do Sul.

Em 2007, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 51 áreas de conflito agrário na região, envolvendo 8.394 famílias. Entre 2005 e 2007, também segundo dados da CPT, houve 132 denúncias de trabalho escravo na região Centro-Oeste e 4.960 trabalhadores foram libertados, sendo 16 menores de idade.

---

39 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

40 Roubos e extorsões mediante seqüestro



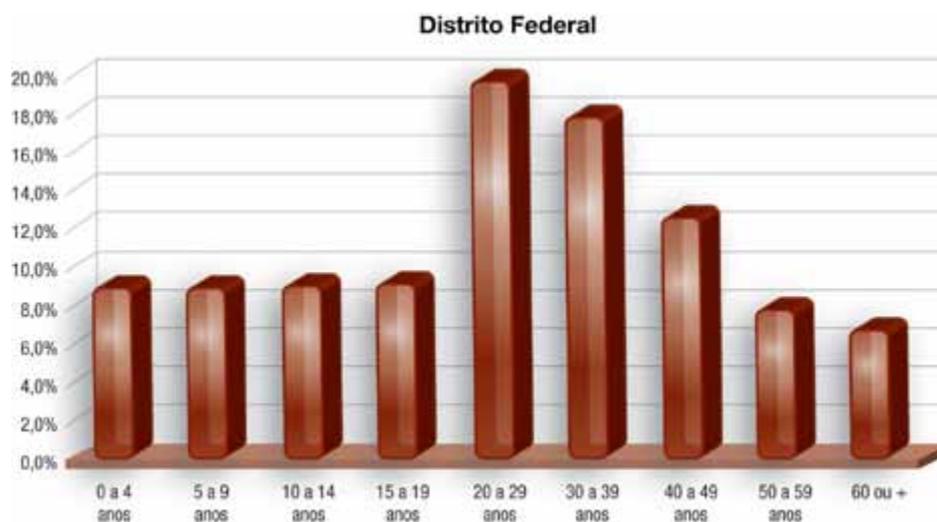
DEF

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS



O Distrito Federal tem 1 município, com território de 5.801,937 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 2.393.000 habitantes (412,45 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 94,02% vivem na área urbana e 5,98% na área rural<sup>41</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 3,8%, acima da média regional (3,3%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>42</sup>. Brasília, capital do distrito, tem 2.455.903 habitantes (423,29 hab/km<sup>2</sup>)<sup>43</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 80.516.682,00 (3,70% do PIB nacional)<sup>44</sup>. O Índice Gini<sup>45</sup> da distribuição de renda é 0,589, acima da média regional de 0,558, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 3ª posição entre os estados<sup>46</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,696 em 1991 para 0,766 no ano 2000 (+ 10,06%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>47</sup>.

41 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

42 IBGE, Estimativas e Projeções da População

43 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

44 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

45 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

46 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

47 PNUD, 2000

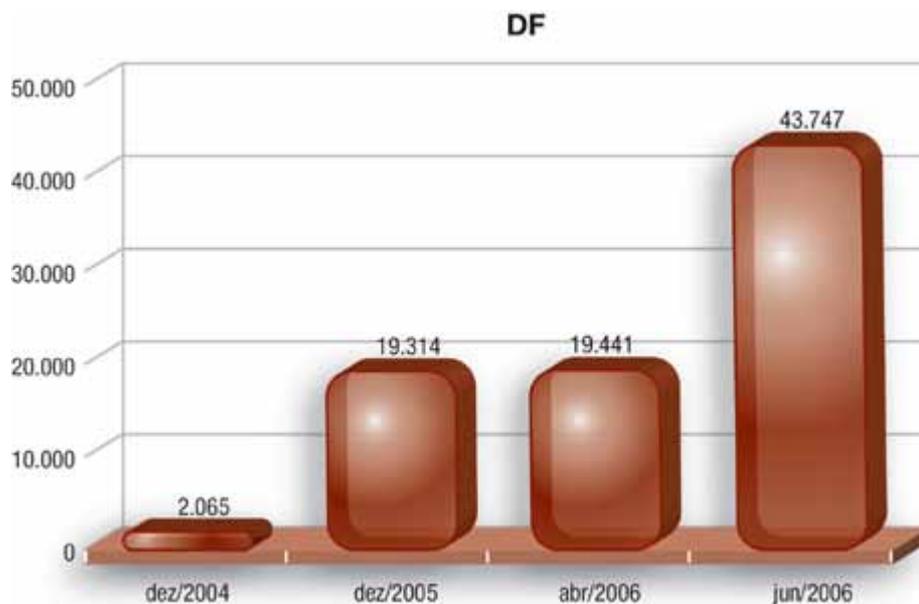
## **TRABALHO**

A população economicamente ativa do Distrito Federal em 2006 era de aproximadamente 1.241.000 pessoas, o que representa 51,86% do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>48</sup>, 1,6% estavam no setor agrícola, 6% na indústria, 6,1% na construção, 18,4% no comércio e 67,9% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 22,5% e a taxa de desocupação, 13,3%.<sup>49</sup>

## **RENDA**

No Distrito Federal, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 227,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 40,5% da renda, com rendimento médio de R\$ 7.285,00. Existiam 34,18% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 18,34% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>50</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>51</sup>:



48 De 10 ou mais anos de idade

49 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

50 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006  
(<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

51 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 57,94% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>52</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,4 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,7. Dos domicílios urbanos, 32% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 20,3% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>53</sup>.

Do total de domicílios, 0,12% não tinham banheiro ou sanitário, 1,4% não tinham coleta de lixo e 0,03% não tinham iluminação elétrica<sup>54</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 3,7%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 10,9%<sup>55</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>56</sup> era de 9,2 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>57</sup> em relação à série recomendada era de 22,4%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>58</sup> era de 34,5%<sup>59</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	265,14	541,32
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,73	1,86
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	2,64	3,47
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	37,64	46,16
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	1,65	1,15
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab) ****</b>	8,82	21,77
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	25,5	21,5
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	38,0	34,1
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias *****</b>	6,22	5,14

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados).

52 IBGE, SIDRA, 2006

53 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

54 IBGE, SIDRA, 2007

55 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

56 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

57 Em até 2 anos.

58 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

59 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000) *</b>	31,6	35,4	41,4	46,5	38,6
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	23,2	19	13,6	12,8	11,1
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	42,4	18,5	16,8	17,4	16,8
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	92	94,4	95,3	96,3	96,3
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	92,5	94,3	95,3	96,2	96,3
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	40,3	37,8	33,07	33,49	32,78
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	7,8	9,6	11,2	10,09	9,99
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	92,7	91,8	98,57	99,18	98,1
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	91,7	89,3	99,78	99,77	99,88
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	55,6	74,8	94,09	94,54	95,7
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	23,9	36,4	42,2	48,4

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Distrito Federal dispôs de uma receita de R\$ 7.882.113.141,00 - 33,26% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>60</sup>:

60 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	1,88%	1,16%	-0,72%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3,65%	3,46%	-0,19%
SAÚDE	14,33%	16,10%	1,77%
TRABALHO	0,36%	0,74%	0,38%
EDUCAÇÃO	12,59%	13,35%	0,76%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,11%	0,11%	-
HABITAÇÃO	0,70%	0,09%	-0,61%
SANEAMENTO	1,88%	0,38%	-1,5%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 16 secretarias<sup>61</sup> e 167.278 servidores<sup>62</sup>, na proporção de um servidor para cada 13,99 habitantes, representando um aumento de 49,04% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Distrito Federal era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Distrito Federal assinou 68 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 23.405.607,78. Destes convênios, doze foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à proteção de vítimas e testemunhas, vinte e três à promoção dos direitos humanos (educação e capacitação em direitos humanos, justiça comunitária, direitos de minorias, cidadania, defensoria pública, comunidades indígenas), quatorze à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, sete ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, três à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, cinco à proteção dos direitos da pessoa idosa e dois à erradicação do trabalho infantil.<sup>63</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Distrito Federal e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>64</sup>

61 Gestão 2007-2010

62 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005.

63 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

64 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008



O governo do Distrito Federal possui a Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, que se divide nas subsecretarias de Justiça, Direitos Humanos, Juventude, Cidadania e Relações Sociais; de Sistema Penitenciário; de Sistema Sócio-educativo e de Apoio à Terceira Idade.<sup>65</sup>

Entre os projetos desenvolvidos pela Secretaria estão: o projeto “Rede Brasília de Voluntariado”, que visa a estimular a participação comunitária nas redes sociais; o projeto “Mãos estendidas”, que presta assistência às famílias de vítimas de violência; o projeto “Brasília Cidadão”, que oferece capacitação profissional para pessoas com deficiência; o projeto “Papo firme”, que estimula o interesse cultural e intelectual dos adolescentes; o projeto “O Cravo e a Rosa”, que trata da educação sexual e da sexualidade entre jovens; entre outros.

Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Defesa Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP).<sup>66</sup>

## ■ Justiça

O Distrito Federal tem uma Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, à qual está vinculada o Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal, a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso e o Instituto de Defesa do Consumidor. Sendo o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, o Conselho de Defesa dos Direitos do Negro, o Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, alguns dos órgãos colegiados vinculados à Secretaria.<sup>67</sup>

No Distrito Federal, das 25 administrações regionais, 12 constituem sede de comarca.<sup>68</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Distrito Federal foi de 12,54%. Atuavam na justiça estadual 243 magistrados, sendo 209 na primeira instância e 34 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 11,6 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>69</sup> O total de pessoas atendidas não foi divulgado.<sup>70</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 168.735 processos, 198.334 estavam pendentes e 164.135 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 55,3%.<sup>71</sup> Na segunda instância da justiça comum, 24.258 processos deram entrada, 13.953 estavam pendentes e 20.797 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 45,6%.

O estado tem também 36 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 170.205 processos, 30.906 estavam pendentes e 154.832 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 23,0%.<sup>72</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1987, conta com 113 defensores (1 defensor para cada 20.536,35

65 Distrito Federal, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania ([www.sejus.df.gov.br/paginas/privacidade/privacidade.htm/](http://www.sejus.df.gov.br/paginas/privacidade/privacidade.htm/)). Último acesso: setembro de 2008

66 Câmara Legislativa do Distrito Federal ([www.cl.df.gov.br/](http://www.cl.df.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso aos projetos em trâmite na comissão, nem às atas das reuniões

67 Distrito Federal, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania ([www.sejus.df.gov.br](http://www.sejus.df.gov.br))

68 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

69 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

70 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

71 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = \frac{\text{Sentenças}}{\text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

72 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.



habitantes - 2006), atendendo 100% das comarcas do estado, em um total de 234.664 atendimentos, ou seja, 2076,67 atendimentos/defensor. Sua estrutura contempla a existência de uma Ouvidoria específica, cujo ouvidor é membro dos quadros de carreira.<sup>73</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 70 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 3.765,62 habitantes, sendo 28 promotores de justiça e 42 procuradores.<sup>74</sup>

## ■ Segurança Pública

O Distrito Federal tem uma Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento Estadual de Trânsito. A secretaria conta com uma ouvidoria do sistema de segurança pública. Não há corregedoria geral, apenas as corregedorias das polícias e do Corpo de Bombeiros.<sup>75</sup>

O Programa Segurança Comunitária foi implantado no Distrito Federal em dezembro de 2003. Esse decreto também regulamentou a criação do Conselho Deliberativo de Segurança Comunitária, dos Grupos Gestores Regionais de Segurança Comunitária e dos Núcleos de Segurança Comunitária. Em 2005, a Secretaria de Segurança Pública deu início ao projeto “Picasso não pichava”, com o objetivo de diminuir os índices de violência envolvendo adolescentes.<sup>76</sup> Em 2007, o Distrito Federal aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>77</sup>

O efetivo policial era 26.837 em 2005, sendo 5.034 policiais civis, 15.729 policiais militares e 6.074 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 84,85 habitantes.<sup>78</sup> Em relação a 2003, houve uma redução de 2,9% do efetivo total. Em 2006, o Distrito Federal não tinha guarda municipal.<sup>79</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Distrito Federal<sup>80</sup> está sob administração da Subsecretaria do Sistema Penitenciário – SESIPE, integrante da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS. Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria específica do sistema, mas há uma ouvidoria da SEJUS. Também não há uma Corregedoria específica, mas uma Gerência de Sindicâncias que realiza expedientes apuratórios preliminares e sindicâncias. Existe ainda uma Corregedoria vinculada à SEJUS.

O estado possui 6 estabelecimentos prisionais, sendo 3 Penitenciárias, 1 Centro de Internamento e Reeducação, 1 Centro de Detenção Provisória e 1 Centro de Progressão Penitenciária, totalizando 5.935

73 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

74 Ministério Público do Distrito Federal (os números correspondem aos nomes divulgados no site, uma vez que o MP não forneceu tais informações por telefone).

75 Governo do Distrito Federal ([www.df.gov.br](http://www.df.gov.br)) e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal ([www.ssp.df.gov.br](http://www.ssp.df.gov.br)). Data de acesso: setembro de 2008.

76 Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal.

77 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

78 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

79 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

80 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, 2008.



vagas. A população prisional em 2007 era de 7.956 presos<sup>81</sup>, sendo que 133 presos estavam recolhidos na Divisão de Controle e Custódia de Presos e 70 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 2.021 vagas. Em relação a 2004 houve um crescimento de 7,3% da população encarcerada e de 4,5% no número de vagas<sup>82</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	2.559	118	2.677
Semi-aberto	3.375	115	3.490
Provisório	1.358	155	1.513
Medida de Segurança - Internação	68	5	73
<b>TOTAL</b>	<b>7.360</b>	<b>393</b>	<b>7.753</b>

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Distrito Federal foi de 33, dos quais 10 foram considerados criminais, 19 naturais, 3 suicídios, e 1 acidental. No mesmo período ocorreram 88 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolidada dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 6 e o de fugas 104.

O Estado não possui um Fundo Penitenciário, mas a lei que determina sua criação está em tramitação no legislativo local. Também não há Escola de Administração Penitenciária, e os cursos de formação e treinamento são realizados na Academia de Polícia Civil.

O Distrito Federal possui quatro Conselhos da Comunidade. A assistência jurídica aos presos é feita em todos os estabelecimentos penais, mas o número de funcionários é insuficiente para atender a todos os presos. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Central da Execução de Medidas e Penas Alternativas – CEPEMA.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 10.487.996,57. Deste montante, 92,06% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

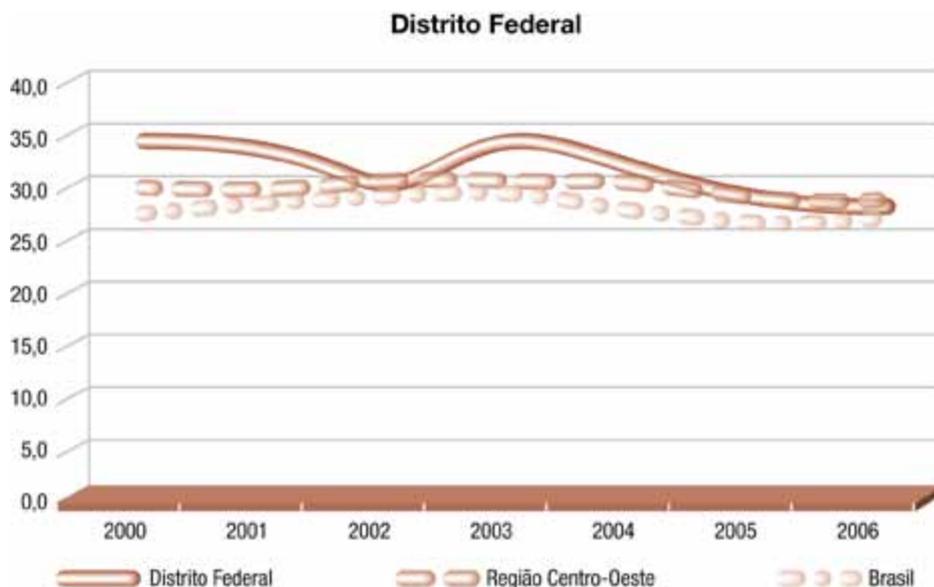
Em 2006, a taxa geral de homicídios no Distrito Federal foi de 27,69/100 mil habitantes, o que representa uma queda de 15,92% em relação a 2000<sup>83</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 34,5/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 632,1/100 mil hab.<sup>84</sup>

81 Não foram divulgados dados sobre os sentenciados em regime aberto, que cumprem pena em regime domiciliar.

82 Dados de 2004 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

83 Ministério da Saúde, Datasus.

84 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>85</sup> alcançaram a cifra de 1.154,90 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>86</sup> somaram 106,7 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>87</sup>, 401,4 registros/100 mil hab.<sup>88</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 3 casos de violência policial, sendo 1 o total de vítimas fatais e feridas, 5 casos de execuções sumárias com 10 vítimas fatais e 4 feridas e nenhum caso de linchamento.

Jonatas Matos de Souza, que na época tinha 19 anos, foi morto pela polícia no dia 10 de julho de 2007 enquanto ameaçava atear fogo na namorada, Érica da Silva dos Anjos. O rapaz foi atingido por três tiros e tinha cinco passagens pela polícia. Segundo uma testemunha, Jonatas resistiu à prisão. Todavia, sua avó, Maria de Jesus Mendes de Souza criticou a ação da polícia: “Eu acho que um policial, que veio amenizar as coisas, se quisesse botar tudo em pratos limpos tinha dado um tiro no braço ou na perna dele. Uma pessoa está dentro da sua casa, brigando com a sua mulher, chega um delegado de polícia formado, que estudou não sei quantos anos, e mata uma pessoa a sangue frio”.<sup>89</sup>

Seis homens encapuzados mataram três pessoas e feriram outras no dia 6 de outubro de 2007 na invasão da Estrutural. Eles chegaram ao local atirando para todos os lados. Entre as vítimas fatais estão Edilson Alves da Silva e um rapaz de 18 anos, Edir Ribeiro, que foi baleado na cabeça. Um dos assassinos, Metusalém Portela, confessou o crime e foi preso, disse à polícia que o motivo que levou às execuções foi a rixa entre grupos rivais envolvidos em desmanche de carros<sup>90</sup>.

85 Roubos e extorsões mediante seqüestro

86 Tráfico, uso e porte de drogas

87 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

88 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

89 O Diário de S.Paulo, 11/07/2007.

90 O Diário de S.Paulo, 06/10/2007.



O casal Josiano Alves Sobeira e Delma Menezes foi morto na madrugada do dia 25 de novembro de 2007, atingidos por cerca de 15 tiros. A arma usada no crime era de uso restrito da polícia. Josiano estava em liberdade condicional e havia respondido inquérito por porte ilegal de armas, uso de drogas e receptação<sup>91</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 5 áreas de conflito, envolvendo 750 famílias, em 2005. Em 2006 foram 5 áreas de conflito e 595 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 3 áreas de conflito somando 900 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 4 áreas de ocupação, agrupando 690 famílias. Em 2006 eram 3 áreas com 730 famílias. E no ano de 2007 eram 2 áreas com 750 famílias.<sup>92</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou em 2005, 24 ocupações de terra com 2 mortes decorrentes de conflito agrário e 1 em investigação. No ano de 2006 foram registradas 14 ocupações de terra, sem mortes. Em 2007, foram 7 ocupações de terra, sem mortes.

Quanto ao trabalho escravo, entre 2005-2007, a CPT não registrou denúncias.

## ■ Liberdade de imprensa

O juiz Roberval Casemiro Belinati, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, no dia 27 de agosto de 2006 emitiu uma ordem proibindo todos os veículos de comunicação presentes em sua jurisdição de publicar informações sobre a gravação de uma conversa entre dois políticos. Tal deferimento atendia ao pedido de um destes, Joaquim Roriz, ex-governador do Distrito Federal. Na conversa com seu advogado e candidato a deputado federal, Eri Varela, Roriz fez duras críticas ao Deputado José Roberto Arruda, que no período era tido como o predileto para assumir o governo do Distrito Federal. O jornalista Ricardo Noblat, no site do jornal O Estado de S. Paulo (O Estadão), foi quem tornou pública tal conversa por meio do seu blog no mesmo dia em que a decisão da Justiça foi emitida. Na noite desse mesmo dia a sucursal do Estadão em Brasília recebeu a visita de um funcionário da Justiça que entregou a proibição da publicação de informações sobre a devida conversa. O Juiz Belinati declarou que a divulgação da conversa poderia prejudicar a campanha eleitoral do ex-governador.

Amaury Ribeiro Junior, jornalista do Correio Braziliense, sofreu um atentado no dia 19 de setembro de 2007 na periferia de Brasília, quando realizava uma reportagem sobre o crime organizado. Ele foi atingido na barriga. Os responsáveis não foram identificados pela polícia, a qual também não declarou se o atentado foi premeditado. A hipótese de que o jornalista foi vítima de bala perdida não foi descartada. Amaury Ribeiro Junior publicou uma série de artigos no Correio Braziliense sobre a violência e tráfico de drogas na região de Brasília, o fato de sofrer algumas ameaças o fez optar por se locomover em um carro sem a identificação do jornal.<sup>93</sup>

91 O Diário de S.Paulo, 26/11/2007.

92 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

93 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)



## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do Distrito Federal é composta por 31,7% de crianças e adolescentes<sup>94</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil é de 0,794, considerado médio. Existem 33,8% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 2,2% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 0,4%.<sup>95</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 0,7% e a taxa<sup>96</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 20%<sup>97</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 16,6% morrem vítimas de homicídio<sup>98</sup>.

No Distrito Federal há 10 conselhos tutelares, 01 conselho municipal de direitos da criança e do adolescente, 01 vara da infância e juventude<sup>99</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>100</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>101</sup>.

Em 2006, havia 512 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 204,3%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 17,49/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 1715 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>102</sup>.

### ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 52,74% da população do Distrito Federal, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 79 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 23,9% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>103</sup>.

O estado tinha 11 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 1 Casa Abrigo; 1 vara adaptadas para situações de violência doméstica; 1 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>104</sup> e não possuía Centros de Referência. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 3.637.829,14<sup>105</sup>.

94 Entre 12 e 18 anos de idade.

95 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

96 Por mil nascidos vivos

97 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

98 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

99 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

100 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

101 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

102 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sech/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sech/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

103 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

104 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

105 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convenios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convenios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.



## ■ Idosos

A população do Distrito Federal é composta por 6,6% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 19,5% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 7,6% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>106</sup> é de 1,7%<sup>107</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Distrito Federal, 6,6% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 5,1%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 2,6%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 7 e o rendimento mensal médio é de 2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,5 e 3,1, respectivamente<sup>108</sup>.

## ■ Indígenas

O Distrito Federal conta com uma parcela de 0,97% da população indígena brasileira. Isso equivale a 7.154 pessoas<sup>109</sup>. No entanto, não encontramos informações quanto aos povos/etnias nem quanto às Terras Indígenas no Distrito Federal.<sup>110</sup>

Um caso de assassinato foi registrado. Uma indígena do povo Xavante foi agredida durante a madrugada. A técnica empregada foi a empalação (inserção de objeto pontiagudo em sua genitália). Foi levada ao hospital, mas faleceu durante a cirurgia (parada cardiorrespiratória). O fato ocorreu no final de junho do ano de 2008. Vale lembrar que a vítima era da Terra Indígena “Chão Preto”, situada no estado de Mato Grosso. Estava no Distrito Federal para um tratamento de saúde, no Hospital Sara Kubitscheck<sup>111</sup>.

---

106 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

107 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

108 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

109 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

110 Essas informações foram procuradas em sítios e portais na internet: órgãos governamentais (FUNAI / FUNASA) e em entidades da sociedade civil (Conselho Indigenista Missionário CIMI e Instituto Sócio Ambiental - ISA).

111 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).



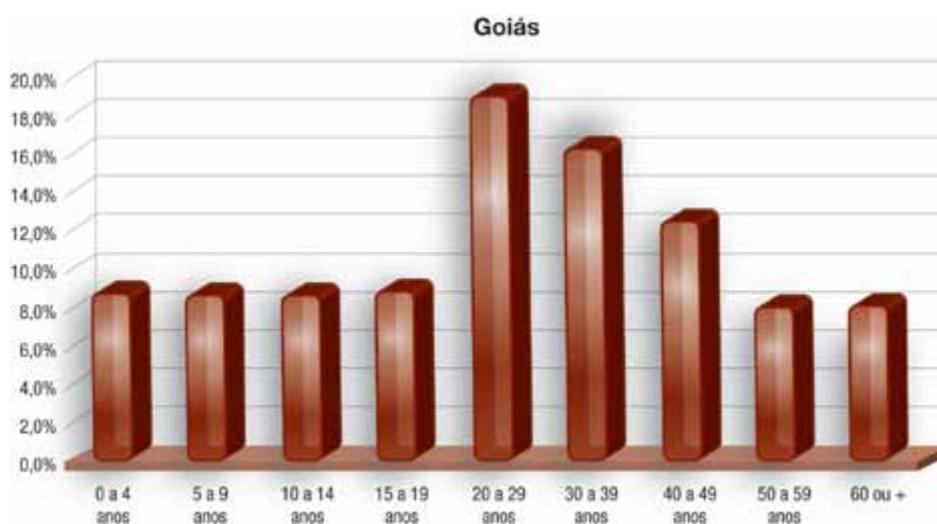
GO

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS



**G**oiás tem 246 municípios, com território de 340.086,698 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 5.750.000 habitantes (16,91 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 88,57 % vivem na área urbana e 11,43% na área rural<sup>112</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 3,4%, acima da média regional (3,3%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>113</sup>. Goiânia, capital do estado, tem 1.244.645 habitantes (1.684,23 hab/km<sup>2</sup>)<sup>114</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 50.536.081,00 (2,40% do PIB nacional)<sup>115</sup>. O Índice Gini<sup>116</sup> da distribuição de renda é 0,511, abaixo da média regional de 0,558, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 17<sup>a</sup> posição entre os estados<sup>117</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,7 em 1991 para 0,766 no ano 2000 (+ 10,86%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>118</sup>.

112 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

113 IBGE, Estimativas e Projeções da População

114 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

115 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

116 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

117 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

118 PNUD, 2000



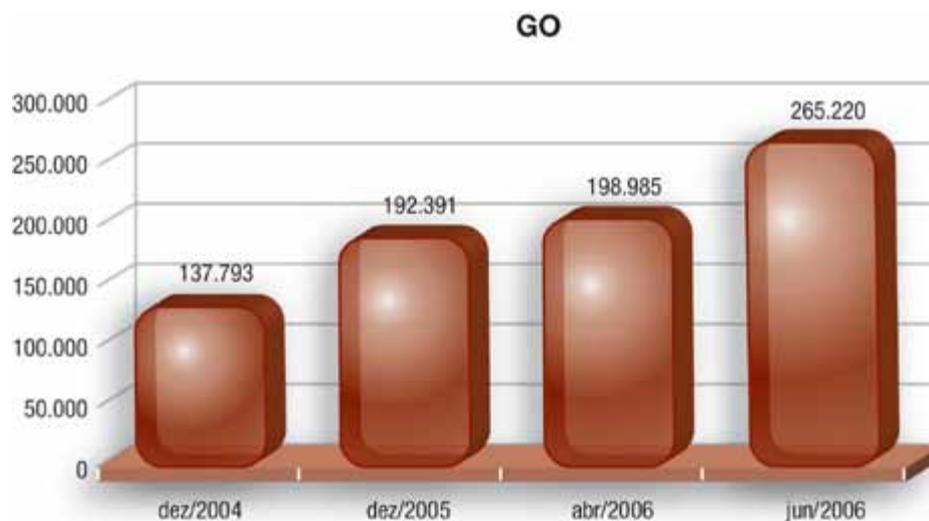
## TRABALHO

A população economicamente ativa de Goiás em 2006 era de aproximadamente 2.952.000 pessoas, o que representa 51,34% do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>119</sup>, 16,5% estavam no setor agrícola, 13,1% na indústria, 7,9% na construção, 19,8% no comércio e 42,7% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 35,2% e a taxa de desocupação, 9,2%.<sup>120</sup>

## RENDA

Em Goiás, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,9% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 139,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 40%, com rendimento médio de R\$ 3.480,00. Existiam 54,04% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 4,11% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>121</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>122</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 67,90% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>123</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,3 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,7. Dos domicílios urbanos, 52,7% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 4,3% pertenciam a

119 De 10 ou mais anos de idade

120 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

121 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006  
(<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

122 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

123 IBGE, SIDRA, 2006



moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>124</sup>.

Do total de domicílios, 1,18% não tinham banheiro ou sanitário, 9,68% não tinham coleta de lixo e 0,68% não tinham iluminação elétrica<sup>125</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 8,8%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 21,2%<sup>126</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>127</sup> era de 7,1 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>128</sup> em relação à série recomendada era de 20,4%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>129</sup> era de 30,1%<sup>130</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	164,19	302,38
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,95	0,9
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,07	1,41
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	47,23	54,4
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	6,16	5,39
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	29,86	424,45
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	28,1	26,2
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	45,1	44,5
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	7,65	5,84

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas

124 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

125 IBGE, SIDRA, 2007

126 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

127 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

128 Em até 2 anos.

129 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

130 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	18,9	27,4	36	43,4	34,1
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	21,2	21,9	14,9	14,6	14,1
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	25,1	21,9	20,8	18,3	14,7
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	84	88,2	89,8	90,5	91,5
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	84	87,9	89,8	90,2	90,8
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	39,5	38,3	32,98	31,14	31,78
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	19,3	19,8	19,28	19,55	19,19
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	80,5	77,7	96,62	97,82	97,46
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	38,3	34,7	98,13	98,59	98,82
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	20,5	38,3	75,88	79,53	81,35
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	6,2	11,99	15,26	20,03

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>).  
Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Goiás dispôs de uma receita de R\$ 8.233.633.635,00 - 16,48% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>131</sup>:

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2005	Varição
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	8,43%	8,62%	0,19%
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	0,57%	0,47%	-0,1%

131 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



<b>SAÚDE</b>	11,81%	12,36%	0,55%
<b>TRABALHO</b>	0,14%	0,19%	0,05%
<b>EDUCAÇÃO</b>	15,49%	17,58%	2,09%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	0,65%	0,54%	-0,11%
<b>HABITAÇÃO</b>	0,001%	-	-0,001%
<b>SANEAMENTO</b>	0,03%	0,03%	-0,03%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 10 secretarias<sup>132</sup> e 153.916 servidores<sup>133</sup>, na proporção de um servidor para cada 36,63 habitantes, representando um aumento de 6,77% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de Goiás era feita por 17 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 41 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, Goiás assinou 34 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 3.140.978,16. Destes convênios, sete foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um à proteção de vítimas e testemunhas, doze à promoção dos direitos humanos (capacitação em direitos humanos, direitos de minorias, balcões de direitos, justiça comunitária, cidadania), cinco à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, três ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes e seis à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>134</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos de Goiás e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>135</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>136</sup> Na Assembléia Legislativa existe a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa.<sup>137</sup>

132 Gestão 2007-2010

133 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005.

134 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

135 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

136 Governo de Goiás ([www.goias.gov.br/](http://www.goias.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

137 Assembléia Legislativa de Goiás ([www.assembleia.go.gov.br/](http://www.assembleia.go.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso aos projetos em trâmite na comissão, nem às atas das reuniões.



## Justiça

Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Goiás foi de 3,93%. Atuavam na justiça estadual 150 magistrados, sendo 119 na primeira instância e 31 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 5,6 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>138</sup> O total de pessoas atendidas foi de 270.150.<sup>139</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 340.416 processos, 1.478.112 estavam pendentes e 239.475 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 86,8%<sup>140</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 30.307 processos deram entrada, 19.616 estavam pendentes e 28.278 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 43,4%.

O estado tem também 94 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 120.924 processos, 144.993 estavam pendentes e 124.015 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 53,4%.<sup>141</sup>

Não há informações sobre a Defensoria Pública de Goiás, que à época do diagnóstico feito pelo Ministério da Justiça (2006) havia aprovado lei orgânica para a criação da instituição, mas ainda não havia implantado o serviço.<sup>142</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 345 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 18.179,58 habitantes, sendo 309 promotores de justiça e 36 procuradores.<sup>143</sup>

## Segurança Pública

Goiás tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, o Conselho Estadual de Trânsito e a Superintendência do Sistema de Execução Penal. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública.<sup>144</sup>

O Programa Polícia Comunitária teve início em Goiás em 2003, visando atingir “uma maior integração entre a polícia e a sociedade para alcançar uma parceria que resulte em colaboração mútua e prevenção à violência”. Por meio do decreto nº 6.249, de setembro de 2005, o Governo do estado autorizou a criação de Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS) em Goiás.<sup>145</sup> Em 2007, o estado aderiu ao PRO-NASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>146</sup>

O efetivo policial era de 18.622 em 2006, sendo 3.844 policiais civis, 12.818 policiais militares e 1.960 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 300,32 habitantes.<sup>147</sup> Em re-

138 Conselho Nacional de Justiça, *Justiça em Números*, 2007.

139 Conselho Nacional de Justiça, *Justiça em Números*, 2007.

140 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

141 Conselho Nacional de Justiça, *Justiça em Números*, 2006.

142 Ministério da Justiça, *II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil*, 2006

143 Ministério Público do Estado de Goiás (informação obtida por telefone no mês de setembro, 2008).

144 Estado de Goiás ([www.goiias.go.gov.br](http://www.goiias.go.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública de Goiás ([www.sspj.go.gov.br](http://www.sspj.go.gov.br)). Data de acesso: setembro de 2008.

145 Estado de Goiás, Secretaria da Segurança Pública.

146 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

147 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))



lação a 2003, houve um aumento de 1,69% do efetivo total. Em 2006, 06 dos 246 municípios de Goiás tinham guarda municipal, com um efetivo total de 2.528 guardas.<sup>148</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Goiás<sup>149</sup> está sob administração da Secretaria do Estado de Justiça – Sejus. Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria-Geral de Justiça, que recebe denúncias e sugestões da população e presta serviços aos presos, seus familiares e servidores. Conta também com a existência de uma Corregedoria-Geral de Justiça, vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário, que gerencia e executa as atividades correcionais em todas as unidades da Sejus.

O estado possui 11 estabelecimentos prisionais, sendo 7 Penitenciárias, 2 Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares, 1 Casa do Albergado, 1 Centro de Observação Criminológica e Triagem, totalizando 5.248 vagas.

A população prisional em janeiro de 2008 era de 9.962 presos - considerados os 1.248 custodiados em delegacias policiais e os 466 em regime aberto, o que representava um déficit de 4.714 vagas. Em relação a 2005 houve um aumento de 1,6% da população encarcerada e um aumento de 65,7% no número de vagas<sup>150</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
<b>Fechado</b>	3.027	107	3.134
<b>Semi-aberto</b>	1.611	87	1.698
<b>Provisório</b>	3.174	228	3.402
<b>Medida de Segurança - Internação</b>	12	2	14
<b>TOTAL</b>	<b>7.824</b>	<b>424</b>	<b>8.248</b>

Fonte: Gerência de Cadastro e Controle

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, no segundo semestre de 2007 o total de óbitos no sistema prisional de Goiás foi de 19, dos quais 14 foram considerados criminais, 4 naturais e 1 suicídio. No período entre 2006 e 2007 ocorreram 784 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, em 2007 o total de mortes para o mesmo período foi de 4 e o de fugas de 126.

O Fundo Penitenciário Estadual ainda não foi criado. A Escola de Administração Penitenciária foi criada em 2006 e oferece cursos de formação, capacitação e qualificação dos servidores do sistema. Em 2007, foram qualificados e formados 2.300 servidores.

Goiás possui, ainda, 42 Conselhos da Comunidade, mas apenas 50% das 67 unidades penais sob

148 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

149 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Goiás, 2008.

150 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

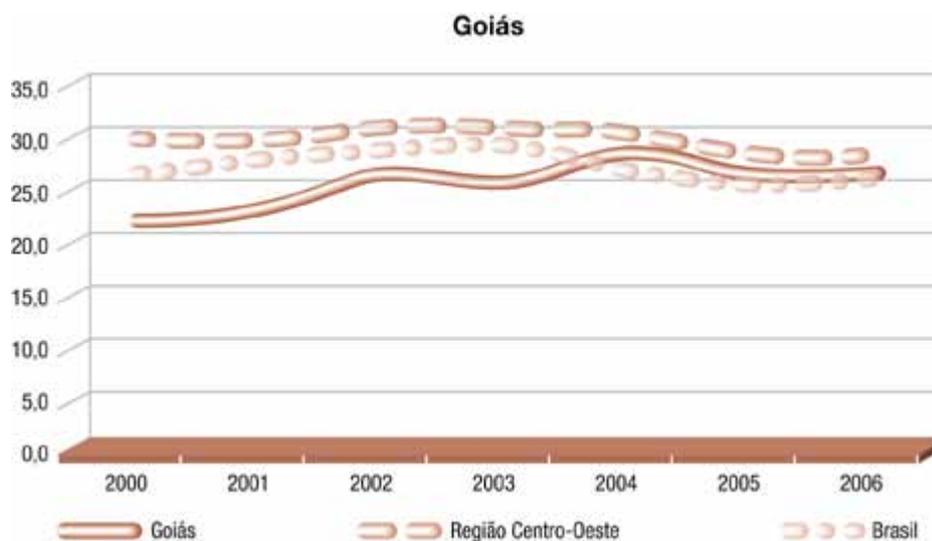


responsabilidade da Sejus recebem visitas dos Conselhos. A assistência jurídica aos presos é feita por meio de convênios ou de advogados dativos e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Central de Medidas e Penas Alternativas – Cepema, vinculada à Vara de Execuções Penais de Goiânia.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 14.097.513,72. Deste montante, 81,46% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Goiás foi de 26,31/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 20,62% em relação a 2000<sup>151</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 25,9/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 221,7/100 mil hab.<sup>152</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>153</sup> alcançaram a cifra de 402,6 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>154</sup> somaram 45,1 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>155</sup>, 91,9 registros/100 mil hab.<sup>156</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 2 casos de violência policial, sendo 4 o total de vítimas fatais, 3 casos de execuções sumárias com 2 vítimas fatais e uma ferida e nenhum caso de linchamento.

151 Ministério da Saúde, Datasus.

152 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

153 Roubo e extorsões mediante seqüestro

154 Tráfico, uso e porte de drogas

155 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

156 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



Um confronto entre sem-teto e policiais militares, ocorrido em Goiânia no dia 17 de fevereiro de 2005, resultou em duas vítimas fatais e vinte feridos entre os sem-teto e quatro feridos entre os policiais. Estes foram os números oficiais divulgados pelo secretário Jônathas Silva. Contudo, em um primeiro momento o Hospital de Urgência de Goiânia informou que 29 sem-teto feridos estavam internados, alguns por ferimentos decorrentes de armas de fogo. Posteriormente a direção do hospital comunicou que havia ocorrido um erro de cadastramento e que na verdade 13 era o número das vítimas feridas, sendo 11 delas por arma de fogo. Triunfo foi o nome dado a esta operação policial, que tinha como objetivo fazer a reintegração de posse de um terreno ocupado por cerca de 4.000 famílias<sup>157</sup>.

Uma chacina ocorrida na madrugada do dia 31 de maio de 2007 em um bar de Goiânia provocou a morte de cinco pessoas e feriu mais três. Segundo as informações da polícia, dois homens armados entraram no bar perguntando por uma pessoa, antes mesmo da resposta começaram a atirar. Entre os mortos estão Rony Rocha Cesário, Rogério de Moraes Cavalcante, Emanuel Domingues dos Santos Melo, Eliana Barbosa Fernandes e Tenison Silva Santos.

Entre as demais vítimas feridas de execução sumária está o jornalista Amaury Ribeiro Júnior baleado na noite do dia 19 de setembro de 2007 na Cidade Ocidental. Ele trabalhava para o “Correio Braziliense” fazendo uma série de reportagens sobre a violência no entorno do Distrito Federal. No dia em que foi morto apurava uma reportagem sobre o tráfico de drogas. O motorista que trabalhava com Ribeiro testemunhou o crime. Disse que eles tinham acabado a reportagem e estavam em uma mesa de bar quando um rapaz, que aparentava ter por volta de 18 anos, se aproximou apontando uma arma. O jornalista se jogou em cima do rapaz os dois caíram no chão, a arma disparou e uma bala perfurou o abdômen do primeiro. A polícia cogitou que a tentativa de homicídio foi devido ao fato de o jornalista ter mostrado a casa de um traficante em uma matéria. Este teria contratado Cezinha para executar Ribeiro<sup>158</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 25 áreas de conflito, envolvendo 5511 famílias, em 2005. Em 2006 foram 18 áreas de conflito e 1851 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 23 áreas de conflito somando 2902 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 20 áreas de ocupação, agrupando 5090 famílias. Em 2006 eram 13 áreas com 1530 famílias. E no ano de 2007 eram 20 áreas com 2579 famílias.<sup>159</sup> Já a Ouvidoria Agrária, no ano de 2005, registrou 9 ocupações de terra, com 2 mortes não relacionadas com conflitos agrários. Em 2006 foram registradas 9 ocupações de terra, sem mortes. Em 2007, os relatórios da ouvidoria apontam 10 ocupações de terra, sem mortes.<sup>160</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 26 denúncias de trabalho escravo sendo 404 trabalhadores libertados (desses, eram 15 menores). Em 2006 foram 4 denúncias e 154 trabalhadores libertados. No ano de 2007, registraram-se 11 denúncias e 658 trabalhadores libertados.

157 Folha de S.Paulo, 17/02/2005.

158 Folha de S.Paulo, 20/09/2007.

159 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

160 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scid=1935>)



## GRUPOS ESPECÍFICOS

### Crianças e adolescentes

A população do estado de Goiás é composta por 31,4% de crianças e adolescentes<sup>161</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,725, considerado médio. Existem 44,4% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 9,2% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 12,6%.<sup>162</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 2,1% e a taxa<sup>163</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 23,4%<sup>164</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 10,8% morrem vítimas de homicídio<sup>165</sup>.

No estado há 187 conselhos tutelares, 151 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 vara da infância e juventude<sup>166</sup>, 12 promotorias da infância e juventude<sup>167</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>168</sup>.

Em 2006, havia 224 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 446,1%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 3,11/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 796 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>169</sup>.

### Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,57% da população de Goiás, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 76,60 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 29% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>170</sup>.

O estado tinha 8 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 1 Centro de Referência; 1 Casa Abrigo; 1 vara adaptada para situações de violência doméstica e 2 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>171</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 745.000<sup>172</sup>.

161 Entre 12 e 18 anos de idade.

162 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

163 Por mil nascidos vivos

164 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

165 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

166 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

167 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

168 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

169 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

170 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

171 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

172 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convênios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convênios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.



## ■ Idosos

A população de Goiás é composta por 8,8% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 39,4% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 10,9% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>173</sup> é de 3,9%<sup>174</sup>.

## ■ Afro-descendentes

Em Goiás, 5,3% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 14,5%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 6,9%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 7 e o rendimento mensal médio é de 2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,5 e 3,1, respectivamente<sup>175</sup>.

## ■ Indígenas

Goiás conta com 14.110 habitantes declarados como indígenas. Isso equivale a 1,92% do total brasileiro<sup>176</sup>. Essa parcela da população está organizada em quatro povos/etnias, conforme tabela abaixo<sup>177</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Javaé	Karajá/Javaé, Itya Mahãdu	Karajá
Karajá	Caraiauna, Iny	Karajá
Avá-Canoeiro	Canoeiro, Cara-Preta, Carijó	Tupi-Guarani
Tapuio	Tapuya, Tapuia	

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>178</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Declaradas	01
Homologadas	04

173 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

174 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

175 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

176 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

177 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

178 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

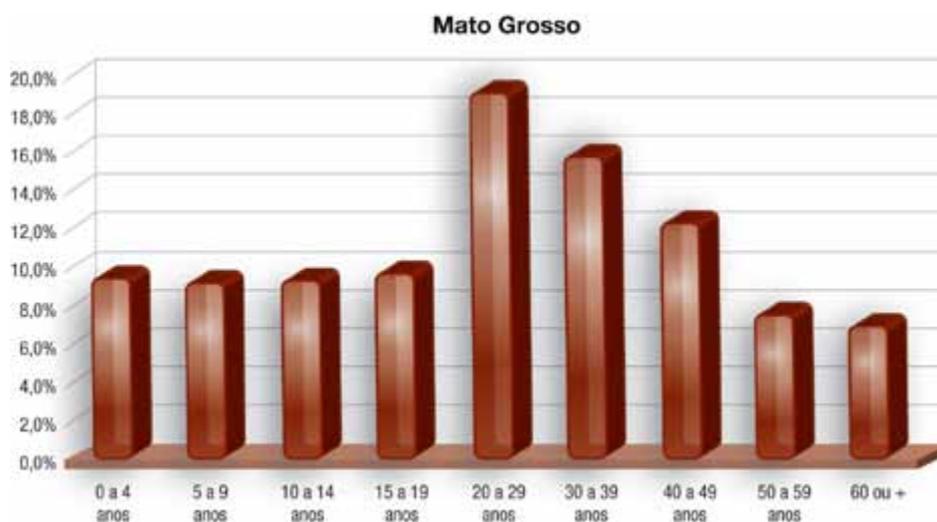
MNT

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS



**O** Mato Grosso tem 141 municípios, com território de 903.357,908 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 2.866.000 habitantes (3,17 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 76,62% vivem na área urbana e 23,38% na área rural<sup>179</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 3,3%, igual à média regional (3,3%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>180</sup>. Cuiabá, capital do estado, tem 526.830 habitantes (148,91 hab/km<sup>2</sup>)<sup>181</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 37.466.137,00 (1,70% do PIB nacional)<sup>182</sup>. O Índice Gini<sup>183</sup> da distribuição de renda é 0,520, abaixo da média regional de 0,558, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 15ª posição entre os estados<sup>184</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,685 em 1991 para 0,773 no ano 2000 (+ 12,85%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>185</sup>.

179 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

180 IBGE, Estimativas e Projeções da População

181 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

182 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

183 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

184 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

185 PNUD, 2000



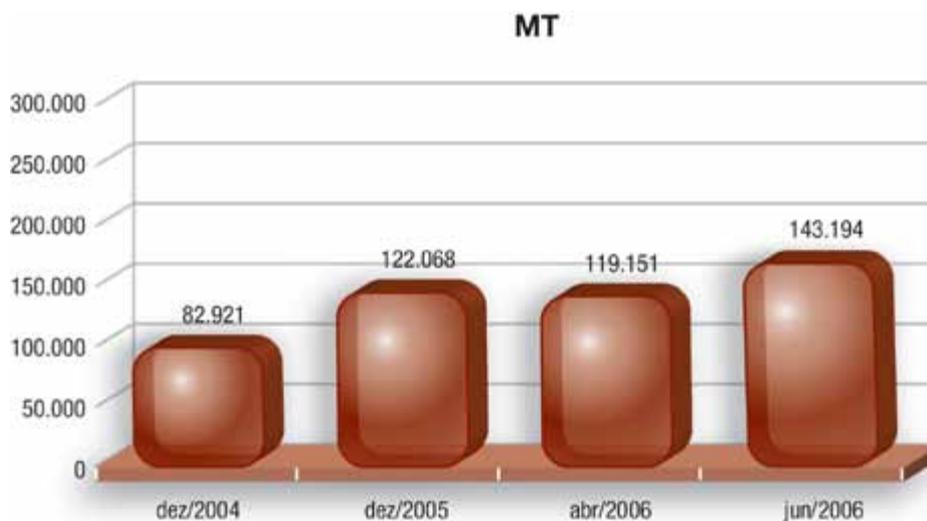
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Mato Grosso em 2006 era de aproximadamente 1.524.000 pessoas, o que representa 53,18 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>186</sup>, 31,1% estavam no setor agrícola, 9,4% na indústria, 5,9% na construção, 18,9% no comércio e 34,7% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 37,8% e a taxa de desocupação, 8%.<sup>187</sup>

## RENDA

No Mato Grosso, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,7% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 146,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 41,3% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.826,00. Existiam 56,45% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 4,59% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>188</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>189</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 69,81% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>190</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,4 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,8. Dos domicílios urbanos, 52,7% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 5,7% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>191</sup>.

186 De 10 ou mais anos de idade

187 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

188 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006  
(<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

189 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

190 IBGE, SIDRA, 2006

191 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



Do total de domicílios, 5,66% não tinham banheiro ou sanitário, 25,09% não tinham coleta de lixo e 4,35% não tinham iluminação elétrica<sup>192</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 10,1%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 24,9%<sup>193</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>194</sup> era de 6,8 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>195</sup> em relação à série recomendada era de 25%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>196</sup> era de 32%<sup>197</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	166,2	420,94
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,58	0,88
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,64	1,08
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	45,42	50,68
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	12,72	11,27
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab) ****</b>	62,65	348,55
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	28,7	28,7
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	38,7	41,1
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	6,13	5,68

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas

192 IBGE, SIDRA, 2007

193 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

194 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

195 Em até 2 anos.

196 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

197 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	45,3	66,7	85,9	70,7	62,1
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	14	22,9	18,5	16,6	16,3
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	47,1	48	50,4	48,8	35,1
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	84	87,7	90,1	90,8	90,0
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	82,7	87,6	90,3	90,7	89,8
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	45,7	42,9	38,61	36,69	36,13
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	13,1	15,6	15,98	16,96	16,32
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	69,3	77,2	89,79	89,54	91,63
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	22	29,3	94,94	96,41	94,34
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	17,3	33,1	68,59	70,5	68,8
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	5,9	13,05	14,56	18,12

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Mato Grosso dispôs de uma receita de R\$ 5.742.308.780,00 - 19,72% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>198</sup>:

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	8,14%	8,91%	0,77%
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	0,26%	0,09%	-0,17%
<b>SAÚDE</b>	10,00%	9,84%	-0,16%

198 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



<b>TRABALHO</b>	0,22%	0,35%	0,13%
<b>EDUCAÇÃO</b>	12,64%	13,09%	0,45%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	0,02%	0,08%	0,06%
<b>HABITAÇÃO</b>	1,54%	0,91%	-0,63%
<b>SANEAMENTO</b>	0,01%	0,07%	0,06%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 20 secretarias<sup>199</sup> e 75.858 servidores<sup>200</sup>, na proporção de um servidor para cada 37,07 habitantes, representando um aumento de 2,88% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Mato Grosso era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Mato Grosso assinou 21 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 2.037.118,51<sup>201</sup>. Destes convênios, um foi referente à promoção dos direitos da criança e do adolescente, seis à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, baldões de direitos, educação em direitos humanos), dois à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, cinco à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, dois à erradicação do trabalho escravo e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>202</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Mato Grosso e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribuiu para a redução da violência.<sup>203</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>204</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso.<sup>205</sup>

199 Gestão 2007-2010

200 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

201 Valor referente aos convênios firmados em 2006 e 2007. Não existe registro para os convênios de 2005.

202 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

203 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

204 Governo do Mato Gross ([www.mt.gov.br/](http://www.mt.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

205 Assembléia Legislativa do Mato Grosso ([www.al.mt.gov.br/](http://www.al.mt.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso aos projetos em trâmite na comissão, nem às atas das reuniões.



## Justiça

O Mato Grosso tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o DETRAN, o Corpo de Bombeiros, a Perícia e Identificação Técnica do Estado (POLITEC) e o Sistema Prisional. A Ouvidoria de Polícia e a Polícia Comunitária são duas das instituições integradas à Secretaria.<sup>206</sup>

No Mato Grosso, dos 139 municípios, 73 constituem sede de comarca.<sup>207</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Mato Grosso foi de 6,00%. Atuavam na justiça estadual 249 magistrados, sendo 210 na primeira instância e 39 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 9,4 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>208</sup> O total de pessoas atendidas foi de 238.571.<sup>209</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 150.855 processos, 445.494 estavam pendentes e 148.830 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 75,0%<sup>210</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 12.652 processos deram entrada, 8.873 estavam pendentes e 19.728 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 8,3%.

O estado tem também 8 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 65.608 processos, 104.626 estavam pendentes e 84.086 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 50,6%.<sup>211</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1999, conta com 74 defensores (1 defensor para cada 37.702,99 habitantes- 2006), atendendo 38,4% das comarcas do estado, em um total de 62.570 atendimentos, ou seja, 845,54 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>212</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 165 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 3.359,21 habitantes, sendo 139 promotores de justiça e 26 procuradores.<sup>213</sup>

## Segurança Pública

O Mato Grosso tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Superintendência de Perícia e Identificação, o Corpo de Bombeiros Militar, o Departamento Estadual de Trânsito e o sistema prisional. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa social.<sup>214</sup>

A Polícia Comunitária existe em Mato Grosso desde 2001, quando foram criadas as primeiras Companhias. Desde julho de 2002 está autorizada a criação de Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) no Mato Grosso.<sup>215</sup> Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública<sup>216</sup> estava em funcionamento.

206 Estado do Mato Grosso, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ([www.seguranca.mt.gov.br](http://www.seguranca.mt.gov.br))

207 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

208 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

209 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

210 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = \frac{\text{Sentenças} + \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}{\text{Magistrados}}$

211 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

212 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

213 Ministério Público do Estado do Mato Grosso (informação obtida no site do MP no mês de setembro, 2008).

214 Estado do Mato Grosso ([www.mt.gov.br](http://www.mt.gov.br)) e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso ([www.seguranca.mt.gov.br](http://www.seguranca.mt.gov.br)). Data de acesso: setembro de 2008.

215 Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso.

216 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal,



O efetivo policial era 9.452 em 2005, sendo 2.236 policiais civis, 6.270 policiais militares e 946 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 290,32 habitantes.<sup>217</sup> Em relação a 2003, houve uma redução de 2,3% do efetivo total. Em 2006, 05 dos 141 municípios do Mato Grosso tinham guarda municipal, com um efetivo total de 247 guardas.<sup>218</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Mato Grosso<sup>219</sup> está sob administração da Secretaria Adjunta da Justiça – Saju, vinculada à Secretaria do Estado de Justiça e Segurança Pública. Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria, mas um Projeto que prevê sua criação foi enviado ao Depen. Também não existe uma Corregedoria para o sistema penitenciário, e a Corregedoria Geral Integrada, da Secretaria do Estado de Justiça e Segurança Pública, nunca foi implementada.

O estado possui 62 estabelecimentos prisionais, sendo seis Penitenciárias, uma Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, e 54 Cadeias Públicas, totalizando 4.655 vagas.

A população prisional em 2007 era de 9.315 presos, considerados os 115 em regime aberto, o que representava um déficit de 4.660 vagas. Não existem presos custodiados em delegacias policiais. Em relação a 2005 houve um crescimento de 29% da população encarcerada e de 11,3% no número de vagas<sup>220</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	3.027	107	3.134
Semi-aberto	1.611	87	1.698
Provisório	3.174	228	3.402
Medida de Segurança - Internação	12	2	14
<b>TOTAL</b>	<b>7.824</b>	<b>424</b>	<b>8.248</b>

Fonte: Gerência de Cadastro e Controle

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Mato Grosso foi de 13, dos quais 3 foram considerados criminais e 10 naturais. No mesmo período ocorreram 394 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 1 e o de fugas, 78.

Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

217 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

218 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

219 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Mato Grosso, 2008.

220 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

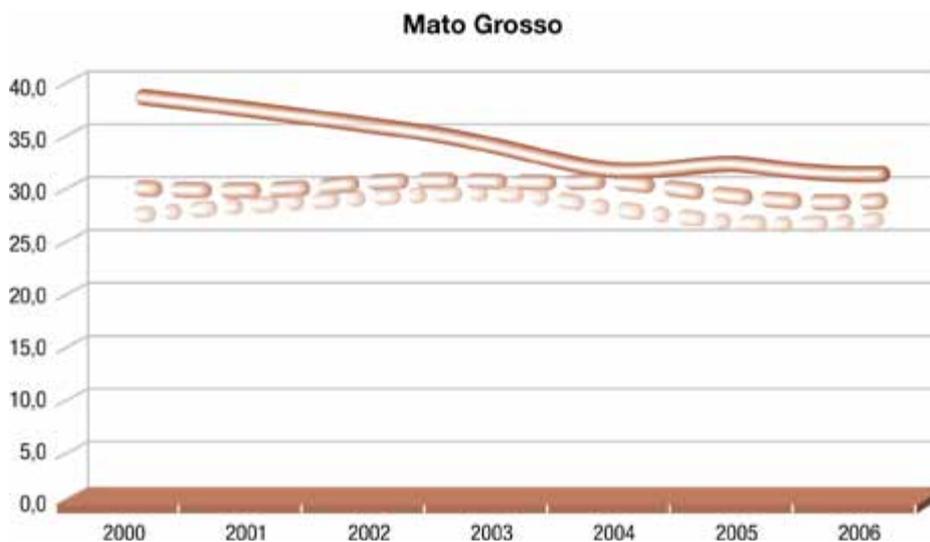


O Fundo Penitenciário Estadual foi extinto em dezembro de 2007. A Escola de Administração Penitenciária possui sede própria e desenvolve cursos de formação, qualificação e valorização dos servidores que trabalham no sistema. O Mato Grosso possui, ainda, 32 Conselhos da Comunidade, mas apenas oito estão atuando. A assistência jurídica é prestada de forma escassa, e não prioriza o atendimento aos presos, mas as Direções de Unidade. Não há no estado uma Central de Penas e Medidas Alternativas, mas o projeto que prevê sua criação já foi encaminhado ao Depen.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 16.376.952,69. Deste montante, 90,95% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

### ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Mato Grosso foi de 31,01/100 mil habitantes, o que representa uma queda de 18,24% em relação a 2000<sup>221</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 34,5/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 299,1/100 mil hab.<sup>222</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>223</sup> alcançaram a cifra de 352,1 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>224</sup> somaram 30,9 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>225</sup>, 231,3 registros/100 mil hab.<sup>226</sup>

221 Ministério da Saúde, Datasus.

222 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

223 Roubos e extorsões mediante seqüestro

224 Tráfico, uso e porte de drogas

225 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

226 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 3 casos de violência policial, sendo 2 o total de vítimas fatais e 11 o de feridas, 2 casos de execuções sumárias com 6 vítimas fatais e 2 feridas e nenhum caso de linchamento.

Durante simulação de um seqüestro de um ônibus feito por PMs do Grupo de Operações Especiais - GOE em Rondonópolis, um garoto foi morto e nove pessoas ficaram feridas no dia 26 de maio de 2007. Os policiais deveriam usar munição falsa, porém as balas eram verdadeiras. Segundo denúncia do Ministério Público, o policial apontado como autor dos disparos estaria insatisfeito por ter sido designado para a tarefa, trocando intencionalmente a munição. O incidente ocorreu durante o Mutirão da Cidadania, evento promovido pela Prefeitura da cidade no bairro Jardim das Flores<sup>227</sup>.

Vanderlei Macena Cruz e Mauro Gomes Duarte foram mortos a tiros no dia 16 de novembro de 2005 em Nova Guarita. Os dois eram trabalhadores rurais ligados à CPT (Comissão Pastoral da Terra), pertenciam a um grupo de 350 famílias que reivindicava terras na região desde junho de 2003. A CPT informou que os dois foram mortos quando passavam de moto pela divisa de terras, que tinham como supostos donos Silmar Kessler e Sebastião Neves de Almeida<sup>228</sup>.

Entre as vítimas fatais por execução sumária estão também a pró-reitora da UFMT, Soraiha Miranda de Lima, o prefeito da unidade, Luis Mauro Pires Russo e o professor do curso de zootecnia, Alessandro Luís Fraga. Eles foram mortos no dia 27 de novembro de 2007 a tiros por um homem encapuzado, na frente da casa de Soraiha, quando voltavam de uma viagem a Cuiabá. O prefeito chegou a descrever o criminoso à polícia antes de morrer. Depois de levantadas várias hipóteses, a polícia chegou a dois suspeitos no dia 30 de dezembro de 2007. Um deles, Jaeder Silveira dos Santos, confessou ter atirado nas vítimas a mando do outro, Jorge Luís Tabory, dono de um lava-rápido que operava dentro do campus. A pró-reitora estava re- vendo contratos de empresas que operavam na universidade, o que estaria “derrubando privilégios” do dono do lava-rápido, que foi encontrado com a arma do crime e o celular do prefeito do campus<sup>229</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 49 áreas de conflito, envolvendo 12993 famílias, em 2005. Em 2006 foram 31 áreas de conflito e 5724 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 16 áreas de conflito somando 2822 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 10 áreas de ocupação, agrupando 1600 famílias. Em 2006 eram 4 áreas com 870 famílias. E no ano de 2007 eram 1 áreas com 350 famílias.<sup>230</sup> Já a Ouvidoria Agrária contabilizou em 2005, 5 ocupações de terra com 2 mortes decorrentes do conflitos agrários e 2 em investigação. Em 2006 foram 3 ocupações, sem mortes. No ano de 2007, foram 2 ocupações de terra, sem mortes.<sup>231</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 30 denúncias de trabalho escravo sendo 1494 libertados. Em 2006 foram 22 denúncias e 444 trabalhadores libertados (destes 16 eram menores). No ano de 2007, registraram-se 19 denúncias e 117 trabalhadores libertados.

227 Notícias publicadas a partir de 26 de maio de 2007 nos jornais O Diário de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo.

228 Folha de S.Paulo, 18/11/2005.

229 Notícias publicadas a partir de 29 de novembro de 2007 nos jornais O Diário de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo.

230 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

231 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)



## GRUPOS ESPECÍFICOS

### Crianças e adolescentes

A população do estado do Mato Grosso é composta por 34% de crianças e adolescentes<sup>232</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,722, considerado médio. Existem 44,2% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 13,9% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 11,4%.<sup>233</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 1,5% e a taxa<sup>234</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 24,7%<sup>235</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 11,0% morrem vítimas de homicídio<sup>236</sup>.

No estado há 129 conselhos tutelares, 129 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 04 varas da infância e juventude<sup>237</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>238</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>239</sup>.

Em 2006, havia 253 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 47,8%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 6,57/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 452 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>240</sup>.

### Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 49,30% da população do Mato Grosso, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 76,60 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 30,8% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>241</sup>.

O estado tinha 7 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 2 Centros de Referência; 3 Casas Abrigo; 4 varas adaptadas para situações de violência doméstica e 5 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>242</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 1.432.001,74<sup>243</sup>.

232 Entre 12 e 18 anos de idade.

233 UNICEF, Situação Mundial da Infância - Caderno Brasil 2008.

234 Por mil nascidos vivos

235 UNICEF, Situação Mundial da Infância - Caderno Brasil 2008.

236 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

237 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

238 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

239 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

240 SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

241 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

242 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

243 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.



## ■ Idosos

A população do Mato Grosso é composta por 7,9% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 37,9% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 15,5% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>244</sup> é de 3,3%<sup>245</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Mato Grosso, 6,1% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 16,6%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 5,4%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,6 e o rendimento mensal médio é de 1,9 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,6 e 3,9, respectivamente<sup>246</sup>.

## ■ Indígenas

O Estado de Mato Grosso, conta com 29.196 pessoas declaradas como indígenas. Isso equivale a 3,98% do total brasileiro<sup>247</sup>. Essa parcela da população está organizada em 40 (quarenta) povos/etnias, conforme tabela abaixo<sup>248</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Paresí	Pareci, Halíti, Arití	Aruak
Kalapalo		Karib
Trumai		Trumái
Xavante	Akwe, A'uwe	Jê
Terena		Aruak
Kuikuro	Kuikuru	Karib
Munduruku	Mundurucu	Munduruku
Yawalapiti		Aruak
Matipu		Karib
Enawenê-nawê	Enauenê nauê, Salumã, Enawenê-nawê	Aruak

244 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

245 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

246 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

247 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

248 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.



Guató		Guató
Karajá	Caraiauna, Iny	Karajá
Apiaká	Apiacá	Tupi-Guarani
Tapirapé		Tupi-Guarani
Yudjá	Yuruna, Juruna, Yudjá	Juruna
Zoró	Pageyn	Monde
Umutina	Barbados, Omotina	Bororo
Mehinako	Meinaco, Meinacu, Meinaku	Aruak
Kisêdjê	Suiá, Kisidjê	Jê
Nahukuá	Nafukwá, Nahkwá, Nafuquá, Nahukwá	Karib
Paiter	Suruí Paiter, Paiter	Monde
Tapayuna	Beijo de pau	Jê
Waujá	Waurá	Aruak
Ikpeng	Txicão, Ikpeng	Karib
Iranxe Manoki	Irantxe, Manoki	Iranxe
Kaiabi	Kayabi, Caiabi, Kaiaby, Kajabi, Cajabi	Tupi-Guarani
Kamaiurá	Kamayurá	Tupi-Guarani
Nambikwara	Nambiquara, Anunsu, Halotesu, Kithaulu, Wakalitesu, Sawentesu, Negarotê, Mamaindê, Latundê, Sabanê, Manduka, Tawandê, Hahaintesu, Alantesu, Waikisu, Alaketesu, Wasusu, Sararé, Waikatesu	Nambikwára
Bakairi	Bacairi, Kurã, Kurâ	Karib
Bororo	Coxiponê, Araripoconê, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Boe	Bororo
Aweti	Awytyza, Enumaniá, Anumaniá, Auetö	Aweti



Chiquitano	Chiquito	Chiquito
Cinta larga	Matetamãe	Monde
Panará	Kreen-Akarore, Krenhakore, Krenakore, Índios Gigantes	Jê
Apurinã	Ipurina, Popukare	Aruak-maipure
Arara do Rio Branco	Arara do Beiradão, Arara do Aripuanã	
Rikbaktsa	Erigbaktsa, Canoeiros, Orelhas de Pau, Rikbaktsá	Rikbaktsá
Naruvôtu		Karib
Kayapó	Kaiapó, Caiapó, Gorotire, A'ukre, Kikretum, Makragnotire, Kuben-Kran-Ken, Kokraimoro, Metuktire, Xikrin, Kararaô, Mebengokre	Jê
Menky Manoki	Munku, Menku, Myky, Manoki	Iranxe

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>249</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declaradas</b>	07
<b>Com restrição de uso</b>	01
<b>Em Identificação</b>	11
<b>Homologadas</b>	52
<b>Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação</b>	04
<b>Reservada</b>	03

Em 2006 encontramos dados de dois conflitos de terra envolvendo indígenas. Um ocorreu em terras Marãiwatsedé, do povo Xavante. Apesar de homologada desde 1998, ela continua invadida por posseiros. Por conta dos conflitos a comunidade indígena (com cerca de 600 indivíduos) permanece confinada em uma pequena área de alguns alqueires. O segundo conflito relatado diz respeito à pavimentação da BR-163, ligando Cuiabá a Santarém. A contestação nasce do fato do traçado da rodovia cortar terras indígenas.

249 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.



Também encontramos dados sobre nove comunidades e povos indígenas “isolados”. Em todos os casos a principal ameaça são as madeiras, as fazendas e os projetos de colonização. A tabela que segue conta com informações sobre esses grupos isolados e sua localização no estado<sup>250</sup>.

Grupo	Município
Isolados do Moreru/Pacutinga	Cotriguaçu
Isolados do rio Bararati	Cotriguaçu
Isolados do Apiacá	Apiacás
Isolados do rio Madeirinha	Aripuanã
Isolados do Apiacás	
Isolados “Baixinhos do Aripuanã”	Aripuanã
Isolados do rio Tenente Marques	Juína
Isolados do rio Cabixi	Comodoro
Isolados “Urubu”	Ji-Paraná

250 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009. Isolados do Moreru/Pacutinga, Isolados do rio Bararati, Isolados do Apiacá, Isolados do rio Madeirinha, Isolados do Apiacás, Isolados Baixinhos do Aripuanã, Isolados do rio Tenente Marques, Isolados do rio Cabixi, Isolados Urubu



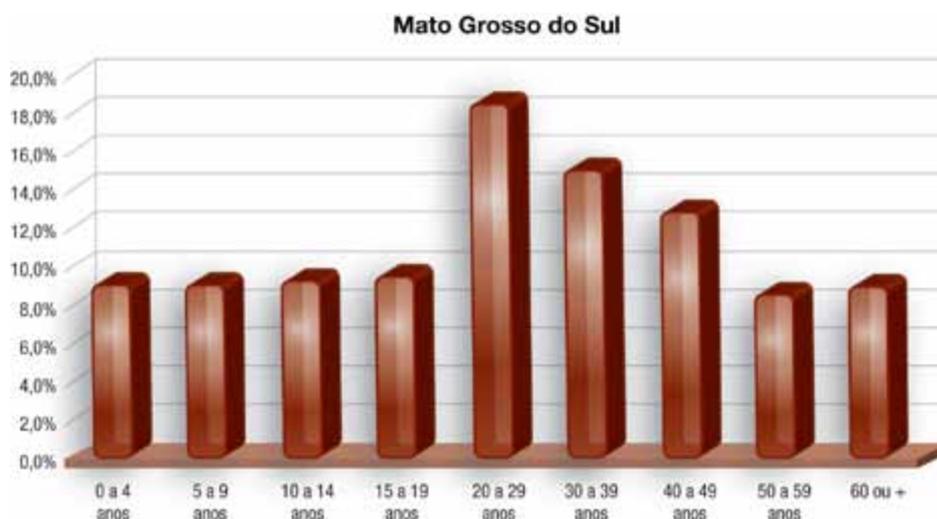
MMS

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS



O Mato Grosso do Sul tem 78 municípios, com território de 357.124,962 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 2.304.000 habitantes (6,45 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 84,72% vivem na área urbana e 15,28% na área rural<sup>251</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,6%, abaixo da média regional (3,3%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>252</sup>. Campo Grande, capital do estado, tem 724.524 habitantes (89,49 hab/km<sup>2</sup>)<sup>253</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 21.641.772,00 (1% do PIB nacional)<sup>254</sup>. O Índice Gini<sup>255</sup> da distribuição de renda é 0,531, abaixo da média regional de 0,558, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 11ª posição entre os estados<sup>256</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,716 em 1991 para 0,778 no ano 2000 (+ 8,66%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>257</sup>.

251 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

252 IBGE, Estimativas e Projeções da População

253 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

254 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

255 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

256 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

257 PNUD, 2000



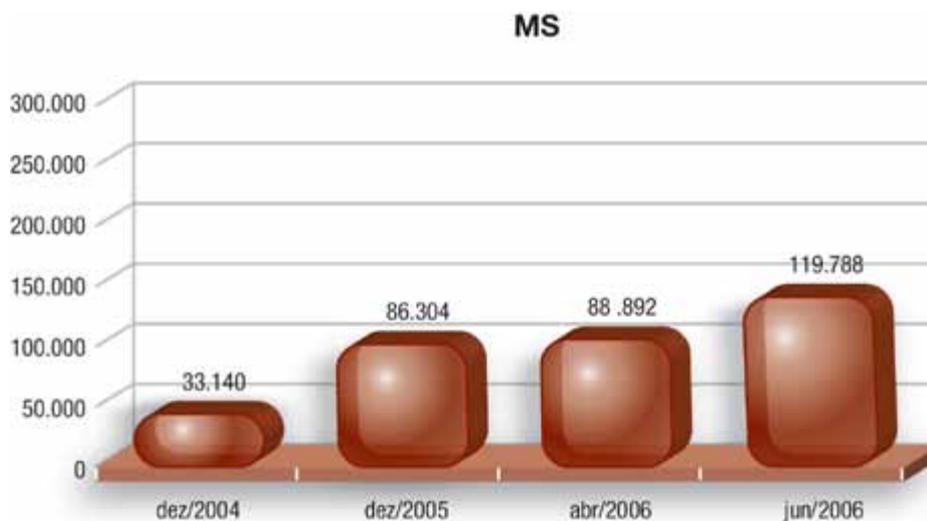
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Mato Grosso do Sul em 2006 era de aproximadamente 1.201.000 pessoas, o que representa 52,13 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>258</sup>, 19% estavam no setor agrícola, 10,4% na indústria, 7% na construção, 20,7% no comércio e 42,7% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 28,4% e a taxa de desocupação, 8,6%.<sup>259</sup>

## RENDA

No Mato Grosso do Sul, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,6% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 116,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 42% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.853,00. Existiam 53,64% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 4,74% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>260</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>261</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 66,6% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>262</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,3 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,8. Dos domicílios urbanos, 50,3% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 5,8% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>263</sup>.

258 De 10 ou mais anos de idade

259 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

260 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

261 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

262 IBGE, SIDRA, 2006

263 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



Do total de domicílios, 0,65% não tinham banheiro ou sanitário, 11,23% não tinham coleta de lixo e 0,65% não tinham iluminação elétrica<sup>264</sup>.

## **EDUCAÇÃO**

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 8,4%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 22,2%<sup>265</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>266</sup> era de 7,0 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>267</sup> em relação à série recomendada era de 24,2%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>268</sup> era de 31,4%<sup>269</sup>.

## **SAÚDE**

	<b>2000</b>	<b>2006</b>
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	170,38	431,78
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,45	0,67
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,01	1,41
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	42,78	51,08
<b>Detecção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	2,56	2,7
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	224,83	538,56
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	20,0	30,3
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	46,9	48,0
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	5,68	4,19

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas

264 IBGE, SIDRA, 2007

265 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

266 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

267 Em até 2 anos.

268 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

269 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	59,4	37	70	83,5	57,0
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 100.000)</b>	28,9	22,9	19,3	18,8	19,2
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	52,4	42,6	46,5	40,2	36,1
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	83,1	88,1	89,8	90,7	91,1
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	85,4	89,5	92,2	92,4	92,3
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	40,5	40,3	33,54	31,3	29,97
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	15,5	18,2	17,3	18,13	17,76
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	84,5	89,8	97,64	98,11	97,31
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	14	17,5	99,36	99,42	99,35
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	22,1	45,4	83,03	85,68	86,61
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	7,4	15,47	18,58	23,32

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Mato Grosso do Sul dispôs de uma receita de R\$ 4.538.945.566,00 - 17,78% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>270</sup>:

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	8,87%	8,88%	0,01%
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	2,33%	1,89%	-0,44%

270 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

<b>SAÚDE</b>	6,98%	8,34%	1,36%
<b>TRABALHO</b>	0,23%	0,10%	-0,13%
<b>EDUCAÇÃO</b>	12,85%	12,16%	-0,69%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	1,24%	1,77%	0,53%
<b>HABITAÇÃO</b>	0,37%	0,49%	0,12%
<b>SANEAMENTO</b>	0,00	0,00	0,00

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.



A administração direta do estado era composta por 11 secretarias<sup>271</sup> e 56.640 servidores<sup>272</sup>, na proporção de um servidor para cada 40,08 habitantes, representando uma redução de 1,68% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Mato Grosso do Sul era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Mato Grosso do Sul assinou 32 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 6.250.772,07. Destes convênios, seis foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um à proteção de vítimas e testemunhas, oito à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, balcões de direitos), três à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, quatro ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes e dez à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>273</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Mato Grosso do Sul e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>274</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>275</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos.<sup>276</sup>

271 Gestão 2007-2010

272 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

273 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

274 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

275 Governo do Mato Grosso do Sul ([www.ms.gov.br/](http://www.ms.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

276 Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul ([www.al.ms.gov.br/](http://www.al.ms.gov.br/)).



## Justiça

O Mato Grosso do Sul tem uma Secretaria do Estado de Justiça e Segurança, composta pelas seguintes Superintendências: de Segurança Pública; de Inteligência de Segurança Pública; de Políticas de Segurança Pública; de Políticas Penitenciárias; e de Assistência Socioeducativa<sup>277</sup>.

No Mato Grosso do Sul, dos 77 municípios, 50 constituem sede de comarca.<sup>278</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Mato Grosso do Sul foi de 5,08%. Atuavam na justiça estadual 178 magistrados, sendo 153 na primeira instância e 25 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 8,5 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>279</sup> O total de pessoas atendidas foi de 531.300.<sup>280</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 199.609 processos, 401.653 estavam pendentes e 149.196 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 75,2%<sup>281</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 39.639 processos deram entrada, 9.526 estavam pendentes e 37.571 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 23,6%.

O estado tem também 15 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 109.482 processos, 42.795 estavam pendentes e 99.138 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 34,9%.<sup>282</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1990, conta com 152 defensores (1 defensor para cada 14.843,42 habitantes - 2006), atendendo 100% das comarcas do estado, em um total de 405.484 atendimentos, ou seja, 2667,66 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>283</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 182 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 11.884,58 habitantes, sendo 155 promotores de justiça e 27 procuradores.<sup>284</sup>

## Segurança Pública

O Mato Grosso do Sul tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, o Centro Integrado de Operações de Segurança, o Conselho Estadual de Trânsito, a Coordenadoria-Geral de Perícias, e o Departamento de Operações de Fronteira. A secretaria conta com uma corregedoria geral de polícia. Não há ouvidoria do sistema de justiça e segurança pública.<sup>285</sup>

Desde dezembro de 2002, a Secretaria de Justiça e Segurança Pública está autorizada a criar Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) no Mato Grosso do Sul. A resolução SEJUSP/MS nº 332, de agosto de 2005, aprovou o Plano Diretor para a Implementação da Polícia Comunitária no estado.<sup>286</sup> Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI.

277 Estado do Mato Grosso do Sul, Secretaria de Justiça e Segurança ([www.sejusp.ms.gov.br](http://www.sejusp.ms.gov.br))

278 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

279 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

280 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

281 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

282 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

283 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

284 Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul (informação obtida por telefone no mês de setembro, 2008)

285 Estado do Mato Grosso do Sul ([www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br)) e Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul ([www.sejusp.ms.gov.br](http://www.sejusp.ms.gov.br)). Data de acesso: setembro de 2008.

286 Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul. Coordenadoria de Polícia Comunitária.



O efetivo policial era de 8.517 em 2006, sendo 1.940 policiais civis, 5.291 policiais militares e 1.286 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 264,91 habitantes.<sup>287</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 23,52% do efetivo total. Em 2006, 05 dos 78 municípios do Mato Grosso do Sul tinham guarda municipal, com um efetivo total de 351 guardas.<sup>288</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Mato Grosso do Sul<sup>289</sup> está sob administração da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – Agepen/MS, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria específica para o sistema, mas está em andamento o projeto que cria uma Ouvidoria ligada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. Também não há uma Corregedoria para assuntos do sistema prisional, mas existe um projeto que prevê a criação de uma Corregedoria vinculada à presidência da Agepen. Alternativamente foram criadas comissões sindicantes para apurar eventuais irregularidades.

O estado possui 24 estabelecimentos prisionais, sendo 22 Penitenciárias, uma Colônia Agrícola, Industrial ou Similar e um Centro de Observação Criminológica e Triagem, totalizando 4.135 vagas.

A população prisional em dezembro de 2007 era de 11.016 presos - considerados os 1.582 custodiados em delegacias policiais e os 613 em regime aberto, o que representava um déficit de 6.881 vagas. Em relação a 2004 houve um crescimento de 26,7% da população encarcerada e de 12,3% no número de vagas<sup>290</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	3.027	107	3.134
Semi-aberto	1.611	87	1.698
Provisório	3.174	228	3.402
Medida de Segurança - Internação	12	2	14
<b>TOTAL</b>	<b>7.824</b>	<b>424</b>	<b>8.248</b>

Fonte: Gerência de Cadastro e Controle

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Mato Grosso do Sul foi de 48, dos quais 18 foram considerados criminais, 26 naturais, 2 suicídios, e 2 acidentais. No mesmo período ocorreram 41 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 3 e o de fugas 177.

287 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

288 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

289 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Mato Grosso do Sul, 2008.

290 Dados de 2004 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

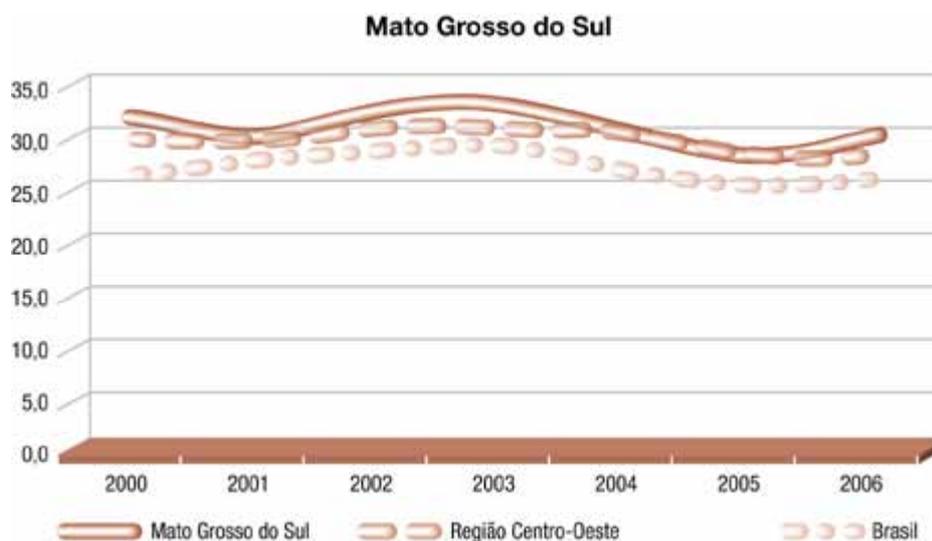


O estado não possui Fundo Penitenciário Estadual. A Escola de Administração Penitenciária foi criada em 2006 e desenvolve cursos e palestras de formação, capacitação e qualificação dos servidores públicos do sistema. O Mato Grosso do Sul possui, ainda, Conselhos da Comunidade em todas as 54 comarcas do estado. Todos os Conselhos prestam relatório mensal ao Juiz da Execução. A assistência jurídica aos presos é feita em todos os estabelecimentos penais e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Central de Execução de Penas Alternativas – CEPA, que existe apenas na comarca de Campo Grande e é ligada à primeira Vara de Execução Penal. No ano de 2007 foram contemplados 1.183 apenados.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 13.994.097,82. Deste montante, 58,23% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Mato Grosso Sul foi de 29,46/100 mil habitantes, o que representa uma queda de 11,34% em relação a 2000<sup>291</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 35/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 513,3/100 mil hab.<sup>292</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>293</sup> alcançaram a cifra de 164,2 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>294</sup> somaram 92,5 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>295</sup>, 128,6 registros/100 mil hab.<sup>296</sup>

291 Ministério da Saúde, Datasus.

292 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

293 Roubos e extorsões mediante seqüestro

294 Tráfico, uso e porte de drogas

295 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

296 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



O Banco de Dados do NEV-USP, entre 2005 e 2007, não registrou nenhum caso de violência policial, mas registrou 7 casos de execuções sumárias com 8 vítimas feridas e 8 fatais e 1 caso de linchamento.

Entre as vítimas por execução sumária está o índio guarani-caiová, Dorvalino Rocha, assassinado na cidade de Antônio João, no dia 24 de dezembro de 2005. Algumas testemunhas afirmaram que um veículo com três pessoas aproximou-se dos índios acampados na Fazenda Fronteira e tiros foram disparados. Também afirmaram que o responsável pelos tiros que matou o índio é um segurança das fazendas da região<sup>297</sup>.

O advogado William Maksoud, que na época tinha 50 anos, foi morto em abril de 2006 na cidade de Campo Grande. A morte de Maksoud foi de autoria do PCC, uma represália por ele não ter conseguido a transferência de um integrante do Primeiro Comando da Capital e por não ter aceito trabalhar de graça para os criminosos. O líder do PCC, Marcos Willians Camacho, o Marcola, e mais quatro suspeitos foram acusados pela promotoria como mandantes do crime<sup>298</sup>.

Na noite do dia 8 de junho de 2007 o líder indígena guarani-caiová Ortiz Lopes foi morto a tiros na aldeia Taquaperi, no município de Coronel Sapucaia. Segundo o Conselho Indigenista Missionário, Lopes teria recebido ameaças de morte e foi anteriormente alvo de uma tentativa de assassinato por causa de conflitos entre índios e fazendeiros por posse de terras na região. A mulher do líder indígena em depoimento à polícia afirmou que a morte ocorreu às 18 horas e meia, quando um homem se aproximou da vítima que estava em frente a sua casa, lhe disse “boa noite” e em seguida disparou três tiros<sup>299</sup>.

Franco Moraes Galvão, que na época tinha 24 anos, foi linchado no dia 25 de maio de 2006, por um grupo de aproximadamente 20 pessoas depois de ter roubado dois potes de margarina de um supermercado no centro de Dourados. Galvão foi socorrido por bombeiros, mas morreu a caminho do hospital. Cogitou-se a possibilidade de ele ser cleptomaníaco, porém, a polícia não confirmou tal possibilidade<sup>300</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 40 áreas de conflito, envolvendo 5342 famílias, em 2005. Em 2006 foram 39 áreas de conflito e 11041 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 9 áreas de conflito somando 1770 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 16 áreas de ocupação, agrupando 1618 famílias. Em 2006 eram 22 áreas com 3700 famílias. E no ano de 2007 eram 8 áreas com 1345 famílias.<sup>301</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou em 2005 9 ocupações de terra e apontou 1 morte não relacionada aos conflitos agrários. No ano de 2006, foram 5 ocupações de terra, sem registro de mortes. Dados referentes ao ano de 2007, indicam 2 ocupações de terra, sem mortes.<sup>302</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 4 denúncias de trabalho escravo sendo 26 trabalhadores libertados. Em 2006 foram 3 denúncias e 29 trabalhadores libertados. No ano de 2007, registrou-se 13 denúncias e 1634 trabalhadores libertados.

297 Folha de [S.Paulo](#), 26/12/2005. O Estado de S. Paulo, 25/12/2005-30/12.

298 Folha de [S.Paulo](#), 26/07/2006.

299 Folha de [S.Paulo](#), 10/07/2007.

300 O Estado de [S.Paulo](#), 26/05/2007.

301 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

302 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)



## ■ Liberdade de imprensa

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) emitiu no dia 26 de janeiro de 2007 uma ordem de censura preventiva contra o jornal regional, O Correio do Estado, o qual foi proibido de mencionar em suas publicações o nome de André Puccinelli Jr, filho do Governador do Estado, acusado de envolvimento em um caso de fraude eleitoral. O jornal foi submetido também a uma multa de R\$ 50.000,00 todas às vezes que desrespeitasse a decisão do TRE e mencionasse o nome do filho do governador. O jornal, dois dias depois, tentou publicar uma entrevista de André Puccinelli Jr, na qual ele se defendia das acusações, todavia, o jornal se deparou com a proibição e a entrevista não foi publicada.<sup>303</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Mato Grosso do Sul é composta por 32,8% de crianças e adolescentes<sup>304</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,756, considerado médio. Existem 43,2% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, 9,7% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 7,4%.<sup>305</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 2,4% e a taxa<sup>306</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 21,6%<sup>307</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 11,0% morrem vítimas de homicídio<sup>308</sup>.

No estado há 78 conselhos tutelares, 77 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 02 varas da infância e juventude<sup>309</sup>, 48 promotorias da infância e juventude<sup>310</sup> e 01 Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>311</sup>.

Em 2006, havia 245 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 15,8%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 7,98/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 539 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>312</sup>.

### ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,22% da população do Mato Grosso do Sul,

303 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

304 Entre 12 e 18 anos de idade.

305 UNICEF, Situação Mundial da Infância - Caderno Brasil 2008.

306 Por mil nascidos vivos

307 UNICEF, Situação Mundial da Infância - Caderno Brasil 2008.

308 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

309 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

310 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

311 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

312 SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))



sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 76,90 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, 30,2% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>313</sup>.

O estado tinha 13 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 4 Centros de Referência; 1 Casa Abrigo; 1 vara adaptadas para situações de violência doméstica e não possuía Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>314</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 1.656.116,95<sup>315</sup>.

## ■ Idosos

A população do Mato Grosso do Sul é composta por 8,8% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 40,5% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 15,0% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>316</sup> é de 4,5%<sup>317</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Mato Grosso do Sul, 5,3% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 15,7%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 6,3%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,6 e o rendimento mensal médio é de 1,9 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,6 e 3,3, respectivamente<sup>318</sup>.

## ■ Indígenas

Mato Grosso do Sul conta com 53.900 pessoas identificadas como indígenas, isso equivale a 7,34% do total brasileiro<sup>319</sup>. Essa população está organizada em nove povos/etnias, conforme tabela abaixo<sup>320</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Terena		Aruak
Chamacoco		Samuko
Guató		Guató

313 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

314 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

315 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

316 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

317 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

318 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

319 Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

320 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.



Kadiwéu	Kaduveo, Caduveo, Kadivéu, Kadiveo	Guaikuru
Ofaié	Ofaié-Xavante	Ofayé
Guarani Kaiowá	Pai-Tavyterã, Tembukuára	Tupi-Guarani
Kinikinau	Kinikinao, Guaná	Aruak
Kamba		
Guarani Ñandeva	Ava-Chiripa, Ava-Guarani, Xiripa, Tupi-Guarani	Tupi-Guarani

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>321</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declaradas</b>	06
<b>Dominial indígena</b>	01
<b>Em Identificação</b>	08
<b>Homologadas</b>	23
<b>Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação</b>	05
<b>Reservada</b>	05

No ano de 2008, segundo dados do relatório elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário, foram registrados 42 (quarenta e dois) casos de assassinato entre os Guarani Kaiowa. A maior parte dos casos envolveu o uso de armas brancas (30 casos). Também foram identificados o uso de armas de fogo (2 casos), espancamento (2 casos), asfixia (2 casos), corda (1 caso), estupro (1 caso).<sup>322</sup> Além disso, foram contabilizados 18 (dezoito) casos de tentativa de assassinato entre os Guarani Kaiowa. Dos casos de assassinato, 14 (catorze) estão declaradamente relacionados ao uso de bebidas alcoólicas. Já entre os casos de tentativa de assassinato, verificamos que 2 possuem o envolvimento do uso de bebidas alcoólicas.

Uma tentativa de linchamento ocorreu no estabelecimento penal de Amambaí, onde dois indígenas tiveram de ser socorridos no hospital regional após sofrerem uma tentativa de linchamento por parte dos outros detentos. Esse estabelecimento penal conta – atualmente – com 41 índios presos na ala masculina, aguardando julgamento por homicídio ou tentativa de homicídio.<sup>323</sup>

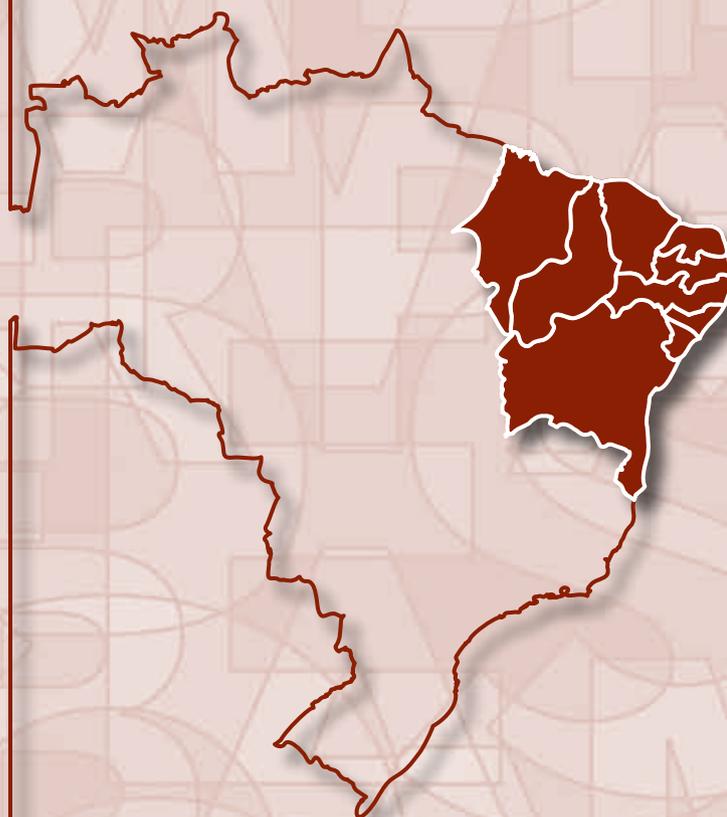
321 Instituto Sócio Ambiental ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), consultado dia 27 de outubro de 2008.

322 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

323 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>). Segundo informações coletadas, a superlotação na unidade é apontada como a principal causa dos casos de agressões. Com capacidade para 67 detentos, hoje ele abriga 197 internos em regime fechado.



## REGIÃO NORDESTE



ALAGOAS **AL**

BAHIA **BA**

CEARÁ **CE**

MARANHÃO **MA**

PARAIBA **PB**

PERNAMBUCO **PE**

PIAUI **PI**

RIO GRANDE  
DO NORTE **RN**

SERGIPE **SE**

## Introdução – Região Nordeste

A região Nordeste concentra 27,6% da população do país e detém, em 2006, 13% do PIB nacional.<sup>324</sup> Em 2004, a participação da região no PIB nacional era de 14,3%, houve, portanto uma queda. Na região, o Maranhão foi o único estado que apresentou um pequeno aumento em sua participação no PIB nacional (+0,3), seis estados permaneceram praticamente estagnados (Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), Bahia e Pernambuco reduziram sua participação no PIB nacional.

Em 2006, o Índice Gini<sup>325</sup> da região era de 0,556, acima do índice nacional de 0,547, posicionando-a como uma das regiões com maior desigualdade na distribuição de renda. Ceará era o estado com a menor desigualdade (0,560) e Piauí o de maior desigualdade (0,607), a mais alta da região e também do país.

Em 2006, o grupo dos 10% mais pobres detinha apenas 1,3% da renda mensal da região, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 44,8% da renda<sup>326</sup>. Está nesta região a maior diferença entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres do país. O Nordeste é a região do Brasil onde há o maior número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo, aproximadamente 73,8%, enquanto apenas 2,5% tinham rendimento per capita acima de cinco salários-mínimos. Alagoas e Maranhão são os estados da região com maior número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo (78,3% e 76,6%) e Rio Grande do Norte o estado com menor número (70,4%)<sup>327</sup>.

Quando se observam os dados de 2004, nota-se que praticamente não houve alterações tanto no número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo como entre aquelas que recebiam mais de cinco salários-mínimos. Respectivamente, estes números eram 73,5% e 2,2%.

Dados como estes sinalizam que permanece a desigualdade e a concentração de renda, tendência reproduzida em todos os estados da região. A maior variação ocorreu nos estados do Rio Grande do Norte e do Piauí, onde o número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo variou, respectivamente, de 69,9% e 78,1% (2004) para 73,8% e 74,2% (2006) e o número que recebia mais de cinco salários passou de 2,5% e 2,3% (2004) para 3,7% e 2,1% (2006).

Em 2007, as despesas públicas com a justiça correspondiam a 4,8% do orçamento global<sup>328</sup>. Em relação a 2004, a participação da justiça no total das despesas públicas regional decresceu 3,2%. A maior redução foi no Piauí (-20%) e o maior aumento foi no Ceará (+23,7%).

Em 2007, o número de juízes para cada 100 mil habitantes era de 5,5, variando de 7,5 no Rio Grande do Norte a 4, em Alagoas. Quando comparado com 2004, o número de juízes para cada 100 mil habitantes permaneceu praticamente inalterado, passando de 5,4 para 5,5. Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte foram os únicos estados em que houve redução no número de juízes. Piauí foi o estado onde mais



324 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

325 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas e domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

326 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

327 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

328 Os valores relativos ao DF não foram computados na apuração da média em razão de suas despesas serem suportadas pelo orçamento da união.

se aumentou o número de juízes, passando de 160 (2004) para 229 (2007), e a Paraíba onde mais se reduziu, passando de 251 (2004) para 246 (2007).

A taxa média de congestionamento da justiça estadual na primeira instância era, em 2007, de 79,7%<sup>329</sup>. A taxa média de congestionamento na região aumentou, passando de 77,8% (2004) para 79,7 (2007). Registra-se também que, em 2007, todos os estados enviaram informações ao Conselho Nacional de Justiça, diferentemente de 2004. Ter informações sobre todos os estados ajuda acompanhar com mais precisão a situação do judiciário na região.

A Defensoria Pública, que é o principal órgão de defesa dos cidadãos desprovidos de recursos, possui, na região Nordeste, 2 defensores públicos para cada 100 mil habitantes. Na região, a distribuição dos defensores entre os estados é bastante desigual, variando de 9,5 para cada 100 mil habitantes na Paraíba a 0,1 no Rio Grande do Norte.<sup>330</sup>

Em 2007, a região Nordeste respondia por 16,3% da população encarcerada do país<sup>331</sup>. O número de presos pelo total de vagas disponíveis era de 1,9, o que indica uma situação de superlotação no sistema prisional. Entre os estados da região, Maranhão era o que possuía a maior defasagem, 3,2 presos por vaga, e o Piauí a menor defasagem da região, 1,3.

Em relação a 2005, a população encarcerada da região Nordeste aumentou 17%, sendo a Bahia o estado com maior aumento (92,3%). Houve redução no número de presos em Alagoas (-33%) e no Rio Grande do Norte (-21,4%).

No mesmo período, o número de vagas na região cresceu 21,6%. Exceto Alagoas e Piauí que apresentaram redução, todos os demais estados aumentaram o número de vagas no sistema prisional. O maior aumento é observado no Rio Grande do Norte (67,3%) e a maior queda no Piauí (3,8%). Contudo, o aumento médio no número de vagas na região não redundou na diminuição da relação preso/vaga. A relação que, em 2005, era de 1,6 presos por vaga passou para 1,9 (2007). O estado onde esta relação mais cresceu foi a Bahia, que passou de 1,4 (2005) para 2,0 (2007), e apresentaram decréscimo os estados de Alagoas, de 1,6 para 1,5, e o Ceará, de 1,7 para 1,5.

Em 2006, os adolescentes em conflito com a lei correspondiam a 17,8% dos jovens internados no país e apenas 0,04% da população entre 12 e 17 anos da região. Pernambuco era o estado com a maior participação no número de jovens internados (6,4%) e Alagoas o com menor (0,5%).

Quando comparado com 2004, o número de adolescentes cumprindo medida em meio fechado subiu 38%. Parte desta alta pode ser atribuída ao Piauí, pois, para 2004, não dispunha de informações sobre adolescentes em conflito com a lei. Sergipe foi o estado que apresentou o maior aumento no número de jovens internados, passou de 72 para 130, variação de 80,6%, e o Maranhão foi quem apresentou um decréscimo, passou de 154 para 113, variação de 26,6%.

Enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil era, em 2006, de 26,3, a região Nordeste tinha a taxa de 27,9, a segunda mais alta do Brasil, variando de 53,0, em Alagoas, a mais alta entre todos os estados do país, a 13,8 no Piauí.

329 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006

330 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

331 Não foram divulgados dados do Distrito Federal sobre os sentenciados em regime aberto, que cumprem pena em regime domiciliar.

---

Em relação a 2004, a taxa regional de homicídios subiu 20,0%, crescimento observado em todos os estados. Alagoas foi o estado com o maior crescimento 50,9%.

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ)<sup>332</sup> apontam que, em 2005, 23,1% das ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio<sup>333</sup> estavam na região Nordeste, o que corresponde a uma taxa de 4,1 casos por mil habitantes. Na região, esta taxa variou de 9,0, no Ceará, a 1,9, no Maranhão.

Em 2004, estas ocorrências correspondiam a 20,7% do total do país, apenas. Em relação a 2005, houve, portanto, um aumento. Os estados onde mais cresceram os crimes violentos contra o patrimônio foram Ceará (+43,7%) e Alagoas (+42,4%). Apresentaram queda, os estados de Pernambuco (-9,8%), Piauí (-9,0%) e Sergipe (-2,9%).



---

332 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

333 Roubos e extorsões mediante seqüestro

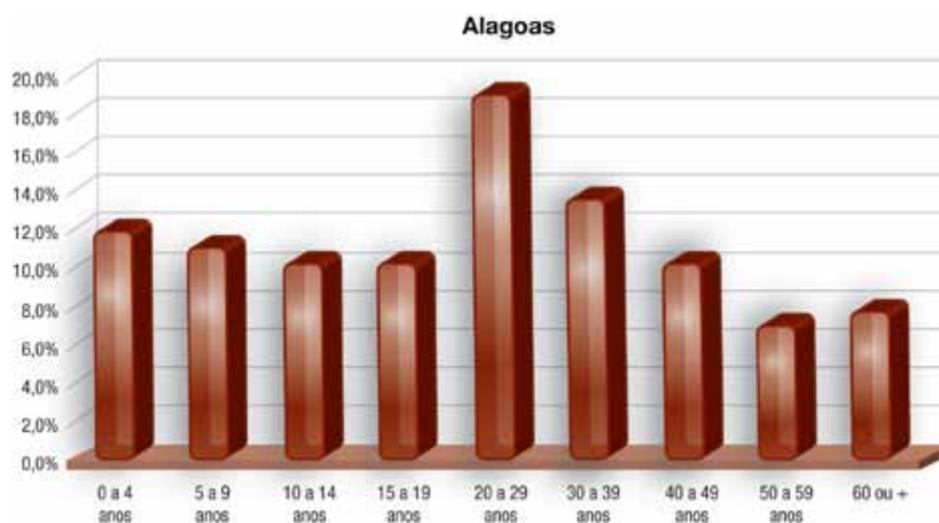


AL

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

**A**lagoas tem 102 municípios, com território de 27.767,661 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 3.057.000 habitantes (110,09 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 67,42% vivem na área urbana e 32,58 % na área rural<sup>334</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,0%, igual ao da média regional (2,0%) e abaixo da média nacional (2,4%)<sup>335</sup>. Maceió, capital do estado, tem 896.965 habitantes (1.755,31 hab/km<sup>2</sup>)<sup>336</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 14.134.636,00 (0,70% do PIB nacional)<sup>337</sup>. O Índice Gini<sup>338</sup> da distribuição de renda é 0,592, acima da média regional de 0,556, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 2ª posição entre os estados<sup>339</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,548 em 1991 para 0,659 no ano 2000 (+ 17,13%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>340</sup>.

334 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

335 IBGE, Estimativas e Projeções da População

336 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

337 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

338 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

339 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

340 PNUD, 2000

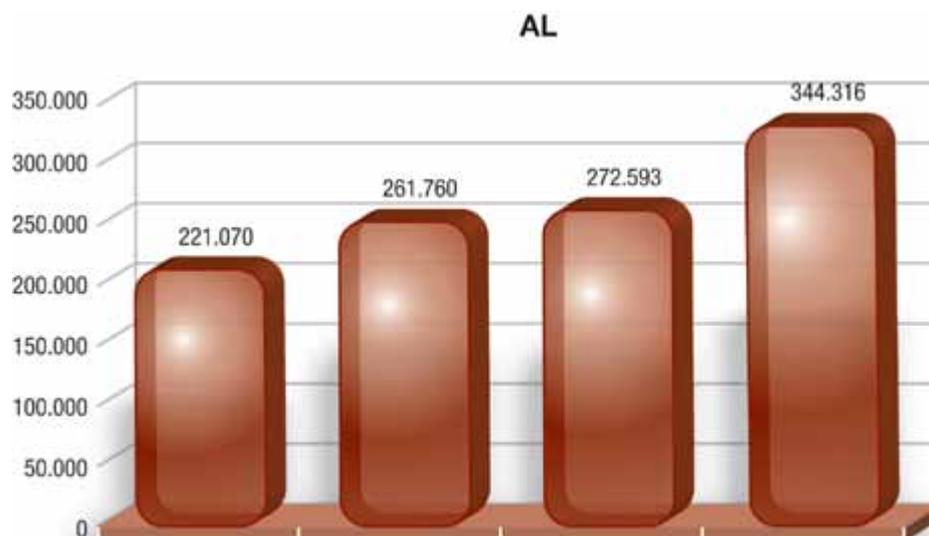
## TRABALHO

A população economicamente ativa de Alagoas em 2006 era de aproximadamente 1.326.000 pessoas, o que representa 43,38 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>341</sup>, 43% estavam no setor agrícola, 6,4% na indústria, 5,1% na construção, 14,6% no comércio e 30,8% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 41,69% e a taxa de desocupação, 8,6%.<sup>342</sup>

## RENDA

Em Alagoas, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,1% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 66,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 50,2% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.413,00. Existiam 78,28% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,74% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>343</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>344</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 74,59% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>345</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,9 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,9. Dos domicílios urbanos, 73,9% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 4,3% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>346</sup>.

341 De 10 ou mais anos de idade

342 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

343 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

344 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

345 IBGE, SIDRA, 2006

346 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

Do total de domicílios, 11,96% não tinham banheiro ou sanitário, 24,41% não tinham coleta de lixo e 2,99% não tinham iluminação elétrica<sup>347</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 25,2%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 38,3%<sup>348</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>349</sup> era de 5,1 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>350</sup> em relação à série recomendada era de 41,9%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>351</sup> era de 35,1%<sup>352</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	144,43	314,94
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,69	0,74
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,94	1,14
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	23,05	37,06
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	1,06	1,46
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab) ****</b>	22,78	103,88
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	19,5	18,8
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	44,5	43,8
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	8,47	6,43



\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas

347 IBGE, SIDRA, 2007

348 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

349 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

350 Em até 2 anos.

351 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

352 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	27	50,2	52,8	48,7	43,5
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	33,5	62,5	24,2	21,4	21,5
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	42,6	42,9	50,4	44,9	38,0
<b>Alfabetização Feminina (%)**67,4</b>	68,1	72,8	74,4	76,1	
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	61,2	65	68,5	72,7	73,4
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	45,7	53	43,03	40,23	39,99
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	25,4	25	24,33	24,05	24,11
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	60,8	80,6	73,47	72,01	76,4
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	34,1	24,4	87,65	87,72	88,04
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	12,2	21,2	43,98	48,19	56,35
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	4,2	6,57	9,09	9,71

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Alagoas dispôs de uma receita de R\$ 3.299.920.511,00 - 26,54% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>353</sup>:

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	10,11%	11,91%	1,8%

353 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	0,25%	0,21%	-0,04%
<b>SAÚDE</b>	11,52%	12,24%	0,72%
<b>TRABALHO</b>	0,14%	0,11%	-0,03%
<b>EDUCAÇÃO</b>	17,37%	13,52%	-3,85%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	0,54%	0,62%	0,08%
<b>HABITAÇÃO</b>	0,03%	0,002%	-0,028%
<b>SANEAMENTO</b>	1,05%	2,73%	1,68%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.



A administração direta do estado era composta por 19 secretarias<sup>354</sup> e 90.464 servidores<sup>355</sup> na proporção de um servidor para cada 33,40 habitantes, representando um aumento de 5,19% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de Alagoas era feita por 9 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 27 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Alagoas assinou 30 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 1.948.597,42. Destes convênios, oito foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à proteção de vítimas e testemunhas, quatro à promoção dos direitos humanos (capacitação em direitos humanos, direitos de minorias) seis à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, seis à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, três à erradicação do trabalho escravo e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>356</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos de Alagoas e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>357</sup>

O governo do Alagoas possui a Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos.<sup>358</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos Humanos.<sup>359</sup>

354 Gestão 2007-2010

355 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

356 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

357 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

358 Estado de Alagoas, Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos ([www.mulhercidadania.al.gov.br/](http://www.mulhercidadania.al.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

359 Assembléia Legislativa [www.ale.al.gov.br/](http://www.ale.al.gov.br/) último acesso: setembro de 2008. Nenhum destes órgãos disponibiliza informações sobre as ações ou programas da pasta.

## Justiça

No Alagoas, dos 101 municípios, 63 constituem sede de comarca.<sup>360</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Alagoas foi de 4,34%. Atuavam na justiça estadual 104 magistrados, sendo 93 na primeira instância e 11 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 4,1 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>361</sup> O total de pessoas atendidas foi de 103.136.<sup>362</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 67.161 processos, 259.057 estavam pendentes e 24.828 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 92,4%.<sup>363</sup> Na segunda instância da justiça comum, 3.211 processos deram entrada, 2.692 estavam pendentes e 3.177 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 46,2%.

O estado tem também 20 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 28.412 processos, 8.687 estavam pendentes e 20.200 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 45,6%.<sup>364</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2001, conta com 35 defensores (1 defensor para cada 85.924,06 habitantes- 2006), atendendo 87,3% das comarcas do estado, em um total de 42.912 atendimentos, ou seja, 1226,06 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>365</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 155 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 4.484,15 habitantes, sendo 138 promotores de justiça e 17 procuradores.<sup>366</sup>

## Segurança Pública

Alagoas tem uma Secretaria de Estado da Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, o Centro de Perícias Forenses, o Departamento Estadual de Trânsito, a Intendência Geral do Sistema Penitenciário, a Secretaria Executiva de Ressocialização e a Secretaria Especializada em Cidadania e Direitos Humanos. Não há informações sobre uma corregedoria geral, nem sobre uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa social<sup>367</sup>

Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública<sup>368</sup>.

O efetivo policial era 10.915 em 2006, sendo 2.129 policiais civis, 7.384 policiais militares e 1.402 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 275,52 habitantes.<sup>369</sup> Em 2006, 24 dos 102 municípios de Alagoas tinham guarda municipal, com um efetivo total de 2.030 guardas.<sup>370</sup>

360 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

361 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

362 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

363 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 - \frac{\text{Sentenças}}{\text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

364 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006.

365 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

366 Ministério Público do Estado de Alagoas (informação obtida por e-mail enviado no mês de setembro, 2008)

367 Estado de Alagoas ([www.governo.al.gov.br](http://www.governo.al.gov.br)) e Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas ([www.defesasocial.al.gov.br](http://www.defesasocial.al.gov.br)) último acesso: outubro de 2008.

368 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

369 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

370 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Alagoas<sup>371</sup> está sob administração da Intendência Geral do Sistema Penitenciário, vinculada à Secretaria de Estado de Defesa Social. Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria, ainda não regulamentada, que recebe denúncias e sugestões da população e presta serviços aos presos, seus familiares e servidores. Conta também com a existência de uma Corregedoria, que está em fase de implantação.

O estado possui sete estabelecimentos prisionais, sendo cinco Penitenciárias, uma Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, e um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, totalizando 1.511 vagas. A população prisional em 2007 era de 2.273 presos - considerados os 662 custodiados em delegacias policiais - o que representava um déficit de 762 vagas. Em relação a 2005 houve uma diminuição de 14,9% da população encarcerada e de 3,6% no número de vagas<sup>372</sup>.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
<b>Fechado</b>	3.027	107	3.134
<b>Semi-aberto</b>	1.611	87	1.698
<b>Provisório</b>	3.174	228	3.402
<b>Medida de Segurança - Internação</b>	12	2	14
<b>TOTAL</b>	<b>7.824</b>	<b>424</b>	<b>8.248</b>

Fonte: Gerência de Cadastro e Contrôlo

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Alagoas foi de 38, dos quais 22 foram considerados criminais, 11 naturais e 5 suicídios. No mesmo período ocorreram 432 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 3 e o de fugas de 77.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 2002 e regulamentado em 2006, e a Escola de Administração Penitenciária criada em 2006. Ela desenvolve projetos para a formação, qualificação e valorização dos servidores que trabalham no Sistema.

O estado possui, ainda, um Conselho de Comunidade, que fiscaliza todas as unidades prisionais. A assistência jurídica aos presos é feita em todos os estabelecimentos penais, mas sem regularidade, e a execução de penas alternativas nas cidades de Maceió e Arapiraca tem o acompanhamento do Centro de Apoio a Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – Ceapa, contemplando 572 apenados no primeiro semestre de 2007.

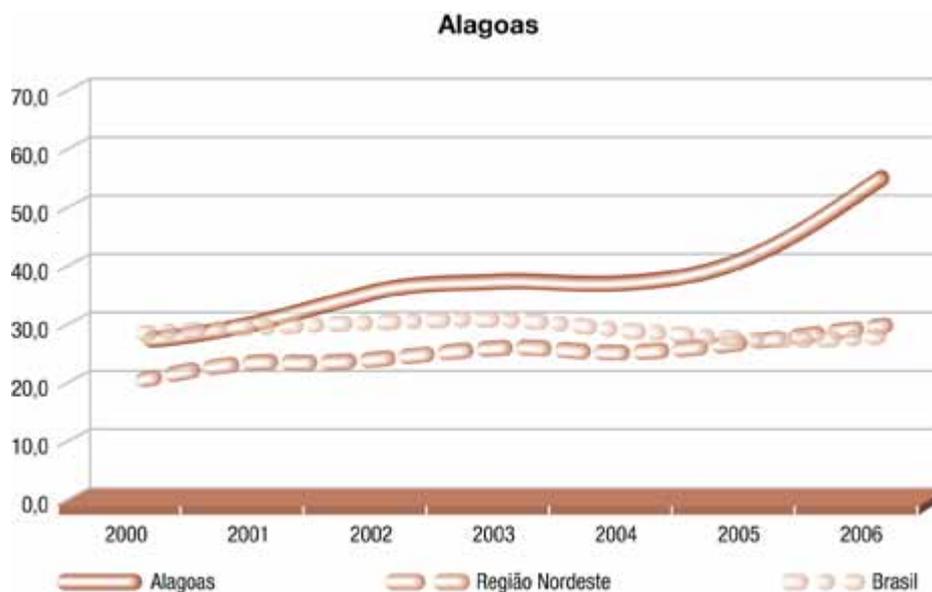
Os convênios com o Depen somaram R\$ 1.060.303,50. Deste montante, 58,14% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

371 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Alagoas, 2008.

372 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Alagoas foi de 52,97/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 54,87% em relação a 2000<sup>373</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 12,2/100 mil habitantes e a de lesões corporais 133,2/100 mil hab.<sup>374</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>375</sup> alcançaram a cifra de 241,1 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>376</sup> somaram 10,3 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>377</sup>, 13 registros/100 mil hab.<sup>378</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 7 casos de violência policial, sendo 5 o total de vítimas fatais e 1 o de feridas, 18 casos de execuções sumárias com 23 vítimas fatais e 6 feridas e nenhum caso de linchamento.

Entre as vítimas por violência policial estão Luiz Carlos Barros, cujo corpo foi encontrado em novembro de 2006, Deyvison Leandro da Silva, Charles Santos de Araújo e José Francisco do Nascimento. Todas essas mortes ocorreram em Baldomiro Cavalcante. Antônio Marcos da Silva foi encontrado morto em junho de 2007 também no presídio de Baldomiro Cavalcante localizado em Maceió com uma corda de náilon no pescoço. O laudo constatou que existiam marcas de estrangulamento no pescoço do presi-

373 Ministério da Saúde, Datasus.

374 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

375 Roubos e extorsões mediante seqüestro

376 Tráfico, uso e porte de drogas

377 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

378 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

diário. O Ministério Público de Alagoas verificou a existência de outros cinco casos com características semelhantes a este<sup>379</sup>.

Entre as vítimas fatais por execução sumária está Jaelson Melquíades dos Santos, um dos líderes do MST do município de Atalaia, morto no dia 29 de novembro de 2005 com cinco tiros um deles o atingiu na cabeça. O delegado Gilson Sousa cogitou a possibilidade da morte está relacionada com a disputa entre o MST e fazendeiros da região<sup>380</sup>.

Uma característica marcante dos casos de execuções sumárias ocorridas em Alagoas no período de 2005 e 2007 são as possíveis motivações políticas. Em 14 de janeiro de 2006, o então deputado estadual Marcos Barbosa foi acusado pela morte de um antigo cabo eleitoral, Edvaldo Guilherme da Silva que na época tinha 47 anos. Edvaldo foi atingido por mais de 15 tiros no momento em que assistia a uma partida de futebol amador. No mês de setembro outros dois crimes ocorreram; Carlos Antônio Carneiro Sampaio, ex-presidente da Câmara de vereadores de Canudos (BA), foi morto com vários tiros na cidade de Maceió. Edvaldo Ribeiro dos Santos prefeito do município de Roteiro, o secretário de Turismo, Benedito Luiz e o assessor José Francisco foram assassinados em uma emboscada na noite do dia 12. Eles voltavam de um evento ligado à candidatura do ex-presidente Fernando Collor ao senado. Ribeiro era conhecido como “Val do Agenor” havia acabado de assumir a prefeitura do município após a renúncia de Wladimir Brito. Por precaução a Justiça Eleitoral solicitou que cerca de 170 policiais e um helicóptero estivessem na cidade, no dia 03 de dezembro, dia da escolha do novo prefeito<sup>381</sup>.

O Banco de Dados NEV-USP também registrou algumas mortes de políticos ocorridas em 2007, entre agosto e setembro deste ano quatro políticos foram assassinados no interior do estado. Diante desta situação a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu o auxílio da Polícia Federal nas investigações. Entre as vítimas estava o presidente da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, Fernando Aldo Gomes, morto com 9 tiros<sup>382</sup>. Segundo as investigações da polícia, os mandantes do crime seriam o deputado estadual Cícero Ferro e o ex-prefeito Luis Carlos Costa, conhecido como Lula Cabeleira. O militar reformado Dílson Alves, o policial militar Carlos Marlon Gomes Ribeiro e os irmãos Eliton e Eronildo Alves Barros foram acusados da autoria material do crime. Todos foram presos, com exceção de Eronildo, que morreu em um acidente de carro. No dia 31 de julho de 2008, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, aceitou o pedido de habeas corpus de Cícero Ferro, que havia sido negado pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal de Justiça de Alagoas.<sup>383</sup>

Um assaltante foi linchado em 2007 logo após ter efetuado um assalto em uma drogaria. Por causa da agressão ele perdeu um pedaço da orelha direita<sup>384</sup>.

379 Folha de São Paulo, 22/10/2007.

380 Folha de São Paulo, 30/11/2005. O Estado de São Paulo, 01/12/2005.

381 O Estado de São Paulo, 14/09/2006. Idem, 3/12/2006.

382 O Estado de São Paulo, 09/10/2007

383 Folha Sertaneja, 01/10/2007, <http://www.folhasertaneja.com.br/noticia.kmf?noticia=6534046&canal=237&total=150&indice=20>. Extra Alagoas, 06/06/2008, <http://www.extralagoas.com.br/noticia.kmf?noticia=7329359&canal=331>. Alagoas Agora, 07/07/2008, <http://www.alagoasagora.com.br/conteudo/Index.asp?secao=Not%EDcias&vEditoria=&vCod=30223>. Alagoas 24 Horas, 24/05/2008, <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=47186>. Correio Forense (disponível no site Jus Brasil), 31/07/2008, <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/82951/stf-manda-soltar-deputados-de-alagoas-acusados-de-pistolagem>

384 Diário de São Paulo, 19/07/2007.



## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 39 áreas de conflitos, envolvendo 4115 famílias, em 2005. Em 2006 foram 31 áreas de conflito e 2838 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 56 áreas de conflito somando 5074 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 29 áreas de ocupação, agrupando 3232 famílias. Em 2006 eram 20 áreas com 1992 famílias. E no ano de 2007 eram 44 áreas com 4469 famílias.<sup>385</sup> Já a Ouvidoria Agrária contabilizou 9 ocupações de terra no ano de 2005, com 6 mortes não relacionadas aos conflitos agrários e 1 em investigação. Em 2006 foram registradas 32 ocupações de terra, não constando mortes. No ano de 2007, foram 40 ocupações de terra, sem mortes registradas.<sup>386</sup>

Quanto ao trabalho escravo, entre 2005-2007 não foram registradas denúncias de trabalho escravo.

## ■ Liberdade política

No dia 25 de julho de 2006, o promotor Luiz Tenório Oliveira sofreu uma tentativa de assassinato em frente à sua residência, no município de Olho d'Água das Flores (AL). Um homem teria apontado uma arma para o motorista do promotor, mas fugiu quando percebeu que Luiz Tenório não estava no carro. Uma testemunha reconheceu o homem como sendo um amigo de Lásio Lourenço de Lima, que havia sido condenado a 19 anos de prisão pelo assassinato do vereador José Dória de Souza em julgamento no qual Luiz Tenório atuou como promotor. Lásio havia fugido da Penitenciária "Rubens Quintella" apenas alguns dias antes do atentado. Um ex-jurado do júri popular que condenou Lásio também recebeu ameaças de morte.<sup>387</sup>

No dia 29 de novembro de 2006, o militante Jaelson Melquíades dos Santos foi assassinado com cinco tiros na cabeça por dois pistoleiros, no município de Atalaia (AL). Ele liderava cerca de 600 famílias sem-terra em seis assentamentos e acampamentos na região.<sup>388</sup>

No dia 19 de janeiro de 2007, Gilberto Pereira Alves, vice-prefeito do município de Pilar (AL), foi assassinado a tiros em Maceió. Três pessoas foram detidas, suspeitas de envolvimento no crime. Entre eles, está um ex-policial militar e o filho de um delegado da Polícia Civil.<sup>389</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado de Alagoas é composta por 37,8% de crianças e adolescentes<sup>390</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,574, considerado médio. Existem 78,4% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 15,7% de crianças de 10 a 15 anos traba-

385 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

386 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

387 Tribuna de Alagoas (disponível no site do Ministério Público de Alagoas), 26/07/2006, [http://www.mp.al.gov.br/noticias/saiu\\_na\\_imprensa/Index.asp?vCod=2405\\_27/07/2006](http://www.mp.al.gov.br/noticias/saiu_na_imprensa/Index.asp?vCod=2405_27/07/2006), [http://www.mp.al.gov.br/noticias/saiu\\_na\\_imprensa/Index.asp?vCod=2419](http://www.mp.al.gov.br/noticias/saiu_na_imprensa/Index.asp?vCod=2419)

388 Agente de Notícias, 18/01/2006, <http://www.agentedenoticias.com.br/lernoticia.php?id=165>

389 G1, 19/01/2007, [http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0\\_AA1427389-5598\\_00-VICEPREFEITO+DE+CIDADE+ALAGOAN+A+E+ASSASSINADO.html](http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0_AA1427389-5598_00-VICEPREFEITO+DE+CIDADE+ALAGOAN+A+E+ASSASSINADO.html), 23/03/2007, [http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0\\_MUL13468-5598\\_00.html](http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0_MUL13468-5598_00.html)

390 Entre 12 e 18 anos de idade.



lhando, e uma taxa de sub-registro de 31,6%.<sup>391</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 7,0% e a taxa<sup>392</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 68,2%<sup>393</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 24,1% morrem vítimas de homicídio<sup>394</sup>.

No estado há 80 conselhos tutelares, 67 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 02 varas da infância e juventude<sup>395</sup>, 02 promotorias da infância e juventude<sup>396</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>397</sup>

Em 2006, havia 83 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 50%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 1,76/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 229 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>398</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,67% da população de Alagoas, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 70,50 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, 55,2% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>399</sup>.

O estado tinha 2 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 2 Centros de Referência; 1 Casa Abrigo; 4 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>400</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 169.482,50<sup>401</sup>.

## ■ Idosos

A população de Alagoas é composta por 9,3% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 60,6% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 33,0% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>402</sup> é de 2,9%<sup>403</sup>.

391 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

392 Por mil nascidos vivos

393 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

394 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

395 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

396 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

397 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

398 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

399 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

400 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

401 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

402 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

403 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

## ■ Afro-descendentes

No Alagoas, 7,7% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 33,9%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 19%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 4,7 e o rendimento mensal médio é de 1,2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,4 e 3, respectivamente<sup>404</sup>.

## ■ Indígenas

O estado de Alagoas conta com 9.074 pessoas identificadas como indígenas, equivalendo a 1,24% do total brasileiro<sup>405</sup>. Essa parcela da população está organizada em nove povos/etnias: Jiripancó, Karapotó, Kariri-Xokó, Tingui Boto, Tuxá, Wassu, Xukuru-Kariri<sup>406</sup>:

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>407</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Adquirida para Assentamento	01
Declaradas	01
Dominial Indígena	02
Em Identificação	01
Homologadas	01
Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação	01
Reservada	02

Em 2008 foram verificados dois casos de assassinatos contra indígenas no estado. Um contra um índio do povo Xucuru-Kariri, morto a tiros por denunciar num programa de rádio o tráfico de drogas dentro da área indígena. O outro caso envolve um índio do povo Wassu, que foi assassinado a tiros enquanto caminhava no acostamento da BR-101 (na área da Terra Indígena “Wassu Cocal”, município de Joaquim Gomes). Consta que esses disparos foram feitos por motoqueiros e que o alvo seria o irmão da vítima que caminhava junto ao grupo.

404 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

405 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

406 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 11 de outubro de 2009.

407 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

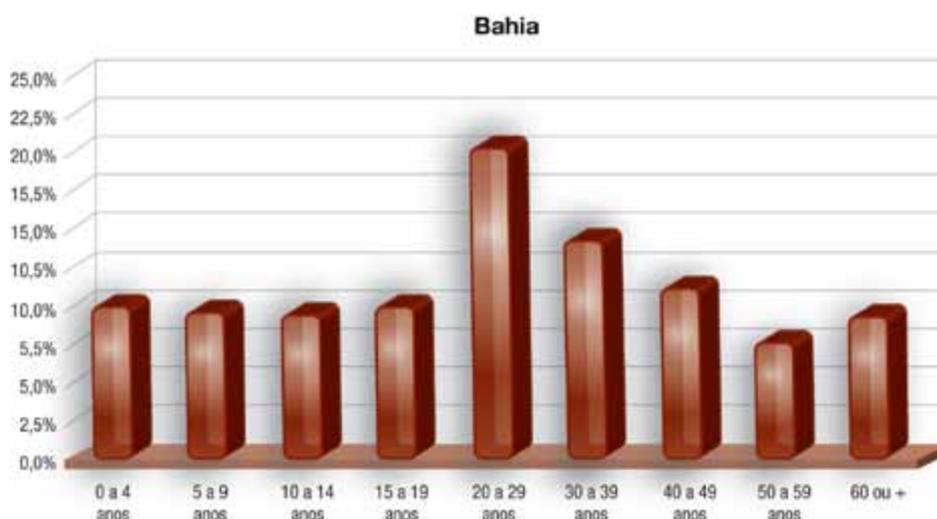


BA

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

**A** Bahia tem 417 municípios, com território de 564.692,669 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 13.974.000 habitantes (24,75, hab/km<sup>2</sup>), dos quais 67,40% vivem na área urbana e 32,60% na área rural<sup>408</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 1,7%, abaixo da média regional (2,0%) e abaixo da média nacional (2,4%)<sup>409</sup>. Salvador, capital do estado, tem 2.892.625 habitantes (4.091,41 hab/km<sup>2</sup>)<sup>410</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 90.942.993,00 (4,20% do PIB nacional)<sup>411</sup>. O Índice Gini<sup>412</sup> da distribuição de renda é 0,536, abaixo da média regional de 0,566, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 9ª posição entre os estados<sup>413</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,590 em 1991 para 0,688 no ano 2000 (+ 16,62%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>414</sup>.

408 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

409 IBGE, Estimativas e Projeções da População

410 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

411 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

412 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

413 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

414 PNUD, 2000

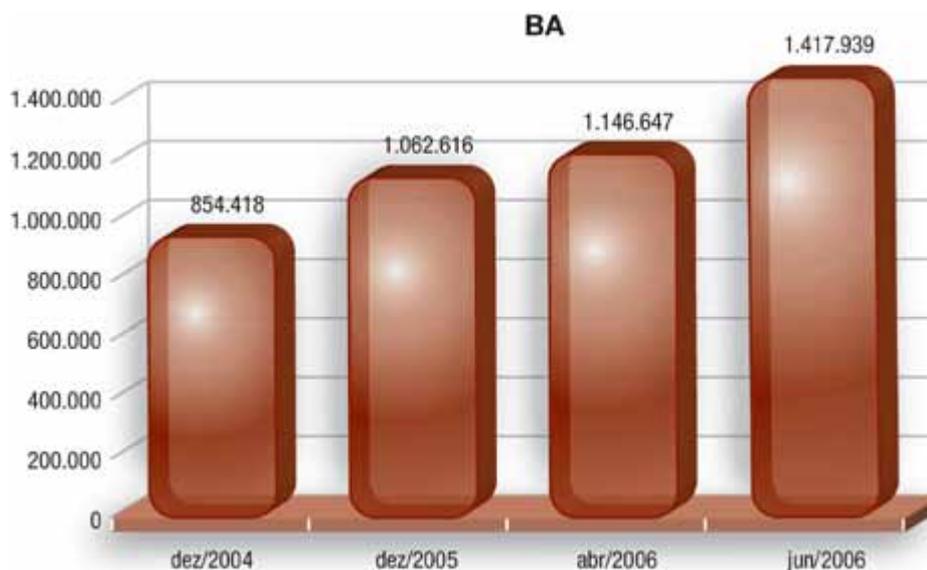
## TRABALHO

A população economicamente ativa da Bahia em 2006 era de aproximadamente 7.128.000 pessoas, o que representa 51,01% do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>415</sup>, 38,4% estavam no setor agrícola, 8,1% na indústria, 5,9% na construção, 13,9% no comércio e 33,5% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 47,93% e a taxa de desocupação, 9,9%.<sup>416</sup>

## RENDA

Na Bahia, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,4% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 61,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 42,8% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.619,00. Existiam 71,14% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,31% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>417</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>418</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 79,03% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>419</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,7 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,8. Dos domicílios urbanos, 66% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 3,3% pertenciam a

415 De 10 ou mais anos de idade

416 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

417 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

418 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

419 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>420</sup>.

Do total de domicílios, 11,43% não tinham banheiro ou sanitário, 26,60% não tinham coleta de lixo e 5,37% não tinham iluminação elétrica<sup>421</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 18,5%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 34%<sup>422</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>423</sup> era de 5,9 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>424</sup> em relação à série recomendada era de 40,9%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>425</sup> era de 34,1%<sup>426</sup>.

## SAÚDE



	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	132,4	304,36
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,7	0,89
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,84	1,0
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	22,53	30,82
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	1,34	2,27
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	26,59	49
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	9,2	12,7
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	32,2	36,7
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	7,28	6,05

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

420 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

421 IBGE, SIDRA, 2007

422 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

423 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

424 Em até 2 anos.

425 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

426 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	77,7	50,9	71	70,8	66,2
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	21,3	41	21,7	21,7	19,8
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	68,8	56,5	58,3	50,5	41,2
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	69,9	77,5	81,8	81,9	82,0
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	67,5	76,2	80,6	80,8	81,0
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	28	48,1	36,32	34,96	35,49
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	23	27,4	24,61	24,22	24,64
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	54,7	89,4	75,23	77,23	81,74
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	37,9	40,1	84,71	86,91	88,57
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	12,2	24,5	46,17	50,12	56,22
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	5,2	8,54	10,56	13,78

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo da Bahia dispôs de uma receita de R\$ 15.946.448.730,00 - 22,21% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>427</sup>:

427 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	7,87%	9,02%	1,15%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,57%	0,62%	0,05%
SAÚDE	15,99%	15,23%	-0,76%
TRABALHO	0,41%	0,44%	0,03%
EDUCAÇÃO	13,36%	13,56%	0,2%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,96%	0,94%	-0,02%
HABITAÇÃO	0,55%	0,81%	0,26%
SANEAMENTO	0,96%	0,88%	-0,08%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 20 secretarias<sup>428</sup> e 381.301 servidores<sup>429</sup>, na proporção de um servidor para cada 36,29 habitantes, representando um aumento de 4,13% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população da Bahia era feita por 39 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 63 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, a Bahia assinou 38 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 13.029.349,48. Destes convênios, seis foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, quatro à proteção de vítimas e testemunhas, treze à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, direitos de minorias, capacitação em direitos humanos, discriminação racial) e quatro à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, sete à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>430</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos da Bahia e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>431</sup>

428 Gestão 2007-2010

429 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005.

430 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

431 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

O governo da Bahia possui a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Por meio dela realiza o CEVIBA, em parceria com o Ministério da Justiça, programa de auxílio psicossocial e jurídico às vítimas de violência no estado. Realiza também, em convênio com a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais e com parceria da Fundação Don Avelar, o programa Liberdade e Cidadania, com o objetivo de auxiliar na ressocialização de indivíduos que se encontram presos. Com apoio do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, e em parceria com a AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia implementa o PROVITA, Programa de Proteção a Testemunhas.<sup>432</sup>

Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.<sup>433</sup>

## Justiça

A Bahia tem uma Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, à qual está vinculada a Superintendência de Assuntos Penais, a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor e a Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos. Sendo o Conselho Estadual de Proteção aos Direitos Humanos, o Conselho Estadual de Entorpecentes, o Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência e o Conselho Penitenciário, alguns dos órgãos colegiados vinculados à Secretaria.<sup>434</sup>

Na Bahia, dos 415 municípios, 276 constituem sede de comarca.<sup>435</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas da Bahia foi de 4,86%. Atuavam na justiça estadual 551 magistrados, sendo 520 na primeira instância e 31 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 4,3 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>436</sup> O total de pessoas atendidas foi de 453.021.<sup>437</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 376.064 processos, 1.738.554 estavam pendentes e 210.793 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 90,0%<sup>438</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 34.593 processos deram entrada, 41.098 estavam pendentes e 24.389 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 67,8%.

O estado tem também 35 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 183.690 processos, 361.428 estavam pendentes e 127.791 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 76,6%.<sup>439</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1985, conta com 97 defensores (1 defensor para cada 142.165,78 habitantes - 2006), atendendo 10,1% das comarcas do estado, em um total de 446.626 atendimentos, ou seja, 4.604,39 atendimentos/defensor. Sua estrutura contempla a existência de uma Ouvidoria específica, cujo ouvidor é membro alheio aos quadros de carreira.<sup>440</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 106 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 99.086,86 habitantes, sendo 65 promotores de justiça e 41 procuradores.<sup>441</sup>

432 Estado da Bahia, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos ([www.sjcdh.ba.gov.br/](http://www.sjcdh.ba.gov.br/)) último acesso: setembro de 2008

433 Assembléia Legislativa ([www.al.ba.gov.br/](http://www.al.ba.gov.br/)) último acesso: setembro de 2008. Não há acesso aos projetos em trâmite na comissão, nem às atas das reuniões.

434 Estado da Bahia, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos ([www.sjcdh.ba.gov.br](http://www.sjcdh.ba.gov.br))

435 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

436 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

437 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

438 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

439 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

440 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

441 Ministério Público do Estado da Bahia (informação obtida por telefone no mês de setembro, 2008)

## ■ Segurança Pública

A Bahia tem uma Secretaria de Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Técnica e o Corpo de Bombeiros Militar. A secretaria conta com uma corregedoria geral, criada em dezembro de 2002, e uma ouvidoria do sistema de segurança pública<sup>442</sup>.

Desde 1997, existe no estado o projeto Polícia Cidadã, que segue a filosofia do policiamento comunitário e busca “alcançar melhoria no atendimento à população, (...) e reaproximar o policial do cidadão e da comunidade”.<sup>443</sup> Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública<sup>444</sup>.

O efetivo policial era 36.560 em 2006, sendo 6.386 policiais civis, 28.481 policiais militares e 1.693 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 377,19 habitantes.<sup>445</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 0,8% do efetivo total. Em 2006, 126 dos 417 municípios da Bahia tinham guarda municipal, com um efetivo total de 5.476 guardas.<sup>446</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional da Bahia<sup>447</sup> está sob administração da Superintendência de Assuntos Penais – SAP, órgão em regime especial de administração direta, integrante da estrutura da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH. Sua estrutura conta com a existência da Ouvidoria da Superintendência de Assuntos Penais, ligada à Ouvidoria Geral da Bahia, criada em 2002. Não há uma Corregedoria específica para sistema penitenciário, no entanto, na SJCDH há uma Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que apura irregularidades ocorridas no sistema.

O estado possui 22 estabelecimentos prisionais, sendo uma Penitenciária, duas Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares, uma Casa do Albergado, um Centro de Observação Criminológica e Triagem, um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, quatro Presídios, uma Unidade Especial Disciplinar, dez Conjuntos Penais e uma Central Médica Penitenciária, totalizando 7.384 vagas.

A população prisional em 2007 era de 14.595 presos - considerados os 6.278 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 7.211 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 104,3% da população encarcerada e de 40,5% no número de vagas<sup>448</sup>.

442 Estado da Bahia ([www.ba.gov.br](http://www.ba.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública da Bahia ([www.ssp.ba.gov.br](http://www.ssp.ba.gov.br)). Último acesso: setembro de 2008.

443 Secretaria de Estado da Segurança Pública da Bahia.

444 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

445 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

446 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

447 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário da Bahia, 2008.

448 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	2.875	48	2.923
Semi-aberto	1.393	82	1.475
Aberto	194	06	200
Provisório	3.491	169	3.660
Medida de Segurança - Internação	56	3	59
<b>TOTAL</b>	<b>8.317</b>		

Fonte: SAP



De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional da Bahia foi de 30, dos quais seis foram considerados criminais, dezenove naturais e cinco suicídios. No mesmo período ocorreram 72 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolidada dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 6 e o de fugas 46.

O Estado não possui Fundo Penitenciário Estadual, nem Projeto de Lei prevendo sua criação. Também não há uma Escola Penitenciária nos moldes previstos na lei, mas seu Projeto foi encaminhado para o Ministério da Justiça/ DEPEN. No entanto, em 2007 foram oferecidos três Cursos para a Formação Básica de Agentes Penitenciários e está em desenvolvimento o Programa de Formação em Direitos Humanos.

A Bahia possui, ainda, sete Conselhos da Comunidade. O Conselho de Comunidade da Comarca de Salvador tem como responsabilidade fiscalizar nove estabelecimentos penais e delegacias. Não há informações sobre a fiscalização dos demais estabelecimentos. A assistência jurídica aos presos é prestada de forma precária e deficitária e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento Centro de Apoio e Acompanhamento das Penas Alternativas da Bahia – CEAPA/BA, contemplando aproximadamente 3.800 apenados no primeiro semestre de 2007.

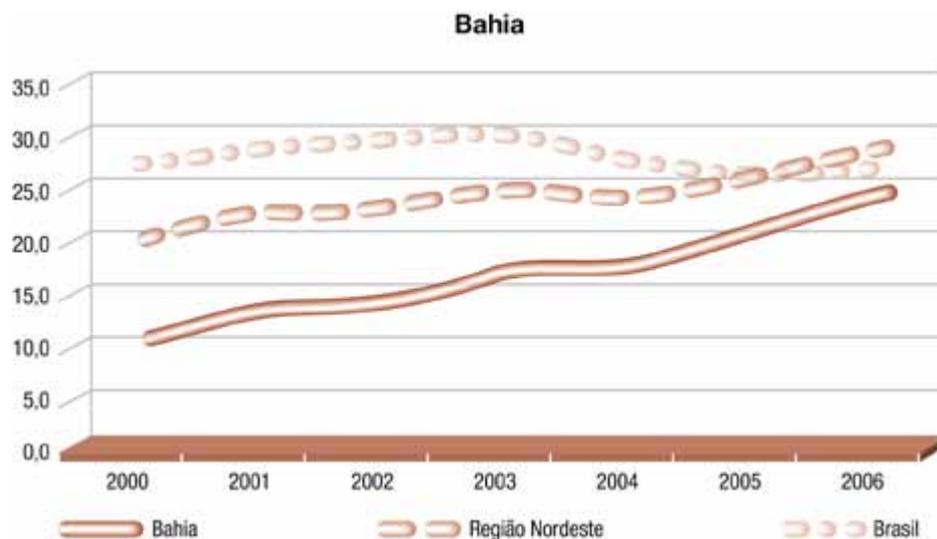
Os convênios com o Depen somaram R\$ 52.054.833,39. Deste montante, 99,22% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado da Bahia foi de 23,56/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 114,50% em relação a 2000<sup>449</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 24,3/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 338,7/100 mil hab.<sup>450</sup>

449 Ministério da Saúde, Datasus.

450 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus



Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>451</sup> alcançaram a cifra de 392 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>452</sup> somaram 26,8 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>453</sup>, 95,2 registros/100 mil hab.<sup>454</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 6 casos de violência policial, sendo 12 o total de vítimas fatais e feridas, 4 casos de execuções sumárias com 3 vítimas fatais e 4 feridas e 1 caso de linchamento com 2 vítimas fatais.

Em 2006, uma ação da PM no município do Senhor do Bonfim causou a morte de 7 indivíduos suspeitos de integrarem uma quadrilha<sup>455</sup>. Entre as demais vítimas fatais de violência policial está o aposentado José Aparecido Barbosa Fontes, que morreu em 2007 após ter sido agredido por um policial, que afirmou tê-lo confundido com um assaltante<sup>456</sup>. A polícia também feriu 9 dos aproximadamente 1.000 reassentados da barragem de Itaparica em um confronto ocorrido no dia 24 de julho de 2007 ao tentarem invadir o prédio do Chesf<sup>457</sup>.

Com relação às vítimas de execução sumária, destaque para o assassinato de Neylton Souto da Silva, sub-coordenador de contabilidade da Secretaria Municipal de Saúde encontrado morto no dia 7 de janeiro de 2007. Aglaé Sousa e Tânia Maria Pimentel Pedrosa foram presas em fevereiro, ambas funcionárias da Secretaria de Saúde de Salvador, acusadas de serem as mandantes do crime<sup>458</sup>.

451 Roubos e extorsões mediante seqüestro

452 Tráfico, uso e porte de drogas

453 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

454 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

455 Folha de São Paulo, 12/12/2006.

456 O Diário de São Paulo, 15/07/2007.

457 Folha de São Paulo, 25/07/2007.

458 O Estado de São Paulo, 12/02/2007. O Globo, 15/02/2007.

Entre as vítimas fatais por linchamento estão Carlos Eduardo Nascimento e Lucas Medeiros de Souza mortos na madrugada do dia 15 de agosto de 2005 na delegacia do município de Gandu invadida por 40 pessoas encapuzadas<sup>459</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 61 áreas de conflito envolvendo 8.760 famílias, em 2005. Em 2006 foram 41 áreas de conflito e 4.569 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 47 áreas de conflito somando 6.963 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 52 áreas de ocupação, agrupando 6.481 famílias. Em 2006 eram 33 áreas com 3.856 famílias. E no ano de 2007 eram 37 áreas com 5.874 famílias.<sup>460</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou 19 ocupações de terra, no ano de 2005, com 2 mortes não relacionadas aos conflitos de terra. Em 2006 foram 8 ocupações de terra, sem mortes. No ano de 2007 foram contadas 56 ocupações de terra, sem registros de mortes.<sup>461</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 10 denúncias de trabalho escravo sendo 314 trabalhadores libertados. Em 2006 foram 16 denúncias e 589 trabalhadores libertados (15 eram menores). No ano de 2007, foram registradas 5 e denúncias 175 trabalhadores libertados.

## ■ Liberdade política

No dia 05 de maio de 2007, Gilberto Ramos de Andrade, prefeito do município de Aurelino Leal (BA), foi assassinado com um tiro no peito em um trecho da rodovia BR-101. Seu carro foi interceptado por um outro, ocupado por dois homens. Um deles desceu do carro e atirou no prefeito. Joaquim Sanches, sogro de Gilberto, estava no carro com ele, porém não teve nenhum ferimento.<sup>462</sup>

## ■ Liberdade de imprensa

No dia 21 de junho de 2007 a rede Metrópole (estação de rádio, revista, site e blog) foi proibida de citar o nome do então prefeito de Salvador, João Henrique. Caso não concordasse, o grupo teria de pagar uma multa de aproximadamente R\$ 25.666,00. O prefeito entrou com um pedido na Justiça após se sentir ofendido com a publicação de sua caricatura na primeira edição de revista Metrópole. Além da multa, a Justiça determinou a apreensão de 30.000 exemplares. Contudo, após quatro dias, o desembargador João Olegário Monção Caldas, do Tribunal de Justiça da Bahia, anulou a sentença, dando prioridade à liberdade de expressão. O presidente da Metrópole, Mário Kertész foi prefeito de Salvador de 1979 a 1981 e de 1986 a 1989, o que levanta a possibilidade de ele usar os veículos de imprensa que preside para atender aos seus interesses políticos.<sup>463</sup>

459 O Estado de São Paulo, 16/08/2005.

460 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

461 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scoid=1935>)

462 G1, 06/05/2007, <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL32112-5598,00-PREFEITO+DE+AURELINO+LEAL+E+MORTO+NA+BAHIA.html>

463 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado da Bahia é composta por 34,2% de crianças e adolescentes<sup>464</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,636, considerado médio. Existem 71,1% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 15,4% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 25,2%.<sup>465</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 5,4% e a taxa<sup>466</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 42,1%<sup>467</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 8,7% morrem vítimas de homicídio<sup>468</sup>.

No estado há 84 conselhos tutelares, 228 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 07 varas da infância e juventude<sup>469</sup>, 02 promotorias da infância e juventude<sup>470</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>471</sup>

Em 2006, havia 257 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um decréscimo de 18,4%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 1,16/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 138 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>472</sup>.

### ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,52% da população da Bahia, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 75,10 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 47,1% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>473</sup>.

O estado tinha 12 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 5 Centros de Referência; 1 Casa Abrigo; 13 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>474</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 2.714.468,56<sup>475</sup>.

464 Entre 12 e 18 anos de idade.

465 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

466 Por mil nascidos vivos

467 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

468 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

469 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

470 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recia/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recia/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

471 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

472 SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

473 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

474 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

475 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.



## ■ Idosos

A população da Bahia é composta por 9,6% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 57,6% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 22,5% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>476</sup> é de 5,9%<sup>477</sup>.

## ■ Afro-descendentes

Na Bahia, 15,7% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 19,3%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 17,7%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6 e o rendimento mensal médio é de 1,5 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7 e 2,5, respectivamente<sup>478</sup>.

## ■ Indígenas

A Bahia conta com 8,75% da população indígena nacional, o que equivale a 64.240 pessoas declaradas como indígenas<sup>479</sup>. A população indígena da Bahia está organizada em 13 povos/etnias, conforme tabela abaixo:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Pataxó Hã-Hã-Hãe		Maxakali
Pataxó		Maxacali
Atikum	Aticum	
Kaimbé		
Kantaruré	Cantaruré, Pankararu	
Kiriri	Kariri	
Pankararé		
Pankaru	Pankararu-Salambaia	
Truká		
Tumbalalá		
Tupinambá	Tupinambá de Olivença	

476 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

477 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

478 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

479 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Tuxá		
Xukuru-Kariri	Xucuru	

O estado da Bahia apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>480</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Adquirida para Assentamento	01
Em Identificação	02
Homologadas	13
Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação	04
Reservada	04



No sul da Bahia, 45 famílias do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe foram desalojadas da Fazenda “Serra Verde”, onde moravam desde 2001. Essa expulsão ocorreu de forma violenta e foi feita por um grupo de pistoleiros supostamente contratados por fazendeiros da região. A fazenda fica dentro da terra tradicional do povo e está sendo retomada desde 1983. Voltando aos seus lares, as famílias encontraram seis casas destruídas, 59 hectares de área cultivada queimada e um grande trecho de vegetação de Mata Atlântica queimada.

Vinte três famílias da comunidade Pataxó estavam sob ameaças feitas por homens armados que durante a noite, disparavam tiros em direção aos índios. Essas famílias estão organizadas pela Frente de Resistência e Luta Pataxó. As ameaças ocorrem porque as famílias retomaram uma fazenda no interior de seu território tradicional. Com receio de um confronto, crianças e as mulheres foram retiradas. Os pistoleiros impediram o carro que transporta estudantes de passar pela estrada principal obrigando-os a dar uma volta de 20 km. Consta que os indígenas denunciaram o caso à Política Federal e comunicaram à Funai<sup>481</sup>.

480 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

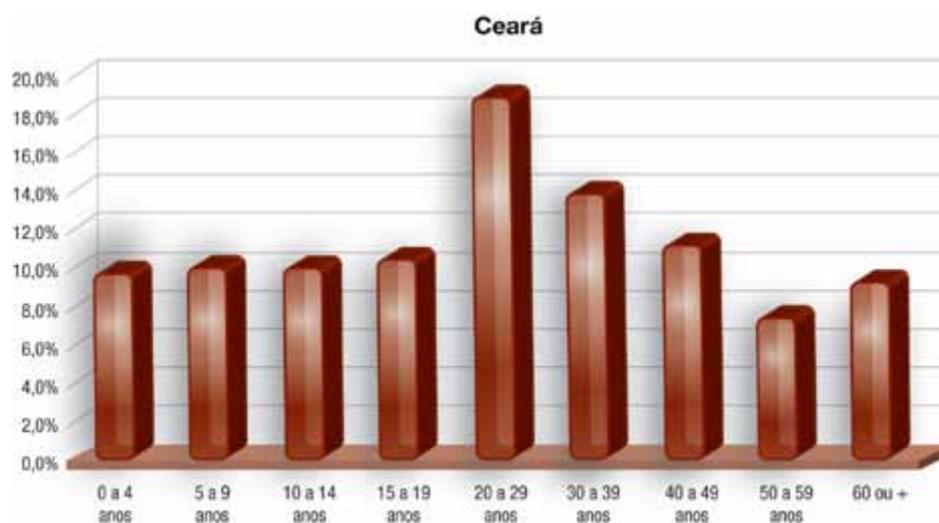
481 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

CE

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Ceará tem 184 municípios, com território de 148.825,602 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 8.238.000 habitantes (55,35 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 76,40% vivem na área urbana e 23,60% na área rural<sup>482</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,6%, acima da média regional (2,0%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>483</sup>. Fortaleza, capital do estado, tem 2.431.415 habitantes (7.768,10hab/km<sup>2</sup>)<sup>484</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 40.923.492,00 (1,90% do PIB nacional)<sup>485</sup>. O Índice Gini<sup>486</sup> da distribuição de renda é 0,536, abaixo da média regional de 0,556, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 9ª posição entre os estados<sup>487</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,593 em 1991 para 0,7 no ano 2000 (+ 18,04%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>488</sup>.

482 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

483 IBGE, Estimativas e Projeções da População

484 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

485 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

486 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

487 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

488 PNUD, 2000

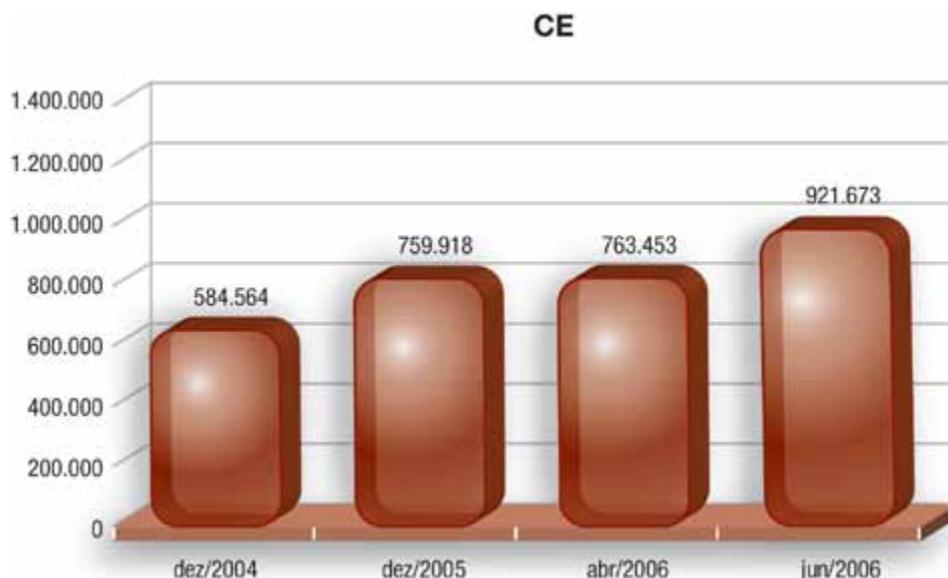
## ■ TRABALHO

A população economicamente ativa do Ceará em 2006 era de aproximadamente 4.098.000 pessoas, o que representa 49,75 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>489</sup>, 32% estavam no setor agrícola, 15,6% na indústria, 5,1% na construção, 16,1% no comércio e 31% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 47,86% e a taxa de desocupação, 7,8%.<sup>490</sup>

## ■ RENDA

No Ceará, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,2% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 35,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 41,5% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.269,00. Existiam 73,76% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,15% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>491</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>492</sup>:



## ■ HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 73,70% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>493</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,8 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,9. Dos domicílios urbanos, 71,1% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 2,9% pertenciam a

489 De 10 ou mais anos de idade

490 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

491 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

492 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

493 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>494</sup>.

Do total de domicílios, 10,17% não tinham banheiro ou sanitário, 25,51% não tinham coleta de lixo e 2,90% não tinham iluminação elétrica<sup>495</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 19,2%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 30,7%<sup>496</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>497</sup> era de 6,0 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>498</sup> em relação à série recomendada era de 30%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>499</sup> era de 34,7%<sup>500</sup>.

## SAÚDE



	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	152,72	291,36
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,57	0,92
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,72	0,93
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	28,18	37,87
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	2,99	2,99
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab) ****</b>	147,19	346,33
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	17,0	20,8
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	37,4	47,1
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	6,47	5,56

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

494 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

495 IBGE, SIDRA, 2007

496 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

497 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

498 Em até 2 anos.

499 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

500 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	76,3	71,8	82,1	67,4	62,8
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	25,6	39,8	18,3	18,1	16,1
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	67	45,6	58,5	49,4	42,0
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	72,8	77	80,5	82,3	83,2
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	62,2	69,6	73,9	76,2	78,2
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	43,9	48,1	34,18	33,96	32,25
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	27,2	28,1	22,76	22,84	23,67
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	47,5	79,8	74,67	78,57	82,32
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	24,8	32,6	86,51	88,55	89,83
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	12,2	27,6	49,9	55,67	60,94
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	5	7	8,88	10,99

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Ceará dispôs de uma receita de R\$ 9.166.732.234,00 - 32,19% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>501</sup>:

501 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	4,78%	4,55%	-0,23%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1,89%	1,39%	-0,50%
SAÚDE	9,93%	8,89%	-1,04%
TRABALHO	0,34%	0,32%	-0,02%
EDUCAÇÃO	19,64%	18,00%	-1,64%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,76%	0,93%	0,36%
HABITAÇÃO	0,19%	0,55%	0,36%
SANEAMENTO	1,20%	7,96%	6,76%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 16 secretarias<sup>502</sup> e 218.763 servidores<sup>503</sup>, na proporção de um servidor para cada 37,10 habitantes, representando um aumento de 1,47% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Ceará era feita por 22 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 46 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Ceará assinou 35 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 5.207.557,54. Destes convênios, cinco foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à proteção de vítimas e testemunhas, doze à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, mediação de conflitos, educação e capacitação em direitos humanos, assistência judiciária, balcões de direitos), três à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, quatro ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, cinco à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, um à erradicação do trabalho escravo e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>504</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>505</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, que atualmente disponibiliza as atas das reuniões ocorridas somente em 2008.<sup>506</sup>

502 Gestão 2007-2010

503 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

504 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

505 Governo do Ceará ([www.ceara.gov.br/](http://www.ceara.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

506 Assembléia Legislativa do Ceará ([www.al.ce.gov.br/](http://www.al.ce.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

## ■ Justiça

O Ceará tem uma Secretaria da Justiça e Cidadania, à qual está vinculada a Coordenadoria da Cidadania, a Coordenadoria do Sistema Penal, a Escola de Gestão Penitenciária e Formação para Ressocialização. Sendo o Conselho Penitenciário, o Conselho Estadual Antidrogas, o Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, alguns dos órgãos colegiados vinculados à Secretaria.<sup>507</sup>

No Ceará, dos 184 municípios, 172 constituem sede de comarca.<sup>508</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Ceará foi de 4,75%. Atuavam na justiça estadual 332 magistrados, sendo 305 na primeira instância e 27 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 4,5 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>509</sup> O total de pessoas atendidas está indisponível.<sup>510</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 198.789 processos, 575.770 estavam pendentes e 183.008 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 76,4%.<sup>511</sup> Na segunda instância da justiça comum, 19.388 processos deram entrada, 87.542 estavam pendentes e 11.541 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 89,2%.

O estado tem também 39 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 52.599 processos, 49.910 estavam pendentes e 61.303 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 40,2%.<sup>512</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1997, conta com 145 defensores (1 defensor para cada 55.639,45 habitantes - 2006), atendendo 32% das comarcas do estado, em um total de 120.675 atendimentos, ou seja, 832,24 atendimentos/defensor. Sua estrutura contempla a existência de uma Ouvidoria específica, cujo ouvidor é membro dos quadros de carreira.<sup>513</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 341 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 1.882,99 habitantes, sendo 312 promotores de justiça e 29 procuradores.<sup>514</sup>

## ■ Segurança Pública

O Ceará tem uma Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa social.<sup>515</sup>

Desde novembro de 1998 está autorizada a criação de Conselhos Comunitários de Defesa Social no Ceará, mas não há informações sobre sua existência ou funcionamento<sup>516</sup>. Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de

507 Estado do Ceará, Secretaria da Justiça e Cidadania ([www.sejus.ce.gov.br](http://www.sejus.ce.gov.br))

508 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

509 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

510 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

511 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = \frac{\text{Sentenças}}{\text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

512 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

513 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

514 Ministério Público do Estado do Ceará (informação obtida por telefone no mês de setembro).

515 Estado do Ceará ([www.ceara.gov.br](http://www.ceara.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará ([www.seguranca.ce.gov.br](http://www.seguranca.ce.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

516 Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará.

Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>517</sup>

O efetivo policial era 16.284 em 2006, sendo 2.172 policiais civis, 12.630 policiais militares e 1.482 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 495,43 habitantes.<sup>518</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 1,38% do efetivo total. Em 2006, 51 dos 184 municípios do Ceará tinham guarda municipal, com um efetivo total de 3.540 guardas.<sup>519</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Ceará<sup>520</sup> está sob administração da Coordenadoria do Sistema Penal – Cosipe, vinculada à Secretaria de Justiça e Cidadania - Sejus. Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria específica, mas existe uma ouvidoria da Sejus que presta atendimento ao público e encaminha os casos aos órgãos competentes. Também não há uma Corregedoria específica, mas existe a Comissão Permanente de Sindicância da Sejus que apura irregularidades do Sistema.

O estado possui 143 estabelecimentos prisionais, sendo oito Penitenciárias, duas Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares, dois Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e 131 Cadeias Públicas, totalizando 8.101 vagas.

A população prisional em janeiro de 2008 era de 11.975 presos - somados os 363 em regime aberto, o que representava um déficit de 3.874 vagas. A Sejus não informou o número de presos nas delegacias. Em relação a 2004 houve um crescimento de 7,6% da população encarcerada e de 37,2% no número de vagas<sup>521</sup>.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	4.101	137	4.238
Semi-aberto	2.078	66	2.144
Provisório	4.855	194	5.049
Medida de Segurança - Internação	181	00	181
<b>TOTAL</b>	<b>11.215</b>	<b>397</b>	<b>11.612</b>

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, em 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Ceará foi de 30, dos quais 21 foram considerados criminais, 7 naturais, um suicídio, e um acidental. No mesmo período ocorreram 358 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 5 e o de fugas, 16.

517 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

518 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

519 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

520 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Ceará, 2008.

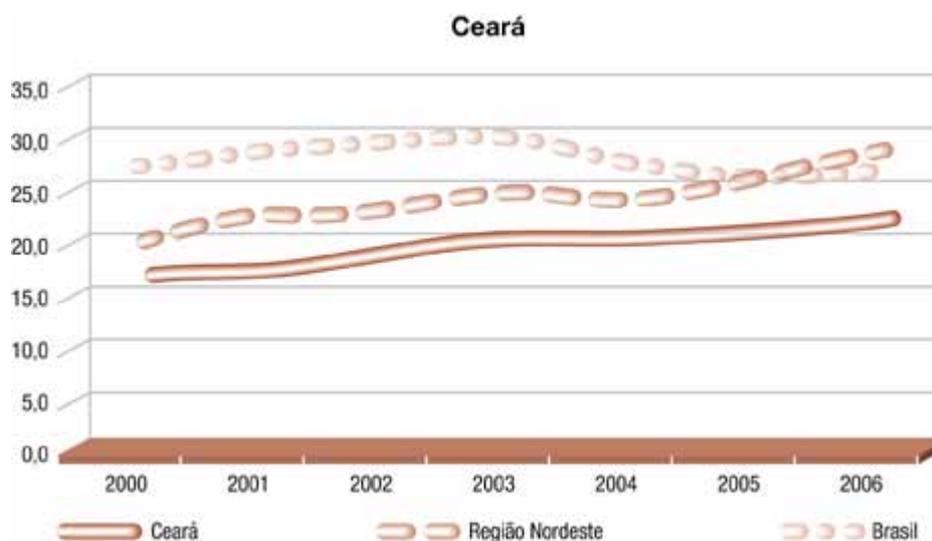
521 Dados de 2004 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 1990 e transformado em Fundo de Defesa Social do Estado em 2004. O Estado possui uma Escola de Administração Penitenciária que está em fase de implantação. Possui, ainda, doze Conselhos da Comunidade, e há previsão de implantação de outros conselhos em comarcas que ainda não tem. A assistência jurídica aos presos é feita apenas nas grandes unidades do sistema e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Vara Especializada em Execução de Medidas e Penas, contemplando 187 apenados no segundo semestre de 2007.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 9.244.365,91. Deste montante, 90,36% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Ceará foi de 21,78/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 26,40% em relação a 2000<sup>522</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 3,8/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 166,2/100 mil hab.<sup>523</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>524</sup> alcançaram a cifra de 898,2 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>525</sup> somaram 13,5 registros/100 mil casos hab e os delitos de trânsito<sup>526</sup>, 39,5 registros/100 mil hab.<sup>527</sup>

522 Ministério da Saúde, Datasus.

523 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

524 Roubos e extorsões mediante seqüestro

525 Tráfico, uso e porte de drogas

526 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

527 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 6 casos de violência policial, sendo 3 o total de vítimas fatais e 8 o de feridas, 2 casos de execuções sumárias com 3 vítimas fatais e 4 feridas e nenhum caso de linchamento.

No dia 26 de setembro de 2007, policiais durante a perseguição de um carro atiraram em quatro pessoas acidentalmente. Os dois veículos da polícia procuravam uma caminhonete preta de vidro fumê, nela estavam assaltantes de um caixa eletrônico. Os policiais afirmaram que pediram para que o motorista da suposta caminhonete usada pelos ladrões parasse, mas ele não atendeu, e cerca de 20 tiros foram disparados.<sup>528</sup>

O turista italiano Sérgio Caponni é uma das vítimas fatais de violência policial. Foi espancado no dia 6 de novembro de 2007 na orla de uma praia em Fortaleza. Caponni foi internado com traumatismo craniano e acabou morrendo no hospital. Os PMs negaram a agressão, afirmando que ao encontrá-lo ele já estava ferido<sup>529</sup>.

Em 2007, na cidade de Caucaia, 3 pessoas ficaram feridas e outra morreu após o disparo de alguns tiros por pessoas não identificadas. O índio Francisco Antônio da Silva foi a vítima fatal.<sup>530</sup> Outra vítima de execução sumária foi o comerciante Francisco Paixão de Castro, morto no dia 18 de maio de 2007. Castro era testemunha do assassinato do prefeito de Acaraú, Jaime Ferreira Gomes Filho e a polícia afirmou que a vítima vinha recebendo ameaças de morte<sup>531</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 2 áreas de conflito, envolvendo 180 famílias, em 2005. Em 2006 foram 9 áreas de conflito e 1559 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 7 áreas de conflito somando 924 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, era 1 área de ocupação, agrupando 100 famílias. Em 2006 eram 5 áreas com 730 famílias. E no ano de 2007 eram 6 áreas com 806 famílias.<sup>532</sup> Já a Ouvidoria Agrária não registrou em 2005 ocupações de terra e constam 3 mortes não relacionadas aos conflitos agrários. Em 2006 foram contabilizadas 4 ocupações de terra, sem mortes. No ano de 2007 foram 6 ocupações de terra, sem mortes.<sup>533</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2006 foram 2 denúncias e 88 trabalhadores libertados. No ano de 2007, registrou-se 2 denúncias e 19 trabalhadores libertados.

## ■ Liberdade de imprensa

Carmelo Luís de Sá foi ferido na noite de 2 de maio de 2006, enquanto apresentava o seu programa na Rádio Comunitária de Quiterianópolis. Um homem armado invadiu a rádio e disparou cinco tiros contra o jornalista, que sofreu um ferimento no braço. Antônio Valcenti Vieira, comerciante e filho do prefeito da cidade, Francisco Vieira Costa, do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi apontado como res-

528 O Diário de São Paulo, 27/09/2007-28/09/2007. O Estado de São Paulo, 28/09/2007. Folha de São Paulo, 28/09/2007-29/09/2007-11/10/2007.

529 O Estado de São Paulo, 08/11/2007.

530 O Estado de São Paulo, 13/02/2007.

531 O Diário de São Paulo, 19/05/2007.

532 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

533 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

ponsável pela polícia, que não descartou a possibilidade do atentado estar relacionado com o trabalho do jornalista, que várias vezes denunciou o envolvimento do prefeito em casos suspeitos.<sup>534</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Ceará é composta por 34,9% de crianças e adolescentes<sup>535</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,663, considerado médio. Existem 73% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 18,1% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 20,7%.<sup>536</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 5,2% e a taxa<sup>537</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 37,2%<sup>538</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 8,6% morrem vítimas de homicídio<sup>539</sup>.

No estado há 122 conselhos tutelares, 182 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 10 varas da infância e juventude<sup>540</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>541</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>542</sup>

Em 2006, havia 669 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 1,9%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 5,61/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 2157 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>543</sup>.

### ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 51,51% da população do Ceará, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 74,40 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, 48,4% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>544</sup>.

O estado tinha 7 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 4 Centros de Referência; 1 Casa Abrigo; 2 varas adaptadas para situações de violência doméstica e 6 Conselhos Municipais de Defesa

534 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

535 Entre 12 e 18 anos de idade.

536 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

537 Por mil nascidos vivos

538 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

539 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

540 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

541 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

542 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

543 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

544 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

dos Direitos da Mulher<sup>545</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 2.478.856,39<sup>546</sup>.

## ■ Idosos

A população do Ceará é composta por 9,9% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 54,6% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 21,2% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>547</sup> é de 5,9%<sup>548</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Ceará, 2,4% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 24%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 15,6%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 5,8 e o rendimento mensal médio é de 1,3 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,4 e 2, respectivamente<sup>549</sup>.

## ■ Indígenas

O Ceará possui 1,66% do total da população indígena brasileira, o que equivale a 12.198 pessoas<sup>550</sup>. Essa população está organizada em oito povos/etnias: Jenipapo-Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potiguara, Tabajara, Tapeba, Tremembé, Anacé.<sup>551</sup>

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>552</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declaradas</b>	01
<b>Em Identificação</b>	04
<b>Homologadas</b>	01
<b>Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação</b>	02

545 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

546 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

547 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

548 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

549 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

550 Conselho Indigenista Missionário - Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

551 Instituto Sócio Ambiental - ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 11 de outubro de 2009.

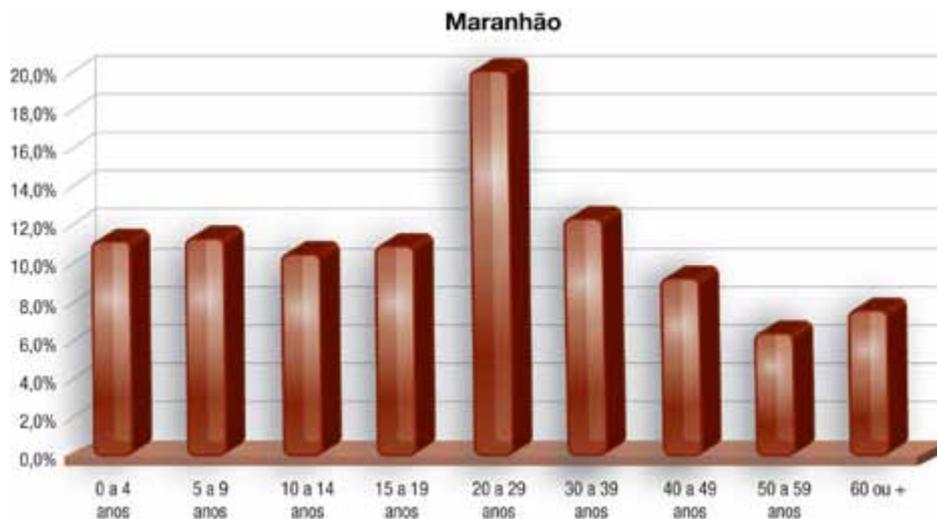
552 Instituto Sócio Ambiental - ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

MMA

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

**O** Maranhão tem 217 municípios, com território de 331.983,293 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 6.199.000 habitantes (18,67 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 67,01% vivem na área urbana e 32,99 % na área rural<sup>553</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,3%, acima da média regional (2,0%) e abaixo da média nacional (2,4%)<sup>554</sup>. São Luís, capital do estado, tem 957.515 habitantes (1.157,82 hab/km<sup>2</sup>)<sup>555</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 25.325.860,00 (1,20% do PIB nacional)<sup>556</sup>. O Índice Gini<sup>557</sup> da distribuição de renda é 0.587, acima da média regional de 0.556, e também da média nacional de 0.547, ocupando a 4ª posição entre os estados<sup>558</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,543 em 1991 para 0,636 no ano 2000 (+ 17,13%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>559</sup>.

553 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

554 IBGE, Estimativas e Projeções da População

555 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

556 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

557 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

558 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

559 PNUD, 2000

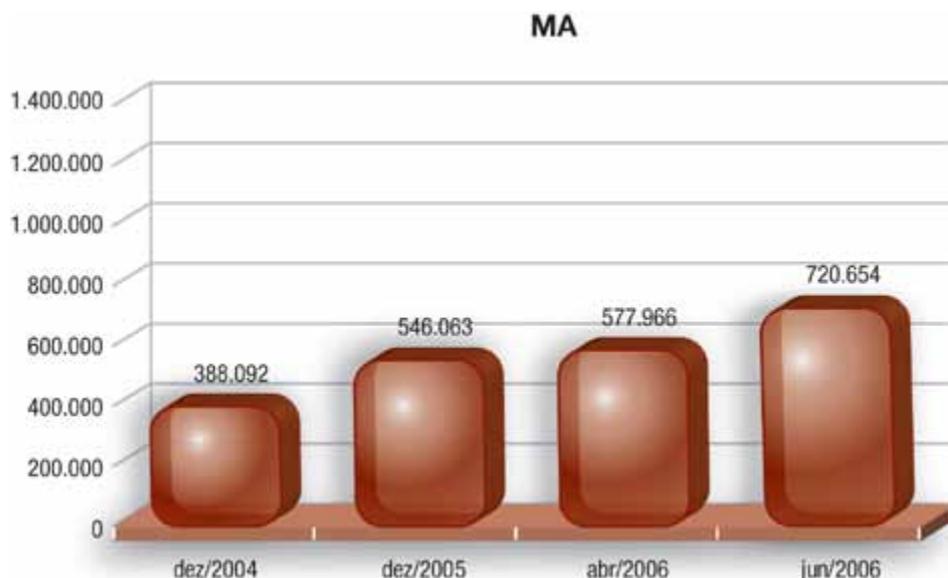
## ■ TRABALHO

A população economicamente ativa do Maranhão em 2006 era de aproximadamente 3.045.000 pessoas, o que representa 49,12 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>560</sup>, 42,9% estavam no setor agrícola, 6,9% na indústria, 5,7% na construção, 17,9% no comércio e 26,4% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 53,02% e a taxa de desocupação, 6,2%.<sup>561</sup>

## ■ RENDA

No Maranhão, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,1% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 37,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 47,4% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.902,00. Existiam 76,60% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 1,94% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>562</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>563</sup>:



## ■ HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 82,53% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>564</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 4,1 e o número médio de pessoas por dormitório era de 2,0. Dos domicílios urbanos, 74,3% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 3% pertenciam a

560 De 10 ou mais anos de idade

561 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

562 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

563 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

564 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>565</sup>.

Do total de domicílios, 29,45% não tinham banheiro ou sanitário, 36,80% não tinham coleta de lixo e 9,8% não tinham iluminação elétrica<sup>566</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 21,5%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 34,8%<sup>567</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>568</sup> era de 5,5 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>569</sup> em relação à série recomendada era de 41%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>570</sup> era de 37,5%<sup>571</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	110,34	285,26
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,08	1,32
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,42	0,58
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	24,69	29,59
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	8,27	7,61
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	55,21	83,61
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	8,6	14,5
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	18,8	31,6
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	7,28	6,65



\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

565 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

566 IBGE, SIDRA, 2007

567 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

568 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

569 Em até 2 anos.

570 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

571 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO



	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	72,7	79,4	91,4	83,8	97,4
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	7,4	49	18,9	17,5	17,0
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	69,9	53,8	56,5	49,6	39,8
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	69,1	73,5	79,0	79,9	80,7
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	62,6	69,6	74,8	74,2	76,1
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	46,1	53,1	39,51	38,55	39,68
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	28	28,4	21,28	20,67	21,74
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	31,4	75,2	54,79	64,11	63,98
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	30,5	23,1	68,21	66,61	70,55
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	7,8	16,5	37,36	41,57	46,99
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	2,3	4,06	6,57	7,96

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Maranhão dispôs de uma receita de R\$ 5.066.658.597,00 - 42,87% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>572</sup>:

572 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	8,83%	7,40%	-1,43%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,63%	0,51%	-0,12%
SAÚDE	5,50%	8,68%	3,18%
TRABALHO	0,06%	0,11%	0,05%
EDUCAÇÃO	17,17%	16,18%	-0,99%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,71%	1,91%	1,2%
HABITAÇÃO	0,09%	0,17%	0,08%
SANEAMENTO	1,37%	2,64%	1,27%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 26 secretarias<sup>573</sup> e 167.278 servidores<sup>574</sup>, na proporção de um servidor para cada 36,56 habitantes, representando um aumento de 21,27% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Maranhão era feita por 18 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 42 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Maranhão assinou 38 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 5.633.241,28. Destes convênios, seis foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, três à proteção de vítimas e testemunhas, seis à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, balcões de direitos, educação em direitos humanos), dez à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, seis à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, dois à erradicação do trabalho escravo e dois à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>575</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Maranhão e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>576</sup>

573 Gestão 2007-2010

574 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

575 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

576 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

O governo do Maranhão possui a Secretaria de Estado Extraordinária de Direitos Humanos. Não há acesso aos projetos e ações da secretaria.<sup>577</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.<sup>578</sup>

## ■ Justiça

No Maranhão, dos 217 municípios, 98 constituem sede de comarca.<sup>579</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Maranhão foi de 5,24%. Atuavam na justiça estadual 236 magistrados, sendo 212 na primeira instância e 24 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 4,3 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>580</sup> O total de pessoas atendidas foi de 153.933.<sup>581</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 91.039 processos, 446.812 estavam pendentes e 39.095 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 92,7%<sup>582</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 9.230 processos deram entrada, 5.997 estavam pendentes e 7.429 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 51,2%.

O estado tem também 25 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 39.649 processos, 57.165 estavam pendentes e 35.942 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 62,9%.<sup>583</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2002, conta com 37 defensores (1 defensor para cada 164.413,35 habitantes - 2006), atendendo 4,1% das comarcas do estado, em um total de 27.335 atendimentos, ou seja, 738,78 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>584</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 282 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 44.328,13 habitantes, sendo 253 promotores de justiça e 29 procuradores.<sup>585</sup>

## ■ Segurança Pública

Em janeiro de 2007 foi criada a Secretaria de Estado da Segurança Cidadã, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, o Departamento Estadual de Trânsito, o Programa Estadual de Proteção ao Consumidor e o sistema penitenciário. A secretaria conta com uma corregedoria geral. Não há uma ouvidoria do sistema de segurança cidadã.<sup>586</sup>

A Polícia Comunitária foi adotada no estado, sendo formados 1.103 promotores de Polícia Comunitária em 2007, entre policiais militares e civis, bombeiros, guardas municipais e lideranças comunitárias. Nesse ano, também foi lançado o Projeto Roda Viva, que tem como objetivo “reduzir os índices de violência e criminalidade através das atividades de prevenção primária entre adolescentes e jovens, proporcionando a

577 Governo do Maranhão ([www.ma.gov.br/](http://www.ma.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

578 Assembléia Legislativa do Maranhão ([www.al.ma.gov.br/](http://www.al.ma.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso aos projetos em trâmite na comissão, nem às atas das reuniões.

579 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

580 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

581 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

582 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 - \frac{\text{Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}{\text{Total}}$

583 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

584 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

585 Ministério Público do Estado do Maranhão (informação obtida no site do MP, acessado no mês de setembro)

586 Estado do Maranhão ([www.ma.gov.br/](http://www.ma.gov.br/)) e Secretaria da Segurança Cidadã do Maranhão ([www.sesp.es.gov.br/](http://www.sesp.es.gov.br/)) último acesso: setembro de 2008.

participação da comunidade nas atividades de planejamento, definição de prioridades e implementação e execução das ações preventivas”.<sup>587</sup> Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública<sup>588</sup> estava em funcionamento.<sup>589</sup>

O efetivo policial era 9.578 em 2006, sendo 1.515 policiais civis, 6.593 policiais militares e 942 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 635,13 habitantes.<sup>590</sup> Em relação a 2003, houve uma redução de 0,15% do efetivo total. Em 2006, 56 dos 217 municípios do Maranhão tinham guarda municipal, com um efetivo total de 1.317 guardas.<sup>591</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Maranhão<sup>592</sup> está sob administração da Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária da Secretaria de Estado de Segurança Cidadã – Seseac. Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria vinculada à Seseac, mas que carece de estruturação, já que não possui sede nem serviço de disque-denúncia. Existe a Corregedoria de Estabelecimentos Penais, componente da estrutura da Corregedoria Geral da Seseac, que apura a responsabilidade funcional dos servidores penitenciários.

O estado possui 11 estabelecimentos prisionais, sendo cinco Penitenciárias e seis Cadeias Públicas, totalizando 1.710 vagas. A população prisional em janeiro de 2008 era de 5.506 presos - considerados os 2.376 custodiados em delegacias policiais e os 71 em regime aberto, o que representava um déficit de 3.796 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 6,8% da população encarcerada e de 14,2% no número de vagas<sup>593</sup>.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	847	26	873
Semi-aberto	591	22	613
Provisório	1.534	38	1.572
Medida de Segurança - Internação	1	-	1
<b>TOTAL</b>		<b>3.059</b>	

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, em 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Maranhão foi de onze, dos quais dez foram considerados criminais e um natural. No mesmo período ocorreram 65 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de uma e o de fugas, quinze.

587 Secretaria da Segurança Cidadã do Maranhão.

588 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

589 O estado aderiu ao PRONASCI em 2008.

590 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

591 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

592 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Maranhão, 2008.

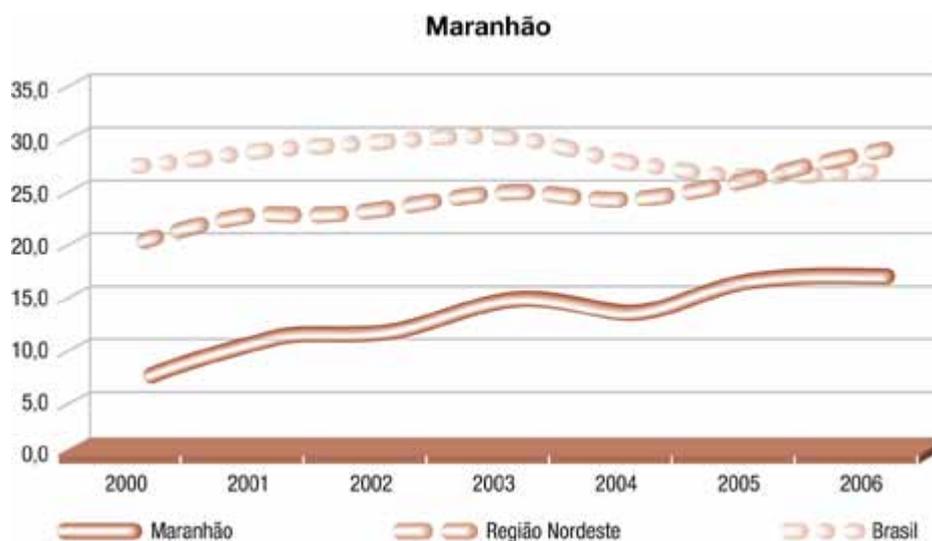
593 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

O estado possui Fundo Penitenciário Estadual e ainda não possui Escola de Administração Penitenciária, mas o projeto que prevê sua criação já foi encaminhado para o DEPEN em 2007. O Maranhão possui, ainda, doze Conselhos da Comunidade, e há previsão de instalação de outros. A assistência jurídica aos presos é prestada apenas na capital e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento dos Núcleos de Penas e Medidas Alternativas da Vara de Execuções das comarcas de São Luís e de Imperatriz.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 21.785.035,56. Deste montante, 25,89% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Maranhão foi de 15,55/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 146,66% em relação a 2000<sup>594</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 20,3/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 224,4/100 mil hab.<sup>595</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>596</sup> alcançaram a cifra de 195,4 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>597</sup> somaram 8,8 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>598</sup>, 65,6 registros/100 mil hab.<sup>599</sup>

594 Ministério da Saúde, Datasus.

595 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

596 Roubos e extorsões mediante seqüestro

597 Tráfico, uso e porte de drogas

598 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

599 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 3 casos de violência policial, sendo 1 o total de vítimas fatais e 6 o de feridas, 2 casos de execuções sumárias com 2 vítimas fatais e nenhum caso de linchamento.

O músico Jeremias Pereira da Silva foi espancado até a morte em 22 de março de 2007 por dois policiais militares. Estes teriam confundido o músico com um assaltante no bairro do São Francisco, segundo declaração da Secretaria Estadual de Segurança Cidadã. A mesma também informou que Jeremias teria resistido à prisão e por isto os PMs Expedito Farias e José Waldemar Carvalho o agrediram. Sua morte foi provocada por uma hemorragia interna, o laudo do IML constatou que ele teve quatro costelas quebradas. Os policiais foram presos<sup>600</sup>.

José Henrique de Carvalho Paiva foi encontrado morto no dia 20 de janeiro em 2007 em uma estrada de terra na região de Imperatriz. Em junho de 2006, o engenheiro e professor havia denunciado a existência de um suposto esquema de desvio de dinheiro público no Maranhão, no qual estava envolvido o deputado Sebastião Madeira. A polícia descartou a possibilidade de ter ocorrido latrocínio (roubo seguido por morte), sustentando a hipótese de crime premeditado. O corpo de Paiva foi encontrado com 16 facadas e marcas de pauladas na cabeça<sup>601</sup>.

Outra vítima fatal de execução sumária foi o prefeito de Ribamar Fiquene, Hilter Alves da Costa, que foi assassinado na noite do dia 16 de julho de 2007. Segundo o relato de testemunhas, o prefeito visitava um povoado na zona rural do município quando dois homens passaram em uma moto, um deles disparou cinco tiros na direção de Costa. Ele estava no seu segundo mandato e foi o segundo prefeito assassinado no Maranhão em 2007. Raimundo Bartolomeu, prefeito de Presidente Vargas, havia sido morto a tiros em março<sup>602</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 89 áreas de conflito, envolvendo 9244 famílias, em 2005. Em 2006 foram 66 áreas de conflito e 3941 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 76 áreas de conflito somando 5818 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 3 áreas de ocupação, agrupando 388 famílias. Em 2006 eram 2 áreas com 470 famílias. E no ano de 2007 eram 8 áreas com 1471 famílias.<sup>603</sup> Já a Ouvidoria Agrária não registrou ocupações de terra nem mortes em 2005. No ano de 2006 foi contada uma ocupação de terra com 1 morte decorrente de conflito agrário. Em 2007 consta uma ocupação de terra com 1 morte relacionada ao conflito agrário.<sup>604</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 33 denúncias de trabalho escravo sendo 484 trabalhadores libertados. Em 2006 foram 24 denúncias e 284 trabalhadores libertados (2 eram menores). No ano de 2007, foram registradas 32 denúncias e 378 trabalhadores libertados (13 eram menores).

600 Folha de S. Paulo, 24/03/2007-05/04/2007. Diário de S. Paulo, 24/03/2007.

601 Folha de S. Paulo, 23/01/2007-24/01/2007.

602 Diário de S. Paulo, 17/07/2007-18/07/2007.

603 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

604 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

## GRUPOS ESPECÍFICOS

### Crianças e adolescentes

A população do estado do Maranhão é composta por 41,2% de crianças e adolescentes<sup>605</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,651, considerado médio. Existem 75,5% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 19,9% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 22,4%.<sup>606</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 6,5% e a taxa<sup>607</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 51,4%<sup>608</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 5,4% morrem vítimas de homicídio<sup>609</sup>.

No estado há 80 conselhos tutelares, 01 conselho municipal de direitos da criança e do adolescente, 03 varas da infância e juventude<sup>610</sup>, 93 promotorias da infância e juventude<sup>611</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>612</sup>.

Em 2006, havia 113 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 18,2%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 1,09/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 185 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>613</sup>.

### Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,30% da população do Maranhão, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 71,30 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, 55,3% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>614</sup>.

O estado tinha 19 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 1 Centro de Referência; 1 Casa Abrigo; 23 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>615</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 e 2007, um total de R\$ 200.126<sup>616</sup>.

605 Entre 12 e 18 anos de idade.

606 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

607 Por mil nascidos vivos

608 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

609 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

610 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

611 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

612 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

613 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

614 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

615 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

616 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.



## ■ Idosos

A população do Maranhão é composta por 8,3% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 60,3% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 30,5% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>617</sup> é de 7,3%<sup>618</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Maranhão, 6,9% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 25,9%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 18%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 5,3 e o rendimento mensal médio é de 1,4 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 6,5 e 2,6, respectivamente<sup>619</sup>.

## ■ Indígenas

O estado conta com 27.571 indígenas, o equivalente a 3,76% do total brasileiro<sup>620</sup>. Esses indígenas estão distribuídos em 8 povos/etnias<sup>621</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Guajá	Avá, Awá	Tupi-Guarani
Tembé	Tenetehara	Tupi-Guarani
Ka'apor	Urubu Kaapor, Kaapor	Tupi-Guarani
Gavião Pykopjê	Gavião do Maranhão, Gavião Pukobiê, Gavião do Leste, Pykopcatejê	Jê
Krikati	Kricati, Kricatijê, Põcatêjê, Kricatijê	Jê
Tabajara		
Canela	Ramkokamekrá, Apanyekrá	Jê
Guajajara	Guajajara, Tenetehara	Tupi-Guarani

Também constam três grupos de povos isolados: Isolados de Buriticupu, Isolados do Bandeira e os Isolados de Jararaca.

617 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

618 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

619 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

620 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

621 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 11 de outubro de 2009.

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>622</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declaradas</b>	01
<b>Em Identificação</b>	02
<b>Homologadas</b>	15



Em 2008 foram verificados três casos de assassinato contra integrantes do povo Guajajara, na Terra Indígena “Araribóia” (municípios de Arame e Grajaú). Num desses casos, a Aldeia “Anajá” foi invadida por alguns homens em motos. Começaram a disparar dentro da aldeia. Um dos disparos acertou uma criança Guajajara, que assistia televisão. Segundo os indígenas os autores seriam os mesmos que, no início de 2007, assassinaram Timóteo Guajajara. As ameaças e o conseqüente clima de terror têm se prestado a expulsar indígenas de suas regiões de direito<sup>623</sup>. Na Aldeia “Nova Lima”, uma jovem Guajajara foi assassinada a pedradas no quintal de casa. Algumas informações apontam para o fato da jovem ter sido vítima de estupro<sup>624</sup>. Já na Aldeia “Crioli”, município de Arame, uma rixa de jogo levou ao assassinato de uma Guajajara. Segundo informações no relatório do Conselho Indigenista Missionário, há um acirrado racismo contra os indígenas na região de Arame<sup>625</sup>.

Em 2007 houve 3 ocorrências de tentativa de assassinato. Um casal Guajajara foi atacado enquanto caminhavam pela MA-006 (Balsas/Grajaú). Motoqueiros encapuzados dispararam contra o casal. Existe a suspeita de que um grupo de extermínio de indígenas possa estar atuando na região. Outro caso destacado foi a tentativa de linchamento de dois Guarani presos, por outros detentos no Estabelecimento Penal de Amambai<sup>626</sup>. Continua muito grave a situação do povo Guajajara, no Maranhão, que aparece com 5 casos.<sup>627</sup>

622 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

623 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

624 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

625 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

626 Esta prisão está superlotada, com 197 presos, quando há capacidade para 67.

627 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>). Os relatos do CIMI, também apontam para diversas ameaças verbais de morte (inclusive com uma lista de nomes dos ameaçados de morte). Os relatórios indicam que as invasões e ameaças encontram motivação em conflitos territoriais com madeireiros. Fica aqui o exemplo da invasão por madeireiros armados nas aldeias Catitu e Buracão, na Terra Indígena Lagoa Comprida

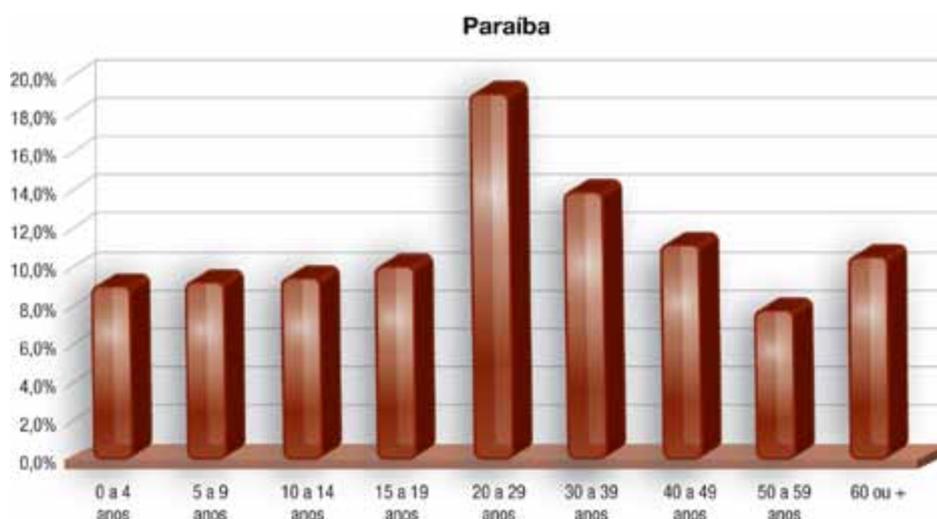


PB

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

**A** Paraíba tem 223 municípios, com território de 56.439,838 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 3.628.000 habitantes (64,28 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 76,32% vivem na área urbana e 23,68% na área rural<sup>628</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 1,3%, abaixo da média regional (2,0%) e abaixo da média nacional (2,4%)<sup>629</sup>. João Pessoa, capital do estado, tem 674.762 habitantes (3.197,92 hab/km<sup>2</sup>)<sup>630</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 16.864.193,00 (0,8% do PIB nacional)<sup>631</sup>. O Índice Gini<sup>632</sup> da distribuição de renda é 0,559, acima da média regional de 0,556, e acima da média nacional de 0,547, ocupando a 6ª posição entre os estados<sup>633</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,561 em 1991 para 0,661 no ano 2000 (+ 17,83%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>634</sup>.

628 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

629 IBGE, Estimativas e Projeções da População

630 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

631 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

632 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

633 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

634 PNUD, 2000

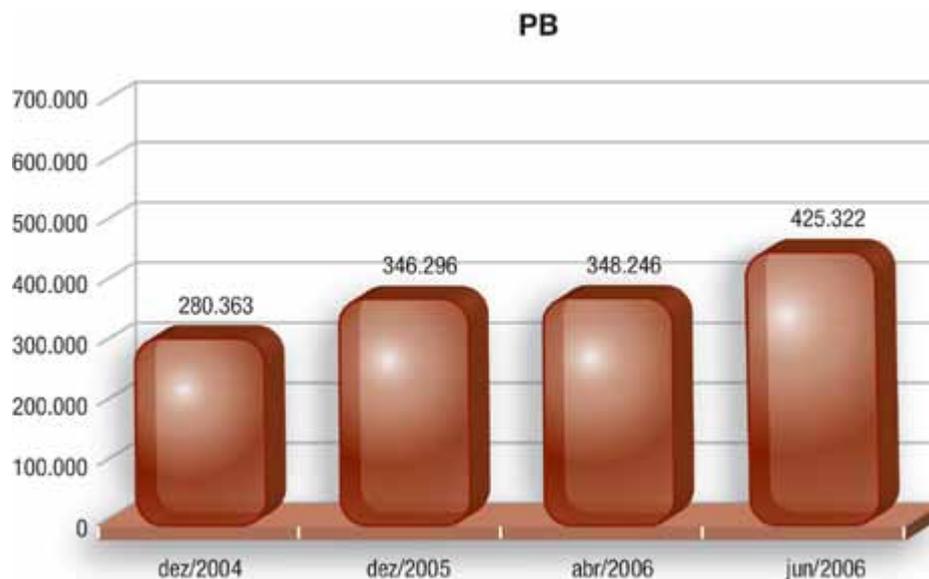
## TRABALHO

A população economicamente ativa da Paraíba em 2006 era de aproximadamente 1.740.000 pessoas, o que representa 47,96% do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>635</sup>, 31,6% estavam no setor agrícola, 10,7% na indústria, 4,2% na construção, 15,7% no comércio e 37,1% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 47,87% e a taxa de desocupação, 7,5%.<sup>636</sup>

## RENDA

Na Paraíba, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,5% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 57,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 45,5% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.824,00. Existiam 74,24% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,79% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>637</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>638</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 71,29% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>639</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,7 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,8. Dos domicílios

635 De 10 ou mais anos de idade

636 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

637 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

638 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

639 IBGE, SIDRA, 2006

urbanos, 72,1% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 3,8% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>640</sup>.

Do total de domicílios, 5,48% não tinham banheiro ou sanitário, 20,80% não tinham coleta de lixo e 1,39% não tinham iluminação elétrica<sup>641</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 23,5%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 36,8%<sup>642</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>643</sup> era de 5,5 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>644</sup> em relação à série recomendada era de 40,4%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>645</sup> era de 33,4%<sup>646</sup>.

## SAÚDE



	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	148,24	335,12
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,96	1,33
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,92	1,14
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	34,1	43,07
<b>Detecção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	2,09	2,68
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	35,08	85,17
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	12,8	19,6
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	27,0	36,3
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	6,51	4,26

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

640 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

641 IBGE, SIDRA, 2007

642 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

643 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

644 Em até 2 anos.

645 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

646 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	82,6	26,1	26,4	31,5	33,6
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	27,1	48,2	18,9	18	18,3
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	42,5	48,4	41,8	30,8	28,0
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	73	74	77,5	80,6	79,1
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	62,4	66,2	71,8	73,7	73,7
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	42,4	47,9	34,88	33,35	34,37
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	26,1	28,3	24,53	24,65	25,33
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	65	89,9	79,61	82,14	82,4
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	32,8	37,5	91,69	92,8	94,52
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	15,4	23,2	55,45	57,64	64,48
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	4,7	9,39	10,61	11,75

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo da Paraíba dispôs de uma receita de R\$ 4.235.277.744,00 - 46,94% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>647</sup>:

647 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	8,26%	8,58%	0,32%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2,39%	2,96%	0,57%
SAÚDE	9,87%	10,45%	0,58%
TRABALHO	0,08%	0,03%	-0,05%
EDUCAÇÃO	15,53%	16,26%	0,73%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,46%	0,27%	-0,19%
HABITAÇÃO	0,05%	0,35%	0,30%
SANEAMENTO	0,24%	1,02%	0,78%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 15 secretarias<sup>648</sup> e 123.761 servidores<sup>649</sup>, na proporção de um servidor para cada 29,09 habitantes, representando um aumento de 1,09% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população da Paraíba era feita por 12 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 36 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, a Paraíba assinou 27 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 3.670.265,35. Destes convênios, quatro foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, quatro à proteção de vítimas e testemunhas, nove à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, cidadania, direitos de minorias, educação em direitos humanos), dois à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, cinco à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>650</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>651</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos Humanos.<sup>652</sup>

648 Gestão 2007-2010

649 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

650 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

651 Governo da Paraíba ([www.paraiba.pb.gov.br/](http://www.paraiba.pb.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

652 Assembléia Legislativa da Paraíba ([www.al.pb.gov.br/](http://www.al.pb.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há disponibilidade das atas das reuniões da comissão, nem dos projetos encaminhados por ela

## ■ Justiça

Na Paraíba, dos 223 municípios, 73 constituem sede de comarca.<sup>653</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas da Paraíba foi de 5,48%. Atuavam na justiça estadual 244 magistrados, sendo 225 na primeira instância e 19 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 7,3 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>654</sup> O total de pessoas atendidas foi de 190.862.<sup>655</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 205.990 processos, 231.713 estavam pendentes e 164.591 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 62,4%<sup>656</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 14.148 processos deram entrada, 11.414 estavam pendentes e 12.906 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 49,5%.

O estado tem também 23 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 45.609 processos, 17.573 estavam pendentes e 51.808 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 18,0%.<sup>657</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2002, conta com 342 defensores (1 defensor para cada 10.494,57 habitantes - 2006), atendendo 100% das comarcas do estado, em um total de 68.107 atendimentos, ou seja, 199,14 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>658</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 224 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 15.489,25 habitantes, sendo 205 promotores de justiça e 19 procuradores.<sup>659</sup>

## ■ Segurança Pública

A Paraíba tem uma Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento Estadual de Trânsito. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa social.<sup>660</sup>

Até fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública<sup>661</sup> estava em funcionamento.

O efetivo policial era 12.820 em 2006, sendo 2.542 policiais civis, 9.170 policiais militares e 1.108 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 279,96 habitantes.<sup>662</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 26,22% do efetivo total. Em 2006, 21 dos 223 municípios da Paraíba tinham guarda municipal, com um efetivo total de 1.396 guardas.<sup>663</sup>

653 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

654 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

655 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

656 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

657 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

658 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

659 Ministério Público do Estado da Paraíba (informação obtida por telefone no mês de setembro)

660 Estado da Paraíba ([www.paraiba.pb.gov.br](http://www.paraiba.pb.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social da Paraíba ([www.ssp.pb.gov.br](http://www.ssp.pb.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

661 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

662 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

663 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional da Paraíba<sup>664</sup> está sob administração da Secretária de Estado da Cidadania e Administração Penitenciária (Secap). Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria nem de uma Corregedoria. Contudo, existe uma Comissão Permanente de Inquérito Administrativo que possui funções semelhantes às das Corregedorias.

O estado possui 82 estabelecimentos prisionais, sendo 16 Penitenciárias, 01 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e 64 Cadeias Públicas, totalizando 5.130 vagas.

A população prisional em 2007 era de 8.104 presos, considerados os 355 em regime aberto, o que representava um déficit de 3.329 vagas. Não havia custodiados em delegacias policiais. Em relação a 2004 houve um crescimento de 38,3% da população encarcerada e de 25,2% no número de vagas<sup>665</sup>.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	3.918	147	4.065
Semi-aberto	778	37	815
Provisório	2.802	67	2.869
Medida de Segurança - Internação	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.749</b>		

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, em 2007 o total de óbitos no sistema prisional da Paraíba foi de 29, dos quais 18 foram considerados criminais, 8 naturais, 03 suicídios, e 8 não tiveram os motivos informados. No mesmo período ocorreram 17 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 3 e o de fugas 22.

Na Paraíba não há um Fundo Penitenciário Estadual. Cabe à Escola de Administração Penitenciária, criada em 2007, promover a formação, capacitação e qualificação dos servidores penitenciários. Em parceria com outras instituições promove encontros de amplitude nacional, estadual e regional. A Paraíba também não possui Conselhos da Comunidade, sendo assim a fiscalização dos estabelecimentos penais feita pelas Pastorais Carcerárias e grupos de Direitos Humanos.

A assistência jurídica aos presos é feita pela Defensoria Pública, que atende 14 dos estabelecimentos penais do Estado, e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Central de Penas e Medidas Alternativas junto às Varas de Execução Penal de João Pessoa e Campina Grande, contemplando, em 2006, 4.340 apenados e em 2007, 4.723.

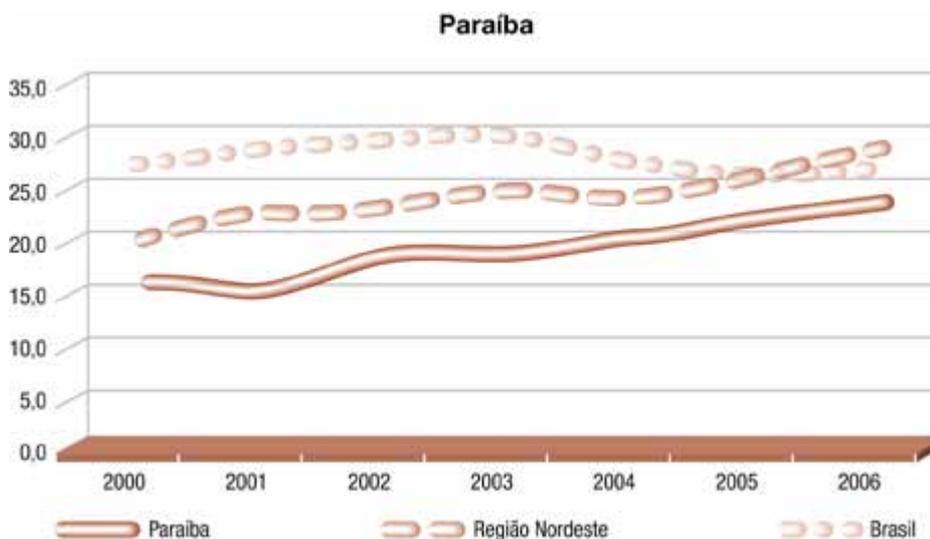
Os convênios com o Depen em 2007 somaram R\$ 72.000,00, aplicados em sua maioria em assistência social ao preso.

664 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário da Paraíba, 2008.

665 Dados de 2004 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado da Paraíba foi de 22,41/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 40,73% em relação a 2000<sup>666</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 10,2/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 139,7/100 mil hab.<sup>667</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>668</sup> alcançaram a cifra de 233 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>669</sup> somaram 18 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>670</sup>, 36,1 registros/100 mil hab.<sup>671</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 2 casos de violência policial, sendo 1 fatal e 1 com vítima ferida, e nenhum caso de execução sumária e de linchamento.

Uma pessoa foi ferida na perna no dia 17 de janeiro de 2005. O fato ocorreu durante um tiroteio entre a polícia e assaltantes. O tiroteio ocorreu por causa de um assalto simultâneo a três agências da cidade de Sapé, no qual estavam envolvidos cerca de 20 homens<sup>672</sup>. José Wilker Soares da Costa é a única vítima fatal de violência policial registrada pelo Banco de Dados do NEV-USP. O estudante foi morto com um tiro no peito no dia primeiro de julho de 2007, ao chegar em casa de madrugada. O responsável, seu pai, o cabo da Polícia Militar da Paraíba Josafá Alves da Costa, o confundiu com um ladrão<sup>673</sup>.

666 Ministério da Saúde, Datasus.

667 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

668 Roubo e extorsões mediante seqüestro

669 Tráfico, uso e porte de drogas

670 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

671 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

672 Folha de S. Paulo, 19/01/2005.

673 Folha de S. Paulo, 03/07/2007. Diário de S. Paulo, 03/07/2007. O Estado de S. Paulo, 04/07/2007.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 18 áreas de conflito, envolvendo 1408 famílias, em 2005. Em 2006 foram 93 áreas de conflito e 5397 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 24 áreas de conflito somando 2734 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 10 áreas de ocupação, agrupando 867 famílias. Em 2006 eram 9 áreas com 380 famílias. E no ano de 2007 eram 12 áreas com 763 famílias.<sup>674</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou 1 ocupação de terra em 2005, com 4 mortes não relacionadas a conflitos agrários e 1 em investigação. No ano de 2006 foram 2 ocupações de terra, sem mortes. Em 2007 foram 2 ocupações de terra, sem mortes.<sup>675</sup>

Quanto ao trabalho escravo, entre 2005-2007, não foram registradas denúncias.

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado da Paraíba é composta por 33,3% de crianças e adolescentes<sup>676</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,659, considerado médio. Existem 70% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 15,6% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 13,8%.<sup>677</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 4,2% e a taxa<sup>678</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 49,6%<sup>679</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 10,1% morrem vítimas de homicídio<sup>680</sup>.

No estado há 98 conselhos tutelares, 117 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 03 varas da infância e juventude<sup>681</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>682</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>683</sup>.

Em 2006, havia 267 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 54,9%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 4,80/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 450 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>684</sup>.

674 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

675 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scid=1935>)

676 Entre 12 e 18 anos de idade.

677 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

678 Por mil nascidos vivos

679 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

680 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

681 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

682 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

683 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

684 SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))



## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 51,02% da população do Paraíba, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 72,20 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 46,9% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>685</sup>.

O estado tinha 6 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 3 Centros de Referência; 6 Casas Abrigo; 2 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>686</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 389.294<sup>687</sup>.

## ■ Idosos

A população da Paraíba é composta por 10,8% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 50,3% têm menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 20,6% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado, a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>688</sup> é de 5,0%<sup>689</sup>.

## ■ Afro-descendentes

Na Paraíba, 3,4% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 37,9%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 17,1%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 5,1 e o rendimento mensal médio é de 1,3 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,3 e 2,5, respectivamente<sup>690</sup>.

## ■ Indígenas

O estado da Paraíba possui 1,37% do total da população indígena nacional. Essa estimativa aponta para um total de 10.088 pessoas declaradas como indígenas<sup>691</sup>. A população indígena do estado pertence ao povo Potiguar<sup>692</sup>:

685 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

686 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

687 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

688 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

689 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

690 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

691 Conselho Indigenista Missionário - Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

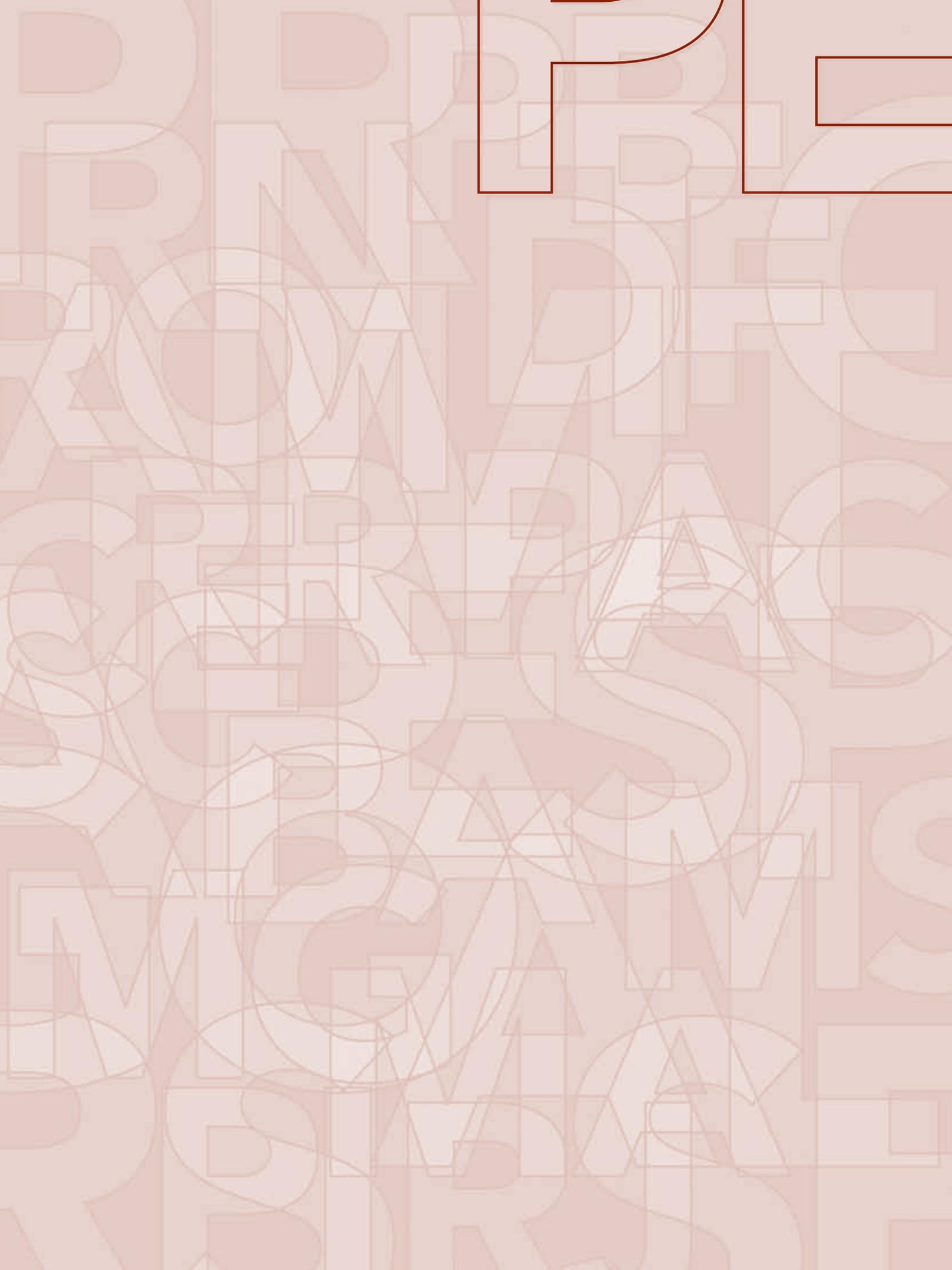
692 Instituto Sócio Ambiental - ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 11 de outubro de 2009.

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>693</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Declaradas	01
Homologadas	02



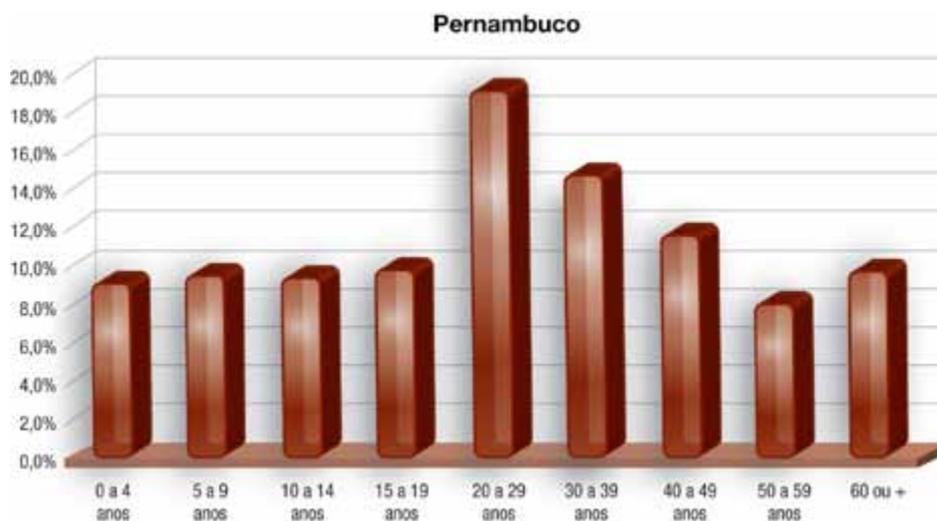
693 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.



## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Pernambuco tem 185 municípios, com território de 98.311,616 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 8.518.000 habitantes (86,64 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 76,85% vivem na área urbana e 23,15% na área rural<sup>694</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 1,8%, abaixo da média regional (2,0%) e abaixo da média nacional (2,4%)<sup>695</sup>. Recife, capital do estado, tem 1.533.580 habitantes (7.067,18 hab/km<sup>2</sup>)<sup>696</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 49.903.760,00 (2,35% do PIB nacional)<sup>697</sup>. O Índice Gini<sup>698</sup> da distribuição de renda é 0,559, acima da média regional de 0,556, e acima da média nacional de 0,547, ocupando a 6ª posição entre os estados<sup>699</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,620 em 1991 para 0,705 no ano 2000 (+ 10,87%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>700</sup>.

## TRABALHO

694 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

695 IBGE, Estimativas e Projeções da População

696 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

697 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

698 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

699 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

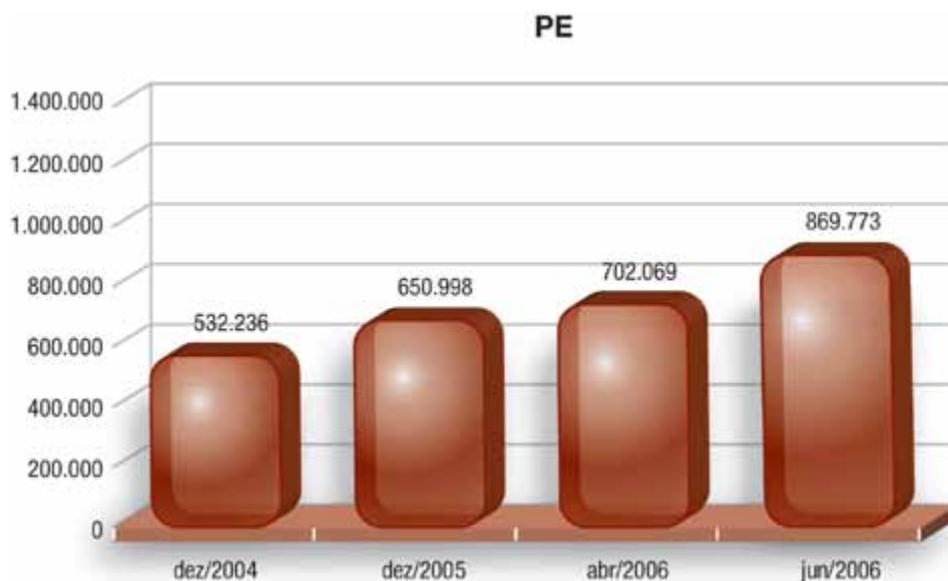
700 PNUD, 2000

A população economicamente ativa de Pernambuco em 2006 era de aproximadamente 4.081.000 pessoas, o que representa 47,91 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>701</sup>, 31,3% estavam no setor agrícola, 9,7% na indústria, 5,2% na construção, 17,1% no comércio e 36% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 42,01% e a taxa de desocupação, 11,2%.<sup>702</sup>

## RENDA

Em Pernambuco, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,2% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 50,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 45,6% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.810,00. Existiam 72,06% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,91% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>703</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>704</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 75,50% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>705</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,6 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,9. Dos domicílios urbanos, 69,3% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 3,8% pertenciam a

701 De 10 ou mais anos de idade.

702 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

703 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

704 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

705 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>706</sup>.

Do total de domicílios, 9,22% não tinham banheiro ou sanitário, 21,09% não tinham coleta de lixo e 1% não tinham iluminação elétrica<sup>707</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 18,5%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 30,5%<sup>708</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>709</sup> era de 6,1 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>710</sup> em relação à série recomendada era de 34,7%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>711</sup> era de 33%<sup>712</sup>.

## SAÚDE



	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	160,26	313,27
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,04	1,23
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,06	1,31
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	30,22	39,44
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	3,82	3,93
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	292,9	103,34
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	18,8	17,7
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	50,5	45,2
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	6,4	5,15

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as

706 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

707 IBGE, SIDRA, 2007

708 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

709 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

710 Em até 2 anos.

711 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

712 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO



	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	75,6	50,2	46	61,6	62,5
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	38,7	48	21,5	18,7	18,7
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	70,1	50,7	64,2	57,9	48,1
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	74,6	76,8	80,8	82,7	82,8
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	71,2	74,1	78,0	80,1	80,1
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	45,2	48,3	37,75	35,4	36,82
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	21,7	24,3	22,56	23,13	23,48
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	64,2	85,5	77,34	80,62	81,46
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	45,7	41,7	88,91	90,26	90,78
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	9	21,6	59,22	63,3	64,95
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	6	9,31	10,72	13,22

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Pernambuco dispôs de uma receita de R\$ 11.140.590.611,00 -40,77% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>713</sup>:

713 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	8,69%	8,36%	-0,33%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,41%	0,21%	-0,2%
SAÚDE	12,51%	16,24%	3,73%
TRABALHO	0,79%	0,91%	0,12%
EDUCAÇÃO	9,39%	10,88%	1,49%
DIREITOS DA CIDADANIA*	2,17%	2,28%	0,11%
HABITAÇÃO	0,08%	0,17%	0,09%
SANEAMENTO	0,12%	0,11%	-0,01%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 24 secretarias<sup>714</sup> e 217.099 servidores<sup>715</sup>, na proporção de um servidor para cada 38,82 habitantes, representando um aumento de 2,73% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de Pernambuco era feita por 25 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 49 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, Pernambuco assinou 60 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 17.357.536,26. Destes convênios, oito foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, cinco à proteção de vítimas e testemunhas, dezesseis à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, defensoria pública, cidadania, educação e capacitação em direitos humanos, mediação de conflitos), onze à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, três ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, quinze à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>716</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos de Pernambuco e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribuiu para a redução da violência.<sup>717</sup>

714 Gestão 2007-2010

715 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

716 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

717 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril

O governo do Acre possui a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Por meio dela foram implementados os Centro de Juventude, destinados a atender adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social; o programa Chapéu de Palha, que oferece auxílio financeiro aos agricultores no período de entressafra, e o projeto Sopa Amiga, voltado à população carente.<sup>718</sup>

Não há na Assembléia Legislativa do estado uma comissão específica para as questões de direitos humanos.<sup>719</sup>

## ■ Justiça

Em Pernambuco, dos 185 municípios, 174 constituem sede de comarca.<sup>720</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Pernambuco foi de 4,38%. Atuavam na justiça estadual 446 magistrados, sendo 407 na primeira instância e 39 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 5,6 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>721</sup> O total de pessoas atendidas foi de 260.492.<sup>722</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 307.342 processos, 1.469.386 estavam pendentes e 147.643 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 91,7%<sup>723</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 20.029 processos deram entrada, 48.729 estavam pendentes e 18.306 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 73,4%.

O estado tem também 26 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 108.796 processos, 43.178 estavam pendentes e 89.633 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 41,0%.<sup>724</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1998, conta com 218 defensores (1 defensor para cada 38.493,74 habitantes- 2006), atendendo 46% das comarcas do estado, em um total de 513.584 atendimentos, ou seja, 2.355,89 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidora específica.<sup>725</sup> O Ministério Público Estadual, ele é composto por 357 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 53.719,26 habitantes, sendo 324 promotores de justiça e 33 procuradores.<sup>726</sup>

## ■ Segurança Pública

Pernambuco conta com uma Secretaria de Estado de Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Científica e o Corpo de Bombeiros Militar. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de defesa social.<sup>727</sup>

Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em

---

de 2008

718 Estado de Pernambuco, Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (<http://www2.sedsdh.pe.gov.br/web/sedsdh/>) último acesso: setembro de 2008

719 Assembléia Legislativa ([www.alepe.pe.gov.br/](http://www.alepe.pe.gov.br/)) último acesso: setembro de 2008

720 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

721 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

722 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

723 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

724 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

725 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

726 Ministério Público do Estado de Pernambuco (informação obtida por telefone no mês de setembro)

727 Estado de Pernambuco ([www.pe.gov.br](http://www.pe.gov.br)) e Secretaria de Defesa Social de Pernambuco ([www.sds.pe.gov.br](http://www.sds.pe.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>728</sup>

O efetivo policial era 24.143 em 2006, sendo 5.244 policiais civis, 16.919 policiais militares e 1.980 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 347,58 habitantes.<sup>729</sup> Em relação a 2003, houve uma redução de 4,61% do efetivo total. Em 2006, 44 dos 185 municípios de Pernambuco tinham guarda municipal, com um efetivo total de 4.540 guardas.<sup>730</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Pernambuco<sup>731</sup> está sob administração da Secretaria Executiva de Ressocialização (SERES), subordinada à Secretaria de Desenvolvimento e Direitos Humanos. Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria própria, entretanto, existe uma Ouvidoria na Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Não conta também como uma Corregedoria desde que a SERES passou a integrar a Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, em janeiro de 2007. Há previsão de criação de ambos os órgãos no Plano Plurianual 2008-2011.

O estado possui 17 estabelecimentos prisionais, sendo 11 Penitenciárias, 4 Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares, 1 Centro de Observação Criminológico e Triagem, 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e 68 cadeias públicas, totalizando 8.314 vagas.

A população prisional em 2007 era de 19.494 presos, considerados os 2.716 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 11.180 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 6,4% da população encarcerada e um aumento de 1,4% no número de vagas<sup>732</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	3.277	160	3.437
Semi-aberto	1.994	90	2.084
Aberto	256	90	346
Provisório	10.181	369	10.550
Medida de Segurança - Internação	327	34	361
<b>TOTAL</b>	<b>16.778*</b>		

\* Obs: Nesta soma já estão incluídos os presos custodiados nas cadeias públicas

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional de Pernambuco foi de 117, dos quais 63 foram considerados criminais, 52

728 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

729 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

730 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

731 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Pernambuco, 2008.

732 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

naturais e 2 suicídios. No mesmo período ocorreram 2.267 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 5 e o de fugas de 57.

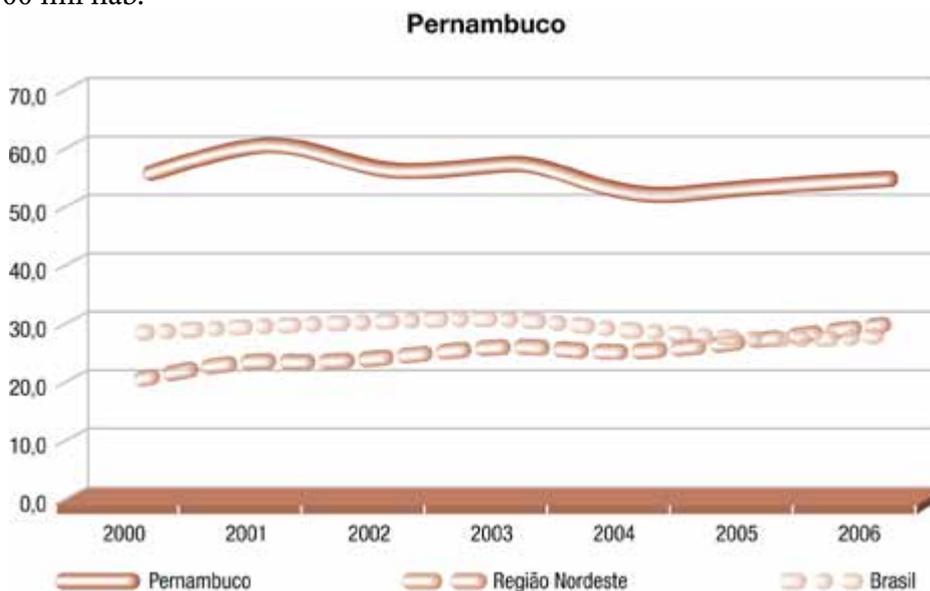
Pernambuco não possui um Fundo Penitenciário Estadual, todavia, sua criação está prevista no Plano Plurianual 2008-2011. Também não possui uma Escola de Administração Penitenciária, porém, há um projeto em fase final para a sua implantação. O estado possui, um Conselho de Comunidade Metropolitana e um Conselho de Comunidade do município de Palmares. Os Conselhos dos municípios de Arcoverde, Limoeiro e Pesqueira estão em fase de implementação. O Conselho Metropolitan fiscaliza 7 unidades penais e o de Palmares fiscaliza apenas um estabelecimento penal.

A assistência jurídica aos presos é feita a partir de um convênio com a Faculdade Guararapes que reúne professores e alunos para estudar e prestar assistência jurídica aos presos, e pela Defensoria Pública. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento das Centrais de Apoio às Medidas e Penas Alternativas, contemplando 2.920 apenados no primeiro semestre de 2007.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 5.332.763,04. Deste montante, 82,70% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Pernambuco foi de 52,57/100 mil habitantes, o que representa uma queda de 5,03% em relação a 2000<sup>733</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências tentativas de homicídio chegou a 14,9/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 167,5/100 mil hab.<sup>734</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

733 Ministério da Saúde, Datasus.

734 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>735</sup> alcançaram a cifra de 394,9 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>736</sup> somaram 9 registros/100 mil hab casos e os delitos de trânsito<sup>737</sup>, 35,7 registros/100 mil hab.<sup>738</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 8 casos de violência policial, sendo 4 o total de vítimas fatais e 25 o de feridas; 19 casos de execuções sumárias com 24 vítimas fatais e 9 feridas; e 2 casos de linchamento com uma vítima fatal e ferida.

Zimael José Souza da Silva e Diogo Rosendo Ferreira estão entre as vítimas fatais por violência policial, encontrados mortos no dia 27 de fevereiro de 2006 nas margens do Rio Capibaribe. Outros 14 rapazes foram espancados. Eles afirmaram que o grupo foi abordado na semana de Carnaval e agredido a golpes de cassetete por oito policiais. Também afirmaram que foram obrigados pelos PMs a pular no rio, e os dois jovens que morreram não sabiam nadar. Os policiais envolvidos foram afastados de suas funções<sup>739</sup>. No dia 12 de junho de 2006, um dos rapazes de tal grupo, Antônio Fernandes dos Santos Gonçalves, foi morto com um tiro na cabeça perto da sua casa. O jovem iria prestar depoimento contra os policiais militares. A família dele cogitou a possibilidade de queima de arquivo<sup>740</sup>.

Manifestações foram feitas por sem-teto em 14 Estados no dia 1º de outubro de 2007. Em Recife, quatro ruas foram interditadas e ocorreu confronto entre os sem-teto e a polícia, neste oito pessoas ficaram feridas<sup>741</sup>.

Entre as vítimas fatais por execução sumária está o soldado Luiz Pereira Silva, morto a tiros no dia 5 de fevereiro de 2005 em um assentamento de Quipapá. O soldado foi atingido por dois tiros na cabeça. Ele perseguia com outros dois policiais um ex-integrante do MST, suspeito de assaltos e acusado em cinco inquéritos. O carro dos policiais foi cercado quando entraram no assentamento. Um dos outros policiais, Cícero Jacinto da Silva, foi espancado e feito refém<sup>742</sup>.

O coordenador do MST, Antônio José dos Santos, foi morto em Tacaimbó na noite do dia 29 de outubro de 2005 a facadas. Seu corpo foi encontrado com perfurações no peito e abdômen. Dirigentes do MST afirmaram que a morte poderia estar ligada à questão agrária, ou seja, disputa por terra<sup>743</sup>. Anílton Martins foi outro sem-terra assassinado em 2005. Ele havia pedido proteção contra pistoleiros ao presidente Lula 15 meses antes da sua morte. No encontro com o presidente do MST e outros sem-terra afirmaram que o chamado “Triângulo da Morte”, que corresponde a 26 municípios, havia se tornado um entreposto para traficantes de drogas. Martins foi morto com 18 tiros no dia 1º de novembro de 2005 na cidade de Itaíba<sup>744</sup>.

O Banco de Dados do NEV-USP registrou outras vítimas de execução que possuíam ligações com movimentos de luta pela terra. José Gomes da Silva foi morto no dia 20 de dezembro de 2006 na cidade de Aliança. A polícia cogitou a possibilidade de o crime estar ligado a uma disputa de terra no Engenho

735 Roubos e extorsões mediante seqüestro

736 Tráfico, uso e porte de drogas

737 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

738 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

739 Folha de S. Paulo, 03/03/2006. O Estado de S. Paulo, 03/03/2006.

740 Folha de S. Paulo, 13/06/2006.

741 Folha de S. Paulo, 02/10/2007.

742 Folha de S. Paulo, 11/02/2005.

743 Folha de S. Paulo, 31/10/2005.

744 Folha de S. Paulo, 18/11/2005.

Natal<sup>745</sup>. Amaro Fernando da Silva morreu com cerca de cinco tiros, sendo dois deles na cabeça. O crime ocorreu no dia 7 de março de 2007 na cidade de Amaragi, como nos demais casos, a disputa por terras foi apontada como a principal motivação para crime<sup>746</sup>.

O detento Paulo Cristóvão Pereira foi linchado até a morte por outros detentos na Ilha de Itamaracá, no início do mês de outubro de 2007. O fato ocorreu depois de Pereira ter matado sua namorada Raquel Celeste Fagundes Coelho. Pedras e armas “artesaniais” foram utilizadas no linchamento<sup>747</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 106 áreas de conflito, envolvendo 13587 famílias, em 2005. Em 2006 foram 106 áreas de conflito e 16890 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 49 áreas de conflito somando 9671 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 88 áreas de ocupação, agrupando 7772 famílias. Em 2006 eram 72 áreas com 9963 famílias. E no ano de 2007 eram 41 áreas com 8341 famílias.<sup>748</sup> Já a Ouvidoria Agrária contou 37 ocupações de terra, com 3 mortes não decorrentes de conflitos de terra e 3 em investigação em 2005. Em 2006 foram 41 ocupações de terra, com 2 mortes decorrentes de conflitos agrários. Em 2007 foram registradas 15 de terra, com 2 mortes relacionadas aos conflitos agrários.<sup>749</sup>

Quanto ao trabalho escravo, entre 2005-2007, não foram registradas denúncias.

## ■ Liberdade política

No dia 10 de maio de 2005, o promotor Rossini Alves Couto foi assassinado com cinco tiros na cabeça e no pescoço enquanto almoçava em um restaurante ao lado do Fórum no município de Cupira (PE). Ele era promotor dos municípios de Panelas e Lagoa dos Gatos e atuava no combate à corrupção e ao crime organizado. Em 2008, o ex-policial militar José Ivan Marques de Assis e o comerciante Sivaldo Leobino da Silva, acusados do crime, foram condenados a 24 e a 20 anos de reclusão, respectivamente, por homicídio triplamente qualificado.<sup>750</sup>

No dia 30 de junho de 2005, o líder indígena Adenilson dos Santos Vieira, do povo Truká, e seu filho Jorge Adriano Ferreira Vieira, de 17 anos, foram assassinados a tiros no município de Cabrobró (PE). Durante a tarde do dia 30, houve uma cerimônia na Reserva Indígena Truká com a presença do Ministro da Integração Regional, Ciro Gomes, e do presidente da FUNAI, Mércio Pereira Gomes, para marcar a entrega de casas populares aos habitantes do povoado. O crime ocorreu à noite, enquanto os indígenas celebravam os benefícios recebidos. Segundo relatos, quatro policiais militares, sem uniformes ou qualquer tipo de identificação, teriam entrado na reserva sob a alegação de cumprir um mandado de prisão contra Adenilson dos Santos Vieira. Há suspeitas de que os autores do crime, ainda desconhecidos, sejam membros de um grupo de extermínio.<sup>751</sup>

745 Folha de S. Paulo, 23/12/2006.

746 O Estado de S. Paulo, 09/03/2007.

747 Folha de S. Paulo, 18/10/2007.

748 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

749 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scoid=1935>)

750 Notícias do Ministério Público de Pernambuco, 01/04/2008, [http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20080104\\_rossini](http://www.mp.pe.gov.br/index.pl/20080104_rossini).  
Diário de Pernambuco, 20/11/2008, <http://www.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/nota.asp?materia=20081120181257&assunto=82&onde=VidaUrbana>

751 Agência Brasil (disponível no site Brasil Oeste), 24/05/2006, <http://www.brasilouest.com.br/noticia/1834/truka->

No dia 14 de setembro de 2005, o sindicalista Evânio José da Costa foi assassinado com um tiro no pescoço quando almoçava em lanchonete no centro de Recife (PE). O assassino conseguiu fugir, apesar de o local ficar a apenas alguns metros de um posto policial. Evânio era um dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Pernambuco.<sup>752</sup>

No dia 29 de outubro de 2005, o líder sem-terra Antônio José dos Santos foi assassinado a facadas no município de Tacaimbó (PE). Ele fazia parte do acampamento levantado na fazenda Maiada dos Cavalos.<sup>753</sup>

## ■ Liberdade de imprensa

José Cândido Amorim Pinto, mais conhecido como Jota Cândido, foi morto em uma emboscada na manhã do dia 1º de julho de 2005. Cândido trabalhava como diretor de um programa de investigação da Rádio Comunitária Alternativa sediada na cidade de Carpina, no qual casos de corrupção eram denunciados. Entre suas acusações estavam a atuação do então prefeito Manoel Botafogo e do deputado Antônio Moraes, feitas na véspera de sua morte. O radialista também era vereador da cidade de Carpina e chegou a propor um projeto de lei contra o nepotismo que foi vetado por Manoel Botafogo. As ameaças começaram 6 meses antes do seu assassinato, em 21 de maio de 2005, quando saiu ferido de um atentado, onde homens de motos atiraram no seu carro.

No dia 15 de março de 2007, Alexandre Auler, fotógrafo de Jornal do Comércio, foi agredido por dois vigias do Centro Penitenciário de São João enquanto realizava uma reportagem. O fotógrafo foi colocado em uma cela e ameaçado, além de ter tido seu material de trabalho danificado.<sup>754</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado de Pernambuco é composta por 34,6% de crianças e adolescentes<sup>755</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,655, considerado médio. Existem 72,8% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 16,6% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 12%.<sup>756</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 3,8% e a taxa<sup>757</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 50,1%<sup>758</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 23,1% morrem vítimas de homicídio<sup>759</sup>.

No estado há 148 conselhos tutelares, 188 conselhos municipais de direitos da criança e do adoles-

assassinatos. O Norte Online, 04/04/2006, <http://www.onorte.com.br/noticias/?62031>

752 Globo Online [pe360graus.com](http://pe360graus.com), 14/09/2005, <http://pe360graus.globo.com/noticias360/matImprimir.asp?newsId=34242&siteId=noticias360>. Jornal do Commercio, 15/09/2005, [http://jc.uol.com.br/jornal/2005/09/15/not\\_153048.php](http://jc.uol.com.br/jornal/2005/09/15/not_153048.php)

753 Folha de São Paulo, 31/10/2005, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3110200517.htm>

754 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

755 Entre 12 e 18 anos de idade.

756 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

757 Por mil nascidos vivos

758 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

759 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

cente, 03 varas da infância e juventude<sup>760</sup>, 02 promotorias da infância e juventude<sup>761</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>762</sup>

Em 2006, havia 1016 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 27,4%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 8,21/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 192 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>763</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 52,11% da população de Pernambuco, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 71,50 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 48,3% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>764</sup>.

O estado tinha 5 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 2 Centros de Referência; 4 Casas Abrigo; 1 vara adaptada para situações de violência doméstica e 1 Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>765</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 2342019,24<sup>766</sup>.

## ■ Idosos

A população de Pernambuco é composta por 9,7% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 48,1% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 23,2% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>767</sup> é de 5,3%<sup>768</sup>.

## ■ Afro-descendentes

Em Pernambuco, 4,9% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 21,8%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 14,9%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6 e o rendimento mensal médio é de 1,4 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,6 e 2,4, respectivamente<sup>769</sup>.

760 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

761 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

762 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

763 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

764 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

765 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mn mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mn mulher.php))

766 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convenios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convenios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

767 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

768 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

769 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

## ■ Indígenas

Pernambuco conta com 34.669 pessoas declaradas com indígenas. Esse número equivale a 4,72% da população indígena brasileira<sup>770</sup>. Essa população está organizada em 11 povos/etnias, como segue na tabela abaixo<sup>771</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Fulni-ô		la-tê
Atikum	Aticum	
Kambiwá	Cambuia	
Kapinawa	Capinawa	
Pankará		
Pankararu		
Pipipã		
Truká		
Tuxá		
Xukuru	Xucuru	
Pankaiuká		



O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>772</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Adquirida para Assentamento	01
Declaradas	01
Dominial Indígena	01
Em Identificação	05
Homologadas	06
Reservada	01

770 Conselho Indigenista Missionário - Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

771 Instituto Sócio Ambiental - ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

772 Instituto Sócio Ambiental - ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), consultado dia 27 de outubro de 2008.

Informações do CIMI destacam a violência sob a forma de desassistência na área educacional indígena. Estudantes do povo Pankará, na Terra Indígena “Pankará” (município de Carnaubeira da Penha), foram prejudicados com o fechamento de duas escolas e a interdição de outras duas. Estes passaram a ser atendidos em três casas de família que não têm água encanada e cujos gastos com aluguel e energia elétrica são pagos pela comunidade Pankará<sup>773</sup>.



---

773 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).



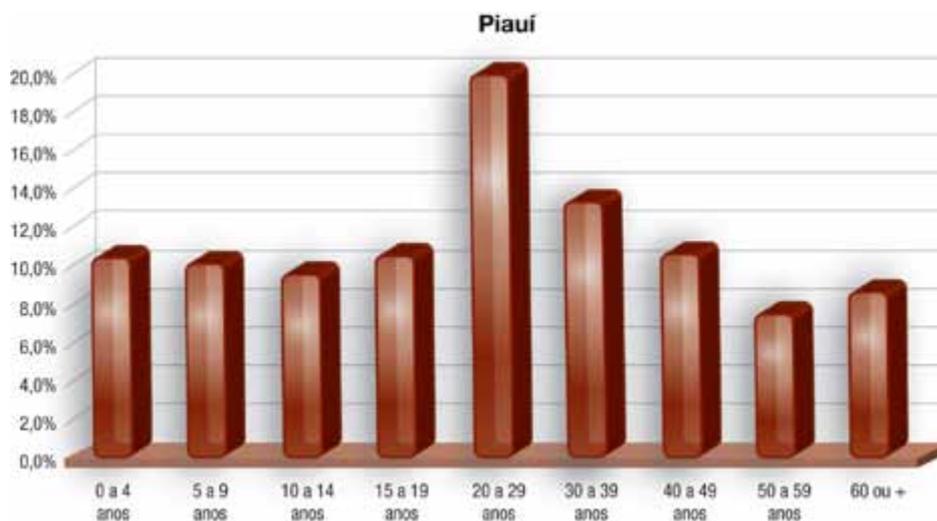


RI

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Piauí tem 223 municípios, com território de 251.529,186 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 3.041.000 habitantes (12,09 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 60,74% vivem na área urbana e 39,26% na área rural<sup>774</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 1,7%, abaixo da média regional (2,0%) e também da média nacional (2,4%)<sup>775</sup>. Teresina, capital do estado, tem 779.939 habitantes (444,15 hab/km<sup>2</sup>)<sup>776</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 11.124.892,00 (0,5% do PIB nacional)<sup>777</sup>. O Índice Gini<sup>778</sup> da distribuição de renda é 0,607, acima da média regional de 0,556, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 1ª posição entre os estados<sup>779</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,566 em 1991 para 0,656 no ano 2000 (+ 15,90%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>780</sup>.

774 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

775 IBGE, Estimativas e Projeções da População

776 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

777 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

778 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

779 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

780 PNUD, 2000

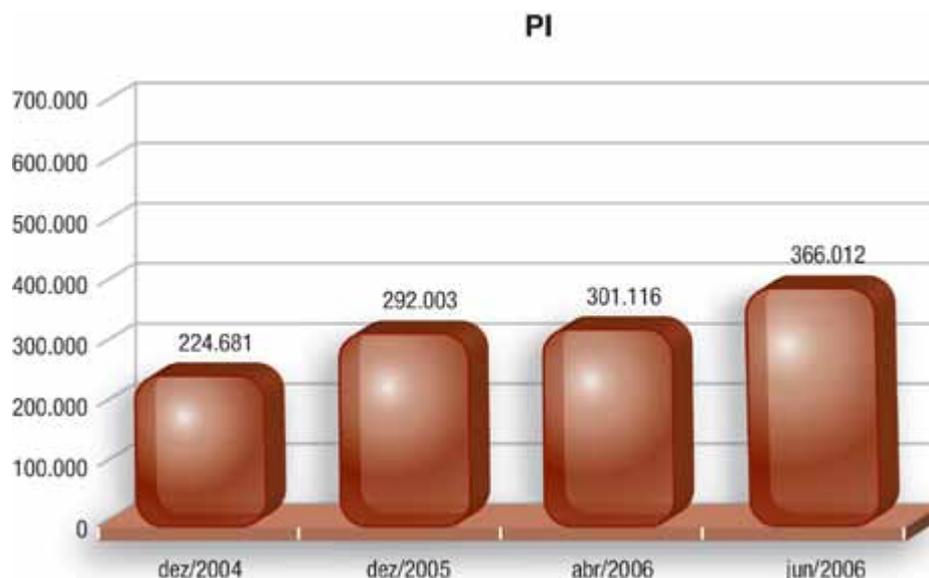
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Piauí em 2006 era de aproximadamente 1.638.000 pessoas, o que representa 53,86 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>781</sup>, 50% estavam no setor agrícola, 7,2% na indústria, 3,8% na construção, 12,2% no comércio e 26,7% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 53,68% e a taxa de desocupação, 5,7%.<sup>782</sup>

## RENDA

No Piauí, o grupo dos 10% mais pobres detinha 0,9% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 25,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 47,7% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.618,00. Existiam 74,24% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,07% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>783</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>784</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 78,68% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>785</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,8 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,9. Dos domicílios urbanos, 66,3% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 3,2% pertenciam a

781 De 10 ou mais anos de idade

782 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

783 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

784 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

785 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>786</sup>.

Do total de domicílios, 29,85% não tinham banheiro ou sanitário, 45,86% não tinham coleta de lixo e 11,19% não tinham iluminação elétrica<sup>787</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 23,5%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 39,70%<sup>788</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>789</sup> era de 5,4 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>790</sup> em relação à série recomendada era de 44,7%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>791</sup> era de 36,6%<sup>792</sup>.

## SAÚDE



	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	128,38	315,83
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,13	1,67
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,57	0,81
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	31,57	41,08
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	6,54	4,83
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	216,83	158,35
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	14,1	23,4
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	28,5	38,4
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	7,0	5,09

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

786 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

787 IBGE, SIDRA, 2007

788 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

789 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

790 Em até 2 anos.

791 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

792 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	65,4	75,1	98,5	81,3	73,3
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	9,7	36,2	19,8	19,6	19,8
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	69,5	49,7	44,3	40,5	33,8
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	69,7	72,2	77,0	76,8	79,6
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	62,9	66,6	67,6	70,0	73,0
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	48,1	49,6	35,35	33,32	32,31
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	27,2	30,5	21,12	20,62	21,93
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	40,6	87,2	62,96	64,86	65,85
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	35,3	37,9	66,89	67,14	70,15
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	12,8	21	38,23	42,05	46,93
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	2,8	5,72	6,52	9,36

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>).  
Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Piauí dispôs de uma receita de R\$ 3.211.037.633,00 - 45,20% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>793</sup>:

793 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita	Porcentagem em relação à receita	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	0,09%	6,25%	6,16%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,23%	0,95%	0,72%
SAÚDE	6,77%	12,73%	5,96%
TRABALHO	0,03%	0,32%	0,29%
EDUCAÇÃO	19,05%	13,28%	-5,77%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,13%	0,77%	0,64%
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	0,17%	0,22%	0,05%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 17 secretarias<sup>794</sup> e 78.094 servidores<sup>795</sup>, na proporção de um servidor para cada 38,57 habitantes, representando um aumento de 4,70% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Piauí era feita por 10 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 30 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Piauí assinou 24 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 4.557.886,13. Destes convênios, sete foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, quatro à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, direitos de minorias, cidadania), três à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, nove à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>796</sup>

O governo do estado possui a Secretaria do Estado de Justiça e dos Direitos Humanos. Por meio dela, realiza o Projeto de Assistência as Famílias dos Detentos, que presta auxílio aos parentes de indivíduos que se encontram presos; e o projeto Educando para a Liberdade, que oferece educação para os detentos dos presídios do estado. Além desses, vinculada ao Ministério dos Esportes, a secretaria promove o projeto Pintando a Liberdade, que visa a ressocialização de jovens internos do sistema socioeducativo por meio da confecção de artigos esportivos, com recebimento de salário e oportunidade de redução da pena.<sup>797</sup>

794 Gestão 2007-2010

795 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

796 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

797 Estado do Piauí, Secretaria do Estado da Justiça e de Direitos Humanos ([www.secjus.pi.gov.br/](http://www.secjus.pi.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

Na Assembléia Legislativa do estado existe uma Comissão de Direitos Humanos.<sup>798</sup>

## ■ Justiça

O Piauí tem uma Secretaria da Justiça e de Direitos Humanos, à qual está vinculada a Assessoria Estadual de Direitos Humanos, o Conselho Penitenciário, o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher, e, entre outros, o Conselho Estadual de Entorpecentes. À Secretaria também estão ligadas a Unidade de Direitos Humanos, a Unidade de Administração Penitenciária e a Unidade de Reiteração Social e Penitenciária.<sup>799</sup>

No Piauí, dos 221 municípios, 106 constituem sede de comarca.<sup>800</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Piauí foi de 4,03%. Atuavam na justiça estadual 125 magistrados, sendo 109 na primeira instância e 16 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 4,8 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>801</sup> O total de pessoas atendidas foi de 30.846.<sup>802</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 21.8069 processos, 40.042 estavam pendentes e 12.949 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 79,1%<sup>803</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 9.363 processos deram entrada, 6.846 estavam pendentes. O número de processos que foram julgados e a taxa de congestionamento estão indisponíveis.

O estado tem também 21 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 7.741 processos, 5.572 estavam pendentes e 8.066 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 39,4%.<sup>804</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1998, conta com 56 defensores (1 defensor para cada 53.564,84 habitantes - 2006), atendendo 9,4% das comarcas do estado, em um total de 44.067 atendimentos, ou seja, 786,91 atendimentos/defensor. Sua estrutura contempla a existência de uma Ouvidoria específica, cujo ouvidor é membro dos quadros de carreira.<sup>805</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 177 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 17.960,69 habitantes, sendo 157 promotores de justiça e 20 procuradores.<sup>806</sup>

## ■ Segurança Pública

O Piauí tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculadas a Polícia Civil e a Polícia Militar. Não há informações sobre corregedoria ou ouvidoria ligada à pasta.

Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>807</sup>

798 Assembléia Legislativa do Piauí (<http://ged.al.pi.gov.br/Portal/pages/portal.html#>). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso aos projetos em trâmite na comissão, nem às atas das reuniões.

799 Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Piauí ([www.secjus.pi.gov.br](http://www.secjus.pi.gov.br))

800 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

801 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

802 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

803 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

804 Conselho Nacional de Justiça 2006.

805 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2007.

806 Ministério Público do Estado do Piauí (informação obtida por telefone no mês de setembro, 2008)

807 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

O efetivo policial era 7.718 em 2006, sendo 1.365 policiais civis, 6.048 policiais militares e 305 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 388,65 habitantes.<sup>808</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 6,71% do efetivo total. Em 2006, 13 dos 223 municípios do Piauí tinham guarda municipal, com um efetivo total de 207 guardas.<sup>809</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Piauí<sup>810</sup> está sob administração da Secretaria da Justiça do Estado (Secjus). Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria própria, porém existe a Ouvidoria Geral, que é ligada diretamente ao governador. Também não conta com uma Corregedoria e não há um projeto de lei que vise a sua implantação.

O estado possui 14 estabelecimentos prisionais, sendo 12 Penitenciárias, 1 Colônia Agrícola, Industrial e Similar, 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, totalizando 2.025 vagas. A população prisional em 2007 era de 2.697 presos - considerados os 57 condenados em regime aberto, o que representava um déficit de 672 vagas. A Secretaria de Segurança não informou o número de custodiados em delegacias de polícia. Em relação a 2005 houve um crescimento de 51,1% da população encarcerada e uma diminuição de 3,8% no número de vagas<sup>811</sup>.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	878	30	908
Semi-aberto	166	7	173
Provisório	1.476	75	1.551
Medida de Segurança - Internação	4	4	8
<b>TOTAL</b>	<b>2.524</b>	<b>116</b>	<b>2.640</b>

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, em 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Piauí foi de 7, dos quais 2 foram considerados criminais, 4 naturais e 1 suicídio. No mesmo período ocorreram 15 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolidada dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 1 e não ocorreram fugas.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 2006 e a Escola de Administração Penitenciária foi inaugurada em 2006, contudo, só foi legalmente criada em 2007. Cabe a ela ministrar o curso de formação de agentes penitenciários. O Piauí possui, ainda, 2 Conselhos de Comunidade, mas apenas 2 unidades prisionais recebem visitas dos Conselhos, a Penitenciária de Vereda Grande, no município de Floriano e a Penitenciária de José de Deus Barros, localizada em Picos.

808 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

809 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

810 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Piauí, 2008.

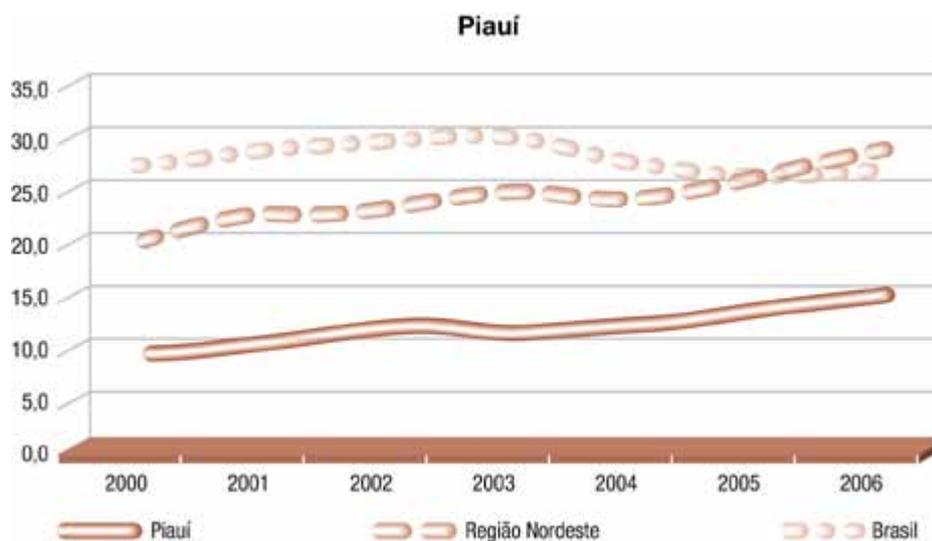
811 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

A assistência jurídica aos presos é feita pela Defensoria Pública. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento do Centro de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, instalado apenas em Teresina.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 3.514.025,30. Deste montante, 91,49% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Piauí foi de 13,77/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 51,29% em relação a 2000<sup>812</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 10,7/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 143,2/100 mil hab.<sup>813</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>814</sup> alcançaram a cifra de 226,2 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>815</sup> somaram 5,2 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>816</sup>, 49,3 registros/100 mil hab.<sup>817</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP não registrou, entre 2005 e 2007, casos de violência policial, assim como de casos de execuções sumárias e casos de linchamento.

812 Ministério da Saúde, Datasus.

813 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

814 Roubos e extorsões mediante seqüestro

815 Tráfico, uso e porte de drogas

816 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

817 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 31 áreas de conflito, envolvendo 2561 áreas de conflito, em 2005. Em 2006 foram 10 áreas de conflito e 1493 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 27 áreas de conflito somando 2310 famílias envolvidas.<sup>818</sup>

A Ouvidoria Agrária não registrou ocupações de terra nem mortes no período de 2005 a 2007.<sup>819</sup> Porém, segundo a CPT, em 2005, eram 4 áreas de ocupação, agrupando 880 famílias. Em 2006 eram 4 áreas com 540 famílias. E no ano de 2007 não foram registradas ocupações.<sup>820</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 1 denúncia de trabalho escravo sendo 18 trabalhadores libertados. Em 2006 foram denúncias e libertados. No ano de 2007, registrou-se denúncias e libertados.

## ■ Liberdade de imprensa

No dia 26 de outubro de 2005 o diretor do site Portal AZ, José de Arimatéia Azevedo, ficou detido por 48 horas. Azevedo foi acusado de “insulto e difamação” e “pressão do curso do processo”, cláusulas presentes na lei que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação, de 1967.<sup>821</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Piauí é composta por 35,5% de crianças e adolescentes<sup>822</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,607, considerado médio. Existem 74,9% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 19,7% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e taxa de sub-registro de 33,7%.<sup>823</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 5,6% e a taxa<sup>824</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 35,4%<sup>825</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 4,9% morrem vítimas de homicídio<sup>826</sup>.

No estado há 118 conselhos tutelares, 04 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 02 varas da infância e juventude<sup>827</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>828</sup> e 02 Delegacias de

818 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

819 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scoid=1935>)

820 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

821 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

822 Entre 12 e 18 anos de idade.

823 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

824 Por mil nascidos vivos

825 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

826 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

827 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

828 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

## Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>829</sup>

Em 2006, havia 94 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 11,2%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 1,89/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 110 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>830</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 51,46% da população do Piauí, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 71,70 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 44,7% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>831</sup>.

O estado tinha 4 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 1 Centro de Referência; 2 Casas Abrigo; 2 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>832</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 e 2007, um total de R\$ 487.907<sup>833</sup>.

## ■ Idosos

A população do Piauí é composta por 10,1% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 63,9% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 22,3% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>834</sup> é de 5,4%<sup>835</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Piauí, 5,7% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 32,2%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 17,5%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 4,9 e o rendimento mensal médio é de 1,3 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,3 e 2,2, respectivamente<sup>836</sup>.

829 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

830 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

831 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

832 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

833 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

834 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

835 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

836 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

## ■ Indígenas

O estado do Piauí conta com 0,36% da população indígena brasileira. Isso equivale a 2.664 pessoas<sup>837</sup>. No entanto, não encontramos informações quanto aos povos/etnias. O mesmo ocorreu no tocante às Terras Indígenas no Distrito Federal<sup>838</sup>.



837 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

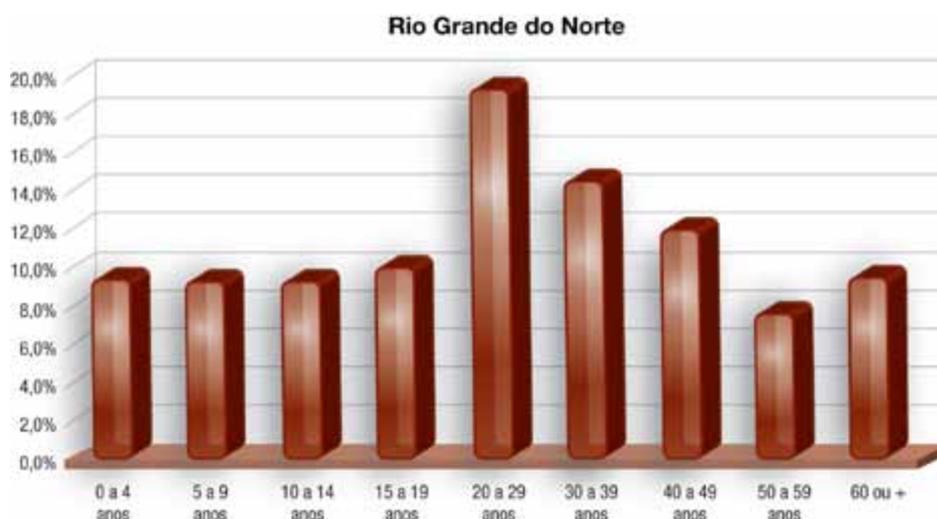
838 Essas informações foram procuradas em sites e portais na internet. Procuramos junto aos órgãos governamentais (FUNAI / FUNASA) e em entidades da sociedade civil (Conselho Indigenista Missionário CIMI e Instituto Sócio Ambiental - ISA).

RN

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Rio Grande do Norte tem 167 municípios, com território de 52.796,791 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 3.051.000 habitantes (57,79 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 72,40% vivem na área urbana e 27,60% na área rural<sup>839</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,3%, acima da média regional (2,0%) e abaixo da média nacional (2,4%)<sup>840</sup>. Natal, capital do estado, tem 774.230 habitantes (4.554,294 hab/km<sup>2</sup>)<sup>841</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 17.862.263,00 (0,8%% do PIB nacional)<sup>842</sup>. O Índice Gini<sup>843</sup> da distribuição de renda é 0,549, abaixo da média regional de 0,556, mas acima da média nacional de 0,547, ocupando a 7ª posição entre os estados<sup>844</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,604 em 1991 para 0,705 no ano 2000 (+ 10,87%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>845</sup>.

## TRABALHO

839 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

840 IBGE, Estimativas e Projeções da População

841 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

842 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

843 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

844 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

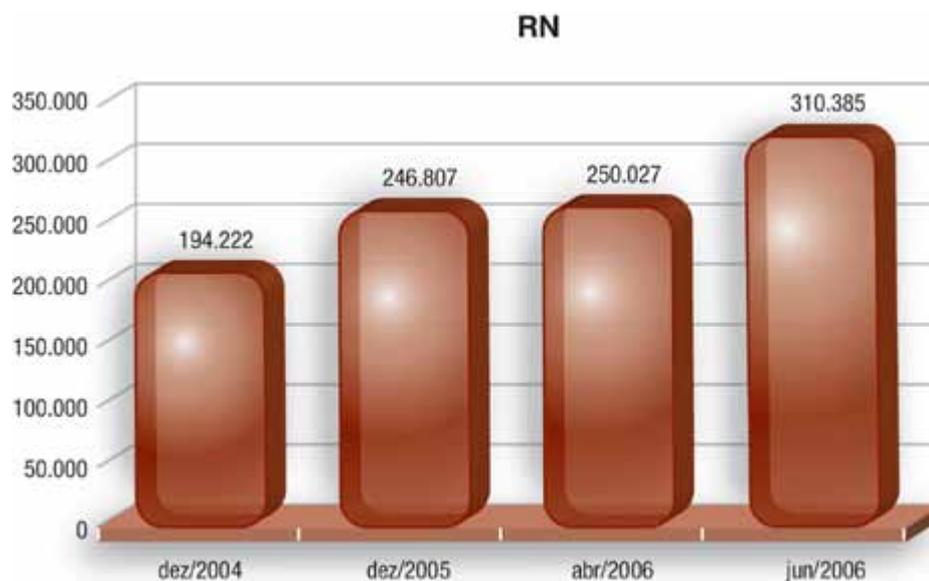
845 PNUD, 2000

A população economicamente ativa do Rio Grande do Norte em 2006 era de aproximadamente 1.409.000 pessoas, o que representa 46,18 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>846</sup>, 23,2% estavam no setor agrícola, 12% na indústria, 7% na construção, 19,4% no comércio e 38,2% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 39,92% e a taxa de desocupação, 10,6%.<sup>847</sup>

## RENDA

No Rio Grande do Norte, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,4% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 62,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 43,3% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.719,00. Existiam 70,36% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 3,69% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>848</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>849</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 72,39% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>850</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,7 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,8. Dos domicílios urbanos, 66,9% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 4,9% pertenciam a

846 De 10 ou mais anos de idade

847 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

848 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

849 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

850 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>851</sup>.

Do total de domicílios, 3,32% não tinham banheiro ou sanitário, 15,64% não tinham coleta de lixo e 1,42% não tinham iluminação elétrica<sup>852</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 19,6%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 30,9%<sup>853</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>854</sup> era de 6,1 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>855</sup> em relação à série recomendada era de 30,2%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>856</sup> era de 32,9%<sup>857</sup>.

## SAÚDE



	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	196,17	404,97
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,17	1,35
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,89	1,2
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	29,26	40,96
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	0,87	1,04
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	241,68	275,42
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	17,3	16,0
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	34,6	40,3
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	7,0	5,09

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

851 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

852 IBGE, SIDRA, 2007

853 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

854 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

855 Em até 2 anos.

856 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

857 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	38,4	37,2	53,5	24,9	29,1
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	28	44,7	16,3	14,6	15,8
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	48,7	42,6	44,6	41,7	30,2
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	78,6	78,5	81,1	81,5	82,7
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	69,2	70,4	75,8	74,7	77,9
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	41,6	48,3	35,8	33,52	34,28
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	26	25,1	22,54	23,34	22,36
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	57,3	92,1	86,38	84,13	87,41
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	40,5	39,5	95,31	95,82	96,68
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	11,8	25,8	60,56	63,02	68,77
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	5,8	9,82	11,29	15,86

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>).  
Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Rio Grande do Norte dispôs de uma receita de R\$ 4.558.895.716,00 - 43,60% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>858</sup>:

858 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	6,83%	6,59%	-0,24%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	4,29%	3,64%	0,65%
SAÚDE	14,20%	13,36%	-0,84%
TRABALHO	0,28%	0,17%	-0,11%
EDUCAÇÃO	15,79%	16,14%	0,35%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,86%	0,94%	0,08%
HABITAÇÃO	0,54%	1,24%	0,7%
SANEAMENTO	0,00	0,08%	0,08%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 18 secretarias<sup>859</sup> e 96.981 servidores<sup>860</sup>, na proporção de um servidor para cada 31,04 habitantes, representando um aumento de 10,79% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Rio Grande do Norte era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Rio Grande do Norte assinou 37 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 4.296.093,37. Destes convênios, oito foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à proteção de vítimas e testemunhas, dez à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, mediação de conflitos, capacitação em direitos humanos), sete à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, quatro ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, cinco à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>861</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Rio Grande do Norte e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>862</sup>

859 Gestão 2007-2010

860 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

861 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

862 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

Não há no governo do estado uma secretaria específica para questões de direitos humanos.<sup>863</sup> Na Assembléia Legislativa existe a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.<sup>864</sup>

## Justiça

No Rio Grande do Norte, dos 166 municípios, 63 constituem sede de comarca.<sup>865</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Rio Grande do Norte foi de 4,86%. Atuavam na justiça estadual 200 magistrados, sendo 185 na primeira instância e 15 a segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 7,5 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>866</sup> O total de pessoas atendidas foi de 166.644.<sup>867</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 95.741 processos, 261.870 estavam pendentes e 69.214 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 80,6<sup>868</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 8.867 processos deram entrada, 1.357 estavam pendentes e 7.636 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 25,3.

O estado tem também 26 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 51.569 processos, 39.974 estavam pendentes e 78.652 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 14,1%.<sup>869</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2005, conta com 3 defensores (1 defensor para cada 997.684,33 habitantes), atendendo 11,1% das comarcas do estado, em um total de 5.700 atendimentos, ou seja, 1.900 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>870</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 189 membros, o que corresponde a 1 defensor para cada 369.647,59 habitantes, sendo 168 promotores de justiça e 21 procuradores.<sup>871</sup>

## Segurança Pública

O Rio Grande do Norte tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e o Instituto Técnico e Científico da Polícia. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa social, criada em 2000.<sup>872</sup>

A filosofia do policiamento comunitário foi adotada no estado a partir de 2002, com o Programa Polícia do Bairro, e em 2007 foram formadas 10 turmas no Curso de Promotores de Polícia Comunitária na cidade de Natal. Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de

863 Governo do Rio Grande do Norte ([www.rn.gov.br/](http://www.rn.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

864 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte ([www.al.rn.gov.br/](http://www.al.rn.gov.br/)). Não há acesso às atas das reuniões ou aos projetos encaminhados pela comissão.

865 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

866 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

867 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

868 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

869 Conselho Nacional de Justiça 2007.

870 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006.

871 Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (informação obtida por telefone no mês de setembro, 2008).

872 Estado do Rio Grande do Norte ([www.rn.gov.br/](http://www.rn.gov.br/)) e Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Rio Grande do Norte ([www.defesasocial.rn.gov.br/](http://www.defesasocial.rn.gov.br/)) último acesso: setembro de 2008.

Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública <sup>873</sup> estava em funcionamento.<sup>874</sup>

O efetivo policial era 9.834 em 2006, sendo 1.394 policiais civis, 7.926 policiais militares e 514 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 304,36 habitantes.<sup>875</sup> Em relação a 2003, houve uma redução de 26,33% do efetivo total. Em 2006, 13 dos 167 municípios do Rio Grande do Norte tinham guarda municipal, com um efetivo total de 796 guardas.<sup>876</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Rio Grande do Norte<sup>877</sup> está sob administração da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Sejuc). Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria vinculada à Sejuc, criada em 2003, cujo cargo comissionado carece de independência. Também não existe uma Corregedoria independente e autônoma que atenda ao Sistema Penitenciário do Estado. Há no lugar da Corregedoria uma Comissão Especial de Processo Administrativo, ligada diretamente à Sejuc.

O estado possui 13 estabelecimentos prisionais, sendo 5 Penitenciárias, 1 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, 3 Cadeias Públicas e 3 Centros de Detenção Provisória, totalizando 2.284 vagas. A população prisional em janeiro de 2008 era de 4.560 presos - considerados os 1.554 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 2.276 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 20,4% da população encarcerada e de 67,3% no número de vagas<sup>878</sup>.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	1.037	26	873
Semi-aberto	492	22	613
Aberto	189	15	204
Provisório	1.038	83	1.121
Medida de Segurança - Internação	52	-	52
<b>TOTAL</b>		<b>3.006</b>	

A Sejuc não divulgou informações sobre o número de fugas e óbitos em 2007. Segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolidada dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes entre 2006 e 2007 foi de 2 e o de fugas 13.

873 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

874 O estado aderiu ao PRONASCI em 2008.

875 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

876 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

877 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte, 2008.

878 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

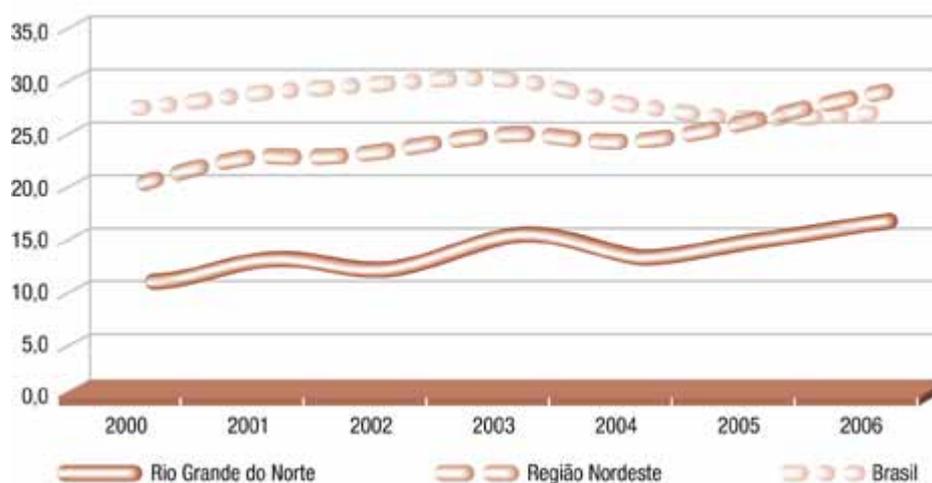
O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 2005. A Escola de Administração Penitenciária possui uma sede própria, que em 2007 passou por reformas. O Rio Grande do Norte possui, ainda, 3 Conselhos da Comunidade, nas comarcas de Caicó, Massoró e Pau da Serra. A assistência jurídica aos presos é feita pela Defensoria Pública e pela Coordenação de Administração Penitenciária – Coape. As penas alternativas têm o acompanhamento da 12ª Vara de Execução Criminal, contemplando 1.563 apenados em 2007.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 5.782.870,42. Deste montante, 87,80% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Rio Grande do Norte foi de 14,95/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 46,07% em relação a 2000<sup>879</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 17,5/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 291,4/100 mil hab.<sup>880</sup>

Rio Grande do Norte



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>881</sup> alcançaram a cifra de 343,8 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>882</sup> somaram 23,5 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>883</sup>, 46,7 registros/100 mil hab.<sup>884</sup>

879 Ministério da Saúde, Datasus.

880 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

881 Roubos e extorsões mediante seqüestro

882 Tráfico, uso e porte de drogas

883 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

884 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 1 caso de violência policial, sendo 2 o número de vítimas fatais e feridas, e nenhum caso de execução sumária e de linchamento.

As vítimas fatais por violência policial registradas pelo Banco de Dados do NEV-USP foram o prefeito da cidade de Grossos, João Dehon Neto da Costa, e seu motorista, Antônio Márcio. Eles foram mortos ao furarem uma blitz da polícia civil no dia 23 de junho de 2005, na cidade de Santa Maria. Como a viatura e os seis policiais que mandaram o carro parar estavam descaracterizados, o prefeito achou que se tratava de um assalto, mandando o motorista acelerar. Os dois foram atingidos na cabeça e morreram na hora e mais duas pessoas que estavam no carro ficaram feridas. O promotor da jurisdição de onde ocorreu o crime considera que as vítimas foram executadas sumariamente, porque os tiros foram dados da cintura para cima e os policiais não prestaram socorro às vítimas<sup>885</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 4 áreas de conflito, envolvendo 970 famílias, em 2005. Em 2006 foram 6 áreas de conflito e 1258 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 6 áreas de conflito somando 1156 famílias envolvidas.

A Ouvidoria Agrária não registrou ocupações de terra nem mortes no período de 2005 a 2007.<sup>886</sup> Porém, segundo a CPT, em 2005, era 1 área de ocupação, agrupando 400 famílias. Em 2006 era 1 área com 50 famílias. E no ano de 2007 eram 3 áreas com 530 famílias.<sup>887</sup>

Quanto ao trabalho escravo, entre 2005-2007, não foram registradas denúncias.

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Rio Grande do Norte é composta por 32,9% de crianças e adolescentes<sup>888</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,670, considerado médio. Existem 66,4% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, 11% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 17,7%.<sup>889</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 3,7% e a taxa<sup>890</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 44,7%<sup>891</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 5,4% morrem vítimas de homicídio<sup>892</sup>.

No estado há 91 conselhos tutelares, 131 conselhos municipais de direitos da criança e do adoles-

885 Folha de S. Paulo, 25/06/2005.

886 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

887 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

888 Entre 12 e 18 anos de idade.

889 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

890 Por mil nascidos vivos

891 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

892 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

cente, 01 vara da infância e juventude<sup>893</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>894</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>895</sup>

Em 2006, havia 186 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 54,8%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 4,21/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 242 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>896</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 51,07% da população do Rio Grande do Norte, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 74,10 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 40,70% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>897</sup>.

O estado tinha 5 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 2 Centros de Referência; 1 Casa Abrigo; e 3 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>898</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 e 2007, um total de R\$ 377.241,76<sup>899</sup>.

## ■ Idosos

A população do Rio Grande do Norte é composta por 10,3% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 52,2% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 22,1% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>900</sup> é de 5,0%<sup>901</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Rio Grande do Norte, 1,9% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 26,5%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 17,3%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,2 e o rendimento mensal médio é de 1,5 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,9 e 2,5, respectivamente<sup>902</sup>.

893 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

894 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

895 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

896 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

897 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

898 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mmulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mmulher.php))

899 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

900 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

901 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

902 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

## ■ Indígenas

O estado do Rio Grande do Norte conta com uma parcela de 0,43% da população indígena brasileira. Isso equivale a 3.168 pessoas<sup>903</sup>. No entanto, não encontramos informações quanto aos povos/etnias. O mesmo ocorreu no tocante às Terras Indígenas no Distrito Federal<sup>904</sup>.



903 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

904 Essas informações foram procuradas em sites e portais na internet. Procuramos junto aos órgãos governamentais (FUNAI / FUNASA) e em entidades da sociedade civil (Conselho Indigenista Missionário CIMI e Instituto Sócio Ambiental - ISA).

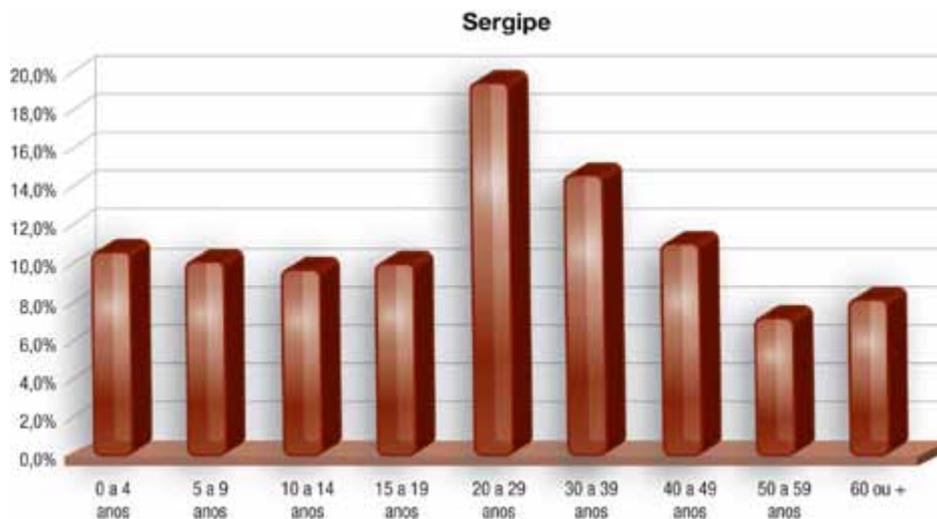


S

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Sergipe tem 75 municípios, com território de 21.910,348 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 2.007.000 habitantes (91,60hab/km<sup>2</sup>), dos quais 82,81% vivem na área urbana e 17,79% na área rural<sup>905</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,9%, acima da média regional (2,0%) e também da média nacional (2,4%)<sup>906</sup>. Aracaju, capital do estado, tem 520.303 habitantes (2.990,247 hab/km<sup>2</sup>)<sup>907</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 13.422.169,00 (0,6% do PIB nacional)<sup>908</sup>. O Índice Gini<sup>909</sup> da distribuição de renda é 0,542, abaixo da média regional de 0,556, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 8ª posição entre os estados<sup>910</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,597 em 1991 para 0,682 no ano 2000 (+ 14,24%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>911</sup>.

## TRABALHO

905 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

906 IBGE, Estimativas e Projeções da População

907 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

908 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

909 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

910 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

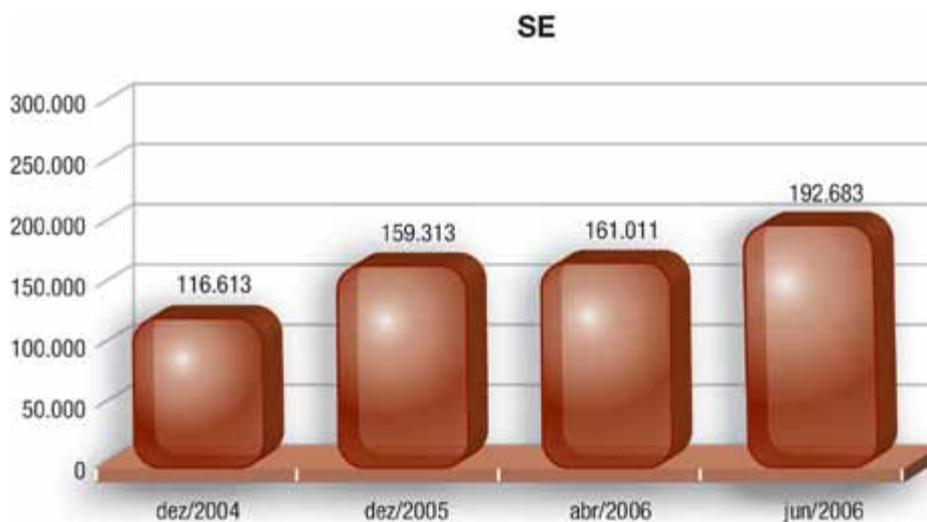
911 PNUD, 2000

A população economicamente ativa de Sergipe em 2006 era de aproximadamente 1.031.000 pessoas, o que representa 51,37 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>912</sup>, 26,2% estavam no setor agrícola, 10,4% na indústria, 5% na construção, 19,9% no comércio e 38,4% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 42,4% e a taxa de desocupação, 12,7%.<sup>913</sup>

## RENDA

Em Sergipe, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,5% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 64,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 43,6% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.746,00. Existiam 70,87% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 3,64% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>914</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>915</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 76,37% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>916</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,5 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,8. Dos domicílios urbanos, 70,1% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 4,5% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>917</sup>.

912 De 10 ou mais anos de idade

913 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

914 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

915 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

916 IBGE, SIDRA, 2006

917 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

Do total de domicílios, 3,13% não tinham banheiro ou sanitário, 16,16% não tinham coleta de lixo e 1,56% não tinham iluminação elétrica<sup>918</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 16,8%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 30,6%<sup>919</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>920</sup> era de 6,1 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>921</sup> em relação à série recomendada era de 39,8%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>922</sup> era de 34,4%<sup>923</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	138,62	367,65
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,45	0,61
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,83	1,18
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	19,86	29,06
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	2,72	2,68
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab) ****</b>	315,39	57,48
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	19,6	18,9
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	32,6	31,5
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	5,8	4,25

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.



918 IBGE, SIDRA, 2007

919 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

920 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

921 Em até 2 anos.

922 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

923 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	49,6	83,5	50,8	37,8	36,3
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	33,5	43,4	23,9	21,2	18,6
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	42,2	28,3	41,3	34,7	25,1
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	76,7	76,9	82,3	84,3	84,4
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	73	72,6	78,1	79,1	81,9
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	43,3	47	35,11	33,68	35,27
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	22,7	27,3	24,21	25,01	22,89
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	66,1	91,9	87,19	88,98	91,02
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	57,7	41,5	95,57	95,62	96,87
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	13,8	21	60,3	62,42	75,67
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	5,4	9,4	12,55	16,34

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Sergipe dispôs de uma receita de R\$ 3.420.004.346,00 - 35,07% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>924</sup>:

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	7,55%	7,82%	0,27%
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	1,52%	1,62%	0,1%

924 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

<b>SAÚDE</b>	11,78%	11,42%	-0,36%
<b>TRABALHO</b>	0,46%	0,49%	0,03%
<b>EDUCAÇÃO</b>	13,71%	14,23%	0,52%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	0,81%	1,19%	0,38%
<b>HABITAÇÃO</b>	0,39%	0,02%	-0,37%
<b>SANEAMENTO</b>	4,29%	1,65%	-2,64%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 22 secretarias<sup>925</sup> e 59.941 servidores<sup>926</sup>, na proporção de um servidor para cada 32,92 habitantes, representando um aumento de 19,17% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de Sergipe era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados.



## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, Sergipe assinou 10 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 953.003,25<sup>927</sup>. Destes convênios, dois foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, três à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, direitos de minorias), dois à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e três à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>928</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para as questões dos direitos humanos.<sup>929</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe uma Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.<sup>930</sup>

## ■ Justiça

Sergipe tem uma Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, à qual estão vinculados o Departamento Central do Sistema Penitenciário, o Departamento de Administração e Finanças, a Assessoria de Planejamento, a Escola de Gestão Penitenciária, o Fundo de Defesa do Consumidor e o Fundo Penitenciário. Sendo o Conselho Penitenciário e o Conselho de Entorpecentes os órgãos colegiados vinculados à Secretaria.<sup>931</sup>

925 Gestão 2007-2010

926 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

927 Valor referente aos convênios firmados em 2005 e 2007. Não existe registro para 2006.

928 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

929 Governo de Sergipe ([www.se.gov.br/](http://www.se.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

930 Assembléia Legislativa de Sergipe ([www.al.se.gov.br/](http://www.al.se.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso às atas das reuniões ou aos projetos encaminhados por elas.

931 Estado de Sergipe, Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania ([www.sejuc.se.gov.br](http://www.sejuc.se.gov.br))

Em Sergipe, dos 75 municípios, 64 constituem sede de comarca.<sup>932</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Sergipe foi de 5,15%. Atuavam na justiça estadual 123 magistrados, sendo 110 na primeira instância e 13 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 7,1 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>933</sup> O total de pessoas atendidas não foi divulgado.<sup>934</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 105.224 processos, 127.026 estavam pendentes e 111.992 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 51,8%<sup>935</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 10.403 processos deram entrada, 6.546 estavam pendentes e 9.708 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 42,7%.

O estado tem também 15 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 31.427 processos, 7.249 estavam pendentes e 32.066 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 17,1%.<sup>936</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1994, conta com 74 defensores (1 defensor para cada 26.481,93 habitantes - 2006), atendendo 93,8% das comarcas do estado, em um total de 128.351 atendimentos, ou seja, 1.734,47 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>937</sup> Com relação ao Ministério Público Estadual, ele é composto por 126 membros, o que correspondendo a 1 membro para cada 44.385,52 habitantes, sendo 112 promotores de justiça e 14 procuradores.<sup>938</sup>

## ■ Segurança Pública

Sergipe tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. Não há informações sobre corregedoria ou ouvidoria do sistema.<sup>939</sup>

Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>940</sup>

O efetivo policial era 8.157 em 2006, sendo 1.379 policiais civis, 6.204 policiais militares e 574 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 240,24 habitantes.<sup>941</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 17,42% do efetivo total. Em 2006, 10 dos 75 municípios de Sergipe tinham guarda municipal, com um efetivo total de 600 guardas.<sup>942</sup>

932 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

933 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

934 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

935 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 - \frac{\text{Sentenças}}{\text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

936 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

937 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

938 Ministério Público do Estado de Sergipe (informação obtida por telefone no mês de setembro)

939 Estado de Sergipe ([www.se.gov.br](http://www.se.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública de Sergipe ([www.ssp.se.gov.br](http://www.ssp.se.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

940 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

941 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

942 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Sergipe<sup>943</sup> está sob administração Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Sejuc), entre os órgãos da Secretaria está o Departamento Central do Sistema Penitenciário (Desipe). Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria ligada à Sejuc, que em 2007 passava por processo de regulamentação visando torná-la independente. Conta também com a existência de uma Corregedoria que apura as denúncias e conduz os procedimentos administrativos.

O estado possui 8 estabelecimentos prisionais, sendo 6 Penitenciárias, 1 Colônia Agrícola ou Similar e 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, totalizando 1.394. A população prisional em janeiro de 2008 era de 3.013 presos, considerados os 750 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 1.619 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 10,3% da população encarcerada e de 21,3% no número de vagas<sup>944</sup>.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	738	80	875
Semi-aberto	340	20	360
Aberto	-	-	-
Provisório	1.028	-	1.028
Medida de Segurança - Internação	1	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>2.106</b>	<b>100</b>	<b>2.263</b>

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, em 2007 o total de óbitos no sistema prisional de Sergipe foi de 2, ambos considerados criminais. No mesmo período ocorreram 12 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, não ocorreram mortes no mesmo período e 6 foi o total de fugas.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 2007, sua formalização foi feita junto ao Banco do Estado de Sergipe para captação dos recursos, e a Escola de Administração Penitenciária em 2005, porém começou a funcionar em 2006. A escola possui sede própria e seu objetivo está centrado na formação, qualificação e valorização dos servidores do Sistema Prisional. Entre os cursos ministrados estão o de formação de guardas prisionais e o de atualização profissional.

Sergipe possui, ainda, 1 Conselho da Comunidade que atende a todos os estabelecimentos penais desde 2006. A assistência jurídica aos presos é feita por uma comissão ligada diretamente ao Departamento de Sistema Prisional que atende a todas unidades prisionais. A execução de penas alternativas ocorre apenas na comarca da Capital do Estado e tem o acompanhamento da Vara de Execução da 7ª Vara Criminal, contemplando de janeiro a novembro de 2007 8.220 apenados.

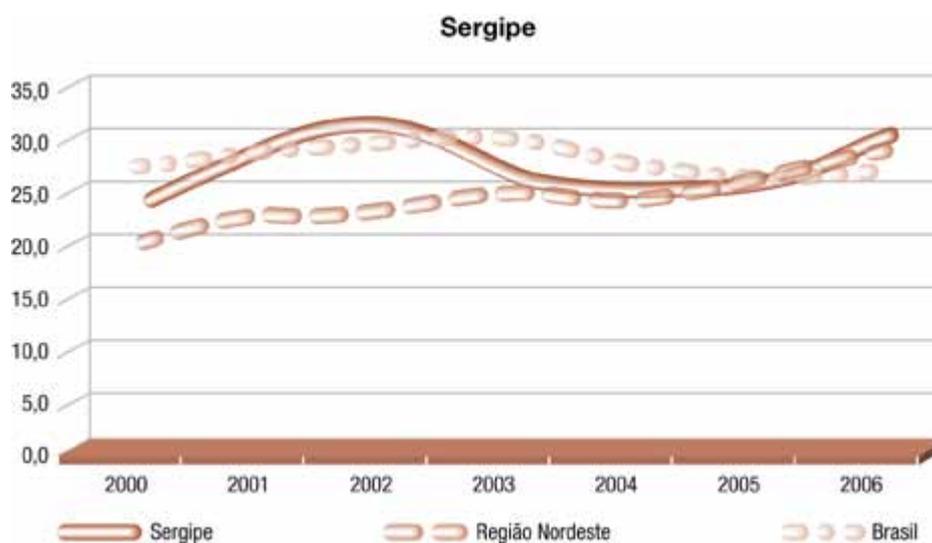
943 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Sergipe, 2008.

944 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 4.516.614,70. Deste montante, 55,07% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Sergipe foi de 29,19/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 7,98% em relação a 2000<sup>945</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 14,8/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 124,7/100 mil hab.<sup>946</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>947</sup> alcançaram a cifra de 218,2 registros/100 mil hab, não ocorreram delitos envolvendo drogas<sup>948</sup> enquanto os delitos de trânsito<sup>949</sup> somaram 22,3 registros/100 mil hab.<sup>950</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou entre, 2005 e 2007, 2 casos de violência policial, sendo 3 o total de vítimas fatais e 6 o de feridas, e nenhum caso de execução sumária e de linchamento.

Os irmãos Evandro Santos Leal e Emerson Santos Leal são as vítimas fatais por violência policial registradas pelo Banco de Dados do NEV-USP. Eles foram atingidos durante um tiroteio entre a polícia e assaltantes, no dia 2 de agosto de 2005, em Lagarto. Um grupo de cerca de 10 pessoas realizou um assalto no Banco do Brasil, o qual foi reprimido pela polícia. No confronto, além dos irmãos, um dos assaltantes

945 Ministério da Saúde, Datasus.

946 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

947 Roubos e extorsões mediante seqüestro

948 Tráfico, uso e porte de drogas

949 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

950 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

foi morto e cinco assaltantes ficaram feridos. Tal quadrilha de roubos a bancos atuava em todo país<sup>951</sup>.

O assaltante que seqüestrou e matou as estudantes Francisiaine de Almeida e Bruna Daniele Santana é uma das vítimas feridas. Elas foram mantidas reféns dentro de uma farmácia, depois de uma tentativa frustrada de roubo. Tal fato ocorreu no dia 28 de abril de 2007 na cidade de Monte Alegre de Sergipe. O assaltante foi ferido pela polícia no ombro antes de ser preso<sup>952</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) não registrou áreas de conflito no ano de 2005. Em 2006 foram 7 áreas de conflito e 1050 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 4 áreas de conflito somando 390 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram áreas de ocupação, agrupando famílias. Em 2006 eram 1 áreas com 150 famílias. E no ano de 2007 era 1 área com 100 famílias.<sup>953</sup> Já a Ouvidoria Agrária, no ano de 2005, não registrou ocupações de terra, e consta 1 morte não relacionada aos conflitos agrários. Em 2006 foram 2 ocupações de terra, sem mortes. No ano de 2007 não houve ocupações de terra nem sem mortes registradas.<sup>954</sup>

Quanto ao trabalho escravo, entre 2005-2007, não foram registradas denúncias.

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Sergipe é composta por 33,2% de crianças e adolescentes<sup>955</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,718, considerado médio. Existem 67,7% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 13,7% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 21,9%.<sup>956</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 4,6% e a taxa<sup>957</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 43,1%<sup>958</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 9,0% morrem vítimas de homicídio<sup>959</sup>.

No estado há 82 conselhos tutelares, 74 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 02 varas da infância e juventude<sup>960</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>961</sup> e 01 Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>962</sup>

951 Folha de S. Paulo, 03/08/2005.

952 O Estado de S. Paulo, 30/04/2007.

953 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

954 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

955 Entre 12 e 18 anos de idade.

956 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

957 Por mil nascidos vivos

958 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

959 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

960 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

961 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

962 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da



Em 2006, havia 130 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 150%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 4,47/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 148 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>963</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,62% da população de Sergipe, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 74,10 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 44% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>964</sup>.

O estado tinha 5 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 1 Centro de Referência; 1 Casa Abrigo; 3 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>965</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 512.288,19<sup>966</sup>.

## ■ Idosos

A população de Sergipe é composta por 9,0% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 49,7% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 18,4% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>967</sup> é de 4,2%<sup>968</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Sergipe, 5,7% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 17,7%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 14%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 5,9 e o rendimento mensal médio é de 1,7 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,6 e 2,1, respectivamente<sup>969</sup>.

## ■ Indígenas

O estado de Sergipe possui 0,91% (6.717 pessoas) do total da população indígena brasileira<sup>970</sup>. Essa população está representada pelo povo Xokó. O Estado apresenta uma terra indígena homologada.<sup>971</sup>

Criança e do Adolescente (2004/2006).

963 SINASE Sistema de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

964 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

965 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

966 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convenios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convenios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

967 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

968 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

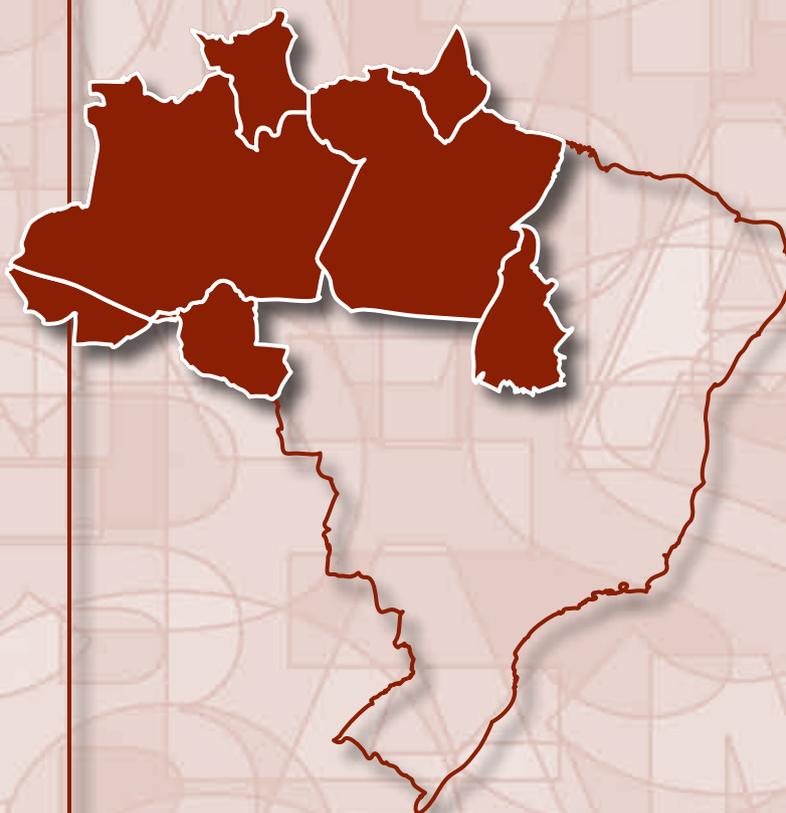
969 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

970 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

971 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.



## REGIÃO NORTE



ACRE **AC**

AMAPÁ **AP**

AMAZONAS **AM**

PARÁ **PA**

RONDÔNIA **RO**

RORAIMA **RR**

TOCANTINS **TO**

## Introdução – Região Norte

A região Norte concentra 8% da população do país e detém, em 2006, 4,9% do PIB nacional.<sup>972</sup> Em 2004, a participação da região no PIB nacional era de 5,3%. Na região, o estado que apresentou a variação mais significativa em relação à participação no PIB nacional foi o Amazonas, que saiu de 2% (2004) para 1,6% (2006). Os demais estados apresentaram pequenas variações.

Em 2006, o Índice Gini<sup>973</sup> da região era de 0,508, abaixo do índice nacional de 0,547, posicionando-a como a região com a menor desigualdade na distribuição de renda. Amapá era o estado com a menor desigualdade (0,448) e o Roraima o de maior (0,560).

Em 2006, o grupo dos 10% mais pobres detinha apenas 1,7% da renda mensal da região, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 40,1% da renda.<sup>974</sup> Para aquele ano, aproximadamente 65,8% das famílias do Norte tinham rendimento per capita de até um salário-mínimo enquanto apenas 2,6% acima de cinco salários-mínimos. Pará era o estado da região com o maior número de famílias com rendimento per capita até um salário-mínimo (68,4%) e Roraima o com menor número (57,9%)<sup>975</sup>.

Quando se observam os dados de 2004, nota-se que praticamente não houve alterações tanto no número de famílias com rendimento per capita de até um salário mínimo como entre aquelas que recebiam mais de cinco salários-mínimos. Respectivamente, estes números eram 65,7% e 2,3%.

Dados como estes sinalizam que permanece a desigualdade e a concentração de renda, tendência reproduzida em todos os estados da região. A maior variação foi Roraima, onde o número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo variou de 63,4% (2004) para 57,3% (2006) e o número que recebia mais de cinco salários passou de 2,0% (2004) para 3,2% (2006).

Em 2007, as despesas públicas com a justiça correspondiam a 4,2% do orçamento global<sup>976</sup>. Em relação a 2004, a participação da justiça no total das despesas públicas regional decresceu 16,8%. Entre os estados, a maior redução foi em Roraima (-34%) e o maior aumento foi no Tocantins (+3,6%).

Em 2007, o número de juízes para cada 100 mil habitantes era de 7,8, variando de 11,6 no Amapá a 4 no Pará. Quando comparado com 2004, o número de juízes para cada 100 mil habitantes diminuiu, passando de 8,1 para 7,8. Excluindo-se os estados do Amazonas e de Rondônia, todos os demais apresentaram redução do número de juízes. Amazonas foi o estado onde mais aumentou o número de juízes, que passou de 140 (2004) para 208 (2007), e o Acre onde mais se reduziu, de 56 (2004) para 49 (2007).

A taxa média de congestionamento da justiça estadual na primeira instância era, em 2007, de 67,6%<sup>977</sup>. Apesar desta taxa de congestionamento ser ainda considerada alta, constata-se que, no período,

972 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

973 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas e domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

974 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

975 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

976 Os valores relativos ao DF não foram computados na apuração da média em razão de suas despesas serem suportadas pelo orçamento da união.

977 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006



houve uma considerável queda, passando de 84,7% (2004) para 67,65 (2007). Registra-se também que, diferentemente de 2004, todos os estados enviaram informações ao Conselho Nacional de Justiça, o que ajuda acompanhar com mais precisão a situação do judiciário na região.

A Defensoria Pública, que é o principal órgão de defesa dos cidadãos desprovidos de recursos, possui, na região Norte, 3,4 defensores públicos para cada 100 mil habitantes, a maior taxa do país. Na região, a distribuição dos defensores entre os estados é bastante desigual, variando de 15,4 para cada 100 mil habitantes no Amapá a 1,6 no Amazonas.<sup>978</sup>

Em 2007, a região Norte respondia por 5,9% da população encarcerada do país<sup>979</sup>. O número de presos pelo total de vagas disponíveis era de 1,7, o que indica uma situação de superlotação no sistema prisional. Entre os estados da região, Roraima era o que possuía a maior defasagem, 2,5 presos por vaga, e o Pará possuía a menor defasagem da região, 1,5.

Em relação a 2005, a população encarcerada da região Norte aumentou 14,3%, Tocantins foi o estado com maior aumento (63,6%). Houve redução no número de presos no Acre (-6,3%) e no Amazonas (-1,4%). No mesmo período, o número de vagas na região cresceu 23,6%. Tocantins apresentou uma redução de 3,4% no número de vagas e o Amazonas um aumento em 64,4%. Contudo, o aumento médio no número de vagas não redundou na região na diminuição da relação preso/vaga. A relação que, em 2005, era de 1,5 presos por vaga passou para 1,7 (2007). O estado onde esta relação mais cresceu foi o Tocantins, que passou de 0,6 para 1,7.

Em 2006, os adolescentes em conflito com a lei correspondiam a 6,9% dos jovens internados no país e apenas 0,05% da população entre 12 e 17 anos da região. O Pará era o estado com a maior participação no número de jovens internados (2,0%) e Roraima o com menor (0,1%).

Quando comparado com 2004, o número de adolescentes cumprindo medida em meio fechado subiu 70%. Rondônia (690,6%) e Tocantins (262,5%) foram os estados que apresentaram maior aumento e Roraima (-20,9%) apresentou um decréscimo no número de jovens internados.

Enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil era, em 2006, de 26,3, a região Norte tinha a taxa de 27, variando de 17, no Tocantins, a 37,3 em Roraima.

Em relação a 2004, a taxa regional de homicídios subiu 19,5%, caindo em Rondônia (-27,7%) e aumentando no Roraima (61,1%).

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ)<sup>980</sup> apontam que, em 2005, 7,7% das ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio<sup>981</sup> estavam na região Norte, o que corresponde a uma taxa de 4,8 casos por mil habitantes. Na região, esta taxa variou de 6,5, no Pará, a 1,2, em Tocantins.

978 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

979 Não foram divulgados dados do Distrito Federal sobre os sentenciados em regime aberto, que cumprem pena em regime domiciliar.

980 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

981 Roubos e extorsões mediante seqüestro

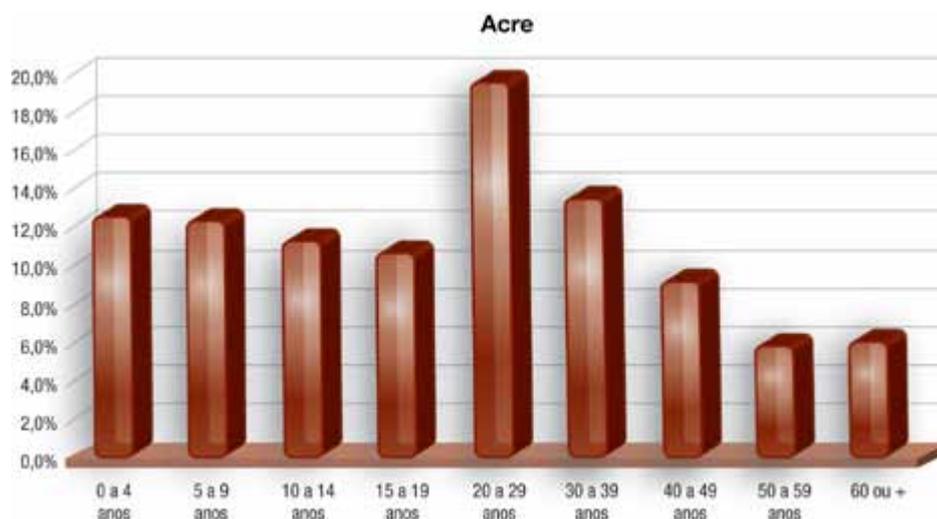


AAC

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Acre tem 22 municípios, com território de 152.581,388 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 664.000 habitantes (4,29 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 69,58 % vivem na área urbana e 30,42% na área rural<sup>982</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 4,3%, acima da média regional (3,8%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>983</sup>. Rio Branco, capital do estado, tinha 290.639 (31,51 hab/km<sup>2</sup>)<sup>984</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 4.481.747,00 (0,20% do PIB nacional)<sup>985</sup>. O Índice Gini<sup>986</sup> da distribuição de renda é 0.560, acima da média regional de 0.508, e também da média nacional de 0.547, ocupando a 5ª posição entre os estados<sup>987</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,624 em 1991 para 0,697 no ano 2000 (+ 11,70%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>988</sup>.

982 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

983 IBGE, Estimativas e Projeções da População

984 IBGE, Cidades@, (<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>)

985 IBGE, Estados@, (<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>)

986 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

987 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

988 PNUD, 2000.

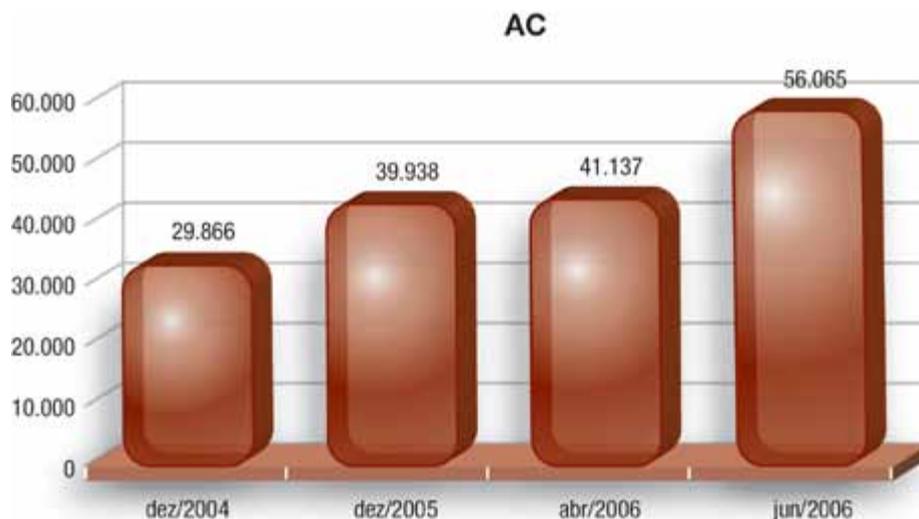
## ■ TRABALHO

A população economicamente ativa do Acre em 2006 era de aproximadamente 325.000 pessoas, o que representa 48,94% do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>989</sup>, 29,7% estavam no setor agrícola, 9,3% na indústria, 6,4% na construção, 12,4% no comércio e 42,2% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 37,13% e a taxa de desocupação, 5,6%<sup>990</sup>.

## ■ RENDA

No Acre, o grupo dos 10% mais pobres detém 1,4% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 93,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentra 44,5% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.498,00. Existem 62,24% famílias que recebem até 1 salário-mínimo e 4,44% famílias que recebem acima de 5 salários-mínimos<sup>991</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>992</sup>:



## ■ HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 81,42% dos domicílios são de propriedade de seus moradores<sup>993</sup>. O número médio de pessoas por domicílio é de 4,1, e o número médio de pessoas por dormitório é de 2,1. Dos domicílios urbanos, 58,6% pertencem a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 6,6% pertencem a moradores que recebem mais de 5 salários-mínimos<sup>994</sup>.

989 De 10 ou mais anos de idade.

990 IBGE, PNAD Síntese de Indicadores, 2006

991 IBGE, Sistema de Recuperação Automática - SIDRA, 2006

992 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

993 IBGE, SIDRA, 2006

994 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007.

Do total de domicílios, 16,73% não tinha banheiro ou sanitário, 25,55% não tinha coleta de lixo e 10,72% não tinha iluminação elétrica<sup>995</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 15,8%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 27,6%<sup>996</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>997</sup> era de 6,2 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>998</sup> em relação à série recomendada era de 30,2%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>999</sup> era de 36,6%<sup>1000</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	350,71	556,59
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	2,06	1,65
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,52	0,81
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	25,64	32,71
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	6,4	7,88
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	267,97	39,61
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	16,5	13,9
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	44,8	48,9
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	9,47	8,34

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.



995 IBGE, SIDRA, 2007

996 Pessoas de 15 anos ou mais de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008.

997 Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

998 Em até 2 anos.

999 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1000 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	47,5	52,5	45,8	30,4	49,4
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	27,7	35,5	20,9	20,7	22,1
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	67,4	-	45,4	54,8	39,4
<b>Alfabetização Feminina (%)</b>	85,2	77,4	81,2	83,9	84,8
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	85,1	73,6	76,2	80,9	83,5
<b>Pessoas** Sem Rendimento (%)***</b>	40,6	49,3	39,06	37,76	40,41
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	11,3	18,9	18,74	19,31	19,19
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	57,2	50,3	53,0	57,9	65,3
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	48,6	28,7	85,8	82,24	83,2
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	31,1	39,2	58,77	66,35	67,09
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	3,9	9,45	11,59	17,86

\* Ministério da Saúde, Datasus.

\*\* Pessoas de 10 anos ou mais de idade

\*\*\* IBGE, SIDRA.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Acre dispôs de uma receita de R\$ 2.063.282.906,00 - 51,28% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1001</sup>:

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Varição
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	9,25 %	7,11%	-2,14%
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	1,47%	0,98%	-0,49%

1001 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

<b>SAÚDE</b>	13,65%	11,94%	-1,71%
<b>TRABALHO</b>	0,08 %	0,02%	-0,06%
<b>EDUCAÇÃO</b>	20,81%	17,97%	- 2,84%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	0,38 %	0,33%	-0,05%
<b>HABITAÇÃO</b>	0,64 %	0,46%	-0,18%
<b>SANEAMENTO</b>	1,75%	2,68 %	0,93%

\* *Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.*

A administração direta do estado era composta por 19 secretarias<sup>1002</sup> e 15.148 servidores<sup>1003</sup>, na proporção de um servidor para cada 42,78 habitantes, representando um aumento de 44,94% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Acre era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Acre assinou 23 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 6.544.917,21. Destes convênios, cinco foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, três à proteção de vítimas e testemunhas, sete à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, cidadania, comunidades indígenas, direitos de minorias), sete à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.<sup>1004</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, o secretário estadual de direitos humanos do Acre e secretários de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1005</sup>

O governo do Acre possui uma Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.<sup>1006</sup> Na Assembléia Legislativa existe a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania<sup>1007</sup>.

## ■ Justiça

O Acre tem uma Secretaria de Estado de Segurança Pública, à qual está vinculada a Polícia Civil, a

1002 Gestão 2007-2010.

1003 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005.

1004 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1005 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

1006 Governo do Acre ([www.ac.gov.br/](http://www.ac.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1007 Assembléia Legislativa do Acre ([www.aleac.ac.gov.br/](http://www.aleac.ac.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Nenhum destes órgãos disponibiliza informações sobre as ações ou programas da pasta.



Polícia Técnica, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o DETRAN.<sup>1008</sup>

No Acre, todos os 22 municípios constituem sede de comarca.<sup>1009</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Acre foi de 4,08%. Atuavam na justiça estadual 43 magistrados, sendo 34 na primeira instância e 9 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 7,5 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1010</sup> O total de pessoas atendidas foi de 65.052.<sup>1011</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 32.851 processos, 49.019 estavam pendentes e 32.091 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 60,8%<sup>1012</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 2.846 processos deram entrada, 839 estavam pendentes e 2.586 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 29,8%.

O estado tem também 6 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 33.985 processos, 22.840 estavam pendentes e 41.310 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 27,3%.<sup>1013</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2001, conta com 40 defensores (1 defensor para cada 16.030,85 habitantes - 2006), atendendo 100% das comarcas do estado, em um total de 52.583 atendimentos, ou seja, 1.314,58 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1014</sup> O Ministério Público Estadual era composto por 49 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 23.147,44 habitantes, sendo 39 promotores de justiça e 10 procuradores.<sup>1015</sup>

## ■ Segurança Pública

O Acre tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, à qual estão vinculadas a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. Não há corregedoria nem ouvidoria do sistema de justiça e segurança pública.<sup>1016</sup>

Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública<sup>1017</sup> estava em funcionamento.<sup>1018</sup>

Em 2006, o efetivo policial era de 3.847, sendo 1.118 policiais civis, 2.454 policiais militares e 275 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 166,68 habitantes<sup>1019</sup>. Em relação a 2003, houve uma redução de 1,89% do efetivo total. Não há informações disponíveis sobre guardas municipais no Acre.

1008 Estado do Acre, Secretaria de Justiça e Segurança ([www.sejusp.ac.gov.br](http://www.sejusp.ac.gov.br))

1009 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006.

1010 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1011 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1012 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \cdot \frac{\text{Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

1013 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1014 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006.

1015 Ministério Público do Estado do Acre (informação obtida por telefone no mês de setembro de 2008)

1016 Estado do Acre ([www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)) e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre ([www.sejusp.ac.gov.br](http://www.sejusp.ac.gov.br)). Data de acesso: setembro de 2008.

1017 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1018 O estado aderiu ao PRONASCI em 2008.

1019 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

## ■ Sistema Prisional

O sistema prisional do Acre<sup>1020</sup> está sob administração do Instituto de Administração Penitenciária – Iapen, autarquia pública integrada à administração indireta estadual, dotada de personalidade jurídica própria. Em sua estrutura não existe uma Ouvidoria do Sistema Prisional e a Corregedoria foi criada, mas ainda não está em funcionamento.

O estado possui doze estabelecimentos prisionais, sendo todos Penitenciárias, totalizando 1.244 vagas. A população prisional em janeiro de 2008 era de 2.439 presos – considerados os 36 custodiados em delegacias policiais - o que representa um déficit de 1.195 vagas. Em relação a 2005 houve uma redução de 4,9% da população encarcerada, e um aumento de 20,9% no número de vagas.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	610	20	630
Semi-aberto	357	14	371
Aberto	158	2	160
Provisório	1.149	87	1.236
Medida de Segurança - Internação	6	-	4
<b>TOTAL</b>	<b>2.106</b>	<b>100</b>	<b>2.403</b>

Fonte: Iapen

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Acre foi de oito, dos quais cinco foram considerados naturais e três suicídios. No mesmo período ocorreram 337 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, não houve mortes dentro do sistema prisional no mesmo período e o total de fugas foi de 52.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 2007, porém ainda não foi regulamentado. A Escola de Administração Penitenciária – EAP foi criada em 2007 e atua em parceria com o Centro Integrado de Estudo e Pesquisa em Segurança – Cieps, que desenvolve a formação de policiais civis, militares e bombeiros. A EAP ainda não oferece cursos de formação e qualificação contínua aos servidores do Sistema Penitenciário.

O Acre não possui Conselhos da Comunidade. A assistência jurídica aos presos é feita apenas nas nove unidades penitenciárias localizadas em Rio Branco e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento das Centrais de Penas Alternativas – Cepal, contemplando, no segundo semestre de 2007, 1.331 apenados.

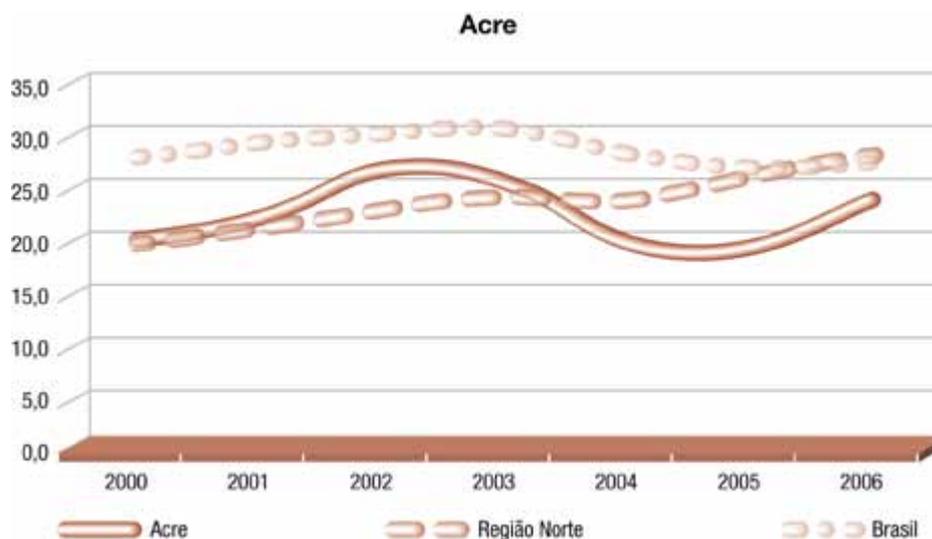
Os convênios com o Depen somaram R\$ 7.725.380,39, dos quais 93,09% foram aplicados em infraestrutura.

1020 Ministério da Justiça Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário da Acre, 2008



## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Acre foi de 23,01 / 100 mil habitantes, o que representa uma queda de 3,40% em relação a 2000<sup>1021</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 41,7/ 100 mil habitantes e a de lesões corporais 957,7/100 mil hab.<sup>1022</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil hab. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1023</sup> alcançaram a cifra de 350,7 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1024</sup> somaram 64,1 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1025</sup>, 44 registros/100 mil hab.<sup>1026</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP não registrou, entre 2005 e 2007, casos de violência policial, assim como, de execução sumária e de linchamento.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 8 áreas de conflito, envolvendo 1075 famílias, em 2005. Em 2006 foram 3 áreas de conflito e 203 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 4 áreas de conflito somando 559 famílias envolvidas.<sup>1027</sup> A CPT, entre 2005-2007, não registrou áreas de ocupação, assim

1021 Ministério da Saúde, Datasus.

1022 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, setembro/2006.

1023 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1024 Tráfico, uso e porte de drogas

1025 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1026 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, setembro/2006.

1027 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

como a Ouvidoria Agrária.<sup>1028</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 1 denúncia de trabalho escravo sendo 12 trabalhadores libertados. Em 2006 foi 1 denúncia e 8 trabalhadores libertados. No ano de 2007, registrou-se 1 denúncia e 2 trabalhadores libertados.

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Acre é composta por 43,1% de crianças e adolescentes<sup>1029</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,562, considerado médio. Existem 65,5% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 17,9% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 11,1%<sup>1030</sup>.

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 5,8% e a taxa<sup>1031</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 38,4%<sup>1032</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 5,2% morrem vítimas de homicídio<sup>1033</sup>.

No estado há 25 conselhos tutelares, 24 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 vara da infância e juventude<sup>1034</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>1035</sup>, e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>1036</sup>.

Em 2006, havia 195 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um decréscimo de 36,8%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 20,69/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 593 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1037</sup>.

### ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 49,40% da população do Acre, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 73,80 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 41,8% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1038</sup>.

O estado tinha 2 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 4 Centros de Referência; 1

1028 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

1029 Entre 12 e 18 anos de idade.

1030 UNICEF, Situação Mundial da Infância - Caderno Brasil 2008.

1031 Por mil nascidos vivos

1032 UNICEF, Situação Mundial da Infância - Caderno Brasil 2008.

1033 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1034 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1035 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 18/12/2008.

1036 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006)

1037 SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1038 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.



Casa Abrigo; 2 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1039</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 1.236.907,29<sup>1040</sup>.

## ■ Idosos

A população do Acre é composta por 6,4% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 58,4% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 20,1 % residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado, a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1041</sup> é de 1,6 %<sup>1042</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Acre 6,8% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 28,4%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 14,5%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,3 e o rendimento mensal médio é de 2,2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,5 e 6,3, respectivamente<sup>1043</sup>.

## ■ Indígenas

O estado conta com uma população de 8.009 indígenas, concentrando assim, 1,09% do total da população nacional<sup>1044</sup>. No estado do Acre, os indígenas estão organizados em 13 povos/etnias, conforme dados da tabela abaixo<sup>1045</sup>:



Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Arara do Rio Amônia	Apolima-Arara, Arara Apolima	
Arara Shawãdawa	Arara do Acre, Shawanaua	Pano
Ashaninka	Kampa, Ashenika	Aruak
Katukina Pano		Pano
Kaxinawá	Cashinauá, Caxinauá, Huni Kuin, huni kuin	Pano

1039 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM [http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mmulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mmulher.php)

1040 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1041 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1042 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1043 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1044 Conselho Indigenista Missionário - Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1045 Instituto Sócio Ambiental - ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Kulina	Culina, Madiha, Madija	Arawa
Manchineri	Machineri	Aruak
Nawa	Náua	
Nukini	Nuquini	Pano
Poyanawa	Poianaua	Pano
Shanenawa	Katukina Shanenawa, Shanenawa	Pano
Yaminawá	laminaua, Jaminawa	Pano
Yawanawá	lauanaua	Pano

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1046</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declaradas</b>	03
<b>Dominial Indígena</b>	01
<b>Em Identificação</b>	05
<b>Homologadas</b>	26
<b>Com Restrição</b>	01



Também verificamos a existência de grupos isolados de indígenas em território acreano: Isolados dos rios Envira, Tarauacá, Jordão e Humaitá (possivelmente vários povos diferentes).<sup>1047</sup> Entre outros fatores de risco, este povos estão sujeitos Seringueiros e guerras com os índios Kampa e Kaxinawá.

Relatório do Conselho Indigenista Missionário – CIMI apontou alguns casos de “desassistência” à saúde indígena. Consta de relatório do CIMI que por falta de assistência, a criança Katukina (Terra Indígena “Katukina/Kaxinawa”, município de Feijó) morreu desidratada. Outro caso ocorreu com uma mulher do povo Kulina (Terra Indígena “Kulina do Rio Envira”, município de Feijó). Nesse caso, foi apontado que a falta de assistência à saúde possibilitou a evolução de uma pneumonia em tuberculose. Essa situação culminou a morte da mulher<sup>1048</sup>.

1046 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1047 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

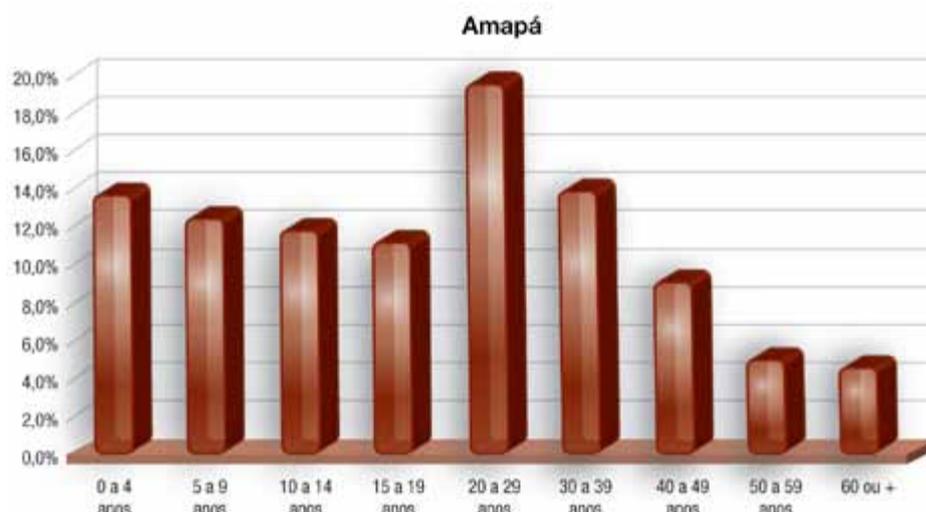
1048 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

AP

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Amapá tem 16 municípios, com território de 142.814,585 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 619.000 habitantes (4,33 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 93,70% vivem na área urbana e 6,30% na área rural<sup>1049</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 6,3%, acima da média regional (3,8%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>1050</sup>. Macapá, capital do estado, tem 344.153 habitantes (53,72 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1051</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 4.366.535,00 (0,20% do PIB nacional)<sup>1052</sup>. O Índice Gini<sup>1053</sup> da distribuição de renda é 0.448, abaixo da média regional de 0.508, e também da média nacional de 0.547, ocupando a 22<sup>a</sup> posição entre os estados<sup>1054</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,691 em 1991 para 0,753 no ano 2000 (+ 8,97%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1055</sup>.

1049 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1050 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1051 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1052 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1053 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1054 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1055 PNUD, 2000

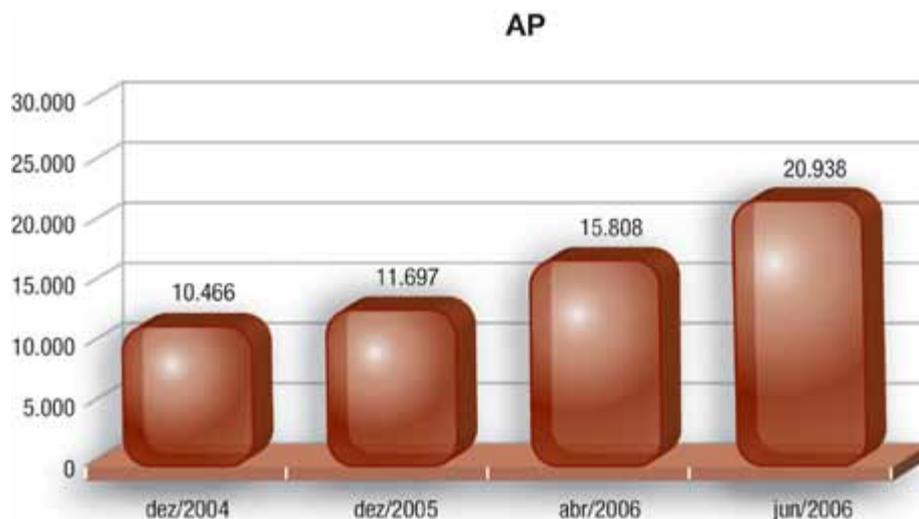
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Amapá em 2006 era de aproximadamente 259.000 pessoas, o que representa 41,84 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1056</sup>, 9,3% estavam no setor agrícola, 8,4% na indústria, 8,9% na construção, 21,3% no comércio e 51,8% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 33,31% e a taxa de desocupação, 10,7%.<sup>1057</sup>

## RENDA

No Amapá, o grupo dos 10% mais pobres detinha 2,2% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 212,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 34% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.716,00. Existiam 61,81% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 1,59% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1058</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1059</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 88,33% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1060</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 4,3 e o número médio de pessoas por dormitório era de 2,1. Dos domicílios urbanos, 62,6% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 1,6% pertenciam a

1056 De 10 ou mais anos de idade

1057 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1058 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1059 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1060 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1061</sup>.

Do total de domicílios, 3,64% não tinham banheiro ou sanitário, 6,36% não tinham coleta de lixo e 1,07% não tinham iluminação elétrica<sup>1062</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 6,8%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 16,4%<sup>1063</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1064</sup> era de 8,0 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1065</sup> em relação à série recomendada era de 26%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1066</sup> era de 40,2%<sup>1067</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	302,58	512,48
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,54	1,31
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,4	0,84
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	14,37	25,73
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	0,96	3,1
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	-	300,3
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	20,8	19,8
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	30,4	19,5
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	6,62	5,31

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

1061 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1062 IBGE, SIDRA, 2007

1063 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1064 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1065 Em até 2 anos.

1066 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1067 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	57,7	35,1	63,4	61,2	55,5
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	33,5	26	20,3	21,8	20,8
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	61,3	-	46,6	40	38,9
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	81,6	87,7	94,1	94,6	93,5
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	82,8	88,1	91,3	95,4	92,9
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	51,4	51,1	40,63	43,13	40,8
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	8	15,2	14,65	14,84	15,13
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	70,5	54,9	90,42	82,61	90,08
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	15,8	23	98,69	98,83	96,36
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	33,1	41,6	65,32	69,98	74,18
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	5,4	12,58	10,87	14,47

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>).  
Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Amapá dispôs de uma receita de R\$ 1.747.484.291,00 - 36,21% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1068</sup>:

1068 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	8,20%	8,86%	0,66%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1,95%	2,45%	0,5%
SAÚDE	14,56%	13,33%	-1,23%
TRABALHO	0,30%	0,33%	0,03%
EDUCAÇÃO	24,11%	23,36%	-0,75%
DIREITOS DA CIDADANIA*	1,25%	1,27%	0,02%
HABITAÇÃO	0,29%	0,07%	-0,22%
SANEAMENTO	0,77%	0,43%	-0,34%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 23 secretarias<sup>1069</sup> e 13.825 servidores<sup>1070</sup>, na proporção de um servidor para cada 43,25 habitantes, representando um aumento de 30,92% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Amapá era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.



## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Amapá assinou 5 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 425.000,00<sup>1071</sup>. Destes convênios, um foi referente à promoção dos direitos da criança e do adolescente e quatro à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>1072</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Amapá e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1073</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>1074</sup> Na Assembléia

1069 Gestão 2007-2010

1070 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005.

1071 O valor é referente aos convênios assinados em 2007. Não há registro no site ([www.presidencia.gov.br/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/sedh/)) de convênios para os anos de 2005 e 2006.

1072 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1073 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

1074 Governo do Estado de Amapá ([www4.ap.gov.br/jsp/Default.jsp/](http://www4.ap.gov.br/jsp/Default.jsp/)). Último acesso: setembro de 2008

Legislativa do estado existe a Comissão de Direito da Pessoa Humana, Questões de Gênero, Assuntos Indígenas, da Mulher, do Idoso, da Criança, do Adolescente, do Afro-Brasileiro e Defesa do consumidor.<sup>1075</sup>

## ■ Justiça

No Amapá, dos 16 municípios, 10 constituem sede de comarca.<sup>1076</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Amapá foi de 5,16%. Atuavam na justiça estadual 59 magistrados, sendo 50 na primeira instância e 9 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 11,04 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1077</sup> O total de pessoas atendidas foi de 93.768.<sup>1078</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 32.917 processos, 20.828 estavam pendentes e 20.764 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 61,4%.<sup>1079</sup> Na segunda instância da justiça comum, 1.767 processos deram entrada, 342 estavam pendentes e 1.799 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 14,7%.

O estado tem também 9 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 28.785 processos, 13.041 estavam pendentes e 24.200 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 42,1%.<sup>1080</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1994, conta com 91 defensores (1 defensor para cada 6.476,65 habitantes- 2006), atendendo 100% das comarcas do estado, em um total de 17.217 atendimentos, ou seja, 189,20 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1081</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 66 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 30.540,06 habitantes, sendo 49 promotores de justiça e 17 procuradores.<sup>1082</sup>

## ■ Segurança Pública

O Amapá tem uma Secretaria de Estado de Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Técnico-Científica, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e o Instituto de Administração Penitenciária. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa social.<sup>1083</sup>

Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública <sup>1084</sup> estava em funcionamento.

O efetivo policial era 4.737 em 2006, sendo 1.006 policiais civis, 2.949 policiais militares e 782

1075 Assembléia Legislativa do Amapá ([www.al.ap.gov.br/](http://www.al.ap.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso às atas das reuniões ou aos projetos encaminhados pela comissão

1076 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1077 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1078 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1079 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

1080 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números 2007.

1081 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1082 Ministério Público do Estado do Amapá (informação obtida no site do MP no mês de setembro, 2008)

1083 Estado do Amapá ([www.ap.gov.br](http://www.ap.gov.br)) e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Amapá ([www.sisp.ap.gov.br](http://www.sisp.ap.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

1084 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 124,41 habitantes.<sup>1085</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 10,06% do efetivo total. Em 2006, 02 dos 16 municípios do Amapá tinham guarda municipal, com um efetivo total de 489 guardas.<sup>1086</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Amapá<sup>1087</sup> está sob administração do Instituto de Administração Penitenciária – Iapen, que é subordinado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado. Em sua estrutura não há uma Ouvidoria, mas existe uma Corregedoria, que orienta, fiscaliza e apura denúncias envolvendo servidores.

O estado possui seis estabelecimentos prisionais, sendo três Penitenciárias, uma Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e uma Cadeia Pública, totalizando 872 vagas.

A população prisional em janeiro de 2008 era de 1.919 presos, considerados os 366 em regime aberto, o que representava um déficit de 1.047 vagas. No estado não existem presos custodiados em delegacias policiais. Em relação a 2005 houve um crescimento de 21,1% da população encarcerada e de apenas 3,6% no número de vagas<sup>1088</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	457	19	476
Semi-aberto	387	8	395
Provisório	642	40	682
Medida de Segurança - Internação	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>1.553</b>	



De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, em 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Amapá foi de 16, dos quais 13 foram considerados criminais e 3 naturais. No mesmo período ocorreram 72 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 3 e o de fugas, 9.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 2004. A Escola de Administração Penitenciária promoveu em 2007 cursos de formação dos operadores em execução penal. O Amapá possui, ainda, um Conselho de Comunidade, que acompanha todas as unidades prisionais. A assistência jurídica aos presos é feita em todos os estabelecimentos penais e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento

1085 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 - ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1086 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006.

1087 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Amapá, 2008.

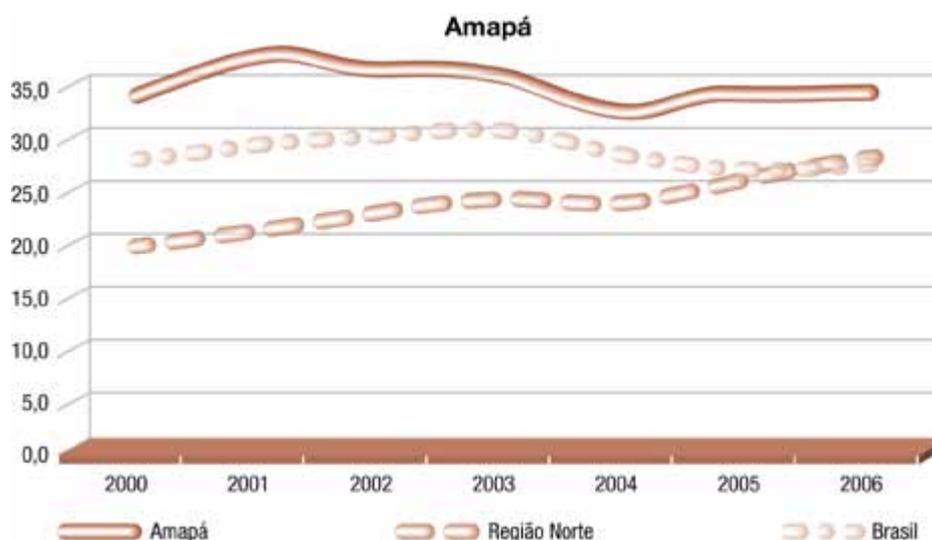
1088 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas – Capma, vinculada à Vara de Execução Penal, contemplando 2.050 apenados no segundo semestre de 2007.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 7.651.936,37. Deste montante, 94,90% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Amapá foi de 32,64/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 0,80% em relação a 2000<sup>1089</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 27,6/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 843,1/100 mil hab.<sup>1090</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1091</sup> alcançaram a cifra de 360,3 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1092</sup> somaram 2,7 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1093</sup>, 79,6 registros/100 mil hab.<sup>1094</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP não registrou entre 2005 e 2007 nenhum caso de violência policial, assim como, de execução sumária e de linchamento.

1089 Ministério da Saúde, Datasus.

1090 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1091 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1092 Tráfico, uso e porte de drogas

1093 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1094 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 40 áreas de conflito, envolvendo 644 famílias, em 2005. Em 2006 foram 51 áreas de conflito e 1628 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 46 áreas de conflito somando 1309 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, era 1 área de ocupação, agrupando 70 famílias. Entre 2006 e 2007, a CPT não registrou áreas de ocupação.<sup>1095</sup> Porém, a Ouvidoria Agrária não registrou ocupações de terra nem mortes no período de 2005 a 2007.<sup>1096</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT não registrou denúncias de trabalho escravo. Em 2006 foi 1 denúncia e 45 trabalhadores libertados. No ano de 2007, não foram registradas denúncias de trabalho escravo.

## ■ Liberdade de imprensa

Em 17 de agosto de 2006 o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá atendendo ao pedido feito por José Sarney, que na época era candidato a senador pelo Estado, ordenou ao blog “Ripiquete no meio do mundo” que retirasse de sua página a caricatura do candidato. Esta não foi a única vez que Sarney entrou na Justiça contra bloggers. Alcilene Cavalcante responsável pela publicação do blog, criou um outro em um host norte-americano, sobre o qual, segundo ela, José Sarney teria, também, prestado queixa.<sup>1097</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Amapá é composta por 41,4% de crianças e adolescentes<sup>1098</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,719, considerado médio. Existem ainda 56,4% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 4,3% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando e uma taxa de sub-registro de 29,1%<sup>1099</sup>.

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 1,7% e a taxa<sup>1100</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 29,1%<sup>1101</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 15,2% morrem vítimas de homicídio<sup>1102</sup>.

No estado há 17 conselhos tutelares, 15 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 vara da infância e juventude<sup>1103</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>1104</sup> e 02 Delegacias de Proteção

1095 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1096 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

1097 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

1098 Entre 12 e 18 anos de idade.

1099 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1100 Por mil nascidos vivos

1101 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1102 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1103 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1104 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional.

CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.



à Criança e ao Adolescente.<sup>1105</sup>

Em 2006, havia 137 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 25%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 16,77/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 115 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1106</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,40% da população do Amapá, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 74,10 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, 35,3% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1107</sup>.

O estado tinha 2 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 1 Casa Abrigo; 1 vara adaptada para situações de violência doméstica; 2 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher e não possuía Centros de Referência<sup>1108</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 e 2007, um total de R\$ 1.295.420<sup>1109</sup>.

## ■ Idosos

A população do Amapá é composta por 4,8% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 32,2% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 16,1% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1110</sup> é de 2,5%<sup>1111</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Amapá 6,5% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 7,7%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 3%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 7,7 e o rendimento mensal médio é de 2,1 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 9,6 e 3, respectivamente<sup>1112</sup>.

## ■ Indígenas

O estado do Amapá possui 0,68% do total da população indígena (4.972 pessoas)<sup>1113</sup>. Ao todo en-

1105 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1106 SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1107 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1108 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

1109 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1110 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1111 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1112 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1113 Conselho Indigenista Missionário - Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.



contramos 9 povos/etnias no estado. Eles estão organizados conforme tabela abaixo<sup>1114</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Aparai	Apalai, Apalay, Appirois, Aparathy, Apareilles, Aparai	Karib
Galibi do Oiapoque	Galibi, Kalinã	Karib
Galibi-Marworno	Galibi do Uaçá, Aruá	Creoulo
Karipuna do Amapá		Creoulo
Katxuyana	Caxuiana, Kaxuyana	Karib
Palikur	Paricuria, Paricores, Palincur, Parikurene, Parinkur-léne, Païkwené, Pa'ikwené	Aruak
Tiriyó	Tiríó, Trio, Tarona, Yawi, Pianokoto, Piano, Wü tarëno, Txukuyana, Ewarhuyana, Akuriyó	Karib
Wajãpi	Wayapi, Wajapi, Oiampi	Tupi-Guarani
Wayana	Upurui, Roucouyen, Orkokoyana, Urucuiana, Urukuyana, Alucuyana, Wayana	Karib



O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1115</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Em Identificação	01
Homologadas	05

Também verificamos a existência de grupos isolados de indígenas no Amapá. É o grupo dos “isolados do Amapari”.

Índio do povo Karipuna do Amapá (Terra Indígena “Karipuna”, município de Oiapoque) foi morto numa discussão. Tanto vítima como acusado estavam embriagados<sup>1116</sup>.

1114 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1115 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

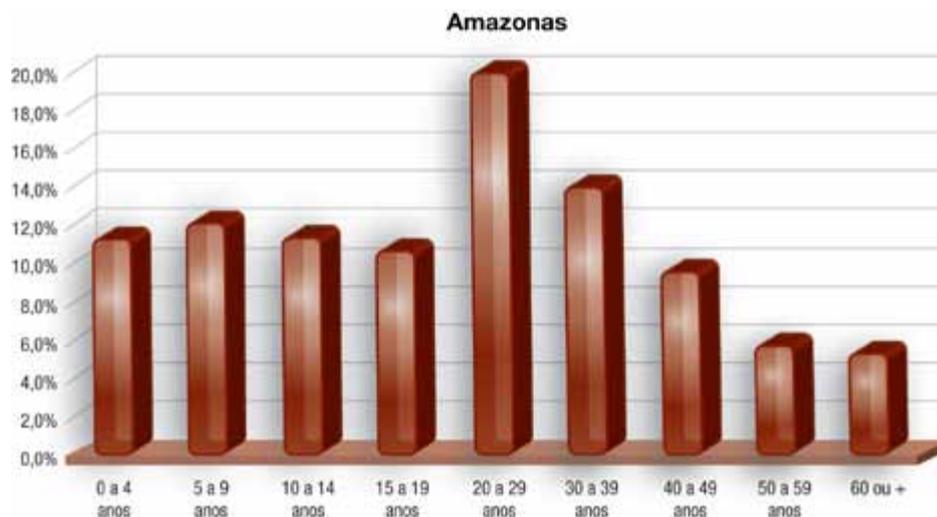
1116 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

AMM

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Amazonas tem 62 municípios, com território de 1.570.745,680 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 3.351.000 habitantes (2,13 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 77,62% vivem na área urbana e 22,38% na área rural<sup>1117</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 4,3%, acima da média regional (3,8%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>1118</sup>. Manaus, capital do estado, tem 1.646.602 habitantes (144,43 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1119</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 33.359.086,00 (1,60% do PIB nacional)<sup>1120</sup>. O Índice Gini<sup>1121</sup> da distribuição de renda é 0.472, abaixo da média regional de 0.508, e também da média nacional de 0.547, ocupando a 21ª posição entre os estados<sup>1122</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,664 em 1991 para 0,713 no ano 2000 (+ 7,38%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1123</sup>.

1117 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1118 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1119 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1120 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1121 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1122 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1123 PNUD, 2000

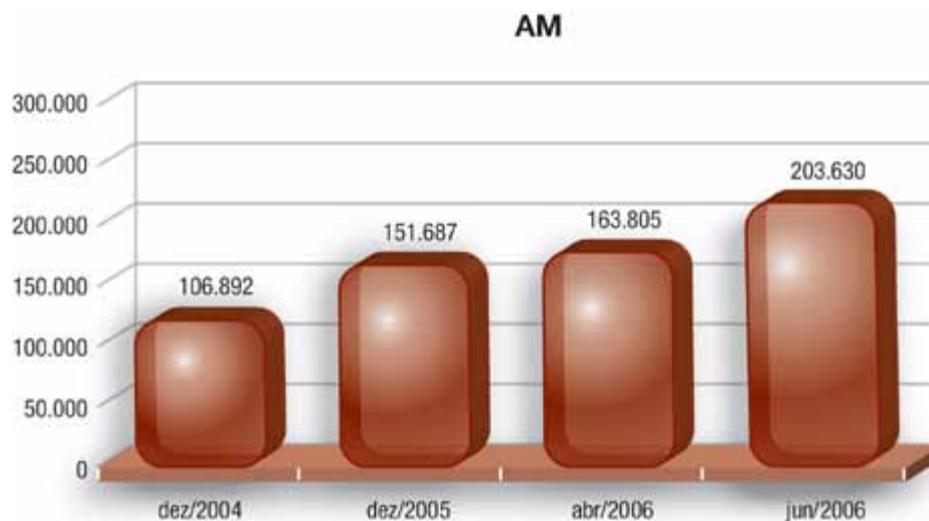
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Amazonas em 2006 era de aproximadamente 1.531.000 pessoas, o que representa 45,69% do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1124</sup>, 20,4% estavam no setor agrícola, 14,2% na indústria, 6,4% na construção, 19,3% no comércio e 39,6% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 33,22% e a taxa de desocupação, 10,5%.<sup>1125</sup>

## RENDA

No Amazonas, o grupo dos 10% mais pobres detinha 2,1% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 162,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 37,3% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.870,00. Existiam 64,35% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,86% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1126</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1127</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 69,49% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1128</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 4,1 e o número médio de pessoas por dormitório era de 2,1. Dos domicílios urbanos, 61,1% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 3,9% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1129</sup>.

1124 De 10 ou mais anos de idade

1125 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1126 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1127 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1128 IBGE, SIDRA, 2006

1129 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

Do total de domicílios, 5,46% não tinham banheiro ou sanitário, 22,77% não tinham coleta de lixo e 4,87% não tinham iluminação elétrica<sup>1130</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 8%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 20,1%<sup>1131</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1132</sup> era de 7,4 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1133</sup> em relação à série recomendada era de 32,4%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1134</sup> era de 36,8%<sup>1135</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	222,52	513,38
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,22	1,37
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,53	0,93
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	26,73	34,94
<b>Detecção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	4,46	2,54
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab) ****</b>	224,67	19,33
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	12,3	14,1
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	37,1	36,3
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	8,54	7,64

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

1130 IBGE, SIDRA, 2007

1131 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1132 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1133 Em até 2 anos.

1134 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1135 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	68,8	90,2	53,1	63,5	76,2
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	29,5	30,1	18,3	18,3	17,0
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	87,1	76,5	76,9	75,9	67,1
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	87,2	84,6	93,4	92,0	91,8
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	87,3	84,4	93,2	92,3	92,2
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	45,1	54,8	41,81	41,6	45,68
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	12,9	15,6	18,08	18,3	13,88
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	77,5	74,4	81,89	85,82	77,54
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	51,8	42,1	91,77	96,63	94,54
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	25,4	31,4	49,86	55,26	67,15
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	6,9	8,95	10,67	16,05

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Amazonas dispôs de uma receita de R\$ 5.780.126.392,00 - 28,01% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1136</sup>:

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Varição
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	7,20%	7,49%	0,29%

1136 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional.

<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	0,67%	0,88%	0,21%
<b>SAÚDE</b>	19,61%	19,10%	-0,51%
<b>TRABALHO</b>	0,20%	0,21%	0,01%
<b>EDUCAÇÃO</b>	15,68%	15,49%	-0,19%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	1,50%	1,82%	0,32%
<b>HABITAÇÃO</b>	0,70%	1,17%	0,47%
<b>SANEAMENTO</b>	0,89%	1,97%	1,08%

\* *Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.*

A administração direta do estado era composta por 17 secretarias<sup>1137</sup> e 84.349 servidores<sup>1138</sup>, na proporção de um servidor para cada 38,77 habitantes, representando um aumento de 30,93% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Amazonas era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Amazonas assinou 20 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 2.651.769,73. Destes convênios, três foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um à proteção de vítimas e testemunhas, cinco à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, direitos de minorias, cidadania, capacitação em direitos humanos), um à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, sete à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>1139</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, o secretário estadual de direitos humanos do Amazonas e secretários de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1140</sup>

O governo do Amazonas possui a Secretaria de Estado, Justiça e Direitos Humanos (SEJUS). Por meio dela, realiza o Programa de Tratamento e Reintegração Social, que coordena e acompanha as atividades de profissionalização de jovens internos das unidades prisionais locais. Realiza também o Programa de

1137 Gestão 2007-2010

1138 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005.

1139 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1140 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008



Apoio e Assistência aos Familiares do Interno, que auxilia a família do interno com objetivo de diminuir os agravos da prisão. Vinculado a SEJUS e ao Ministério dos Esportes, o governo promove o projeto Pintando a Liberdade, que visa a ressocialização de jovens internos do sistema penitenciário por meio da confecção de artigos esportivos, com recebimento de salário e oportunidade de redução da pena. Vinculado a SEJUS, existe ainda o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Amazonas - (CEDDPH), o DEDH, Departamento de Direitos Humanos e o Centro de Referência e Combate a Homofobia “Adamor Guedes”, este criado por meio de uma parceria entre a Secretaria, o Ministério da Justiça e a Universidade Federal do Amazonas.<sup>1141</sup>

Na Assembléia Legislativa do estado existe uma Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e do Idoso.<sup>1142</sup>

## Justiça

O Amazonas tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, à qual está vinculada o Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Amazonas, o Conselho de Defesa do Consumidor, o Conselho de Entorpecentes e o Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher. A Secretaria possui um Departamento de Direitos Humanos e outro Antidrogas.<sup>1143</sup>

No Amazonas, dos 62 municípios, 44 constituem sede de comarca.<sup>1144</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Amazonas foi de 3,55%. Atuavam na justiça estadual 187 magistrados, sendo 168 na primeira instância e 19 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 6,5 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1145</sup> O total de pessoas atendidas foi de 161.402.<sup>1146</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 102.338 processos, 316.644 estavam pendentes e 51.489 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 87,7%.<sup>1147</sup> Na segunda instância da justiça comum, 10.127 processos deram entrada, 8.459 estavam pendentes e 7.577 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 59,2%.

O estado tem também 21 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 30.489 processos, 29.115 estavam pendentes e 23.211 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 61,1%.<sup>1148</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1990, conta com 52 defensores (1 defensor para cada 62.254,73 habitantes- 2006), atendendo 47,7% das comarcas do estado, em um total de 113.983 atendimentos, ou seja, 2.191,98 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1149</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 143 membros, o que correspondendo a 1 defensor para cada 1.138,86 habitantes, sendo 124 promotores de justiça e 19 procuradores.<sup>1150</sup>

1141 Governo do Amazonas ([www.amazonas.am.gov.br/](http://www.amazonas.am.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1142 Assembléia Legislativa do Amazonas ([www.aleam.gov.br/](http://www.aleam.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso aos projetos em trâmite na comissão, nem às atas das reuniões.

1143 Estado do Amazonas, Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos ([www.sejus.am.gov.br](http://www.sejus.am.gov.br))

1144 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1145 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1146 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1147 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 - \frac{\text{Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

1148 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1149 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1150 Ministério Público do Estado do Amazonas (informação obtida por telefone no mês de setembro)

## ■ Segurança Pública

O Amazonas tem uma Secretaria de Segurança Pública, à qual estão vinculadas a Polícia Civil, a Polícia Técnico-Científica, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. De acordo com as leis delegadas nº 2 e nº 59, de 2005, as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros integram a Secretaria de Segurança Pública, porém são diretamente subordinados ao Governador do estado. A Polícia Técnico-Científica, por sua vez, é subordinada diretamente ao Secretário de Segurança Pública. A secretaria conta com uma corregedoria geral, criada em 2007, e uma ouvidoria do sistema de segurança pública.<sup>1151</sup>

Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública <sup>1152</sup> estava em funcionamento.

Os órgãos de segurança do estado eram compostos, em 2006, por 1.887 policiais civis e 588 bombeiros militares.<sup>1153</sup> Não há informações disponíveis sobre o efetivo da Polícia Militar. Em 2006, 40 dos 62 municípios do Amazonas tinham guarda municipal, com um efetivo total de 1.731 guardas.<sup>1154</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Amazonas<sup>1155</sup> está sob administração da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos – Sejus, vinculada ao Governo do Estado. Em sua estrutura não existe uma ouvidoria específica do sistema prisional, mas existe uma ouvidoria da Sejus, que o abrange. Também não há uma Corregedoria ligada ao órgão responsável pela Administração Penitenciária do Estado.

O estado possui dezesseis estabelecimentos prisionais, sendo dez Penitenciárias, uma Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, uma Casa do Albergado, um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e quatro Cadeias Públicas, totalizando 2.223 vagas.

A população prisional em 2007 era de 3.506 presos - considerados os 547 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 1.283 vagas. Em relação a 2005 houve uma diminuição de 4,5% da população encarcerada e um aumento de 64,4% no número de vagas<sup>1156</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	515	20	535
Semi-aberto	302	37	339
Aberto	196	37	233

1151 Estado do Amazonas ([www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública do Estado do Amazonas ([www.ssp.am.gov.br](http://www.ssp.am.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

1152 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1153 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)).

1154 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1155 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Amazonas, 2008.

1156 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.



<b>Provisório</b>	1.661	185	1.846
<b>Medida de Segurança - Internação</b>	6	-	6
<b>TOTAL</b>	<b>2.680</b>	<b>279</b>	<b>2.959</b>

Fonte: Sejus

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Amazonas foi de vinte e cinco, dos quais dezenove foram considerados criminais, cinco naturais e um suicídio. No mesmo período ocorreram 701 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, não se registrou nenhuma morte no mesmo período e o número de fugas foi de 117.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 1984 e regulamentado em 1985. A Escola de Administração Penitenciária está em fase de implantação, e foi criada em 2007. Foram realizados cursos de formação aos agentes penitenciários contratados por concurso, oferecidos por empresas contratadas, com fiscalização da Sejus. O Amazonas não possui Conselhos da Comunidade. A assistência jurídica aos presos é feita em todos os estabelecimentos penais e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Vara Especializada em Penas e Medidas Alternativas, contemplando 715 apenados em 2007.

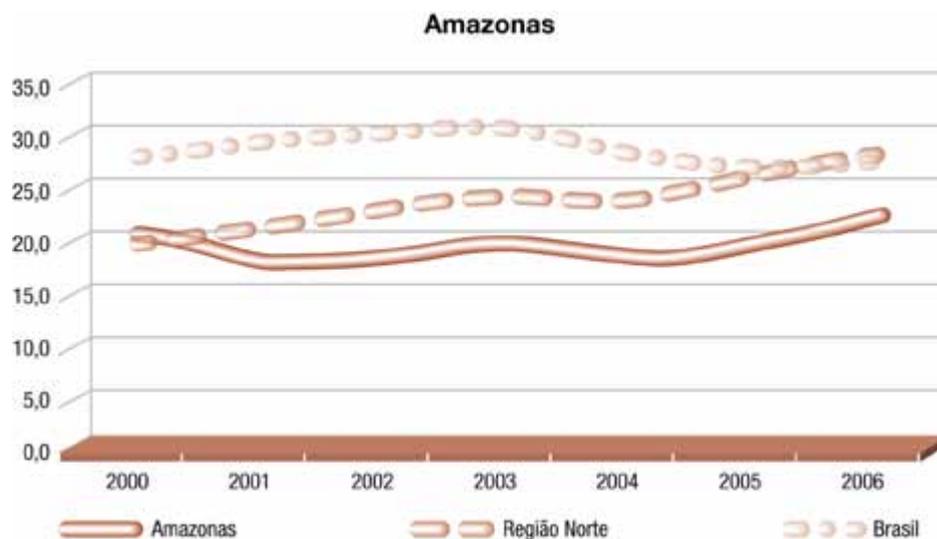
Os convênios com o Depen somaram R\$ 21.663.055,63. Deste montante, 98,69% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Amazonas foi de 21,11/100 mil habitantes, o que representa uma queda de 5,58% em relação a 2000<sup>1157</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de tentativas de homicídio chegou a 18,2/ 100 mil hab e a de lesões corporais a 504,5/100 mil hab.<sup>1158</sup>

1157 Ministério da Saúde, Datasus.

1158 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1159</sup> alcançaram a cifra de 310,2 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1160</sup> somaram 26,7 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1161</sup>, 70,2 registros/100 mil hab. <sup>1162</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou entre 2005 e 2007 1 caso de violência policial, sendo 4 o total de vítimas fatais, 4 casos de execuções sumárias com uma vítima fatal e nenhum caso de linchamento.

O PM Carlos Roberto Nazaré Alencar foi acusado pela morte de quatro jovens, no dia 11 de janeiro de 2006. A chacina ocorreu no bairro de Canarana, periferia de Manaus<sup>1163</sup>.

Entre as vítimas por execução sumária registradas pelo Banco de Dados NEV-USP está Carlos Passos que levou seis tiros em março 2007, o mesmo fazia parte de um assentamento localizado em Lábrea<sup>1164</sup>.

## ■ Conflitos agrários

Nem a Comissão Pastoral da Terra<sup>1165</sup>, nem a Ouvidoria Agrária<sup>1166</sup> registraram ocupações de terra no período de 2005 a 2007. No entanto, consta uma morte decorrente de conflito agrário em 2006. E no ano de 2007, também uma morte decorrente de conflito agrário.

A CPT registrou 13 áreas de conflito, envolvendo 2040 famílias, em 2005. Em 2006 foram 7 áreas de conflito e 992 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 19 áreas de conflito somando 1360 famílias envolvidas.

1159 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1160 Tráfico, uso e porte de drogas

1161 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1162 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1163 O Estado de São Paulo, 12/01/2006.

1164 O Estado de São Paulo, 09/03/2006.

1165 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1166 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT não registrou denúncias de trabalho escravo. Em 2006 foi 1 denúncia e 8 trabalhadores foram libertados. No ano de 2007, registrou-se 1 denúncia e 10 trabalhadores libertados.

## ■ Liberdade política

Em 2006, foram interceptadas ligações de presos do Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus (AM). Segundo o Ministério Público do Amazonas, os presos estariam planejando o assassinato dos promotores Ronaldo Andrade, Tereza Cristina Coelho, Sara Pirangi de Souza, Maria Eunice Lopes Lucena Bittencourt e Luciana Martinho da Silva e dos juizes da Vara de Execuções Criminais José Ribamar Soares, Luis Carlos Valois e Genesino Braga.<sup>1167</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Amazonas é composta por 39,6% de crianças e adolescentes<sup>1168</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,669, considerado médio. Existem ainda 62,6% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 11,3% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando e uma taxa de sub-registro de 24,5%.<sup>1169</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 2,3% e a taxa<sup>1170</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 32,1%<sup>1171</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 7,6% morrem vítimas de homicídio<sup>1172</sup>.

No estado há 44 conselhos tutelares, 42 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 promotoria da infância e juventude<sup>1173</sup> e 01 Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>1174</sup> Não foi possível encontrar cadastro de nenhuma vara da infância e juventude no estado<sup>1175</sup>.

Em 2006, havia 109 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um decréscimo de 20%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 2,29/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 391 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1176</sup>.

1167 Portal Amazônia, 11/08/2006, <http://portalamazonia.globo.com/noticias.php?idN=39959&idLingua=1>

1168 Entre 12 e 18 anos de idade.

1169 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1170 Por mil nascidos vivos

1171 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1172 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1173 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1174 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1175 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1176 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 48,91% da população do Amazonas, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 74,40 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 38,6% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1177</sup>.

O estado tinha 3 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 1 Casa Abrigo; 1 vara adaptadas para situações de violência doméstica e não possuía Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1178</sup>, como também, Centros de Referência. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2007, um total de R\$ 446.023<sup>1179</sup>.

## ■ Idosos

A população do Amazonas é composta por 5,8% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 39,3% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 22,5 % residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1180</sup> é de 2,2 %<sup>1181</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Amazonas 4,3% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 7,1%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 4,9%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 7,7 e o rendimento mensal médio é de 1,9 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 9,3 e 3,1, respectivamente<sup>1182</sup>.

## ■ Indígenas

No estado do Amazonas encontramos 15,45% do total dos indígenas brasileiros. Isso significa 113.391 pessoas<sup>1183</sup>. Somam 60 povos/etnias. Seguem abaixo algumas especificações<sup>1184</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Apiaká	Apiacá	Tupi-Guarani
Apurinã	Ipurina, Popukare	Aruak-maipure

1177 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1178 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

1179 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1180 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1181 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1182 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1183 Conselho Indigenista Missionário - Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1184 Instituto Sócio Ambiental - ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.



Arapaso	Arapasso, Arapaço	Tukano
Banawá		Arawá
Baniwa	Baniva, Baniua, Curipaco, Walimanai	Aruak
Bará	Bara tukano, Waipinōmakã	Tukano
Barasana	Panenoá	Tukano
Baré	Hanera	Aruak
Coripaco	Curipaco, Curripaco, Kuripako	Aruak
Deni	Jamamadi	Arawá
Desana	Desano, Dessano	Tukano
Hixkaryana	Hixkariana	Karib
Jamamadi	Yamamadi, Kanamanti	Arawá
Jarawara	Jarauara	Arawá
Jiahui	Jahoi, Diarroi, Djarroi, Parintintin, Diahoi, Diahui, Kagwaniwa	Tupi-Guarani
Juma	Yuma	Tupi-Guarani
Kaixana	Caixana	
Kambeba	Cambemba, Omaguá	Tupi-Guarani
Kanamari	Canamari, Tukuna	Katukina
Karapanã	Muteamasa, Ukopinōpōna	Tukano
Katuena	Waiwai	Karib
Katukina do Rio Biá	Tukuna	Katukina
Katxuyana	Caxuiana, Kaxuyana	Karib
Kaxarari	Caxarari	Pano
Kokama	Cocama, Kocama	Tupi-Guarani
Korubo		Pano
Kotiria	Wanana	Tukano
Kubeo	Cubeo, Cobewa, Kubéwa, Pamiwa	Tukano



Kulina	Culina, Madiha, Madija	Arawa
Kulina Pano	Culina	Pano
Maku	Macu, Yuhupde, Dow, Nadob, Hupda. Bara, Kakwa, Kabori, Nukak	Makú
Makuna	Yeba-masã	Tukano
Marubo		Pano
Matis	Mushabo, Deshan Mikitbo	Pano
Matsés	Mayoruna	Pano
Miranha	Mirana	Bora
Mirity-tapuya	Buia-tapuya	Tukano
Munduruku	Mundurucu	Munduruku
Mura		Mura
Parintintin	Cabahyba	Tupi-Guarani
Paumari	Pamoari	Arawá
Pira-tapuya	Piratapuya, Piratapuyo, Piratuapuaia, Pira-Tapuya	Tukano
Pirahã	Mura Pirahã	Mura
Sateré Mawé	Sateré-Maué	Mawé
Siriano		Tukano
Tariana		Aruak
Tenharim	Kagwahiva	Tupi-Guarani
Ticuna	Tikuna, Tukuna, Maguta	Tikuna
Torá		Txapacura
Tsohom Djapá	Tucano	Katukina
Tukano	Tucano	Tukano
Tuyuka	Tuiuca	Tukano
Waimiri Atroari	Kinja, Kiña, Uaimiry, Crichaná	Karib



Waiwai	Hixkaryana, Mawayana, Karapayana, Katuena, Xerew	Karib
Warekena	Werekena	Aruak
Witoto	Uitoto	Witoto
Yaminawá	Iaminaua, Jaminawa	Pano
Yanomami	Yanoama, Yanomani, Ianomâmi	Yanomami
Ye'kuana	Yekuana	Karib
Zuruahã	Índios do Coxodoá	Arawá

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1185</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Com Restrição	01
Declarada	20
Em Identificação	29
Homologadas	103
Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação	01

Também verificamos a existência de 11 grupos isolados de indígenas em território do estado amazônico. Abaixo seguem informações sobre esses povos e comunidades<sup>1186</sup>:

Grupo	Município	Fatores de risco
Isolados do igarapé Karipuninha	Lábrea	Madeireiras, Fazendas, assentamento de colonos
Isolados Kaxarari	Lábrea	Madeireiras, Fazendas
Maimã	Tapauá	Madeireiras, Missões Religiosas Fundamentalistas
Korubo (Terra Indígena "Vale do Javari")	Atalaia do Norte	Madeireiras

1185 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1186 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Isolados do rio Quixito(Terra Indígena “Vale do Javari”)	Atalaia do Norte	Madeireiras, Narcotráfico
Flecheiros do Igarapé São José(Terra Indígena “Vale do Javari”)	Atalaia do Norte	Madeireiras
Isolados do rio Jandiatuba (Terra Indígena “Vale do Javari”)	Atalaia do Norte	Madeireiras
Tsohom Djapá (Terra Indígena “Vale do Javari”)	Atalaia do Norte	Madeireiras
Isolados da cabeceira do rio Jutai	Atalaia do Norte	Madeireiras
Isolados de São João da Baliza	São João da Baliza	Madeireiras, projetos de Colonização, Narcotráfico
Waimiri Pirititi		

Lideranças dos povos do Vale do Javari, município de Atalaia do Norte, denunciaram as mortes de 12 indígenas em 30 dias. Destes, 10 eram crianças. Segundo informações do relatório do CIMI, a precária situação de atendimento à saúde indígena é reconhecida inclusive por membros da FUNASA<sup>1187</sup>.

De acordo com membros do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Terra Indígena “Pirahã”, município de Humaitá), aconteceram mortes pela falta de assistência às aldeias da equipe contratada pela prefeitura Municipal de Manicoré. Os conselheiros de saúde encaminharam documento à Coordenação Regional da Funasa relatando que foram diagnosticados casos de malária, tuberculose, hanseníase, diarreias e outras doenças. Segundo a Funasa, existe dificuldade de acesso às aldeias, por isso a inconstância do trabalho das equipes. As mortes ao longo deste ano afetaram 3,9% da população, que somam 230 indivíduos. Constam 4 casos de mortes por desassistência entre o povo Guajajara, no Maranhão, sendo 1 caso causado por imperícia e 3 por atraso no atendimento médico<sup>1188</sup>.

Segundo dados obtidos pelo CIMI, 4 adolescentes do povo Yanomami, município de São Gabriel da Cachoeira, morreram por falta de assistência médica adequada. Segundo o presidente da Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AIRCA), a Funasa suspendeu o convênio com o Instituto Brasileiro pelo Desenvolvimento Sanitário (IBDS), há nove meses.<sup>1189</sup>

Indígenas do povo Jamamandi (Terra Indígena “Iquirema”, município da Boca do Acre), apontam casos de falta de merenda escolar ou de alimentos que chegam à escola com o prazo de validade vencido. Também há falta de transporte escolar. Em muitas comunidades, falta capacitação de professores. No Amazonas, em várias aldeias do povo Jamamadi, não há uma escola com professores, apesar de várias denúncias e pedidos às autoridades responsáveis. Também no Amazonas, várias comunidades Apurinã sofrem da mesma ausência<sup>1190</sup>.

1187 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1188 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1189 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1190 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

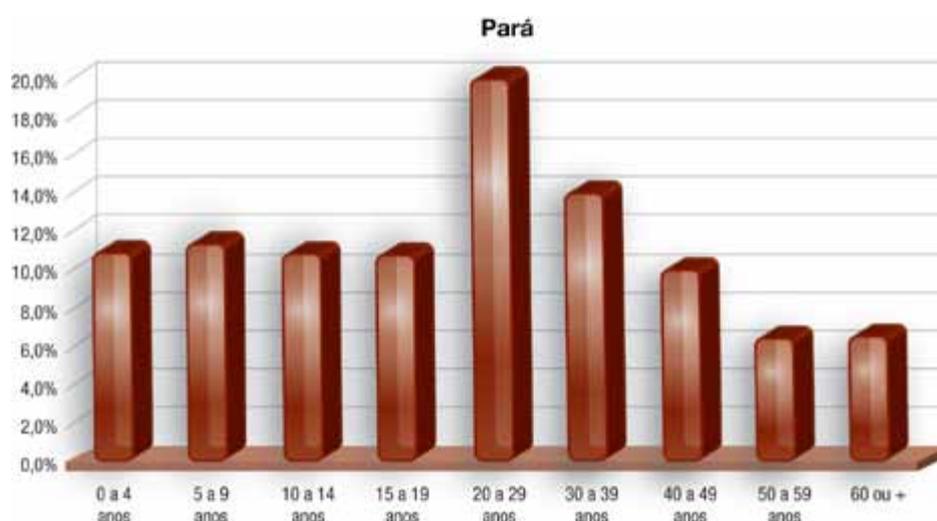


PARA

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Pará tem 143 municípios, com território de 1.247.689,515 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 7.136.000 habitantes (5,72 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 75,20% vivem na área urbana e 24,80% na área rural<sup>1191</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 3,5%, abaixo da média regional (3,8%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>1192</sup>. Belém, capital do estado, tem 1.408.847 habitantes (1.322,86 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1193</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$39.150.461,00 (1,8% do PIB nacional)<sup>1194</sup>. O Índice Gini<sup>1195</sup> da distribuição de renda é 0,504, abaixo da média regional de 0,508, e abaixo da média nacional de 0,547, ocupando a 19ª posição entre os estados<sup>1196</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,650 em 1991 para 0,723 no ano 2000 (+ 11,23%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1197</sup>.

1191 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1192 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1193 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1194 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1195 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1196 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1197 PNUD, 2000

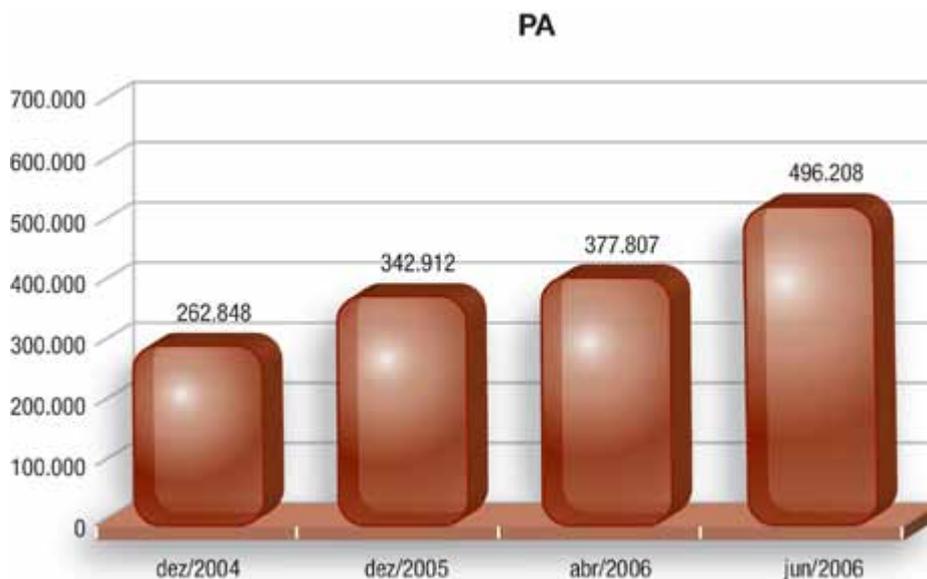
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Pará em 2006 era de aproximadamente 3.361.000 pessoas, o que representa 47,10% do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1198</sup>, 18,4% estavam no setor agrícola, 19,1% na indústria, 7,4% na construção, 19,5% no comércio e 34,2% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 49,04% e a taxa de desocupação, 7,2%.<sup>1199</sup>

## RENDA

No Pará, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,8% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 92,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 38,4% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.578,00. Existiam 68,42% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,28% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1200</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1201</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 80,15% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1202</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 4,1 e o número médio de pessoas por dormitório era de 2,1. Dos domicílios

1198 De 10 ou mais anos de idade

1199 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1200 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1201 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1202 IBGE, SIDRA, 2006

urbanos, 68,2% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 3% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1203</sup>.

Do total de domicílios, 9,25% não tinham banheiro ou sanitário, 19,19% não tinham coleta de lixo e 6,49% não tinham iluminação elétrica<sup>1204</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 11,7%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 27,5%<sup>1205</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1206</sup> era de 6,3 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1207</sup> em relação à série recomendada era de 41,1%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1208</sup> era de 34,9%<sup>1209</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	379,53	674,49
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,49	0,7
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,51	0,76
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	29,69	35,58
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	6,79	6,95
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	122,7	92,46
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	11,4	15,3
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	33,1	37,7
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	8,75	7,32



\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

1203 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007.

1204 IBGE, SIDRA, 2007

1205 Pessoas de 15 anos ou mais de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1206 Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

1207 Em até 2 anos.

1208 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1209 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000) *</b>	47,5	52,5	45,8	30,4	59,9
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	27,7	35,5	20,9	20,7	18,8
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	67,4	-	45,4	54,8	45,7
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	85,2	77,4	81,2	83,9	84,8
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	85,1	73,6	76,2	80,9	83,5
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	40,6	49,3	39,06	37,76	40,41
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	11,3	18,9	18,74	19,31	19,19
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	57,2	50,3	53	57,9	65,36
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	48,6	28,7	85,8	82,24	83,27
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	31,1	39,2	58,77	66,35	67,09
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	3,9	9,45	11,59	17,86

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Pará dispôs de uma receita de R\$ 6.951.816.634,00 - 36,58% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1210</sup>:

1210 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Varição
SEGURANÇA PÚBLICA	8,14%	9,11%	0,97%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1,24%	1,20%	-0,04%
SAÚDE	13,57%	15,82%	2,25%
TRABALHO	0,61%	0,93%	0,32%
EDUCAÇÃO	13,74%	12,25%	-1,49%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,27%	0,23%	-0,04%
HABITAÇÃO	0,47%	0,52%	0,05%
SANEAMENTO	2,00%	1,04%	-0,96%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 22 secretarias<sup>1211</sup> e 167.050 servidores<sup>1212</sup>, na proporção de um servidor para cada 41,86 habitantes, representando um aumento de 4,03% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Pará era feita por 17 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 41 deputados estaduais.



## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Pará assinou 24 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 6.539.748,85. Destes convênios, quatro foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, três à proteção de vítimas e testemunhas, dez à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, defensoria pública, direitos de minorias, cidadania), um à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes e quatro à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>1213</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, o secretário estadual de direitos humanos do Pará e secretários de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1214</sup>

1211 Gestão 2007-2010

1212 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1213 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1214 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

O governo do Pará possui a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH). Não há informações disponíveis sobre as ações ou programas da pasta.<sup>1215</sup> Não há na Assembléia Legislativa do estado uma comissão específica para as questões de direitos humanos.<sup>1216</sup>

## ■ Justiça

O Pará tem uma Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, à qual está vinculada a Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor, a Diretoria de Assuntos Jurídicos e a Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos. Cabe a esta pasta, entre outras funções, a Coordenação de Promoção dos Direitos da Juventude e dos Direitos da Mulher, Coordenação de Pesquisa, Educação e Formação em Direitos Humanos, Coordenação de Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Rurais e de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas.<sup>1217</sup>

No Pará, dos 143 municípios, 38 constituem sede de comarca.<sup>1218</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Pará foi de 4,36%. Atuavam na justiça estadual 265 magistrados, sendo 236 na primeira instância e 29 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 4,0 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1219</sup> O total de pessoas atendidas foi de 327.142.<sup>1220</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 134.524 processos, 625.247 estavam pendentes e 76.637 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 89,9%.<sup>1221</sup> Na segunda instância da justiça comum, 5.408 processos deram entrada, 11.532 estavam pendentes e 9.804 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 42,1%.

O estado tem também 21 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 33.841 processos, 57.150 estavam pendentes e 39.702 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 56,4%.<sup>1222</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1983, conta com 184 defensores (1 defensor para cada 37.696,09 habitantes- 2006), atendendo 50% das comarcas do estado, em um total de 117.673 atendimentos, ou seja, 639,53 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1223</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 302 membros, correspondendo a 1 membro para cada 5.548,60 habitantes, sendo 272 promotores de justiça e 30 procuradores.<sup>1224</sup>

## ■ Segurança Pública

O Pará tem uma Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Superintendência do Sistema Penitenciário e o Departamento Estadual de Trânsito. A secretaria conta com uma ouvidoria do sistema de segurança

1215 Estado do Pará, Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos ([www.sejudh.pa.gov.br/](http://www.sejudh.pa.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1216 Assembléia Legislativa do Pará ([www.alepa.pa.gov.br/](http://www.alepa.pa.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1217 Estado do Pará, Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos ([www.sejudh.pa.gov.br/](http://www.sejudh.pa.gov.br/))

1218 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1219 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006.

1220 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006.

1221 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 - \frac{\text{Sentenças}}{\text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

1222 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006.

1223 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1224 Ministério Público do Estado do Pará (informação obtida por telefone no mês de setembro).

pública e defesa social. Não há uma corregedoria geral, apenas as corregedorias da Polícia Civil e da Polícia Militar.<sup>1225</sup>

Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>1226</sup>

Os órgãos de segurança do estado eram compostos, em 2006, por 2.996 policiais civis e 2.492 bombeiros militares.<sup>1227</sup> Não há informações disponíveis sobre o efetivo da Polícia Militar. Em 2006, 13 dos 143 municípios do Pará tinham guarda municipal, com um efetivo total de 1.667 guardas.<sup>1228</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Pará<sup>1229</sup> está sob administração da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE) vinculada à Secretária Especial de Estado de Defesa Social. Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria, subordinada ao Conselho Estadual de Segurança Pública, e uma Corregedoria que atua de forma preventiva e correccional.

O estado possui 36 estabelecimentos prisionais, sendo 28 Penitenciárias, 1 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, 1 Casa do Albergado, 4 Centros de Observação Criminológico e Triagem, 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e 1 Cadeia Pública, totalizando 6.042 vagas.

A população prisional em setembro de 2007 era de 9.035 presos - considerados os 1.787 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 2.993 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 23,8% da população encarcerada e de apenas 14,7% no número de vagas<sup>1230</sup>.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
<b>Fechado</b>	1.342	57	1.399
<b>Semi-aberto</b>	712	30	742
<b>Aberto</b>	115	-	115
<b>Provisório</b>	4.706	224	4.930
<b>Medida de Segurança - Internação</b>	61	1	62
<b>TOTAL</b>	<b>7.248</b>		

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de

1225 Estado do Pará ([www.pa.gov.br](http://www.pa.gov.br)) e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Pará ([www.segup.pa.gov.br](http://www.segup.pa.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

1226 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1227 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)).

1228 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1229 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Pará, 2008.

1230 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

óbitos no sistema prisional do Pará foi de 28, dos quais 17 foram considerados criminais, 9 naturais e 2 suicídios. No mesmo período ocorreram 1.310 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, ocorreram apenas 2 mortes e 7 fugas neste mesmo período.

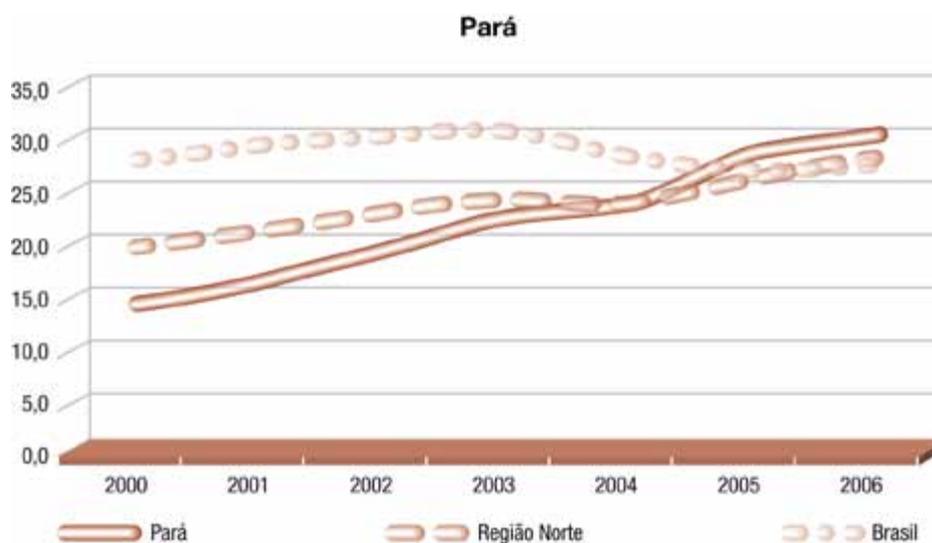
O Pará não possui um Fundo Penitenciário Estadual. A Escola de Administração Penitenciária, situada na cidade de Marituba, desenvolve suas atividades no Instituto de Ensino em Segurança Pública. O Pará possui, ainda, 3 Conselhos da Comunidade, entretanto, atualmente só o Conselho do município de Santarém está em funcionamento e apenas 2 estabelecimentos penais são atendidos.

A assistência jurídica aos presos é feita por 16 advogados que atendem a 80% da população carcerária. Os atendimentos são realizados semanalmente nos presídios da região metropolitana de Belém e mensalmente nos localizados no interior do Estado. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Vara Penal Especializada em Penas e Medidas Alternativas, contemplando 263 apenados no primeiro semestre de 2007.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 7.543.564,38. Deste montante, 56,44% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Pará foi de 29,14/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 112,28% em relação a 2000<sup>1231</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de tentativas de homicídio chegou a 9/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 312,8/100 mil hab.<sup>1232</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

1231 Ministério da Saúde, Datasus.

1232 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1233</sup> alcançaram a cifra de 647,1 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1234</sup> somaram 19,3 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1235</sup>, 41,5 registros/100 mil hab.<sup>1236</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 3 casos de violência policial, sendo 3 o total de vítimas fatais e 2 feridas, 15 casos de execuções sumárias com 21 vítimas fatais e 16 feridas e 4 casos de linchamento com 2 vítimas fatais e 4 feridas.

Entre as vítimas fatais por violência policial estão três assaltantes mortos em um tiroteio com a polícia. O fato ocorreu devido aos assaltos ao Banco do Brasil e ao Banco Amazônia no dia 1º de novembro de 2005, na cidade de Novo Repartimento. Segundo a polícia, 15 homens armados participaram dos assaltos, entre eles os três que morreram no tiroteio. Um assaltante foi preso e os demais fugiram<sup>1237</sup>.

Entre os casos de execução sumária de maior repercussão na imprensa no período de 2005 e 2007 está a morte da missionária americana Dorothy Mae Stang, o Banco de Dados do NEV-USP tem cerca de 91 notícias registradas sobre o fato. A missionária foi morta com seis tiros nas proximidades de um acampamento de trabalhadores rurais, na cidade de Altamira. Ela foi surpreendida por dois homens, que depois de a ouvirem ler um trecho da bíblia, dispararam contra o seu tórax e cabeça. Entre os envolvidos no crime estão dois mandantes e um intermediário. Dorothy estava no Brasil a mais de 30 anos e estava engajada na luta dos sem-terra e trabalhadores rurais. Na região que atuava havia constantes ameaças de madeireiros contra os trabalhadores e seus defensores<sup>1238</sup>. O Funcionário do fazendeiro Dinair Feijó da Cunha, este acusado pela Comissão Pastoral de Terra como possível mandante do assassinato da missionária americana, foi morto no dia 12 de fevereiro de 2005, em Anapu. Adalberto Xavier Leal foi atingido por tiros de espingarda. Segundo a polícia, o crime seria uma vingança pela morte da religiosa<sup>1239</sup>.

Soares da Costa Filho, presidente da Associação do Assentamento Carlos Fonseca e ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parauapebas, foi assassinado no dia 15 de fevereiro de 2005 com três tiros. O presidente da Fundação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará, Antônio de Souza Carvalho, declarou que o sindicalista sofria ameaças por ter feito denúncias sobre a ação de grilheiros na região, apontou esta como a possível causa pelo assassinato. O sindicalista foi morto quando seguia de moto por uma estrada de terra que dá acesso ao assentamento Carajás, duas pessoas, também de motocicleta, dispararam seis tiros em sua direção<sup>1240</sup>.

Em 2005 outros sindicalistas foram mortos no Pará, entre eles o ex-sindicalista Antônio Matos Filho, um dos fundadores do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parauapebas, foi morto na noite do dia 8 de junho de 2005. A polícia cogitou a possibilidade de o crime ser uma queima de arquivo e acerto de contas<sup>1241</sup>. Os demais foram Domingos dos Santos Silva e Pedro Laurindo da Silva. O primeiro era sindicalista e líder sem-terra do acampamento da Fazenda Mineiro, morreu no dia 8 de novembro de 2005 na cidade de Itupiranga. Cinco tiros à queima-roupa foram disparados em sua direção, ele estava na frente de sua casa.

1233 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1234 Tráfico, uso e porte de drogas

1235 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1236 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1237 Folha de S. Paulo, 03/11/2005.

1238 Informações retiradas de notícias publicadas em 2005 no jornais Diário de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

1239 Folha de S. Paulo, 14/02/2005-18/02-21/02-25/02-05/05.

1240 Folha de S. Paulo, 16/02/2005-17/02-25/02-28/03.

1241 Folha de S. Paulo, 10/06/2005.



O vereador de Itupiranga Paulo Rosa da Silva e seu filho Paulo Silva Júnior, acusados de mandar matar “Domingão”, foram presos no dia 6 de fevereiro de 2006. Para a polícia existia um interesse do vereador pela Fazenda Mineiro, outra possibilidade seria queima de arquivo, uma vez que, o líder dos sem-terra e sindicalista já teria trabalhado para os acusados como pistoleiros<sup>1242</sup>. O segundo era diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá foi assassinado na noite do dia 17 de novembro de 2005. Laurindo era coordenador do acampamento Zumbi dos Palmares 2, situado na fazenda invadida Cabo de Açõ. O coordenador já havia sofrido ameaças de morte. O pistoleiro responsável pelo crime foi preso logo em seguida<sup>1243</sup>.

As vítimas fatais e feridas de execução sumária dos anos de 2006 e 2007 também são na sua maioria sem-terra, ou estão envolvidos de alguma forma na luta pela terra. Sendo a disputa por terra a principal motivação para a execução dos crimes. O agricultor sem-terra Antonio Santos do Carmo foi morto e outros sete ficaram feridos após um atentado praticado por pistoleiros em maio de 2007. Estes atiraram contra um acampamento de famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no km 302 da rodovia Belém-Brasília, no noroeste do Pará. Carmo foi atingido na cabeça. Ulisses Manaças, coordenador do MST do estado, declarou que o motorista onde estavam os pistoleiros era motorista do fazendeiro “Zé Anísio”, arrendatário da fazenda São Felipe, na frente da qual cerca de 220 famílias estavam acampadas.<sup>1244</sup>

Entre as vítimas fatais por linchamento estão Geovani Melo Soares e Márcio Nonato Menezes Monteiro, linchados por um grupo de taxistas na madrugada do dia 31 de outubro de 2005, em Belém. Os dois com mais outros três foram acusados de serem responsáveis por um assalto a um taxista, e o espancamento teria sido uma espécie de punição pelo assalto cometido. Os cinco assaltantes foram perseguidos pelos taxistas, um deles conseguiu fugir, quatro foram espancados, apedrejados e carros foram passados sobre seus corpos. Desses quatro, dois morreram e os outros, Emerson Dourado Roca e Mayko Alan Farias, ficaram feridos<sup>1245</sup>.

Jean Marx Elizeu da Silva é outra vítima ferida por linchamento registrada no Banco de Dados do NEV-USP. Ele foi espancado a pauladas no dia 26 de julho de 2007, em Icoaracina, após ter sido acusado de ter cometido um roubo. O linchamento foi gravado por uma câmera de celular e exibido no site da internet “You Tube”<sup>1246</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 125 áreas de conflito, envolvendo 18.433 famílias, em 2005. Em 2006 foram 94 áreas de conflito e 13565 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 105 áreas de conflito somando 17996 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 40 áreas de ocupação, agrupando 6521 famílias. Em 2006 eram 35 áreas com 4634 famílias. E no ano de 2007 eram 29 áreas com 4599 famílias.<sup>1247</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou 14 ocupações em 2005 com 4 mortes decorrentes de conflitos agrários, 9 mortes não decorrentes de conflito agrário e 11 mortes sob investigação. No ano de 2006 foram registradas 4 ocupações com

1242 O Estado de S. Paulo, 09/11/2005-06/02/2006.

1243 Folha de S. Paulo, 19/11/2005.

1244 O Diário de S. Paulo, 02/05/2007-04/05. O Estado de S. Paulo, 03/05/2007.

1245 Folha de S. Paulo, 22/02/2005.

1246 O Estado de S. Paulo, 25/08/2007.

1247 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

5 mortes decorrentes de conflitos agrários. Em 2007, foram contabilizadas 13 ocupações com 5 mortes decorrentes de conflitos agrários.<sup>1248</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 123 denúncias de trabalho escravo sendo 1266 trabalhadores libertados (destes, 58 eram menores). Em 2006 foram 133 denúncias e 1180 trabalhadores libertados (destes, 57 eram menores). No ano de 2007, registraram-se 133 denúncias e 1933 trabalhadores libertados (13 eram menores).

## ■ Liberdade política

No dia 15 de fevereiro de 2005, o sindicalista Daniel Soares da Costa Filho foi assassinado a tiros no município de Parauapebas (PA). Ele era presidente da Associação de Trabalhadores Rurais do assentamento Carajás e estava indo para o acampamento quando foi atacado por dois homens.<sup>1249</sup>

No dia 08 de junho de 2005, o militante Antônio Matos Filho foi assassinado a tiros no município de Parauapebas (PA). Ele foi um dos fundadores do Sindicato de Trabalhadores Rurais da cidade e, na época do crime, atuava em projeto de desenvolvimento rural do governo municipal.<sup>1250</sup>

No dia 07 de novembro de 2005, o sindicalista Domingos dos Santos Silva, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, foi assassinado com cinco tiros. Ele liderava a ocupação da fazenda Mineiro por famílias sem-terra, no município de Itupiranga (PA). O vereador Paulo Rosa da Silva e seu filho Paulo Silva Júnior foram acusados como mandantes do crime. Paulo Rosa já respondia a outro processo por homicídio.<sup>1251</sup>

No dia 18 de novembro de 2005, o sindicalista Pedro Laurindo da Silva, coordenador do acampamento Zumbi de Palmares, foi assassinado com dois tiros na cabeça no município de Marabá (PA), pelo pistoleiro Valdemir Coelho Oliveira, preso logo em seguida. Pedro era um dos líderes que reivindicavam a desapropriação da fazenda Cabo de Aço e já havia denunciado diversas vezes a violência sofrida pelas famílias assentadas. O sindicalista recebia ameaças de morte de pessoas ligadas à fazenda Cabo de Aço e em março ele chegou a pedir auxílio à coordenação estadual do Programa Nacional Proteção dos Defensores de Direitos Humanos. Segundo relatos, o pistoleiro Valdemir trabalhava como vaqueiro na fazenda.<sup>1252</sup>

Em novembro de 2007, a Polícia Militar de Xinguara (PA) recebeu uma denúncia de que três pistoleiros teriam sido contratados para assassinar Frei Henri des Roziers, advogado da Comissão Pastoral da Terra. Frei Henri já sofreu diversas ameaças de morte devido a seu trabalho e, desde o assassinato da Irmã Dorothy Stang, está sob proteção policial.<sup>1253</sup>



1248 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

1249 Agência Carta Maior (disponível no site Repórter Brasil), 15/02/2005, <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=325>

1250 JB Online, 09/06/2005, <http://jbonline.terra.com.br/extra/2005/06/09/e09062547a.html>. Correio Braziliense (disponível no site da Procuradoria da República no RS), 10/06/2005, <http://www.prrs.mpf.gov.br/iw/iol/public.php?publ=12507>

1251 O Estado de S. Paulo, 05/02/2006, <http://www.estadao.com.br/arquivo/nacional/2006/not20060205p55323.htm>

1252 Jornal Pequeno, 19/11/2005, <http://www.jornalpequeno.com.br/2005/11/19/Pagina23781.htm>

1253 JB Online, 27/02/2005, <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/brasil/2005/02/26/jorbra20050226005.html>. Rádio Vaticano, 21/11/2007, <http://www.radiovaticana.org/BRA/Articolo.asp?c=168708>

## ■ Liberdade de imprensa

Lúcio Flávio Pinto, fundador e chefe de redação do Jornal Pessoal de Belém, publicou artigos com temas ligados ao tráfico de drogas, desmatamento da Amazônia, corrupção local, entre outros. Em 2005 o jornalista enfrentava 18 processos judiciais, dez destes por “calúnia e difamação”. Havia o risco de ele ser condenado a três anos de prisão, caso as duas penas a que foi condenado em primeira instância se confirmassem após o recurso. Condição determinada pela lei de imprensa de 9 de fevereiro de 1967, assim como as demais que implicaram nos processos contra o jornalista.

Odair Oliveira, da emissora SBT, foi agredido no dia 14 de agosto de 2005 pela chefe de gabinete do prefeito, Amélia Denardin, que tentou impedir às filmagens. O fato ocorreu durante a sessão dos Jogos Indígenas do Pará na cidade de Altamira.

O Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pará em levantamento feito do mês de janeiro a março de 2006 apontou quatro ataques a mão armada contra jornalistas do jornal O Liberal de Belém. O último deles ocorreu no dia 3 de março, Alexandre Jamile e o fotógrafo Antônio Silva foram agredidos e ameaçados por dois indivíduos armados no momento em que realizavam uma reportagem sobre o tratamento de água no bairro de Sacramento, conhecido como de risco. O fotógrafo foi obrigado a entregar o seu material de trabalho aos agressores, posteriormente, a polícia recuperou o material roubado.<sup>1254</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Pará é composta por 39,4% de crianças e adolescentes<sup>1255</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,650, considerado médio. Existem 62,6% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 15,8% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 19,2%.<sup>1256</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 3,8% e a taxa<sup>1257</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 30,0%<sup>1258</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 10,1% morrem vítimas de homicídio<sup>1259</sup>.

No estado há 126 conselhos tutelares, 124 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 promotoria da infância e juventude<sup>1260</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>1261</sup> Não foi possível encontrar cadastro de nenhuma vara da infância e juventude no estado<sup>1262</sup>.

1254 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

1255 Entre 12 e 18 anos de idade.

1256 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1257 Por mil nascidos vivos

1258 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1259 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1260 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional.

1261 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1262 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.



Em 2006, havia 321 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 47,5%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 3,05/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 365 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1263</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,24% da população do Pará, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 74,70 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 48,7% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1264</sup>.

O estado tinha 10 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 2 Centros de Referência; 2 Casas Abrigo; 2 varas adaptadas para situações de violência doméstica e 4 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1265</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 2.570.723,50<sup>1266</sup>.

## ■ Idosos

A população do Pará é composta por 6,7% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 43,5% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 22,2 % residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1267</sup> é de 1,9 %<sup>1268</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Pará, 6,6% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 13,8%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 8,3%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,3 e o rendimento mensal médio é de 1,7 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7,9 e 2,5, respectivamente<sup>1269</sup>.

## ■ Indígenas

No estado do Pará temos 37.681 pessoas declaradas como indígenas. Isso equivale a 5,13% do total da população indígena brasileira<sup>1270</sup>. Essa população está organizada em 36 povos/etnias<sup>1271</sup>:



1263 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1264 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1265 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

1266 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1267 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1268 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1269 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1270 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1271 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Amanayé	Amanaié, Araradeua	Tupi-Guarani
Anambé		Tupi-Guarani
Aparai	Apalai, Apalay, Appirois, Aparathy, Apareilles, Aparai	Karib
Apiaká	Apiacá	Tupi-Guarani
Arapiums		
Arara	Arara do Pará, Ukaragma	Karib
Araweté	Araueté, Bidê	Tupi-Guarani
Asurini do Tocantins	Akuawa, Asurini	Tupi-Guarani
Asurini do Xingu	Assurini, Awaete	Tupi-Guarani
Borari		
Guajá	Avá, Awá	Tupi-Guarani
Guarani Mbya	Guarani M'byá	Tupi-Guarani
Gavião Parkatêjê	Gavião do Mãe Maria, Gavião Parakatejê, Gavião do Oeste, Parkatejê	Jê
Hixkaryana	Hixkariana	Karib
Ka'apor	Urubu Kaapor, Kaapor	Tupi-Guarani
Kaiabi	Kayabi, Caiabi, Kaiaby, Kajabi, Cajabi	Tupi-Guarani
Karajá	Caraiauna, Iny	Karajá
Katuena	Waiwai	Karib
Katxuyana	Caxuiana, Kaxuyana	Karib
Kayapó	Kaiapó, Caiapó, Gorotire, A'ukre, Kikretum, , Makragnotire, Kuben-Kran-Ken, Kokraimoro, Metuktire, Xikrin, Kararaô, Mebengokre	Jê
Kuruaya	Xipáia-Kuruáia, Kuruia	Munduruku



Munduruku	Mundurucu	Munduruku
Panará	Kreen-Akarore, Krenhakore, Krenakore, Índios Gigantes	Jê
Parakanã		Tupi-Guarani
Sateré Mawé	Sateré-Maué	Mawé
Suruí	Aikewara, Sororós, Aikewara	Tupi-Guarani
Tembé	Tenetehara	Tupi-Guarani
Tiriyó	Tirió, Trio, Taroná, Yawi, Pianokoto, Piano, Wü tarëno, Txukuyana, Ewarhuyana, Akuriyó	Karib
Turiwara		
Waiwai	, Hixkaryana, Mawayana, Karapayana, Katuena, Xerew	Karib
Wajãpi	Wayapi, Wajapi, Oiampi	Tupi-Guarani
Wayana	Upurui, Roucouyen, Orkokoyana, Urucuiana, Urukuyana, Alucuyana, Wayana	Karib
Xipaya	Xipáya	Juruna
Xikrin Kayapó		Jê
Yudjá	Yuruna, Juruna, Yudjá	Juruna
Zo'é	Poturu	Tupi-Guarani



O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1272</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declarada</b>	08
<b>Demarcada</b>	02
<b>Dominial Indígena</b>	01
<b>Em Identificação</b>	13
<b>Homologadas</b>	31

1272 Instituto Sócio Ambiental ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), consultado dia 27 de outubro de 2008.

<b>Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação</b>	01
<b>Reservada</b>	02

Um caso de violência ocorreu com uma mulher do povo Munduruku, no município de Jacareacanga, que foi morta após ser estuprada pelos três índios e um não-índio que a acompanhavam num bar. Após estuprarem a indígena, eles a agrediram com chutes, socos, pauladas e facadas o que causou sua morte<sup>1273</sup>.



1273 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

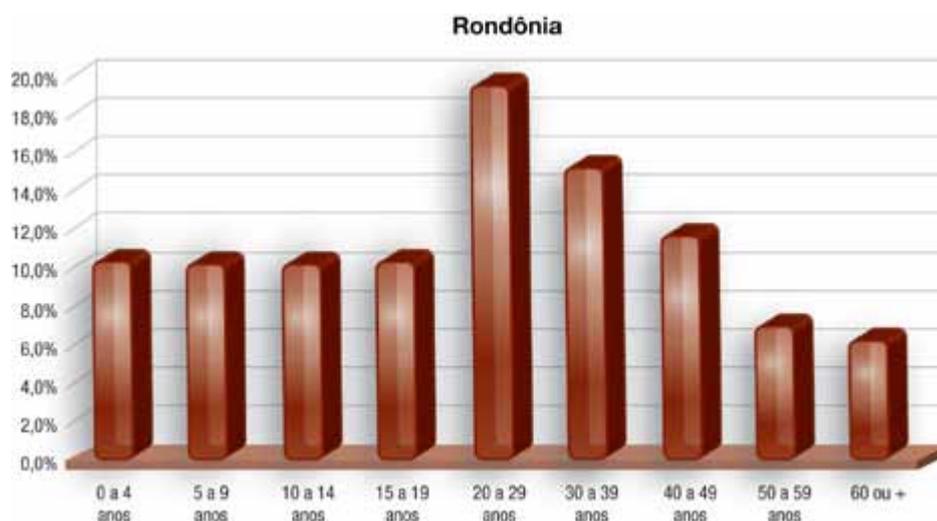


RO

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Rondônia tem 52 municípios, com território de 237.576,167 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 1.567.000 habitantes (6,60 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 68,26% vivem na área urbana e 31,74% na área rural<sup>1274</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 3,1%, abaixo da média regional (3,8%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>1275</sup>. Porto Velho, capital do estado, tem 369.345 habitantes (10,83 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1276</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 12.902.169,00 (0,6% do PIB nacional)<sup>1277</sup>. O Índice Gini<sup>1278</sup> da distribuição de renda é 0,536, abaixo da média regional de 0,508, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 9ª posição entre os estados<sup>1279</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,660 em 1991 para 0,735 no ano 2000 (+ 11,36%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1280</sup>.

1274 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1275 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1276 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1277 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1278 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1279 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1280 PNUD, 2000

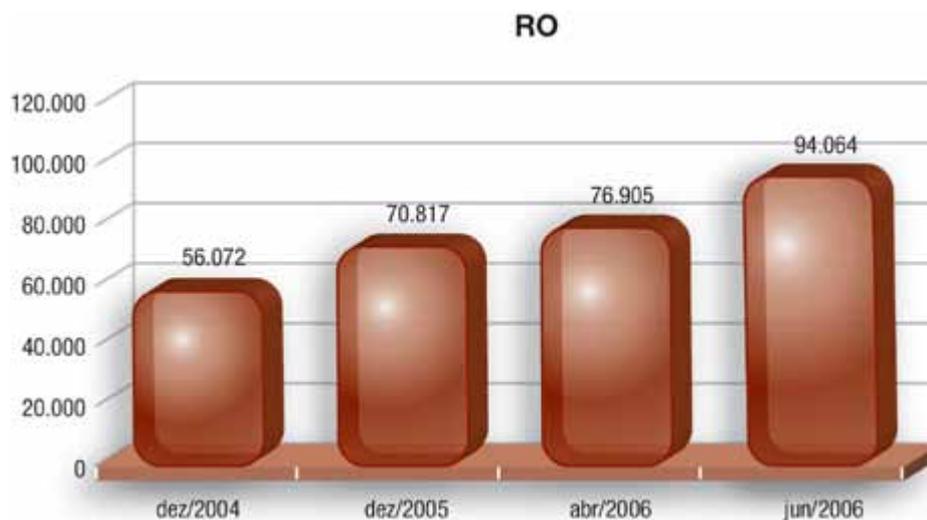
## TRABALHO

A população economicamente ativa de Rondônia em 2006 era de aproximadamente 813.000 pessoas, o que representa 51,88 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1281</sup>, 37,9% estavam no setor agrícola, 11,8% na indústria, 4,8% na construção, 14,2% no comércio e 31,3% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 35,64% e a taxa de desocupação, 5,4%.<sup>1282</sup>

## RENDA

Em Rondônia, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,5% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 134,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 43,1% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.884,00. Existiam 62% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 3,49% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1283</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1284</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 75,52% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1285</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,6 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,8. Dos domicílios urbanos, 56,9% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 4,3% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1286</sup>.

1281 De 10 ou mais anos de idade

1282 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1283 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1284 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1285 IBGE, SIDRA, 2006

1286 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

Do total de domicílios, 3% não tinham banheiro ou sanitário, 29,51% não tinham coleta de lixo e 3,87% não tinham iluminação elétrica<sup>1287</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 9,7%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 25%<sup>1288</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1289</sup> era de 6,2 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1290</sup> em relação à série recomendada era de 25,8%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1291</sup> era de 31,4%<sup>1292</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	215,95	387,48
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,75	1,47
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,04	0,79
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	43,89	55,85
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	8,41	8,66
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	123,71	272,33
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	23,8	29,3
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	29,6	28,3
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	5,7	5,23

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

1287 IBGE, SIDRA, 2007

1288 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1289 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1290 Em até 2 anos.

1291 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1292 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	44,9	28,7	53,4	60,2	43,5
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	20,9	25,9	18,6	19,3	19,4
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	57,9	41,2	41,6	32,7	29,8
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	84,8	86,4	90,0	89,7	90,4
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	86,3	87,6	90,1	88,7	90,3
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	43,2	46,2	41,48	39,74	38,1
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	11,5	16,6	17,9	18,35	17,83
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	77,9	44,8	86,21	89,43	84,37
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	78,4	20,4	96,93	97,65	97
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	25,5	36,7	60,05	64,13	62,54
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	4,4	7,43	11,64	16,64

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Rondônia dispôs de uma receita de R\$ 2.735.164.784,00 - 27,68% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1293</sup>:

1293 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	12,50%	12,85%	0,35%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,29%	0,32%	0,03%
SAÚDE	11,25%	12,14%	0,89%
TRABALHO	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	17,12%	16,04%	-1,08%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	0,005%	0,00	-0,005%
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 13 secretarias<sup>1294</sup> e 39.163 servidores<sup>1295</sup>, na proporção de um servidor para cada 39,30 habitantes, representando um aumento de 27,20% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de Rondônia era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.



## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, Rondônia assinou 15 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 1.502.854,10<sup>1296</sup>. Destes convênios, um foi referente à promoção dos direitos da criança e do adolescente, cinco à promoção dos direitos humanos (educação e capacitação em direitos humanos, direitos de minorias, mediação de conflitos), cinco à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, um ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes e três à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>1297</sup>

Não há no governo do estado uma secretaria específica para questões de direitos humanos.<sup>1298</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania.<sup>1299</sup>

1294 Gestão 2007-2010

1295 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1296 Valor referente aos convênios firmados em 2006 e 2007. Não existe registro para 2005.

1297 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1298 Governo de Rondônia ([www.rondonia.ro.gov.br/](http://www.rondonia.ro.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1299 Assembléia Legislativa ([www.ale.ro.gov.br/](http://www.ale.ro.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Atualmente não existe nenhum projeto em tramitação na pasta, e não há acesso aos projetos encaminhados ou às atas das reuniões.

## Justiça

Rondônia tem uma Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia.<sup>1300</sup>

Em Rondônia, dos 52 municípios, 22 constituem sede de comarca.<sup>1301</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Rondônia foi de 6,47%. Atuavam na justiça estadual 112 magistrados, sendo 95 na primeira instância e 17 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 8,6 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1302</sup> O total de pessoas atendidas foi de 162.620.<sup>1303</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 107.974 processos, 137.727 estavam pendentes e 161.036 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 34,5%<sup>1304</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 12.226 processos deram entrada, 4.164 estavam pendentes e 12.580 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 23,2%.

O estado tem também 13 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 39.127 processos, 8.356 estavam pendentes e 36.394 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 23,4%.<sup>1305</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2002, conta com 57 defensores (1 defensor para cada 26.802,30 habitantes - 2006), atendendo 95,5% das comarcas do estado, em um total de 67.325 atendimentos, ou seja, 1.181,14 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1306</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 109 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 47.128,60 habitantes, sendo 92 promotores de justiça e 17 procuradores.<sup>1307</sup>

## Segurança Pública

Rondônia tem uma Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar. O Departamento Estadual de Trânsito é vinculado à estrutura da Secretaria, mas tem autonomia administrativa e financeira. Não há corregedoria nem ouvidoria geral do sistema de segurança, defesa e cidadania.<sup>1308</sup>

Em 2007, foram criados Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) nos municípios de Vilhena, Ji-Paraná, Presidente Médici e Candeias do Jamari. Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública <sup>1309</sup> estava em funcionamento.

O efetivo policial era 7.231 em 2006, sendo 2.025 policiais civis, 4.788 policiais militares e 418 bom-

1300 Estado de Rondônia, Secretaria de Estado de Justiça ([www.sejus.ro.gov.br](http://www.sejus.ro.gov.br)). Não existe no site a estrutura da secretaria

1301 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1302 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006.

1303 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006.

1304 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = \frac{\text{Sentenças} + \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}{\text{Magistrados}}$

1305 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006.

1306 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1307 Ministério Público do Estado de Rondônia (informação obtida por telefone no mês de setembro, 2008).

1308 Estado de Rondônia ([www.rondonia.ro.gov.br](http://www.rondonia.ro.gov.br)) e Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia ([www.sesdec.ro.gov.br](http://www.sesdec.ro.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

1309 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

beiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 211,28 habitantes.<sup>1310</sup> Em 2006, 01 dos 52 municípios de Rondônia tinha guarda municipal, com um efetivo total de 11 guardas.<sup>1311</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Rondônia<sup>1312</sup> está sob administração da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus). Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria em fase implantação e de uma Corregedoria vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado de Justiça, a qual possui sede própria, autonomia e independência funcional.

O estado possui 29 estabelecimentos prisionais, sendo 16 Penitenciárias, 1 Colônia Agrícola, Industrial e Similar e 12 Cadeias Públicas, totalizando 3.174 vagas. A população prisional em 2007 era de 5.227 presos, considerados os 13 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 2.053 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 14,4% da população encarcerada e de 51,3% no número de vagas<sup>1313</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	2.288	114	2.402
Semi-aberto	995	70	1.065
Aberto	300	21	321
Provisório	1.255	144	1.399
Medida de Segurança - Internação	27	-	27
<b>TOTAL</b>	<b>5.214</b>		



De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional de Rondônia foi de 33, dos quais 17 foram considerados criminais e 16 naturais. No mesmo período ocorreram 1.591 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 6 e o de fugas 193.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 1986. A Escola de Administração Penitenciária, criada em 2005, não possui sede própria e funciona no anexo da Sejus. Rondônia possui, ainda, 18 Conselhos de Comunidade, acompanhados pelo juiz de cada comarca. A assistência jurídica aos presos é feita pela Defensoria Pública Estadual, sendo que na capital há apenas um defensor vinculado à Vara de Execuções penais. A execução de penas alternativas é aplicada em 22 das comarcas do Estado, sendo que na capital o acompanhamento destas medidas cabe à Vara de Execuções Penais que acumulou as responsabilidades

1310 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1311 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1312 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Rondônia, 2008.

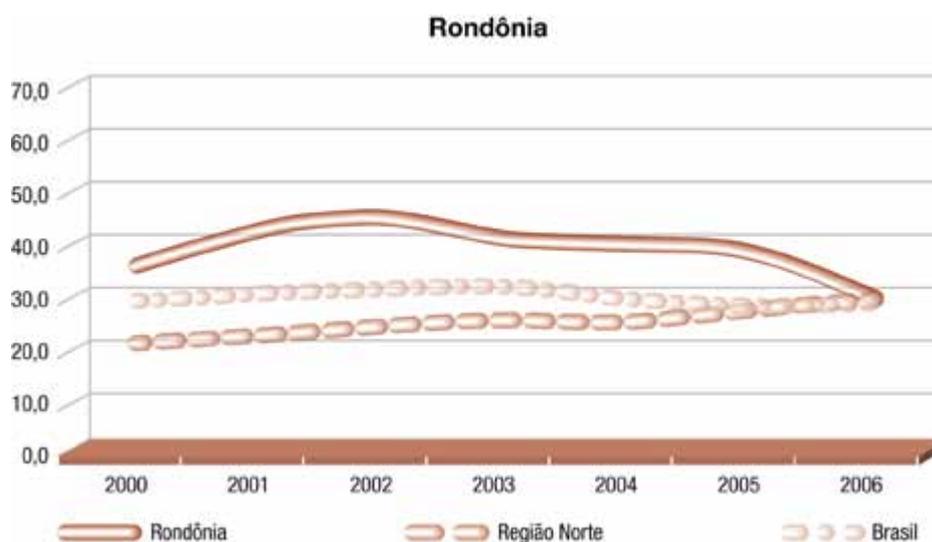
1313 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

da Central de Penas Alternativas, extinta em 2005.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 10.392.260,98. Deste montante, 92,19% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Rondônia foi de 27,52/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 7,08% em relação a 2000<sup>1314</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de tentativas de homicídio chegou a 36,8/100 mil habitantes e a de lesões corporais 623/100 mil hab.<sup>1315</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1316</sup> alcançaram a cifra de 525,8 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1317</sup> somaram 65,7 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1318</sup>, 304 registros/100 mil hab.<sup>1319</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 2 casos de violência policial, sendo 1 o total de vítimas fatais, 2 casos de execuções sumárias com 2 vítimas fatais e nenhum caso de linchamento.

Entre as vítimas de violência policial está o comerciante João Carlos Patrian. Ele invadiu o Fórum de Ariquemes no dia 31 de agosto de 2007, na cidade de Buritis, e fez seis funcionários reféns por estar

<sup>1314</sup> Ministério da Saúde, Datasus.

<sup>1315</sup> Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

<sup>1316</sup> Roubos e extorsões mediante seqüestro

<sup>1317</sup> Tráfico, uso e porte de drogas

<sup>1318</sup> Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

<sup>1319</sup> Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

descontente com a decisão de um juiz sobre a partilha de bens reclamada por sua ex-mulher. Uma das pessoas seqüestradas, que foi liberada durante a negociação, disse que Patrian não demonstrava intenção de matar os reféns, no entanto, atiradores de elite da Polícia Militar dispararam diversas vezes na cabeça do comerciante, que morreu. Foi aberto um processo administrativo para averiguar se houve abuso policial<sup>1320</sup>.

Entre as vítimas fatais por execução sumária registradas no Banco de Dados do NEV-USP está o cacique Maquéns Deusmar Ferreira Saquirabiara, morto no dia 23 de junho de 2006 com três tiros na rodoviária da cidade de Pimenta Bueno. A hipótese da polícia foi de que o crime teria ligação com o garimpo de ouro e retirada ilegal de mogno e cerejeira da Reserva dos Maquéns, localizada na cidade de Alta Floresta do Oeste<sup>1321</sup>.

Outra vítima de execução foi o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de Cacoal, Valter Nunes, morto no dia 30 de março de 2007 com cinco tiros por dois homens que entraram em seu escritório. A Polícia Civil da cidade de Cacoal não tinha pistas das motivações do crime, no entanto, a OAB informou que a vítima acompanhava as investigações sobre uma tentativa de homicídio contra um advogado trabalhista da cidade, ordenada por índios cinta-larga<sup>1322</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 25 áreas de conflito, envolvendo 3.177 famílias, em 2005. Em 2006 foram 18 áreas de conflito e 2.786 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 24 áreas de conflito somando 1669 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 10 áreas de ocupação, agrupando 780 famílias. Em 2006 eram 4 áreas com 280 famílias. E no ano de 2007 não foram registradas ocupações.<sup>1323</sup> Já para a Ouvidoria Agrária, em 2005 foram registradas 4 ocupações de terra com 5 mortes decorrentes de conflitos agrários. Em 2006, foram 8 ocupações de terra com 6 mortes decorrentes de conflitos agrários. Foram registradas em 2007 4 ocupações de terra contabilizando 6 mortes relacionadas com conflitos agrários.<sup>1324</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 3 denúncias de trabalho escravo sendo 42 trabalhadores libertados. Em 2006 foi 1 denúncia e 25 trabalhadores libertados. No ano de 2007, não foram registradas denúncias de trabalho escravo.

## ■ Liberdade de imprensa

Domingues Júnior, apresentador da Rede TV Rondônia, no dia 14 de janeiro de 2007 foi vítima de um ataque armado. Sua casa, localizada na cidade de Porto Velho, foi invadida por cinco indivíduos armados. A família do apresentador foi ameaçada e ele espancado, além de ter tido alguns objetos de valor roubados. Segundo Domingues Júnior, que ficou hospitalizado por causa dos ferimentos, o ataque foi uma represália contra denúncias de compras de votos e corrupção na Polícia Federal feitas em seu programa, "Fala Rondônia". No mês de dezembro de 2006 havia recebido ameaças de morte pela internet.<sup>1325</sup>

1320 Folha de S. Paulo, 01/09/2007. O Estado de S. Paulo, 01/09/2007.

1321 O Estado de S. Paulo, 24/06/2006.

1322 Folha de S. Paulo, 31/03/2007.

1323 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1324 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

1325 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)



## GRUPOS ESPECÍFICOS

### Crianças e adolescentes

A população do estado de Rondônia é composta por 36,7% de crianças e adolescentes<sup>1326</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,662, considerado médio. Existem 51,9% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 15,7% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 19,5%.<sup>1327</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 2,5% e a taxa<sup>1328</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 29,0%<sup>1329</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 10,3% morrem vítimas de homicídio<sup>1330</sup>.

No estado há 46 conselhos tutelares, 49 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 vara da infância e juventude<sup>1331</sup>, 02 promotorias da infância e juventude<sup>1332</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>1333</sup>.

Em 2006, havia 255 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 690,6%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 11,39/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 1.225 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1334</sup>.

### Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 49,14% da população de Rondônia sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 73,80 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, 36,3% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1335</sup>.

O estado tinha 7 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 3 Centros de Referência; 1 Casa Abrigo e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica, assim como, Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1336</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 752.713,77<sup>1337</sup>.

1326 Entre 12 e 18 anos de idade.

1327 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1328 Por mil nascidos vivos

1329 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1330 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1331 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1332 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1333 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1334 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1335 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1336 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

1337 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.



## ■ Idosos

A população de Rondônia é composta por 6,5 % de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 54,8 % tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 20,4 % residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1338</sup> é de 1,2 %<sup>1339</sup>.

## ■ Afro-descendentes

Em Rondônia, 7,3% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 23,4%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 8,3%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,5 e o rendimento mensal médio é de 2,2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 7 e 3,2, respectivamente<sup>1340</sup>.

## ■ Indígenas

O estado de Rondônia conta com 1,46% do total da população indígena brasileira. Isso corresponde a 10.683 pessoas<sup>1341</sup>. Nesse estado os indígenas estão distribuídos 27 povos<sup>1342</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Ajuru		Tupari
Akuntsu	Akunt'su	Tupari
Aruá		Monde
Aikanã	Massaca, Tubarão, Columbiara, Mundé, Huari, Cassupá, Aikaná	Aikaná
Arikapu		Jabuti
Apurinã	Ipurina, Popukare	Aruak-maipure
Amondawa		Tupi-Guarani
Cinta larga	Matetamãe	Monde
Djeoromitxi	Jaboti	Jabuti
Ikolen	Gavião de Rondônia, Gavião Ikolen, Digut	Monde



1338 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1339 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1340 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1341 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1342 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Kanoê	Canoe, Kapixaná, Kapixanã	Kanoe
Karipuna de Rondônia	Ahé, Karipuna, Ahé	Tupi-Guarani
Karitiana	Caritiana, Yjxa	Arikén
Karo	Arara de rondônia, arara karo, arara tupi, ntogapíd, ramaráma, urukú, e urumí, Il'tárap	Ramarama
Kaxarari	Caxarari	Pano
Kujubim	Kuyubi	Txapacura
Kwazá	Coaiá, Koaiá	Koazá
Makurap	Macurap	Tupari
Migueleno	Miqueleno	
Nambikwara	Nambiquara, Anunsu, Halotesu, Kithaulu, Wakalitesu, Sawentesu, Negarotê, Mamaindê, Latundê, Sabanê, Manduka, Tawandê, Hahaintesu, Alantesu, Waikisu, Alaketesu, Wasusu, Sararé, Waikatesu	Nambikwára
Oro Win		Txapacura
Paiter	Suruí Paiter, Paiter	Monde
Puroborá		
Sakurabiat	Sakiriabar, Mequéns, Sakurabiat	Tupari
Tupari		Tupari
Uru-Eu-Wau-Wau	Bocas-negras, Bocas-pretas, Cautários, Sotérios, Cabeça-vermelha, Urupain, Jupaú, Amondawa, Urupain, Parakuara, Jurureís	Tupi-Guarani
Wari'	Uari, Wari, Pakaá Nova	Txapacura

Também verificamos a existência de 13 grupos isolados de indígenas em território do estado de Rondônia. Abaixo seguem informações sobre esses povos e comunidades e os principais fatores de risco para esses grupos<sup>1343</sup>:

1343 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Grupo	Município	Fatores de risco
Isolados “Urubu”	Aripuanã	Madeireiras, Fazendas
Isolados “do Buraco”	Chupinguais	Madeireiras, Fazendas
Isolados do rio Omerê	Corumbiara	Madeireiras, Fazendas
Isolados do Pântano do Guaporé	Cerejeiras	Fazendas de gado
Sirionó (Terra Indígena “Massaco”)	Alta Floresta	Madeireiras
Jururei	Alvorada do Oeste e Urupá	Assentamento de colonos, Fazendas
Yoyra Paraquara	Seringueiras, São Francisco, São Miguel, Costa Marques e Guarajá-Mirim	Madeireiras, Garimpeiros, Ecoturismo
Isolados da Serra da Cotia	Guarajá-Mirim	Garimpeiros
Isolados da cabeceira do rio Ouro Preto (Terra Indígena “Uru-Eu-Wau-Wau”)	Guarajá-Mirim	Garimpeiros
Isolados do Parque Estadual de Guajará-Mirim	Nova Mamoré e Campo Novo	Madeireiras, Caçadores, Fazendas, abertura da rodovia estadual RO 423
Uevae	Nova Mamoré e Porto Velho	Madeireiras, Fazendas, assentamento de colonos
Isolados do rio Candeias	Porto Velho	Fazendas, Garimpos
Isolados do rio Jacundá	Itapuã do Jamari, Cujubim, Porto Velho e Candeias do Jamari	Madeireiras, Fazendas e Seringueiros



O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1344</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Com Restrição	01
Em Identificação	01
Homologadas	19
Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação	02

1344 Instituto Sócio Ambiental ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), consultado dia 27 de outubro de 2008.

Um indígena do povo Tupari (Terra Indígena “Rio Guaporé”, município de Guajará-Mirim) participava de pesquisas sobre hepatite em agosto de 2005, cujos resultados foram mantidos sob sigilo pela Funasa durante quase dois anos. Ocorreram constantes atrasos no diagnóstico da doença – hepatite B, que acabou evoluindo para câncer no fígado com metástase óssea. Outros atrasos e diagnósticos incompletos e/ou que não correspondiam ao verdadeiro problema do doente, com internações e respectivas altas, pioraram o estado de saúde da vítima que veio a falecer<sup>1345</sup>.

Outro caso de atraso no diagnóstico de hepatite B foi de um adolescente do povo Oro Wari (Terra Indígena “Pakaas Novas”, município de Guajará-Mirim). A doença foi descoberta em março de 2007 quando já tinha evoluído para cirrose hepática e câncer no fígado. Em julho de 2007 foi iniciado o tratamento, vindo a falecer em abril de 2008<sup>1346</sup>.

No início de julho de 2008 a vítima (indígena do povo Oro Waram Xijein, Terra Indígena “Sagarana”, município de Guajará-Mirim) foi internada em Porto Velho. O diagnóstico apontou câncer e a Funasa foi comunicada de que o paciente precisava ser encaminhado com urgência para outro Estado, em menos de 10 dias. Apesar dos contatos feitos pelo Cimi e pelo bispo diocesano, a Fundação alegou que não encontrava vagas nos hospitais de referência. Segundo relatório do Cimi, a alegação revelou-se falsa pois, quando foi feito contato com o Hospital Pio XII em Barretos/SP, receberam informação de que a única providência seria encaminhar – via fax – os documentos do paciente e o laudo médico. A Funasa foi comunicada sobre essa solução. No entanto, demorou a tomar as respectivas providências. O paciente não resistiu e faleceu<sup>1347</sup>.

Comunidades do povo Arikapú, da Terra Indígena “Pakaas Novas”, entre os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré, relataram a ausência de professores. O único professor não indígena, contratado pela SEDUC, leciona para todas as séries de 5ª e 8ª, e aplica todas as disciplinas, com exceção das disciplinas língua materna e cultura. O Estado não tem uma política de educação escolar indígena de qualidade. Foram feitas denúncias ao MPF, durante o Abril Indígena estadual e nacional<sup>1348</sup>.

As comunidades indígenas da região de Guajará-Mirim (congregando os povos Arikapú, Aruá, Djeoromitxi, Kanoé, Kujubim, Makurap, Massaká, Oro Wari, Oro Win, Salamã, Tupari e Wayurú) relatam que uma média de 700 alunos das diversas aldeias da região de Guajará-Mirim, estão sem estudar por falta de implantação do ensino médio nas aldeias e implementação do ensino fundamental. São afetadas as terras indígenas Igarapé Ribeirão, Igarapé Lage, Rio Negro Ocaia, Pakaas Novas, Sagarana, Rio Guaporé, Uru-Eu-Wau-Wau e Karipuna. Em algumas aldeias pequenas não existe escola. Os professores indígenas que concluíram o projeto Açai - magistério indígena - estão parados já há três anos, mas aguardam a formação em nível superior<sup>1349</sup>.

1345 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1346 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1347 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1348 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1349 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).



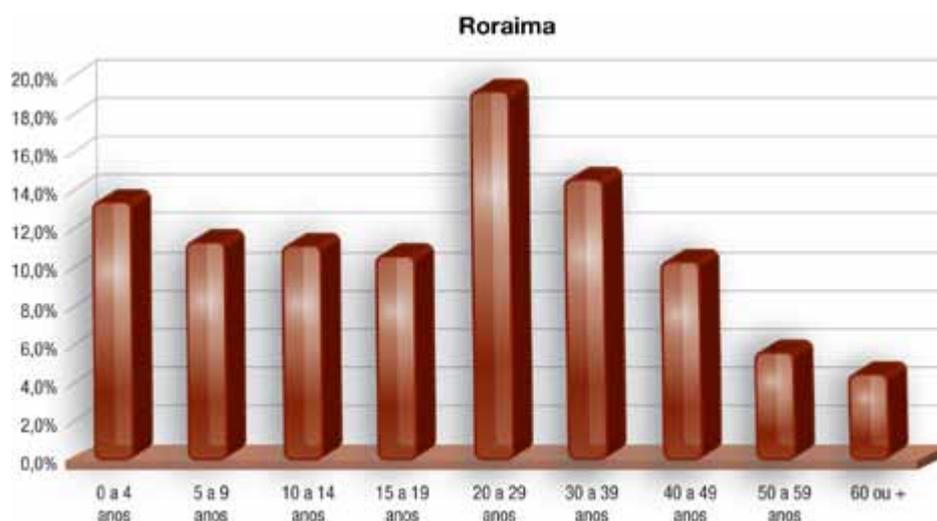


RR

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Roraima tem 15 municípios, com território de 224.298,980 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 405.000 habitantes (0,26 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 82,34% vivem na área urbana e 17,66% na área rural<sup>1350</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 5,4%, acima da média regional (3,8%) e também da média nacional (2,4%)<sup>1351</sup>. Boa Vista, capital do estado, tem 249.853 habitantes (43,93 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1352</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 3.178.611,00 (0,1% do PIB nacional)<sup>1353</sup>. O Índice Gini<sup>1354</sup> da distribuição de renda é 0,560, acima da média regional de 0,508, e também da média nacional de 0,559, ocupando a 5ª posição entre os estados<sup>1355</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,692 em 1991 para 0,746 no ano 2000 (+ 7,8%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1356</sup>.

1350 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1351 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1352 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1353 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1354 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1355 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1356 PNUD, 2000

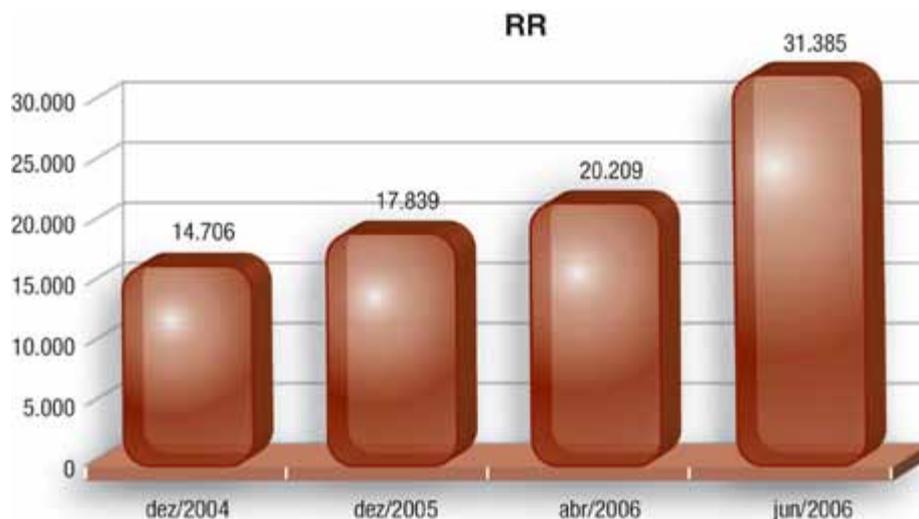
## TRABALHO

A população economicamente ativa de Roraima em 2006 era de aproximadamente 200.000 pessoas, o que representa 49,38 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1357</sup>, 29,3% estavam no setor agrícola, 6,6% na indústria, 7% na construção, 15,6% no comércio e 41,6% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 47,34% e a taxa de desocupação, 12,4%.<sup>1358</sup>

## RENDA

Em Roraima, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,3% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 83,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 43,1% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.562,00. Existiam 57,95% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 3,19% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1359</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1360</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 74,02% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1361</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 4,0 e o número médio de pessoas por dormitório era de 2,2. Dos domicílios urbanos, 55,6% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 4,2% pertenciam a

1357 De 10 ou mais anos de idade

1358 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1359 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1360 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1361 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1362</sup>.

Do total de domicílios, 5,65% não tinham banheiro ou sanitário, 17,49% não tinham coleta de lixo e 4,43% não tinham iluminação elétrica<sup>1363</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 10,4%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 19,1%<sup>1364</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1365</sup> era de 7,3 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1366</sup> em relação à série recomendada era de 21%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1367</sup> era de 40,2%<sup>1368</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	379,53	674,49
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	2,05	1,57
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,57	1,05
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	25,87	29,05
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	7,24	6,47
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	1265,12	251,89
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	41,3	27,0
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	40,7	45,4
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	7,12	6,95



\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

1362 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1363 IBGE, SIDRA, 2007

1364 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1365 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1366 Em até 2 anos.

1367 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1368 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	42,7	61,6	51,6	93,8	125,2
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	29,4	18,7	18,1	21,2	17,1
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	78,6	56,7	40,9	36,7	26,3
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	87,4	87,3	89,3	93,0	90,6
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	86,5	85,7	86,3	90,5	88,7
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	40,1	46	41,16	32,3	33,2
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	5	13,6	16,53	16,02	19,67
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	90,1	95,6	81,54	85,07	83,95
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	68,1	60,8	96,34	94,6	94,35
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	33,1	41	57,4	63,88	66,36
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	5,9	8,82	11,3	18,28

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>).  
Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Roraima dispôs de uma receita de R\$ 1.291.315.109,00 - 50,85% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1369</sup>:

1369 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Varição
SEGURANÇA PÚBLICA	7,51%	7,20%	-0,31%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2,44%	2,74%	0,3%
SAÚDE	11,95%	13,62%	1,65%
TRABALHO	0,92%	1,54%	0,62%
EDUCAÇÃO	24,99%	23,28 %	-1,71%
DIREITOS DA CIDADANIA*	1,00%	0,74%	-0,26%
HABITAÇÃO	0,11%	0,04%	-0,07%
SANEAMENTO	0,00	0,33%	0,33%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 17 secretarias<sup>1370</sup> e 6.292 servidores<sup>1371</sup>, na proporção de um servidor para cada 62,46 habitantes, representando uma redução de 28,27% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Roraima era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.



## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, Roraima assinou 11 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 1.592.967,85. Destes convênios, três foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, capacitação em direitos humanos), ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes e quatro à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>1372</sup>

O governo do estado não tem secretaria específica para questões de direitos humanos.<sup>1373</sup> Não há acesso ao site da Assembléia Legislativa.<sup>1374</sup>

1370 Gestão 2007-2010

1371 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1372 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1373 Governo de Roraima ([www.rr.gov.br/](http://www.rr.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1374 Assembléia Legislativa ([www.al.rr.gov.br/](http://www.al.rr.gov.br/)). Último acesso: outubro de 2008

## Justiça

Em Roraima, dos 15 municípios, 22 constituem sede de comarca.<sup>1375</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Roraima foi de 3,09%. Atuavam na justiça estadual 31 magistrados, sendo 24 na primeira instância e 7 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 8,8 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1376</sup> O total de pessoas atendidas foi de 28.646.<sup>1377</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 17.392 processos, 44.603 estavam pendentes e 13.251 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 78,6%<sup>1378</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 2.178 processos deram entrada, 1.141 estavam pendentes e 2.891 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 12,9%.

O estado tem também 4 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 3.845 processos, 9.003 estavam pendentes e 5.105 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 60,3%.<sup>1379</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2000, conta com 39 defensores (1 defensor para cada 9.957,69 habitantes - 2006), atendendo 100% das comarcas do estado, em um total de 33.913 atendimentos, ou seja, 869,56 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1380</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 36 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 32.383,07 habitantes, sendo 29 promotores de justiça e 7 procuradores.<sup>1381</sup>

## Segurança Pública

Roraima tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, mas não há informações públicas sobre sua estrutura e atribuições.<sup>1382</sup> Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública <sup>1383</sup> estava em funcionamento.

O efetivo policial era 2.595 em 2006, sendo 995 policiais civis, 1.350 policiais militares e 250 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 149,65 habitantes.<sup>1384</sup> Em relação a 2003, houve uma redução de 11,52% do efetivo total. Em 2006, 01 dos 15 municípios de Roraima tinha guarda municipal, com um efetivo total de 243 guardas.<sup>1385</sup>

1375 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1376 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1377 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1378 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

1379 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1380 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1381 Ministério Público do Estado de Roraima (estes números correspondem aos nomes dos titulares divulgados no site do MP, acessado no mês de setembro)

1382 Estado de Roraima ([www.es.gov.br](http://www.es.gov.br)) e Secretaria de Estado da Segurança Pública de Roraima ([www.sesp.rr.gov.br](http://www.sesp.rr.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

1383 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1384 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1385 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Roraima<sup>1386</sup> está sob administração da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (Sejuc). Não existe nem uma Ouvidoria nem uma Corregedoria próprias para o sistema penal, sendo que a Ouvidoria Geral do estado e a Corregedoria Geral são os órgãos que recebem e processam as denúncias sobre o mesmo.

O estado possui 4 estabelecimentos prisionais, sendo 1 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar e 3 Cadeias públicas, totalizando 538 vagas. A população prisional em dezembro 2007 era de 1.336 presos, considerados os 9 presos custodiados em delegacias de polícia e os 98 que cumprem pena em regime aberto, o que representava um déficit de 798 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 34% da população encarcerada e de apenas 16,5% no número de vagas<sup>1387</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	210	80	875
Semi-aberto	283	20	360
Provisório	621	64	685
Medida de Segurança - Internação	2	1	3
<b>TOTAL</b>	<b>1.229</b>		

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional de Roraima foi de 15, dos quais 3 foram considerados criminais, 2 naturais, 7 suicídios, e 3 acidentais. No mesmo período ocorreram 127 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, no mesmo período ocorreram 4 fugas e nenhuma morte.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 2001 e a Escola de Administração Penitenciária em 2007 estava em fase de implantação através de convênio firmado com o DEPEN/MJ, sendo que, a previsão para o início do seu funcionamento era para o mês de julho de 2008. Roraima não possui Conselhos de Comunidade, também não presta assistência jurídica aos presos, pois não possui advogados contratados pela Sejuc. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Divisão Interprofissional de Execução Penal ligada à 3ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 5.301.356,01. Deste montante, 99,39% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

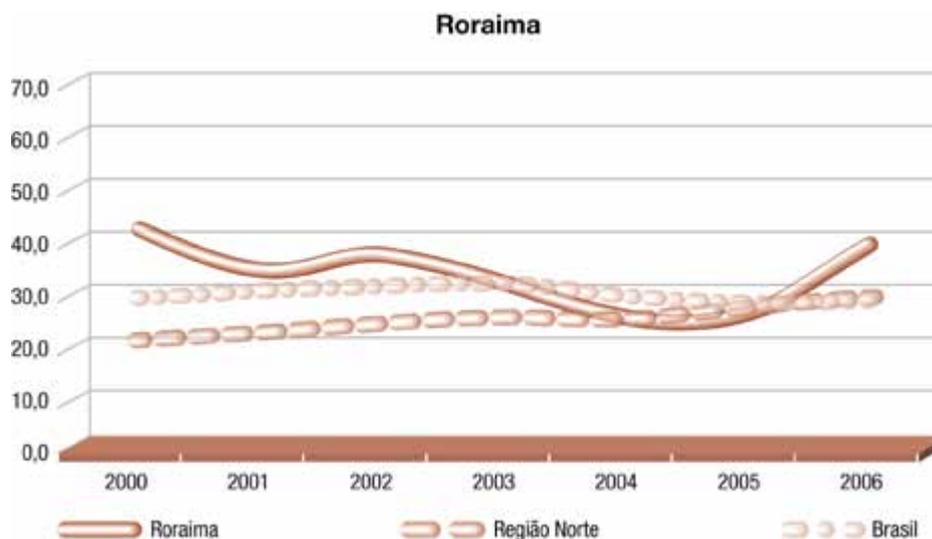


1386 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Roraima, 2008.

1387 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Roraima foi de 37,25/100 mil habitantes, o que representa uma queda de 40,70% em relação a 2000<sup>1388</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de tentativas de homicídio chegou a 37,3/100 mil habitantes e a de lesões corporais 644,7/100 mil hab.<sup>1389</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1390</sup> alcançaram a cifra de 197,3 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1391</sup> somaram 19,2 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1392</sup>, 349,8 registros/100 mil hab.<sup>1393</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP não registrou, entre 2005 e 2007, casos de violência policial e casos de linchamento, mas registrou 1 caso de execução sumária com uma vítima fatal e 3 feridas.

José Santos Cruz foi a única vítima fatal por execução sumária registrada no Banco de Dados do NEV-USP no período de 2005 a 2007. No dia 14 de novembro de 2006, uma equipe do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) formada por cinco pessoas foi atacada a tiros quando navegava pelo rio Água Boa do Univini, em Caracaraí. Cruz morreu e outros três integrantes ficaram feridos. A equipe era responsável pelo projeto de preservação de quelônios no período de reprodução, o que não agradava os caçadores ilegais da região, que traficam esses animais para Manaus (AM) e Belém (PA)<sup>1394</sup>.

1388 Ministério da Saúde, Datasus.

1389 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1390 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1391 Tráfico, uso e porte de drogas

1392 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1393 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1394 Folha de S. Paulo, 16/11/2006-17/11.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 16 áreas de conflito, envolvendo 6521 famílias, em 2005. Em 2006 foram 26 áreas de conflito e 7820 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 7 áreas de conflito somando 4444 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram áreas de ocupação, agrupando famílias. Em 2006 eram 4 áreas com 505 famílias. E no ano de 2007 era 1 área com 60 famílias.<sup>1395</sup> Já a Ouvidoria Agrária não possui registros ocupações de terra e nem de mortes em 2005. Em 2006 foram 2 ocupações de terra, sem mortes. No ano de 2007 não constam ocupações de terra e nem mortes.<sup>1396</sup>

Quanto ao trabalho escravo, entre 2005-2007 não foram registradas denúncias pela CPT.

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado de Roraima é composta por 41% de crianças e adolescentes<sup>1397</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,681, considerado médio. Existem 55,5% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 17,2% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 42,8%.<sup>1398</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 2,1% e a taxa<sup>1399</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 23,1%<sup>1400</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 12,4% morrem vítimas de homicídio<sup>1401</sup>.

No estado há 16 conselhos tutelares, 16 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, e 01 Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>1402</sup>. Não foi possível encontrar cadastro de nenhuma vara<sup>1403</sup> ou promotoria da infância e juventude<sup>1404</sup>.

Em 2006, havia 17 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um decréscimo de 20,9%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 3,15/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 386 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1405</sup>.

1395 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1396 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scoid=1935>)

1397 Entre 12 e 18 anos de idade.

1398 UNICEF, Situação Mundial da Infância - Caderno Brasil 2008.

1399 Por mil nascidos vivos

1400 UNICEF, Situação Mundial da Infância - Caderno Brasil 2008.

1401 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1402 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1403 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1404 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/cecria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/cecria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1405 SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_AneXos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_AneXos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))



## Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 49,14% da população de Roraima, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 72,10 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 47,1% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1406</sup>.

O estado tinha 1 Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; 1 Casa Abrigo; 6 varas adaptadas para situações de violência doméstica; 1 Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1407</sup> e não possuía Centros de Referência. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2007, um total de R\$ 21.212<sup>1408</sup>.

## Idosos

A população de Roraima é composta por 4,3% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 40,8% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 15,3 % residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1409</sup> é de 1,3 %<sup>1410</sup>.

## Afro-descendentes

Em Roraima, 7,5% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 8,6%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 6%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 7,4 e o rendimento mensal médio é de 2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,5 e 3,5, respectivamente<sup>1411</sup>.

## Indígenas

Roraima possui 28.128 indígenas. Esse número equivale a 3,83% do total brasileiro<sup>1412</sup>. O estado conta com 11 povos/etnias, conforme segue na tabela<sup>1413</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Hixkaryana	Hixkariana	Karib
Ingarikó	Akawaio, Kapon	Karib

1406 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1407 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

1408 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1409 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1410 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1411 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1412 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1413 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Katuena	Waiwai	Karib
Makuxi	Macuxi, Macushi, Pemon	Karib
Patamona	Ingarikó, Kapon	Karib
Taurepang	Taulipang, Taurepangue, Taulipangue, Pemon	Karib
Waimiri Atoari	Kinja, Kiña, Uaimiry, Crichaná	Karib
Waiwai	Hixkaryana, Mawayana, Karapayana, Katuena, Xerew	Karib
Wapixana		Aruak
Yanomami	Yanoama, Yanomani, Ianomâmi	Yanomami
Ye'kuana	Yekuana	Karib

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1414</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Declarada	02
Homologadas	30



A partir de 2006, dois conflitos de terra encontrados estão diretamente envolvidos com a ação do poder municipal. O primeiro nasce da ampliação da sede do município de Pacaraima, em até 20.000 hectares dentro da terra indígena “São Marcos”. O segundo têm sua origem na criação do distrito municipal de Vila Surumu, invadindo terras da “Raposa Serra do Sol”<sup>1415</sup>.

Na Terra Indígena “Raposa Serra do Sol”, comunidades estavam construindo suas casas quando uma caminhonete e cinco motoqueiros, vindos da Fazenda Depósito, chegaram atirando contra eles e atirando bombas caseiras, com o objetivo de impedir que os indígenas construíssem suas malocas. Cerca de 10 indígenas ficaram feridos, sendo que um deles ficou em estado gravíssimo. A Polícia Federal conduziu as vítimas para atendimento em Boa Vista. Inúmeras vezes as comunidades indígenas têm denunciado que os arroteiros invasores têm impedido o livre trânsito dos indígenas<sup>1416</sup>.

1414 Instituto Sócio Ambiental ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1415 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)).

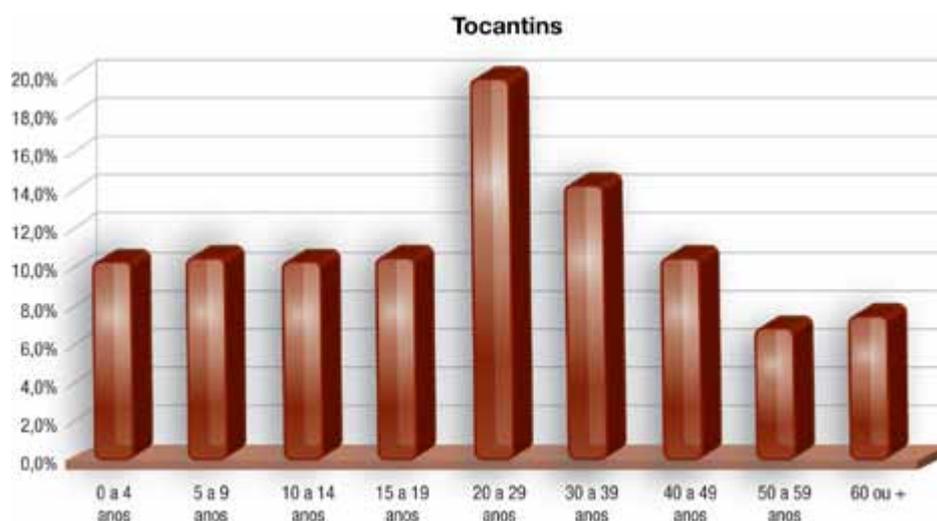
1416 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

TOP

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

**O** Tocantins tem 139 municípios, com território de 277.620,914 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 1.337.000 habitantes (4,82 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 74,13% vivem na área urbana e 25,87% na área rural<sup>1417</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 3,6%, abaixo da média regional (3,8%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>1418</sup>. Palmas, capital do estado, tem 178.386 habitantes (80,39 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1419</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 9.083.624,00 (0,4% do PIB nacional)<sup>1420</sup>. O Índice Gini<sup>1421</sup> da distribuição de renda é 0,527, acima da média regional de 0,508, mas abaixo da média nacional de 0,547, ocupando a 12<sup>o</sup> posição entre os estados<sup>1422</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,611 em 1991 para 0,710 no ano 2000 (+ 16,20%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1423</sup>.

1417 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1418 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1419 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1420 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1421 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1422 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1423 PNUD, 2000

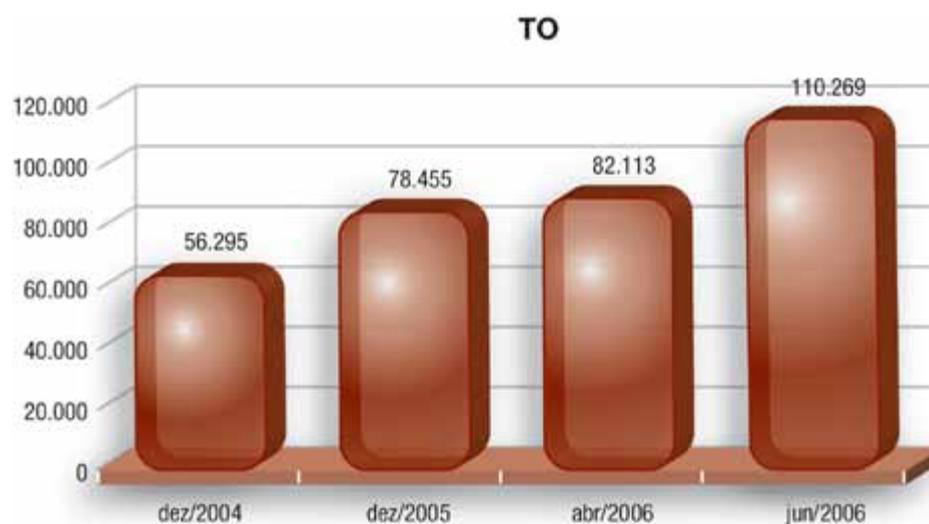
## ■ TRABALHO

A população economicamente ativa de Tocantins em 2006 era de aproximadamente 695.000 pessoas, o que representa 51,98 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1424</sup>, 36,4% estavam no setor agrícola, 6,9% na indústria, 6,5% na construção, 14,6% no comércio e 35,6% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 50,07% e a taxa de desocupação, 5,9%.<sup>1425</sup>

## ■ RENDA

Em Tocantins, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,6% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 63,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 40,5% da renda, com rendimento médio de R\$ 2.781,00. Existiam 66,07% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 2,19% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1426</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1427</sup>:



## ■ HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 70,88% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1428</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,7 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,9. Dos domicílios urbanos, 63,9% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 2,5% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1429</sup>.

1424 De 10 ou mais anos de idade

1425 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1426 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1427 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1428 IBGE, SIDRA, 2006

1429 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

Do total de domicílios, 14,69% não tinham banheiro ou sanitário, 25,99% não tinham coleta de lixo e 8,33% não tinham iluminação elétrica<sup>1430</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 14,3%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 28,1%<sup>1431</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1432</sup> era de 6,4 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1433</sup> em relação à série recomendada era de 28,6%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1434</sup> era de 35,8%<sup>1435</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	207,45	503,79
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,07	1,5
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0	1,05
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	30,22	36,48
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	10,36	10,33
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	58,85	445,8
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	25,6	24,9
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	30,9	33,1
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	6,38	5,16

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

1430 IBGE, SIDRA, 2007

1431 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1432 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1433 Em até 2 anos.

1434 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1435 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	45,2	72,5	72,1	49,9	72,0
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	15,4	29,9	17,0	17,8	17,5
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	38,2	21,9	19,4	19,3	15,6
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	77,6	82,3	84,6	85,7	87,1
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	72	80,2	82,7	84,4	84,3
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	48,7	47,6	31,04	30,99	32,21
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	20,3	13,3	21,16	23,12	22,76
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	47,2	84,5	77,89	80,98	82,65
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	0,5	18,9	83,17	84,48	85,31
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	8,4	21,0	54,42	61,47	65,99
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	3,1	7,8	9,79	12,78

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Tocantins dispôs de uma receita de R\$ 3.003.901.603,00 - 30,75% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1436</sup>:

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	6,67%	7,73%	1,06%

1436 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	1,14%	1,83%	0,69%
<b>SAÚDE</b>	10,66%	13,85%	3,19%
<b>TRABALHO</b>	0,15%	0,08%	-0,07%
<b>EDUCAÇÃO</b>	16,46%	15,17%	-1,29%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	0,02%	0,10%	0,08%
<b>HABITAÇÃO</b>	0,48%	0,48%	0,00%
<b>SANEAMENTO</b>	0,62%	0,25%	-0,37%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 23 secretarias<sup>1437</sup> e 47.033 servidores<sup>1438</sup>, na proporção de um servidor para cada 27,85 habitantes, representando um aumento de 13,43% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de Tocantins era feita por 8 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 24 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Tocantins assinou 19 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 1.783.760,91. Destes convênios, sete foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, quatro à promoção dos direitos humanos (mediação de conflitos, balcão de direitos, direitos de minorias, capacitação em direitos humanos), um à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, um ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, quatro à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e dois à erradicação do trabalho escravo.<sup>1439</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Tocantins e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1440</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para questões de direitos humanos.<sup>1441</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.<sup>1442</sup>

1437 Gestão 2007-2010

1438 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1439 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1440 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008

1441 Governo de Tocantins ([to.gov.br/](http://to.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1442 Assembléia Legislativa de Tocantins ([www.al.to.gov.br/](http://www.al.to.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso às atas das reuniões ou aos projetos encaminhados por ela.



## ■ Justiça

O Tocantins tem uma Secretaria da Cidadania e Justiça, à qual está vinculada a Diretoria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, a diretoria de Defesa do Consumidor, a Diretoria de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Coordenadoria de Afro-descendentes. O Conselho Estadual de Direitos Humanos, o Conselho Estadual Anti-Drogas, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho de Gestão do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor e o Conselho Penitenciário são os órgãos colegiados vinculados à Secretaria. Além destes, o Fundo Estadual Antidrogas, o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente.<sup>1443</sup>

No Tocantins, dos 139 municípios, 42 constituem sede de comarca.<sup>1444</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Tocantins foi de 2,91%. Atuavam na justiça estadual 74 magistrados, sendo 62 na primeira instância e 12 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 8,0 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1445</sup> O total de pessoas atendidas foi de 49.739.<sup>1446</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 57.000 processos, 13.448 estavam pendentes e 27.951 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 60,3%<sup>1447</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 3.463 processos deram entrada, 2.069 estavam pendentes e 3.156 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 43,0%.

O estado tem também 20 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 19.528 processos, 675 estavam pendentes e 18.786 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 7,0%.<sup>1448</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1989, conta com 40 defensores (1 defensor para cada 32.478,45 habitantes- 2006), atendendo 42,9% das comarcas do estado, em um total de 82.941 atendimentos, ou seja, 2.073,53 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1449</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 112 membros, o que corresponde a 1 defensor para cada 20.719,71 habitantes, sendo 100 promotores de justiça e 12 procuradores.<sup>1450</sup>

## ■ Segurança Pública

Tocantins tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculadas a Polícia Civil e a Polícia Técnico-Científica. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública.<sup>1451</sup> Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>1452</sup>

1443 Estado do Tocantins, Secretaria da Cidadania e da Justiça ([seciju.to.gov.br](http://seciju.to.gov.br))

1444 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1445 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1446 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1447 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

1448 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1449 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1450 Ministério Público do Estado do Tocantins (informação obtida no site do MP, acessado no mês de setembro, 2008)

1451 Estado do Tocantins ([www.to.gov.br](http://www.to.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública do Tocantins ([www.ssp.to.gov.br](http://www.ssp.to.gov.br)) último de acesso: setembro de 2008.

1452 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.



O efetivo policial era 7.373 em 2006, sendo 2.692 policiais civis, 4.355 policiais militares e 326 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 176,20 habitantes.<sup>1453</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 78,83% do efetivo total. Em 2006, 03 dos 139 municípios do Tocantins tinham guarda municipal, com um efetivo total de 283 guardas.<sup>1454</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Tocantins<sup>1455</sup> está sob administração da Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju). Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria própria, e os atendimentos são prestados pela Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública. Também não conta com uma Corregedoria própria, algumas das eventuais apurações são feitas pela Corregedoria da Polícia Civil.

O estado possui 2 estabelecimentos prisionais, sendo 1 Penitenciária e 1 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, totalizando 1.544 vagas. A população prisional em janeiro de 2008 era de 2.269 presos, considerados os 355 em regime domiciliar, 21 em regime aberto e 264 custodiados em delegacias de polícia, o que representava um déficit de 1.075 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 121,8% da população encarcerada e uma diminuição de 3,4% no número de vagas<sup>1456</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	688	33	721
Semi-aberto	270	6	276
Provisório	586	38	624
Medida de Segurança - Internação	8	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>1.552</b>	<b>77</b>	<b>1.629</b>

Fonte: Seciim

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional de Tocantins foi de 3, dos quais 2 foram considerados naturais e 1 suicídios. No mesmo período ocorreram 49 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolidada dados enviados pelos próprios estados, não ocorreram mortes no mesmo período e houve apenas 1 fuga.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 1991, sendo ele ligado à Seciju, e a Escola de Administração Penitenciária em abril de 2007. De acordo com o seu projeto de estruturação encaminhado ao Depen, em dezembro de 2007, não teria sede própria ocupando o mesmo espaço que o da Secretaria de

1453 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1454 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006.

1455 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Tocantins, 2008.

1456 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.



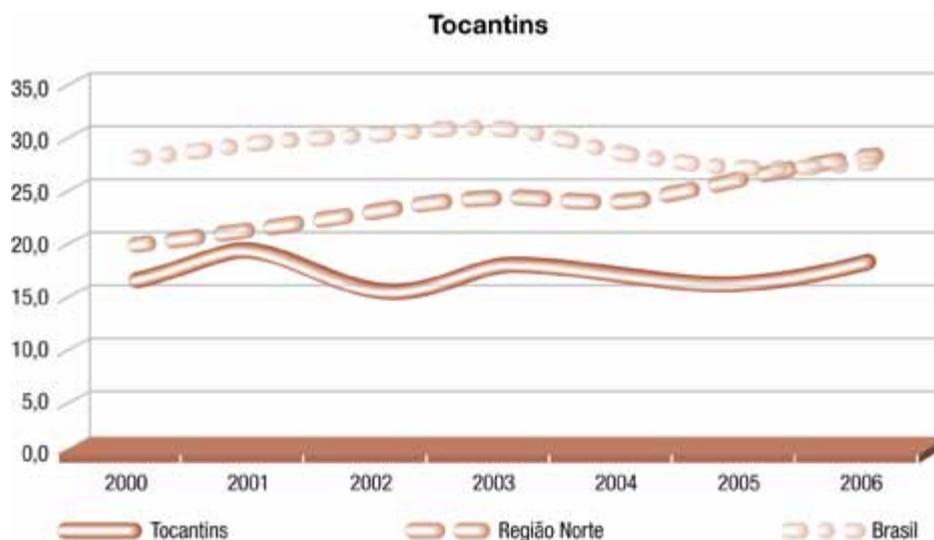
Cidadania e Justiça e teria como função realizar a capacitação de agentes penitenciários de forma gradativa durante os anos de 2009, 2010 e 2011.

Tocantins possui, ainda, 3 Conselhos da Comunidade instalados nas cidades de Gurupi, Porto Nacional e Paraíso. Apenas o Conselho de Gurupi apresenta relatório mensal ao Juiz de Execução. A assistência jurídica aos presos é feita pela Coordenadoria de Acompanhamento e Assistência Jurídica vinculada à Seciju. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas, vinculada à 4ª Vara Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Palmas. Em dezembro de 2007 estavam em execução 258 penas e 382 medidas alternativas.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 215.078,47. Todo este montante foi aplicado em medidas de assistência social ao preso.

### ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Tocantins foi de 17,04/100 mil habitantes, o que representa uma queda de 3,79% em relação a 2000<sup>1457</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 19,5/100 mil habitantes e a de lesões corporais 252,2/100 mil hab.<sup>1458</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1459</sup> alcançaram a cifra de 120,1 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1460</sup> somaram 24,4 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1461</sup>, 128,3 registros/100 mil hab.<sup>1462</sup>

1457 Ministério da Saúde, Datasus.

1458 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1459 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1460 Tráfico, uso e porte de drogas

1461 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1462 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em

O Banco de Dados do NEV-USP não registrou, entre 2005 e 2007, casos de violência policial, assim como, casos de execuções sumárias e de linchamento.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 45 áreas de conflito, envolvendo 2741 famílias, em 2005. Em 2006 foram 40 áreas de conflito e 2104 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 27 áreas de conflito somando 1030 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram áreas de ocupação, agrupando famílias. Em 2006 eram 10 áreas com 436 famílias. E no ano de 2007 eram 7 áreas com 232 famílias.<sup>1463</sup> Entretanto, a Ouvidoria Agrária não registrou ocupações de terra nem mortes no período de 2005 a 2007.<sup>1464</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 41 denúncias de trabalho escravo sendo 328 trabalhadores libertados (destes, 29 eram menores). Em 2006 foram 36 denúncias e 460 trabalhadores libertados (1 era menor). No ano de 2007, foram registradas 21 denúncias e 91 trabalhadores foram libertados.

## ■ Liberdade política

Em abril de 2005, o juiz José Maria Lima, da 2ª Vara Cível do município de Porto Nacional (TO), passou a receber proteção policial, depois que foram interceptadas ligações telefônicas que tratavam da contratação de pistoleiros para assassiná-lo.<sup>1465</sup>

## ■ Liberdade de imprensa

Sandra Miranda de Oliveira Silva passou a sofrer ameaças depois de ter publicado no Jornal Primeira Página uma série de artigos sobre a corrupção na administração do Estado. O irmão da jornalista foi abordado pelo governador, Marcelo Miranda, em cerimônia oficial. Miranda teria o ameaçado: “Não permitirei mais a publicação de informações que constituem o ataque à minha família. Se as medidas judiciais não tiveram o efeito desejado, tomarei outras disposições”. Sandra declarou em carta ao Repórteres sem Fronteiras que tentaram por fogo em sua casa no dia 17 de maio de 2005, além disso, afirmou, que o seu marido Reynaldo Soares de Oliveira Silva, foi seguido por uma camionete suspeita quando passava por perto de sua casa. Para a jornalista, as agressões seriam uma reação contra a linha editorial independente seguida pelo Primeira Página e as publicações regulares de artigos com críticas à administração de Marcelo Miranda.

No começo do mês de setembro de 2005, Salomão Aguiar, da TV Palmas, foi agredido por um funcionário da justiça da cidade enquanto cobria uma operação da polícia de Palmas (capital do Estado). O funcionário não queria que seu carro fosse filmado. Aguiar foi atingido por um soco em seu rosto. Anteriormente, no dia 11 de agosto, equipes de reportagem da TV Palmas, TV Anhaguera e o Jornal Tocantins foram impedidos de trabalhar. As equipes pretendiam cobrir o comparecimento em frente ao Ministério Público do Estado de dois policiais acusados de extorsão. Seis dias depois deste fato, o deputado Fábio

Segurança Pública, 2006.

1463 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1464 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

1465 Revista Consultor Jurídico, 12/04/2005, <http://www.conjur.com.br/static/text/34112,1>



Martins agrediu fisicamente Edson Rodriguez, diretor do jornal Paralelo 13, na sala do Conselho Regional do Estado de Tocantins.

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Tocantins é composta por 37,2% de crianças e adolescentes<sup>1466</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,654, considerado médio. Existem 60,6% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 17,9% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 13,9%.<sup>1467</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 3,8% e a taxa<sup>1468</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 33,7%<sup>1469</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 5,9% morrem vítimas de homicídio<sup>1470</sup>.

No estado há 59 conselhos tutelares, 112 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 promotoria da infância e juventude<sup>1471</sup>, e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>1472</sup>. Não foi possível encontrar cadastro de nenhuma vara da infância e juventude no estado<sup>1473</sup>.

Em 2006, havia 49 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 262,5%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 2,52/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 113 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1474</sup>.

### ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,11% da população do Tocantins, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 73,30 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 43,4 tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1475</sup>.

O estado tinha 10 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 1 Centro de Referência; 1 Casa Abrigo; 1 vara adaptada para situações de violência doméstica e 32 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1476</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no

1466 Entre 12 e 18 anos de idade.

1467 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1468 Por mil nascidos vivos

1469 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1470 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1471 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional.

1472 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1473 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1474 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1475 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1476 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM (<http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento>



período de 2005 a 2007, um total de R\$ 743.097,29<sup>1477</sup>.

## ■ Idosos

A população do Tocantins é composta por 8,7% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 51,8% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 22,3% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1478</sup> é de 4,6%<sup>1479</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Tocantins, 6,9% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 27,1%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 9%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,3 e o rendimento mensal médio é de 1,6 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,6 e 2,9, respectivamente<sup>1480</sup>.

## ■ Indígenas

O estado de Tocantins conta com 1,44% da população indígena nacional. Essa parcela corresponde a um número de 10.581 pessoas declaradas como indígenas<sup>1481</sup>. Tocantins possui 10 povos/etnias<sup>1482</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Apinajé	Apinaie, Apinajés, Apinayé	Jê
Avá-Canoeiro	Canoeiro, Cara-Preta, Carijó	Tupi-Guarani
Guarani Mbya	Guarani M'byá	Tupi-Guarani
Javaé	Karajá/Javaé, Itya Mahãdu	Karajá
Karajá	Caraiuna, Iny	Karajá
Karajá do Norte	Xambioá, Ixybiowa, Iraru Mahãndu, Karajá do Norte	Karajá
Krahô	Craô, Kraô, Mehin	Jê



[mnulher.php](#))

1477 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convenios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convenios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1478 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1479 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1480 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1481 Conselho Indigenista Missionário - Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1482 Instituto Sócio Ambiental - ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Krahô-Kanela		Jê
Tapirapé		Tupi-Guarani
Xerente	Acuen, Akwen, Akwê	Jê

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1483</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Com Restrição	01
Em Identificação	02
Homologadas	08
Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação	01
Reservada	01

Em 2007, um fazendeiro invadiu terras do povo Xerente. Seus vaqueiros levaram algumas cabeças de gado para dentro da área indígena<sup>1484</sup>. Também foram observados casos de assassinatos contra o povo Javaé (Terra Indígena “Parque do Araguaia”, município de Gurupi). Segundo informações, os dois irmãos discutiram por motivos familiares e a vítima teria sido atingida por facadas pelo acusado, não resistindo aos ferimentos. Há suspeita de que ambos teriam ingerido bebida alcoólica.

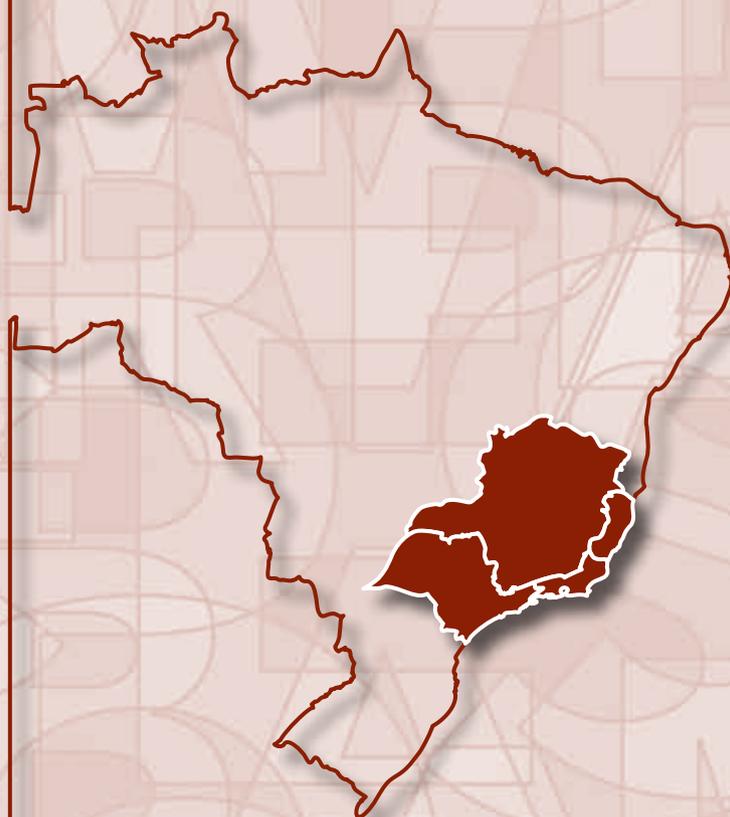


1483 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1484 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).



## REGIÃO SUDESTE



ESPÍRITO SANTO **ES**

MINAS GERAIS **MG**

RIO DE JANEIRO **RJ**

SÃO PAULO **SP**

## Introdução – Região Sudeste

A região Sudeste concentra 42,6% da população do país e detém, em 2006, 56,6% do PIB nacional.<sup>1485</sup> Em 2004, a participação regional no PIB nacional era de 54,9%, houve, portanto um aumento. A participação dos estados no PIB nacional decaiu no Rio de Janeiro e em Minas Gerais e aumentou em São Paulo e no Espírito Santo. São Paulo foi o estado que apresentou o maior crescimento, passou de 30,9% (2004) para 33,9% (2006), e o Rio de Janeiro a maior queda, passou de 12,6% (2004) para 11,5% (2006).

Em 2006, o Índice Gini<sup>1486</sup> da região era de 0,529, abaixo do índice nacional que é de 0,547. São Paulo era o estado com a menor desigualdade (0,518) e o Rio de Janeiro com a maior desigualdade (0,535).

Em 2006, o grupo dos 10% mais pobres detinha apenas 1,6% da renda mensal da região, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 40,2% da renda<sup>1487</sup>. O número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo era de aproximadamente 42,0%, enquanto apenas 7,5% tinham rendimento per capita acima de cinco salários-mínimos. Minas Gerais era o estado da região com o maior número de famílias que recebiam até um salário-mínimo (53,6%) e São Paulo o com menor número (36,7%)<sup>1488</sup>.

Quando se observam os dados da região para 2004, nota-se que, diminuiu o número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo, de 43,1% passa para 42,0%, e que aumentou o número das que recebiam mais de cinco salários-mínimos, de 6,4% passa para 7,5%.

Dados como estes sinalizam que permanece a desigualdade e a concentração de renda, tendência reproduzida em todos os estados da região. A maior variação ocorreu nos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, onde o número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo variou, respectivamente, de 56,7% e 37,5% (2004) para 53,6% e 39,5% (2006) e o que recebia mais de cinco salários passou de 3,9% e 7,7% (2004) para 4,8% e 9,1% (2006).

Em 2007, as despesas públicas com a justiça correspondiam a 4,9% do orçamento global<sup>1489</sup>. Em relação a 2004, a participação da justiça no total das despesas públicas regional caiu 3,1%. Entre os estados, a participação da justiça no total das despesas públicas cresceu em Minas Gerais (+5,8%) e São Paulo (+4%) e decresceu no Espírito Santo (-13,8%) e no Rio de Janeiro (-5,9%).

Em 2007, o número de juízes para cada 100 mil habitantes era de 5,7, variando de 12,3 no Espírito Santo, a maior taxa de juízes por 100 mil habitantes do Brasil, a 4,9 em Minas Gerais. Quando comparado com 2004, o número de juízes para cada 100 mil habitantes aumentou, passando de 6,2 para 7,4. Em todos os estados houve aumento no número de juízes. São Paulo foi o estado onde este número mais cresceu, passando de 1693 (2004) para 2154 (2007).



1485 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1486 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas e domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1487 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1488 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1489 Os valores relativos ao DF não foram computados na apuração da média em razão de suas despesas serem suportadas pelo orçamento da união.

A taxa média de congestionamento da justiça estadual na primeira instância era, em 2007, de 75,8%<sup>1490</sup>. A taxa de congestionamento média de congestionamento na região diminuiu, caindo de 83,6% (2004) para 75,8 (2007).

A Defensoria Pública, que é o principal órgão de defesa dos cidadãos desprovidos de recursos, possui, na região Sudeste, 1,8 defensores públicos para cada 100 mil habitantes. Na região, a distribuição dos defensores entre os estados é bastante desigual, variando de 4,4 para cada 100 mil habitantes no Rio de Janeiro a 0,2 em São Paulo.<sup>1491</sup>

Em 2007, a região Sudeste respondia por 53,4% da população encarcerada do país<sup>1492</sup>. Parte desta super-representação diz respeito ao estado de São Paulo que, sozinho, é responsável por 36,2% da população carcerária do Brasil. O número de presos pelo total de vagas disponíveis era de 1,7, o que indica uma situação de superlotação no sistema prisional. Entre os estados da região, o Rio de Janeiro era o que possuía a menor defasagem de vagas, 1,2 preso por vagas, a menor do país, e Minas Gerais o que possuía a maior defasagem da região, 2,3.

Em relação a 2005, a população encarcerada da região Sudeste aumentou 15%, Minas Gerais foi o estado com maior aumento (+60,2%). No Rio de Janeiro houve redução no número de presos (-4,4%).

No mesmo período, o número de vagas na região cresceu 17,3%. Todos os estados aumentaram o número de vagas no sistema prisional. O maior aumento é observado em Minas Gerais que passou de 3.057 para 15.758 vagas, variação de 415,5%. Contudo, o aumento médio no número de vagas na região não redundou na diminuição da relação preso/vaga. A relação que, em 2005, era de 1,3 presos por vaga passou para 1,7 (2007). O estado onde esta relação mais cresceu foi Minas Gerais, que passou de 1,2 (2005) para 2,3 (2007), o Rio de Janeiro foi o único estado da região onde esta relação decresceu, passou de 2,1 para 1,2.

Em 2006, os adolescentes em conflito com a lei correspondiam a 53,1% dos jovens internados no país e apenas 0,1% da população entre 12 e 17 anos da região. São Paulo era o estado com a maior participação no número de jovens internados (38,4%) e o Espírito Santo com menor (2,1%).

Quando comparado com 2004, o número de adolescentes cumprindo medida em meio fechado subiu 7%. Minas Gerais foi o estado que apresentou o maior aumento no número de jovens internados, passou de 373 para 833, variação de 123,3%. São Paulo apresentou um decréscimo, passou de 6.352 para 6.059, variação de -4,9%.

Enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil era, em 2006, de 26,3, a região Sudeste tinha a taxa de 26,7, variando de 50,9, no Espírito Santo, a segunda mais alta do país, a 19,9 em São Paulo.

Em relação a 2004, a taxa de homicídios na região caiu 16,9%, a maior queda entre as regiões do país, variando de -30,3% em São Paulo a +3,6% no Espírito Santo. O Espírito Santo foi o único estado da região onde os homicídios, no período, aumentaram.

1490 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006

1491 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1492 Não foram divulgados dados do Distrito Federal sobre os sentenciados em regime aberto, que cumprem pena em regime domiciliar.

---



Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ)<sup>1493</sup> apontam que, em 2005, 53,2% das ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio<sup>1494</sup> estavam na região Sudeste, o que corresponde a uma taxa de 6,1 casos por mil habitantes. Na região, esta taxa variou de 2,5, no Espírito Santo, a 7,5, em São Paulo.

Em 2004, estas ocorrências correspondiam a 56,3% do total do país. Em relação a 2005, houve, portanto, uma queda. O estado onde mais cresceram os crimes violentos contra o patrimônio foi o Espírito Santo (+24,1%). Apresentaram queda, os estados de Minas Gerais (-14,8%), e São Paulo (-1,8%).



---

1493 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

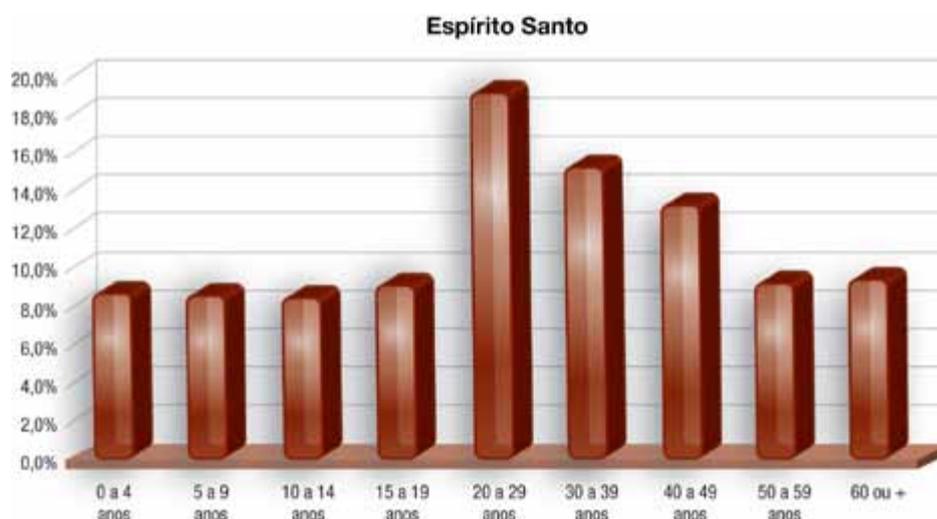
1494 Roubos e extorsões mediante seqüestro

ES

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

**O** Espírito Santo tem 78 municípios, com território de 46.077,519 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 3.474.000 habitantes (75,39 hab/km<sup>2</sup>), dos quais aproximadamente 82,18% vivem na área urbana e 17,82% na área rural<sup>1495</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,8%, acima da média regional (2,4%) e acima da média nacional (2,4%)<sup>1496</sup>. Vitória, capital do estado, tem 314.042 habitantes (3.376,80 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1497</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 47.190.914,00 (2,20% do PIB nacional)<sup>1498</sup>. O Índice Gini<sup>1499</sup> da distribuição de renda é 0,525, abaixo da média regional de 0,529, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 13<sup>a</sup> posição entre os estados<sup>1500</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,69 em 1991 para 0,765 no ano 2000 (+ 10,87%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1501</sup>.



1495 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007.

1496 IBGE, Estimativas e Projeções da População.

1497 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1498 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1499 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1500 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1501 PNUD, 2000.

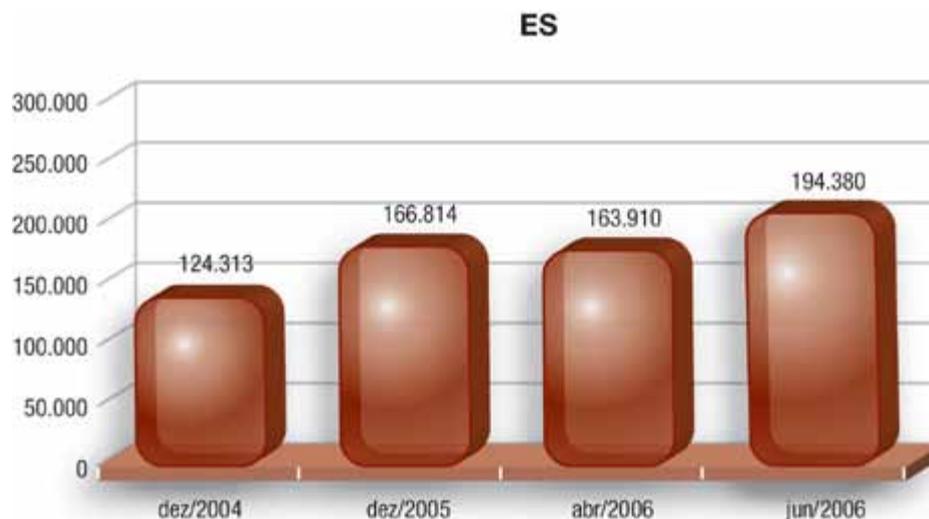
## ■ TRABALHO

A população economicamente ativa do Espírito Santo em 2006 era de aproximadamente 1.858.000 pessoas, o que representa 53,48 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1502</sup>, 22,2% estavam no setor agrícola, 13,3% na indústria, 6,3% na construção, 18,1% no comércio e 39,9% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 33,50% e a taxa de desocupação, 9,6%.<sup>1503</sup>

## ■ RENDA

No Espírito Santo, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,7% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 109,00 enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 39,2% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.384,00. Existiam 53,08% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 5,27% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1504</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1505</sup>:



## ■ HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 68,90% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1506</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,3 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,7. Dos domicílios urbanos, 49,2% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 6,4% pertenciam a

1502 De 10 ou mais anos de idade

1503 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1504 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1505 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1506 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1507</sup>.

Do total de domicílios, 0,96% não tinham banheiro ou sanitário, 13,66% não tinham coleta de lixo e 0,18% não tinham iluminação elétrica<sup>1508</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 8,5%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 19,1%<sup>1509</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1510</sup> era de 7,2 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1511</sup> em relação à série recomendada era de 21,7%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1512</sup> era de 30,4%<sup>1513</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	192,17	427,24
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,66	0,69
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,33	1,77
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	43,67	51,25
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	4,2	3,55
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	197,82	292,21
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	26,7	26,9
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	32,8	38,1
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	4,01	3,23

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

1507 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1508 IBGE, SIDRA, 2007

1509 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1510 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1511 Em até 2 anos.

1512 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1513 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## ■ OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000) *</b>	55,2	44,5	53,4	64,1	41,2
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	23,7	18,8	15,6	15,4	13,9
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	52,4	45,9	42	38,4	35,6
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	82,7	87,4	90,6	90,0	91,7
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	84,6	89,3	92,1	91,1	91,2
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	41	39,6	33,45	31,45	32,96
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	21,2	18,5	17,71	18,3	15,99
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	86,9	96,4	98,74	97,71	98,85
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	67	64,5	98,88	99,34	99,04
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	19,8	33,1	73,17	78,37	81,93
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	9,2	19,56	22,47	28,61

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>).  
Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Espírito Santo dispôs de uma receita de R\$ 8.040.876.262,00 - 35,70% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1514</sup>:

1514 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	6,87%	5,99%	-0,88%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,35%	0,47%	0,12%
SAÚDE	8,03%	9,91%	1,88%
TRABALHO	0,04%	0,05%	0,01%
EDUCAÇÃO	12,59%	10,61%	-1,98%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,001%	0,02%	0,019%
HABITAÇÃO	-	0,06%	0,06%
SANEAMENTO	0,12%	0,004%	-0,11%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 20 secretarias<sup>1515</sup> e 93.452 servidores<sup>1516</sup>, na proporção de um servidor para cada 36,56 habitantes, representando um aumento de 5,08% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Espírito Santo era feita por 10 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 30 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Espírito Santo assinou 33 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 6.534.134,75. Destes convênios, cinco foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, três à proteção de vítimas e testemunhas, oito à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, defensoria pública, cidadania, capacitação em direitos humanos), sete à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência e dez à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>1517</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Espírito Santo e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1518</sup>

1515 Gestão 2007-2010

1516 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005.

1517 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1518 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008



Não existe no Espírito Santo uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>1519</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Cidadania e dos Direitos Humanos.<sup>1520</sup>

## ■ Justiça

O Espírito Santo tem uma Secretaria da Justiça, à qual está vinculada a Subsecretaria Estadual para Assuntos do Sistema Penal, o Conselho Penitenciário Estadual, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, o Conselho Estadual Anti-Drogas e o Conselho Estadual de Defesa do Consumidor. A Secretaria conta com um Núcleo de Direitos Humanos junto ao Gabinete do Secretário.<sup>1521</sup>

No Espírito Santo, todos os 78 municípios constituem sede de comarca.<sup>1522</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Espírito Santo foi de 5,03%. Atuavam na justiça estadual 379 magistrados, sendo 353 na primeira instância e 26 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 12,8 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1523</sup> O total de pessoas atendidas foi de 332.514.<sup>1524</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 150.216 processos, 376.117 estavam pendentes e 121.195 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 77,0%.<sup>1525</sup> Na segunda instância da justiça comum, 22.837 processos deram entrada, 12.824 estavam pendentes e 17.483 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 51,0%.

O estado tem também 39 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 83.182 processos, 4.356 estavam pendentes e 76.376 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 12,8%.<sup>1526</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1994, conta com 92 defensores (1 defensor para cada 36.897,51 habitantes - 2006), atendendo 29,5% das comarcas do estado, em um total de 52.202 atendimentos, ou seja, 567,41 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1527</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 313 membros, o que correspondendo a 1 membro para cada 21.571,96 habitantes, sendo 281 promotores de justiça e 32 procuradores.<sup>1528</sup>

## ■ Segurança Pública

O Espírito Santo tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento Estadual de Trânsito. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa social.<sup>1529</sup>

1519 Governo do Espírito Santo ([www.es.gov.br/](http://www.es.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1520 Assembléia Legislativa do Espírito Santo ([www.al.es.gov.br/](http://www.al.es.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso aos projetos em trâmite na comissão, nem às atas das reuniões.

1521 Estado do Espírito Santo, Secretaria da Justiça ([www.sejus.es.gov.br/](http://www.sejus.es.gov.br/)).

1522 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1523 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1524 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1525 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

1526 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006.

1527 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2007.

1528 Ministério Público do Estado do Acre (informação obtida por telefone no mês de setembro, 2008)

1529 Estado do Espírito Santo ([www.es.gov.br/](http://www.es.gov.br/)) e Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo ([www.sesp.es.gov.br/](http://www.sesp.es.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008.



Em dezembro de 2003, a Secretaria de Estado da Segurança Pública apresentou um Plano de Segurança Pública, que ainda não foi implementado integralmente. Os primeiros Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) do Espírito Santo foram criados em 2001. No segundo semestre de 2007, foram formados 452 Promotores de Polícia Comunitária no estado, entre membros dos órgãos de segurança, líderes comunitários e representantes dos CONSEGS.<sup>1530</sup> Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>1531</sup>

Os órgãos de segurança do estado eram compostos, em 2006, por 1.880 policiais civis e 6.928 policiais militares.<sup>1532</sup> Não há informações disponíveis sobre o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar. Em 2006, 07 dos 78 municípios do Espírito Santo tinham guarda municipal, com um efetivo total de 828 guardas.<sup>1533</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Espírito Santo<sup>1534</sup> está sob administração da Subsecretaria para Assuntos Penais – SASP, que integra a Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS. Sua estrutura não conta com a existência de uma Ouvidoria específica, função que fica a cargo da Gerência de Ouvidoria do Estado, vinculada à Auditoria-Geral do Estado. A SEJUS conta com a existência de uma Corregedoria específica para o Sistema Penitenciário, que atua de forma preventiva e correccional, além de coordenar concursos públicos e de formação e de elaborar o plano de carreira de servidores.

O estado possui 17 estabelecimentos prisionais, sendo quinze Penitenciárias, uma Colônia Agrícola, Industrial ou Similar e um Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, totalizando 4.061 vagas. A população prisional em 2007 era de 8.434 presos - considerados os 2.625 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 4.373 vagas. Em relação a 2004 houve um crescimento de 19,6% da população encarcerada e de apenas 10,4% no número de vagas<sup>1535</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	2.248	148	2.391
Semi-aberto	581	64	645
Provisório	2.299	436	2.735
Medida de Segurança - Internação	34	4	38
<b>TOTAL</b>	<b>5.809</b>		

1530 Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo.

1531 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1532 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 - ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1533 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1534 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Espírito Santo, 2008.

1535 Dados de 2004 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.



De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Espírito Santo foi de 59, dos quais 28 foram considerados criminais, 18 naturais, 3 suicídios, e 13 acidentais. No mesmo período ocorreram 248 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 6 e o de fugas 89.

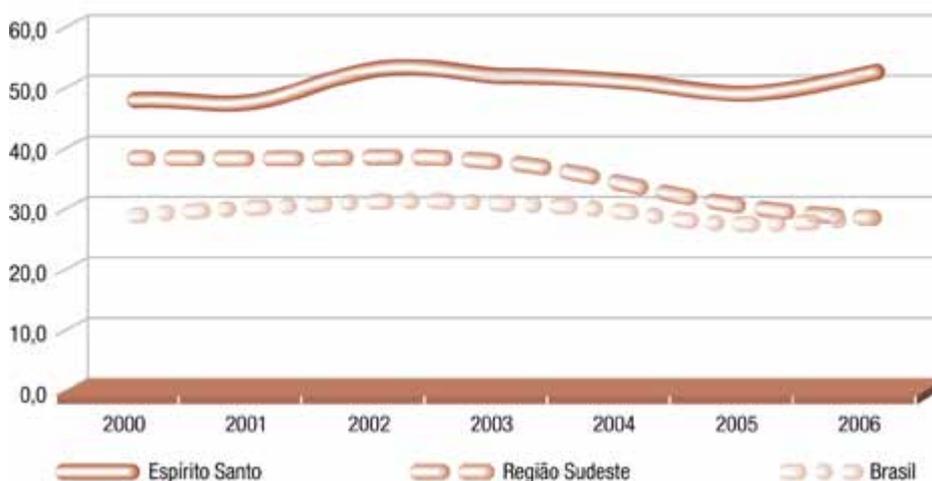
O estado possui Fundo Penitenciário Estadual constituído e Escola de Administração Penitenciária que oferece cursos de formação e capacitação de servidores do sistema. O Espírito Santo possui, ainda, um Conselho da Comunidade, que, entretanto, não está em funcionamento. A assistência jurídica aos presos é feita em todos os estabelecimentos penais, porém de modo precário, e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Central de Medidas e Penas Alternativas do Espírito Santo – CEPAIS, vinculada à Vara de Execuções Criminais de Vitória, prescrevendo, no mês de outubro de 2007, 9.880 penas e medidas alternativas.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 1.429.007,99. Deste montante, 1,51% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

### ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Espírito Santo foi de 50,86/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 1,66% em relação a 2000<sup>1536</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 47,1/100 mil habitantes e a de lesões corporais 250,9/100 mil hab<sup>1537</sup>.

Espírito Santo



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

1536 Ministério da Saúde, Datasus.

1537 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1538</sup> alcançaram a cifra de 251 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1539</sup> somaram 33,3 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1540</sup>, 46,5 registros/100 mil hab.<sup>1541</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 6 casos de violência policial, sendo 10 o total de vítimas fatais e 11 o de feridas; 8 casos de execuções sumárias com 14 vítimas fatais e 3 feridas; e nenhum caso de linchamento.

Eduardo Fernandes Santos, o Polenta, é uma das vítimas fatais por violência policial, morreu no dia 26 de maio de 2006 após um confronto com a Polícia Militar. Depois do ocorrido, integrantes do PCC e CV obrigaram os comerciantes do bairro Central Carapina na cidade de Serra a fecharem as portas de suas lojas<sup>1542</sup>. Entre as vítimas feridas estavam os oitos presidiários da Casa de Custódia de Vila Velha, eles foram baleados no dia 17 de outubro de 2006 durante uma revista. A Polícia Militar afirmou que houve tentativa de fuga<sup>1543</sup>.

Um crime foi cometido por causa do jogo de RPG no dia 26 de abril 2005, todavia, os três corpos só foram encontrados oito dias após o ocorrido na residência da família, na Praia do Morro, em Guarapari. Os dois suspeitos de terem cometido o crime, segundo a polícia, confessaram serem os responsáveis pela morte do aposentado Douglas Augusto, da mulher dele, Heloísa Helena Guedes e do estudante Thiago Andrade Guedes, filho do casal. As mortes teriam ocorrido devido à aposta de uma partida do jogo de RPG, o perdedor seria morto junto com a sua família. Thiago perdeu o jogo e os outros dois cumpriram “o trato”<sup>1544</sup>. Entre as demais vítimas fatais por execução sumária estão o agente penitenciário Cláudio Luiz de Brito Barcelos e o professor de educação física Renato Ramos. O primeiro foi assassinado em Fundão, no dia 15 de julho de 2006, na frente dos filhos de 4 e 6 anos. Ao lado do corpo foi encontrado um bilhete que dizia o seguinte: “Gostava de esculachar muitos presos. Por isso morri. Se não tirar a Guarda Nacional do presídio vai morrer mais. Assinado: Crime do Estado”. O crime foi uma represália à presença da Força Nacional que auxilia na contenção da violência de facções criminosas nas prisões<sup>1545</sup>. O outro foi morto no dia 24 de setembro de 2007 na cidade de Viana. O professor foi atingido por dez tiros ao sair da escola de ensino fundamental Tancredo Neves. Segundo a polícia, o assassinato estaria relacionado com as denúncias feitas por ele de alunos armados na escola<sup>1546</sup>.

No dia 8 de dezembro de 2006 os moradores de Nova Venícia tentaram invadir a delegacia para linchar Waldirene Nass e seu noivo Walter Vespasiano. Eles foram responsáveis pelo seqüestro e morte de Vinícius Jacob, que na época tinha 10 anos. Waldirene era prima do garoto e segundo a polícia, o seqüestro foi motivado por divergências na divisão dos bens da família de Vinícius. Os dois pretendiam extorquir o pai da vítima. A polícia não soube, assim que o corpo foi encontrado, se o garoto havia morrido por estrangulamento ou por asfixia, pois durante o trajeto para o cativo o seu rosto estava coberto por um saco plástico<sup>1547</sup>.

1538 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1539 Tráfico, uso e porte de drogas

1540 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1541 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1542 O Estado de S. Paulo, 27/05/2006.

1543 O Estado de S. Paulo, 18/10/2006.

1544 Folha de S. Paulo, 15/05/2005.

1545 O Estado de S. Paulo, 18/07/2006.

1546 Folha de S. Paulo, 26/09/2007. O Estado de S. Paulo, 26/09/2007.

1547 Folha de S. Paulo 10/12/2006. O Diário de S. Paulo, 09/12/2006. O Estado de S. Paulo 10/12/2006.



## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 7 áreas de conflito, envolvendo 1007 famílias, em 2005. Em 2006 foram 8 áreas de conflito e 825 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 5 áreas de conflito somando 650 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 5 áreas de ocupação, agrupando 465 famílias. Em 2006 eram 6 áreas com 427 famílias. E no ano de 2007 eram 3 áreas com 544 famílias.<sup>1548</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou em 2005 3 ocupações de terra com 1 morte em investigação. No ano de 2006, foram 3 ocupações de terra, sem mortes. E em 2007, foram 3 ocupações de terra, sem mortes registradas.<sup>1549</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 2 denúncias de trabalho escravo sendo 80 trabalhadores libertados. Em 2006 não foram registradas denúncias. No ano de 2007, registrou-se 1 denúncia e 22 libertados.

## ■ Liberdade de imprensa

Segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 17 de março de 2006, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) entrou com inquérito junto às autoridades do Estado do Espírito Santo, após cerca de 100 jornalistas do grupo de imprensa Rede Gazeta terem sido vítimas de escutas telefônicas. Apesar de as escutas terem sido autorizadas por um juiz, o caso provocou um escândalo de proporções consideráveis, o que levou o próprio Ministro da Justiça a encarregar o Conselho do Inquérito<sup>1550</sup>.

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Espírito Santo é composta por 31,3% de crianças e adolescentes<sup>1551</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,781, considerado médio. Existem ainda 46,3% das crianças vivendo em famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, 11% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando e uma taxa de sub-registro de 13,9%<sup>1552</sup>.

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 1,5% e a taxa<sup>1553</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 22,6%<sup>1554</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 22,9% morrem vítimas de homicídio<sup>1555</sup>.

No estado há 87 conselhos tutelares, 69 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente,



1548 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1549 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

1550 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

1551 Entre 12 e 18 anos de idade.

1552 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1553 Por mil nascidos vivos

1554 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1555 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

03 varas da infância e juventude<sup>1556</sup>, 69 promotorias da infância e juventude<sup>1557</sup>, e 03 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>1558</sup>.

Em 2006, havia 331 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 30,1%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 7,18/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 209 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1559</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 50,55% da população do Espírito Santo, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 77,20 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 24,3% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1560</sup>.

O estado tinha 11 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 2 Centros de Referência; 1 Casa Abrigo; 1 vara adaptada para situações de violência doméstica e 5 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1561</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 1.534.548,10<sup>1562</sup>.

## ■ Idosos

A população do Espírito Santo é composta por 9,1% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 35,8% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 11,2% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1563</sup> é de 3,7%<sup>1564</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Espírito Santo 7,5% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 18,1%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 5,8%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 7,1 e o rendimento mensal médio é de 2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,7 e 3,1, respectivamente<sup>1565</sup>.

1556 Foram contabilizadas apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1557 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1558 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1559 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1560 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1561 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mmulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mmulher.php))

1562 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1563 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1564 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1565 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.



## ■ Indígenas

A população indígena no Espírito Santo é estimada em 12.746 pessoas, representando 1,74% do total de indígenas no Brasil.<sup>1566</sup> Essa população está organizada em dois povos, os Guarani Mbya e os Tupiniquins.<sup>1567</sup>

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1568</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Declaradas	02
Homologadas	01

O ano de 2006 foi marcado por uma ação de desocupação de comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani de uma área que haviam ocupado em maio de 2005. Participaram da ação três policiais civis e 120 policiais federais, com base em ordem judicial em favor da empresa Aracruz Celulose, de dezembro de 2005. A ação policial resultou em 13 feridos e a destruição de casas construídas pelos indígenas no Córrego do Ouro e Olho de Água. Em julho do mesmo ano, o Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES) moveu Ação Civil Pública na Justiça Federal contra a União, pedindo indenização por danos morais coletivos a favor dos Tupiniquim e dos Guarani.<sup>1569</sup>

Em agosto de 2006, quinze indígenas Tupinikim e Guarani e mais sete pessoas foram presas em suposto flagrante, sob alegação de que estavam retirando eucalipto da área em litígio. Conforme relatos dos próprios presos e de policiais militares dados ao Movimento Nacional de Direitos Humanos, os indígenas foram atraídos para a localidade por policiais militares, configurando uma armadilha da qual teriam participado guardas da VISEL – Vigilância e Segurança LTDA. Em setembro, os Tupinikim e os Guarani, em ato de protesto contra a prisão dos indígenas, fecharam a rodovia ES-010. No mesmo mês iniciaram a derrubada de eucaliptos, próximo ao viveiro de mudas da Aracruz, para cobrar a demarcação da terra.<sup>1570</sup>

Em outubro de 2006 o Ministério Público Federal instaurou um inquérito para apurar excessos contidas na cartilha publicada pela Aracruz Celulose intitulada “A Aracruz e a questão indígena do ES”, em que afirmava que os índios não eram originários do Estado, que os Tupinikim teriam vindo da Bahia e que os Guarani da região Sul, seriam índios estrangeiros, falso índios ou índios mortos, “Coisa de arqueólogo”. Essa cartilha foi distribuída entre funcionários da empresa e divulgada em escolas públicas e privadas e no site da Aracruz.<sup>1571</sup>

1566 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1567 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1568 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1569 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)).

1570 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)).

1571 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)).



No mesmo ano a Funai aprovou dois relatórios oficiais de identificação estabelecendo em 18.027 hectares a área das terras indígenas. Em agosto de 2007, o Ministro da Justiça assinou a portaria de demarcação que declara os 18.027 hectares como terra indígena pertencente aos povos Tupinikim e Guarani na região norte do Espírito Santo.<sup>1572</sup>

Em 2006 os índios ocuparam a sede da Funasa na Praia do Canto, em Vitória, para denunciar a falta de transporte, medicamentos e falta de atendimento médico. A Funasa teria uma equipe médica para acompanhar a comunidade indígena, mas nunca teria ido à aldeia. A Funasa repassa para a Prefeitura de Aracruz a verba para o atendimento básico aos índios, mas para os atendimentos de média e alta complexidade eles precisavam ser encaminhados para hospitais de Vitória.<sup>1573</sup>



1572 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, pg. 10. Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br))

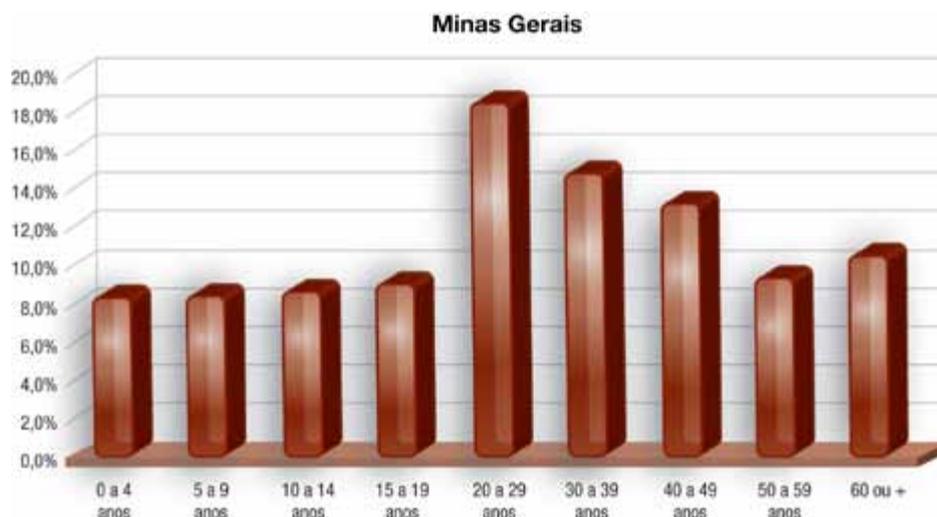
1573 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, pg. 135. Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br))

MG

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

**M**inas Gerais tem 853 municípios, com território de 586.528,293 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 19.522.000 habitantes (33,28 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 84,67% vivem na área urbana e 15,33% na área rural<sup>1574</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,2%, abaixo da média regional (2,4%) e abaixo da média nacional (2,4%)<sup>1575</sup>. Belo Horizonte, capital do estado, tem 2.412.937 habitantes (7.289,84 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1576</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 192.610.905,00 (9% do PIB nacional)<sup>1577</sup>. O Índice Gini<sup>1578</sup> da distribuição de renda é 0,525, abaixo da média regional de 0,529, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 13ª posição entre os estados<sup>1579</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,697 em 1991 para 0,773 no ano 2000 (+ 10,90%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1580</sup>.



1574 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1575 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1576 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1577 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1578 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1579 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1580 PNUD, 2000

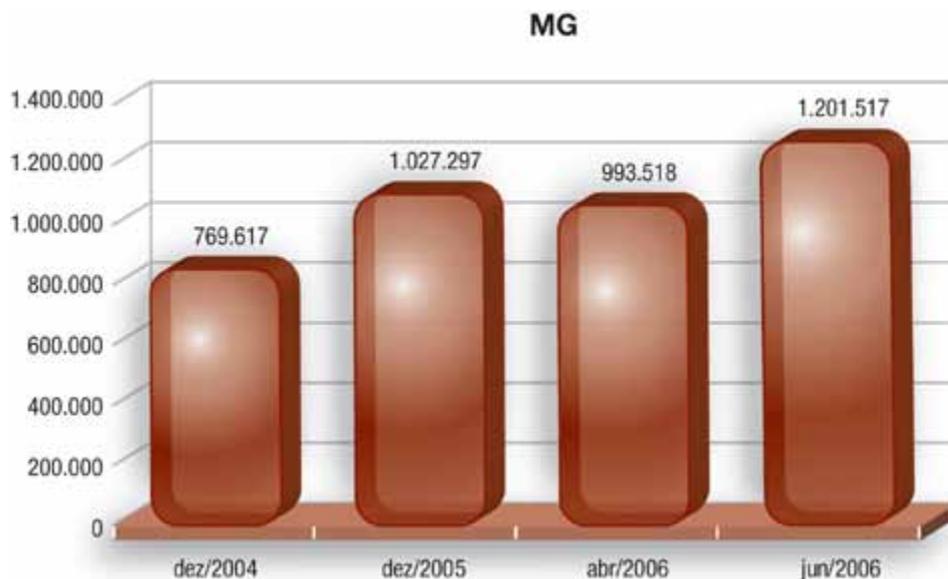
## ■ TRABALHO

A população economicamente ativa de Minas Gerais em 2006 era de aproximadamente 10.401.000 pessoas, o que representa 53,28 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1581</sup>, 22,1% estavam no setor agrícola, 15,4% na indústria, 6,9% na construção, 16,8% no comércio e 38,5% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 31,11% e a taxa de desocupação, 8,5%.<sup>1582</sup>

## ■ RENDA

Em Minas Gerais, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,7% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 97,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 40,3% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.461,00. Existiam 53,61% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 4,85% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1583</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1584</sup>:



## ■ HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 70,53% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1585</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,4 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,7. Dos domicílios

1581 De 10 ou mais anos de idade

1582 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1583 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1584 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1585 IBGE, SIDRA, 2006

urbanos, 50,1% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 5,7% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1586</sup>.

Do total de domicílios, 1,9% não tinham banheiro ou sanitário, 12,68% não tinham coleta de lixo e 0,8% não tinham iluminação elétrica<sup>1587</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 8,9%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 20,8%<sup>1588</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1589</sup> era de 7,0 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1590</sup> em relação à série recomendada era de 19,9%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1591</sup> era de 29,5%<sup>1592</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	155,96	329,73
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,39	0,53
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,35	1,67
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	41,02	48,23
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	1,67	1,33
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	15,84	154,3
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	14,1	19,4
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	47,9	52,0
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	5,77	5,18

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as



1586 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1587 IBGE, SIDRA, 2007

1588 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1589 Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

1590 Em até 2 anos.

1591 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1592 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## ■ OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	59,4	43,9	32,1	32,7	36,6
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	25,8	22,2	16,5	16,3	14,9
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	52,4	33,2	31,4	28,9	24
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	83,1	87,5	89,4	90,7	90,8
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	85,4	88,6	90,5	91,2	91,4
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	40,5	39,4	31,06	30,1	30,64
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	15,5	20,6	20,31	20,27	20,23
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	84,5	96,6	95,14	96,11	96,93
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	14	68,9	97,12	97,49	98,1
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	22,1	42,1	71,51	75,1	77,28
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	9,4	16,83	21,7	26,03

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Minas Gerais dispôs de uma receita de R\$ 29.099.915.698,00 - 33,38% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1593</sup>:

1593 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Varição
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	12,29%	13,48%	1,19%
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	0,20%	0,24%	0,04%
<b>SAÚDE</b>	9,67%	8,44%	-1,23%
<b>TRABALHO</b>	0,05%	0,06%	0,01%
<b>EDUCAÇÃO</b>	12,88%	12,49%	-0,39%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	0,01%	0,03%	0,02%
<b>HABITAÇÃO</b>	0,04%	0,36%	0,32%
<b>SANEAMENTO</b>	0,51%	0,004%	-0,506%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 18 secretarias<sup>1594</sup> e 495.658 servidores<sup>1595</sup>, na proporção de um servidor para cada 38,89 habitantes, representando um aumento de 1,33% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de Minas Gerais era feita por 53 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 77 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, Minas Gerais assinou 55 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 14.494.218,98. Destes convênios, dezessete foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um à proteção de vítimas e testemunhas, dezenove à promoção dos direitos humanos (capacitação em direitos humanos, cidadania, balcões de direitos, direitos de minorias), seis à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, três ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, seis à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e dois à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>1596</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos de Minas Gerais e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribuiu para a redução da violência.<sup>1597</sup>

1594 Gestão 2007-2010

1595 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1596 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1597 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008



Não existe em Minas Gerais uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>1598</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos Humanos, porém estão disponíveis apenas as atas das reuniões de 2008.<sup>1599</sup>

## ■ Justiça

Em Minas Gerais, dos 853 municípios, 294 constituem sede de comarca.<sup>1600</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Minas Gerais foi de 5,53%. Atuavam na justiça estadual 845 magistrados, sendo 725 na primeira instância e 120 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 5,1 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1601</sup> O total de pessoas atendidas foi de 1.721.626.<sup>1602</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 924.202 processos, 1.974.529 estavam pendentes e 832.569 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 71,3%.<sup>1603</sup> Na segunda instância da justiça comum, 192.655 processos deram entrada, 98.376 estavam pendentes e 149.988 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 48,5%.

O estado tem também 134 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 554.142 processos, 325.622 estavam pendentes e 494.732 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 43,8%.<sup>1604</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2003, conta com 545 defensores (1 defensor para cada 35.188,58 habitantes- 2006), atendendo 47,6% das comarcas do estado, em um total de 980.497 atendimentos, ou seja, 1.799,08 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1605</sup> O Ministério Público Estadual é composto por 891 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 37.462,66 habitantes, sendo 776 promotores de justiça e 115 procuradores.<sup>1606</sup>

## ■ Segurança Pública

Minas Gerais conta com uma Secretaria de Estado de Defesa Social, à qual estão vinculados, entre outros órgãos, o Gabinete Integrado de Segurança Pública, a Superintendência de Prevenção à Criminalidade, a Superintendência de Integração do Sistema de Defesa Social, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Sócio-educativo e a Subsecretaria de Administração Prisional, a Polícia Civil, a Polícia Militar, e o Corpo de Bombeiros Militar. A secretaria conta com uma corregedoria geral, mas não há uma ouvidoria do sistema de defesa social.<sup>1607</sup>

A Secretaria é responsável pela coordenação de programas como o “Fica Vivo”, voltado ao controle do número de homicídios, o “Programa de Reintegração Social”, destinado ao egresso do sistema prisional,

1598 Governo de Minas Gerais ([www.mg.gov.br/](http://www.mg.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1599 Assembléia Legislativa de Minas Gerais ([www.almg.gov.br/](http://www.almg.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1600 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1601 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1602 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1603 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

1604 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1605 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1606 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (informação obtida por telefone no mês de setembro de 2008).

1607 Estado de Minas Gerais ([www.mg.gov.br/](http://www.mg.gov.br/)) e Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais ([www.seds.mg.gov.br/](http://www.seds.mg.gov.br/)) último acesso: setembro de 2008



a “CEAPA – Central de Penas Alternativas”, e o “Programa de Mediação de Conflitos”.<sup>1608</sup>

Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>1609</sup>

O efetivo policial era de 55.654 em 2006, sendo 10.209 policiais civis, 40.855 policiais militares e 4.590 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 344,59 habitantes.<sup>1610</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 7,98% do efetivo total. Em 2006, 41 dos 853 municípios de Minas Gerais tinham guarda municipal, com um efetivo total de 3.124 guardas.<sup>1611</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Minas Gerais<sup>1612</sup> está sob administração Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, que o faz através da Subsecretaria de Administração Prisional – SUAPI. Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria do Sistema Penitenciário, subordinada à Ouvidoria Geral do estado. A Ouvidoria recebe denúncias feitas por presos ou familiares e conhecidos acerca de irregularidades ocorridas no sistema. O sistema prisional conta também com a existência de uma Corregedoria subordinada diretamente ao gabinete da SEDS.

O estado possui 60 estabelecimentos prisionais, sendo dezenove Penitenciárias, duas Casas de Albergado, três Hospitais de Custódia e tratamento Psiquiátrico vinte e três Presídios e treze Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, totalizando 15.758 vagas. A população prisional em setembro de 2007 era de 36.843 presos - considerados os 16.407 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 21.085 vagas. Em relação a 2004 houve um crescimento de 58,1% da população encarcerada e de 415,5% no número de vagas, em virtude da criação de APAC's<sup>1613</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	5.377	207	5.584
Semi-aberto	3.819	199	4.018
Aberto	1.080	17	1.097
Provisório	8.819	604	9.423
Medida de Segurança - Internação	289	25	314
<b>TOTAL</b>	<b>19.384</b>	<b>1.052</b>	<b>20.436</b>

Fonte: SENDS

1608 Minas Gerais, Secretaria do Desenvolvimento Social ([http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=259&Itemid=72](http://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=259&Itemid=72)). Último acesso em novembro, 2008.

1609 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1610 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 - ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1611 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1612 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Minas Gerais, 2008.

1613 Dados de 2004 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.



De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional de Minas Gerais foi de 125, dos quais 29 foram considerados criminais, 68 naturais, 24 suicídios, e 4 acidentais. No mesmo período ocorreram 2.734 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 6 e o de fugas de 104.

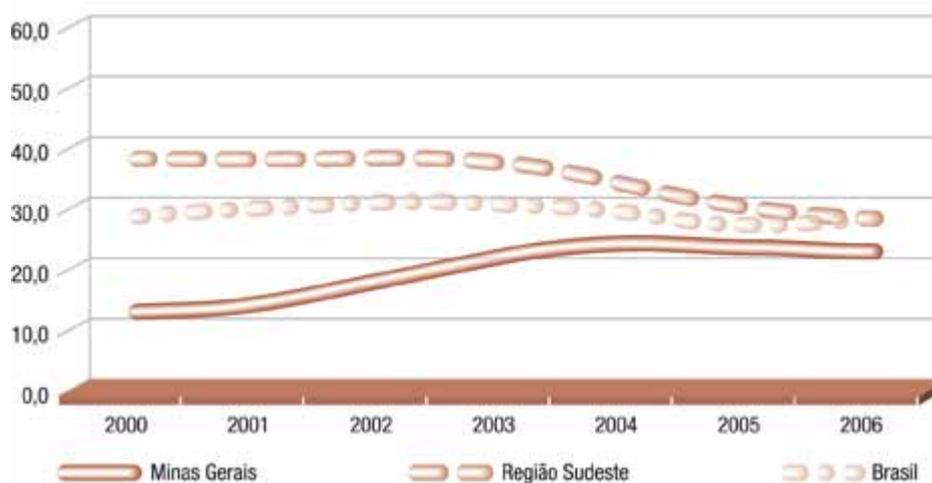
O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 1994, e a Escola de Administração Penitenciária – EFASP, em 2003. A EFASP desenvolve cursos de formação e qualificação de servidores do sistema prisional. Minas Gerais possui, ainda, 184 Conselhos da Comunidade, mas apenas quatro unidades prisionais recebem visitas dos Conselhos. A assistência jurídica aos presos é feita em todos os estabelecimentos penais, porém de modo precário, e a execução de penas alternativas tem o acompanhamento das Centrais de Apoio e Acompanhamento de Medidas e Penas Alternativas – CEAPA, vinculadas à Superintendência de Prevenção à Criminalidade – SPEC. No primeiro semestre de 2007, a CEAPA contemplou 3.961 apenados.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 14.290.714,22. Deste montante, 92,27% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Minas Gerais foi de 21,43/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 86,23% em relação a 2000<sup>1614</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 24,3/100 mil habitantes e a de lesões corporais 358,7/100 mil hab<sup>1615</sup>.

Minas Gerais



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

1614 Ministério da Saúde, Datasus.

1615 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1616</sup> alcançaram a cifra de 286,9 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1617</sup> somaram 50,6 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1618</sup>, 194,7 registros/100 mil hab.<sup>1619</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 11 casos de violência policial, sendo 33 o total de vítimas fatais e 22 o de feridas, 13 casos de execuções sumárias com 31 vítimas fatais e 24 feridas, e 1 caso de linchamento sem vítimas fatais ou feridas.

Na madrugada do dia 11 de dezembro de 2005 um casal de moradores de rua foi atacado em Belo Horizonte. O homem chamado de Nem morreu no local, enquanto a sua esposa, Eliana Leal, ficou gravemente ferida. Dois policiais em uma moto atiraram contra o casal, eles foram presos junto com outro policial, suspeito de envolvimento com o crime<sup>1620</sup>.

Entre as demais vítimas fatais de violência policial está Carla Costa, que na época tinha 20 anos. A jovem estava grávida de cinco meses, foi atingida por engano no dia 4 de dezembro de 2006 durante uma perseguição policial no bairro Nova Cachoeirinha, em Belo Horizonte. Ela estava na frente de sua casa quando foi atingida com um tiro na cabeça. Testemunhas afirmaram que o responsável pelo tiro foi um sargento da Polícia Militar<sup>1621</sup>.

No dia 03 de abril de 2006, cerca de 17 pessoas ficaram feridas em Belo Horizonte, depois de um confronto com a Polícia Militar. O fato ocorreu durante uma manifestação, com a participação de aproximadamente 250 pessoas, contra o valor das tarifas de energia elétrica e contra a realização da reunião anual do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID)<sup>1622</sup>. No dia 7 de janeiro de 2007 J.C.C.S, uma menina de 4 anos, foi acusada de ter causado lesões corporais em um menino da mesma idade durante uma brincadeira. Seis policiais e três viaturas da 18ª Companhia do 13º Batalhão da Polícia Militar participaram da “operação” que prendeu a garota. Esta foi levada ao 4º Distrito Policial com o pai, Edvaldo Souza Júnior, os dois foram liberados após o boletim de ocorrência ter sido feito<sup>1623</sup>.

Entre as vítimas fatais por execução sumária está a chefe do serviço de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Maria Cristina Souza Felipe da Silva. Ela foi morta a tiros em Governador Valadares no dia 13 de setembro de 2006, em frente a sua casa. Neste mesmo dia os médicos peritos haviam realizado uma paralisação nacional cobrando segurança. A polícia descobriu que o mandante do crime foi o despachante José Alves de Souza, suspeito de comandar um esquema de concessão de benefícios ilegais. Os irmãos Ricardo Pereira dos Anjos e Rodolfo também foram presos acusados de intermediar o crime, um deles contratou o menor A.P.A, que na época tinha 17 anos, o qual foi o responsável pelos disparos dos tiros que mataram a médica. Para a polícia, o fato de Maria Cristina ter dado início ao processo de revisão de benefícios foi o principal motivo que levou Souza a encomendar tal crime<sup>1624</sup>.

Uma chacina ocorrida durante uma festa em um sítio localizado na cidade de Ribeirão Neves, no dia 9 de setembro de 2007, deixou cerca de seis pessoas mortas e treze feridas. De acordo com a Polícia

1616 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1617 Tráfico, uso e porte de drogas

1618 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1619 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1620 O Estado de S. Paulo, 13/12/2005.

1621 O Estado de S. Paulo, 05/12/2006.

1622 Folha de S. Paulo, 04/04/2006. O Estado de S. Paulo, 04/04/2006.

1623 Folha de S. Paulo, 12/01/2007. O Estado de S. Paulo, 12/01/2007. O Diário de S. Paulo, 13/01/2007.

1624 O Estado de S. Paulo, 15/09/2006-19/09-06/10.



Militar, essa chacina teria sido uma vingança por outra ocorrida na semana anterior na favela Pedreira Prado Lopes, onde quatro pessoas morreram. As vítimas teriam entre 13 e 27 anos<sup>1625</sup>.

No dia 14 de setembro de 2007, outra chacina vitimou fatalmente seis pessoas. Um bar localizado na cidade de Betim foi invadido por três homens encapuzados que entraram atirando contra os clientes. As vítimas foram atingidas por vários tiros morrendo no local, entre elas estava um adolescente de 17 anos. A polícia não soube informar o motivo que teria provocado tal chacina, sendo ela a décima primeira ocorrida na capital em 2007<sup>1626</sup>.

Para evitar o linchamento do seqüestrador de uma menina a polícia do município de Pedralva optou por deixá-lo preso na delegacia de uma cidade vizinha: “Ele não podia ficar preso aqui, não, se não a população destruiria a delegacia”, afirmou o agente policial. A casa do seqüestrador, Dário Machado, foi incendiada no final do mês de abril de 2007, após a polícia ter descoberto que ele foi responsável pelo seqüestro de sua vizinha de dez anos. A menina foi deixada amarrada em um buraco no quarto dele. O mesmo afirmou à polícia que havia se inspirado no caso da austríaca Natascha Kampusch, jovem que foi mantida refém por oito anos em Viena por um homem 26 anos mais velho<sup>1627</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 39 áreas de conflito, envolvendo 3681 famílias, em 2005. Em 2006 foram 33 áreas de conflito e 3811 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 43 áreas de conflito somando 3922 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 26 áreas de ocupação, agrupando 2444 famílias. Em 2006 21 eram áreas com 2439 famílias. E no ano de 2007 eram 26 áreas com 2745 famílias.<sup>1628</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou em 2005 15 ocupações de terra, com 1 morte em decorrência de conflitos agrários e 1 não relacionada aos conflitos agrários. Em 2006, registraram 35 ocupações de terra, com 1 morte em decorrência de conflitos agrários. E em 2007, foram 20 ocupações de terra, com 1 morte em decorrência de conflitos agrários.<sup>1629</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2006 foram 8 denúncias e 227 trabalhadores libertados. No ano de 2007, registrou-se 6 denúncias e 442 libertados.

## ■ Liberdade política

No dia 20 de outubro de 2006, pessoas desconhecidas invadiram a Vara do Trabalho do município de Barbacena (MG) queimaram mais de 300 processos, além de danificar alguns computadores. Os invasores deixaram uma mensagem ameaçando de morte o juiz Marcelo Toledo Gonçalves e sua família.<sup>1630</sup>

No dia 28 de março de 2007, Inácio Carlos Moura Murta, prefeito do município de Coronel Murta (MG), foi assassinado com um tiro em sua residência. Sua esposa e a filha de 7 anos do casal testemu-

1625 O Estado de S. Paulo, 10/09/2007.

1626 Folha de S. Paulo, 15/09/2007-16/09. O Diário de S. Paulo, 15/09/2007. O Estado de S. Paulo, 16/09/2007.

1627 Folha de S. Paulo, 29/04/2007. O Estado de S. Paulo, 29/04/2007-02/05-06/05.

1628 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1629 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scid=1935>)

1630 Notícias do Tribunal Superior do Trabalho, 24/10/2006, [http://ext02.tst.gov.br/pls/no01/no\\_noticias.Exibe\\_Noticia?p\\_cod\\_area\\_noticia=ASCS&p\\_cod\\_noticia=7049](http://ext02.tst.gov.br/pls/no01/no_noticias.Exibe_Noticia?p_cod_area_noticia=ASCS&p_cod_noticia=7049)



nharam o crime, mas não reconheceram o atirador, que estava encapuzado.<sup>1631</sup>

No dia 07 de abril de 2007, Romeu Ananias de Souza, vice-prefeito do município de Ibituruna (MG), foi assassinado a tiros em sua residência por dois homens, na frente de um de seus filhos e de sua sobrinha.<sup>1632</sup>

No dia 11 de dezembro de 2007, o sindicalista João Calazans, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pingo D'Água, foi assassinado com um tiro na nuca no quintal de sua casa no Assentamento Chico Mendes II, no município de Pingo D'Água (MG). Segundo relatos, o sindicalista já havia recebido ameaças de morte.<sup>1633</sup>

## ■ Liberdade de imprensa

A sede do jornal Hoje, em Belo Horizonte, foi invadida por agentes da Polícia Federal no dia 30 de agosto de 2006, para a apreensão de computadores e material da redação. A diretora do jornal, Joseti Alves, declarou que o Hoje passou a ser acusado de “crime eleitoral”, após ter denunciado irregularidades na gestão do deputado federal Carlos Melles, ex-ministro do Turismo.

Também no mês de agosto, na segunda quinzena, a Revista do Observatório Social sediada na cidade de Ouro Preto teve alguns exemplares da edição do dia 9 de fevereiro apreendidos. Neste número a revista publicou a matéria “A Idade da Pedra” sobre o trabalho infantil nas minas de talco da região. A justiça local em 30 de junho determinou que a matéria violava a lei de proteção aos menores, pois publicou fotos de crianças sem autorização. Cabe ressaltar que esta mesma lei proíbe o trabalho infantil.

Silvério Netto, jornalista da rádio Total FM, por ordem do juiz Richard Fernando Silva, o qual havia entrevistado, ficou preso por um curto período em dezembro de 2006. O juiz “puniu” o jornalista pelo fato dele não ter apresentado certificado de sua profissão, apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal de 21 de novembro de 2006, que tornou facultativo o diploma de jornalista.

No dia 9 de abril de 2007, um incêndio destruiu a sede da redação da Tribuna do Povo, na Cidade de Várzea da Palma. Ninguém ficou ferido. A perícia conclui que o incêndio foi criminoso, já que galões de gasolina foram encontrados no local. Todavia, a polícia não tinha nenhum tipo de informação sobre os possíveis responsáveis. Dirceu Marques de Oliveira e Arthur Nascimento, fundadores e diretores do jornal, estavam fora da cidade no dia do incêndio. A Tribuna do Povo havia denunciado várias irregularidades na gestão dos recursos públicos da cidade de Várzea de Palma.<sup>1634</sup>



1631 G1, 29/03/2007, <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL15592-5598,00-PREFEITO+E+MORTO+DENTRO+DE+ASA+EM+MG.html>

1632 G1, 09/04/2007, <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL19711-5598,00-VICEPREFEITO+E+MORTO+DIANTE+D+O+FILHO.html>

1633 Agência Brasil, 12/12/2007, <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/12/12/materia.2007-12-12.2044699201/view>. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva, 12/12/2007, <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=2&tema=30&materia=4395>

1634 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado de Minas Gerais é composta por 30,6% de crianças e adolescentes<sup>1635</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,715, considerado médio. Existem ainda 47,3% das crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 13,3% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando e uma taxa de sub-registro de 16,3%<sup>1636</sup>.

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 3,6% e a taxa<sup>1637</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 24,7%<sup>1638</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 10,9% morrem vítimas de homicídio<sup>1639</sup>.

No estado há 414 conselhos tutelares, 539 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 02 promotorias da infância e juventude<sup>1640</sup>, e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>1641</sup> Não foi possível encontrar cadastro de nenhuma vara da infância e juventude no estado<sup>1642</sup>.

Em 2006, havia 833 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 78,7%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 3,23/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 1195 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1643</sup>.

### ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 51,64% da população de Minas Gerais, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 77,9 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, 28,4% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1644</sup>.

O estado tinha 23 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 9 Centros de Referência; 6 Casas Abrigo; 21 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1645</sup> e não possuía varas adaptadas para situações de violência doméstica. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 18.515,50 <sup>1646</sup>.

1635 Entre 12 e 18 anos de idade.

1636 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1637 Por mil nascidos vivos

1638 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1639 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1640 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1641 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1642 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1643 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1644 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1645 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

1646 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.



## ■ Idosos

A população de Minas Gerais é composta por 10,9% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 34,3% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 11,0% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1647</sup> é de 5,4%<sup>1648</sup>.

## ■ Afro-descendentes

Em Minas Gerais 8,4% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 12,5%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 6,3%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,6 e o rendimento mensal médio é de 1,8 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,4 e 3,1, respectivamente<sup>1649</sup>.

## ■ Indígenas

O estado de Minas Gerais possui uma população indígena estimada em 48.720 pessoas. Isso representa uma percentual de 6,64% do total estimado para o Brasil.<sup>1650</sup> Essa população está organizada em oito povos, conforme segue na tabela:<sup>1651</sup>

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Pataxó	Não constam outros nomes ou grafias	Maxacali
Xakriabá	Não constam outros nomes ou grafias	Jê
Krenak	Crenaque, Crenac, Krenac, Botocudos, Aimorés, Krén	Krenák
Avá-Canoeiro	Canoeiro, Cara-Preta, Carijó	Tupi-Guarani
Aranã	Não constam outros nomes ou grafias	
Kaxixó	Não constam outros nomes ou grafias	
Pankararu	Não constam outros nomes ou grafias	



1647 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1648 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1649 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1650 Conselho Indigenista Missionário - Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1651 Instituto Sócio Ambiental - ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

Maxakali	Maxacalis, Monacó, Kumanuxú, Tikmuún, Kumanaxú - tikmu'ún	Maxakali
----------	-----------------------------------------------------------	----------

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1652</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Dominial Indígena	02
Em Identificação	02
Homologadas	05

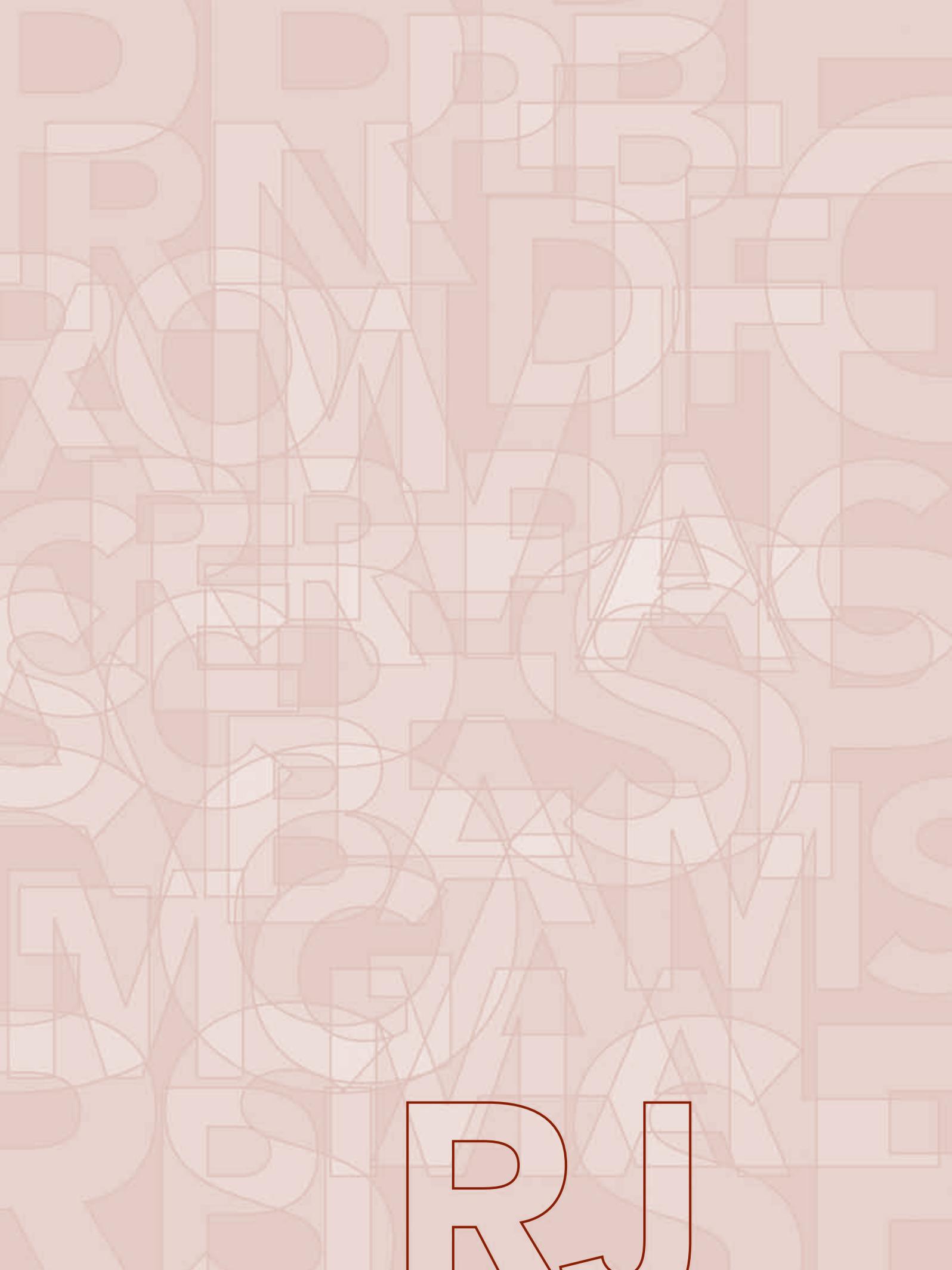
Em 2006, a Comunidade Maxakali apresentou cerca de 80 crianças, entre 0 e 10 anos, com diarreia e doenças de pele. O local onde estavam acampados não oferecia água de qualidade, não havia rios e a água consumida era de represa.<sup>1653</sup>



1652 Instituto Sócio Ambiental ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1653 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)).



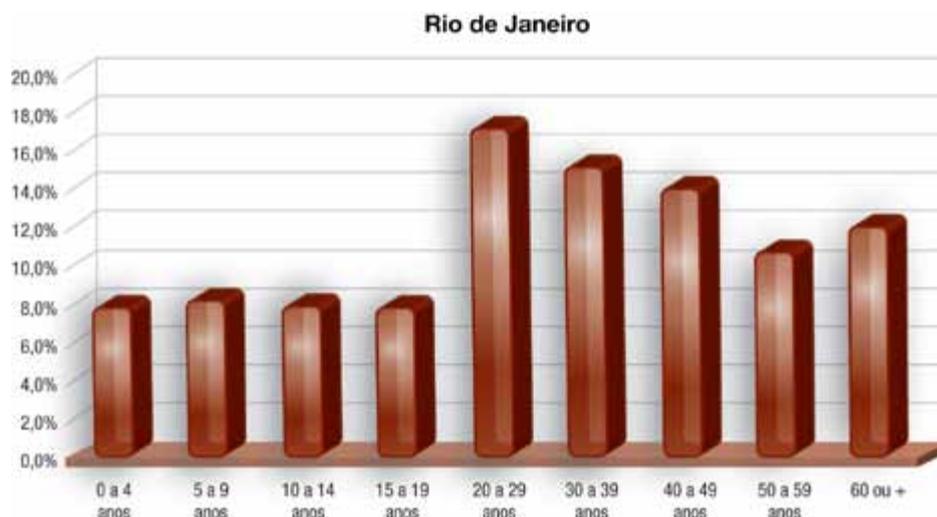


RI

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Rio de Janeiro tem 92 municípios, com território de 43.696,054 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 15.593.000 habitantes (356,85 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 96,88% vivem na área urbana e 3,12% na área rural<sup>1654</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,0%, abaixo da média regional (2,4%) e também da média nacional (2,4%)<sup>1655</sup>. O Rio de Janeiro, capital do estado, tem 6.093.472 habitantes (5.155,22 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1656</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 246.936.060,00 (11,5% do PIB nacional)<sup>1657</sup>. O Índice Gini<sup>1658</sup> da distribuição de renda é 0,535, acima da média regional de 0,529, mas abaixo da média nacional de 0,547, ocupando a 10<sup>o</sup> posição entre os estados<sup>1659</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,753 em 1991 para 0,807 no ano 2000 (+ 10,87%) o que o coloca no grupo dos estados com alto desenvolvimento<sup>1660</sup>.



1654 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1655 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1656 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1657 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1658 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1659 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1660 PNUD, 2000

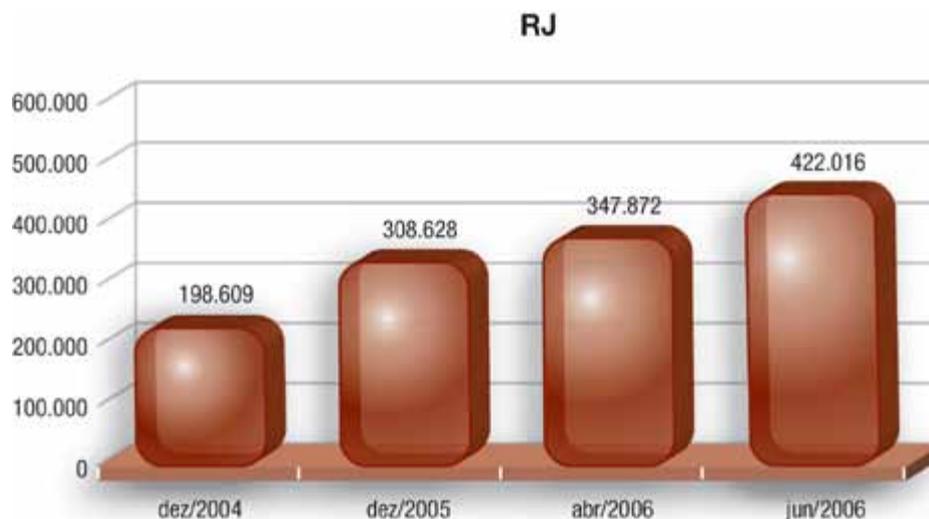
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Rio de Janeiro em 2006 era de aproximadamente 7.625.000 pessoas, o que representa 48,90 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1661</sup>, 2,4% estavam no setor agrícola, 12,7% na indústria, 8,3% na construção, 19,3% no comércio e 56,7% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 24,18% e a taxa de desocupação, 12,6%.<sup>1662</sup>

## RENDA

No Rio de Janeiro, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,6% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 173,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 42,4% da renda, com rendimento médio de R\$ 4.720,00. Existiam 39,54% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 9,09% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1663</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1664</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 75,30% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1665</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,0 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,7. Dos domicílios urbanos, 38,4% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 9,7% pertenciam a

1661 De 10 ou mais anos de idade

1662 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1663 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1664 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1665 IBGE, SIDRA, 2006

moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1666</sup>.

Do total de domicílios, 0,33% não tinham banheiro ou sanitário, 1,70% não tinham coleta de lixo e 0,05% não tinham iluminação elétrica<sup>1667</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 4,3%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 14,4%<sup>1668</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1669</sup> era de 8,2 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1670</sup> em relação à série recomendada era de 28,5%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1671</sup> era de 28,5%<sup>1672</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	258,16	461,99
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,32	1,15
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	3,0	3,35
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	49,36	54,46
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	2,13	1,67
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	17,81	171,07
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	17,9	20,2
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	56,6	70,4
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	5,04	5,1

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

1666 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007.

1667 IBGE, SIDRA, 2007

1668 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1669 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1670 Em até 2 anos.

1671 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1672 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000) *</b>	64,5	76	63,2	75,1	79,3
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	30,7	19,7	16	15,3	14,8
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	126,8	91,9	101,2	90,9	73,2
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	89,4	92,9	94,8	95,2	95,0
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	92,7	93,9	95,6	96,5	96,4
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	34,7	38,1	33,57	31,78	32,53
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	12,7	12,2	13,39	13,48	12,37
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	93,7	85,6	98,45	98,71	98,72
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	86,7	83,1	99,73	99,71	99,67
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	25,8	41,2	84,07	84,94	86,41
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	15,7	25,13	29,73	34,73

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>).  
Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Rio de Janeiro dispôs de uma receita de R\$ 34.088.411.887,00 - 23,29% superior à de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1673</sup>:

1673 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
SEGURANÇA PÚBLICA	12,06%	12,28%	0,22%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,49%	0,38%	-0,11%
SAÚDE	7,23%	8,30%	1,07%
TRABALHO	0,06%	0,07%	0,01%
EDUCAÇÃO	13,13%	15,03%	1,9%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,59%	0,48%	-0,11%
HABITAÇÃO	0,24%	0,17%	-0,07%
SANEAMENTO	5,67%	5,14%	-0,53%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 18 secretarias<sup>1674</sup> e 319.122 servidores<sup>1675</sup>, na proporção de um servidor para cada 48,30 habitantes, representando um aumento de 5,98% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Rio de Janeiro era feita por 46 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 70 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Rio de Janeiro assinou 86 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 26.304.774,67. Destes convênios, quatorze foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, quatro à proteção de vítimas e testemunhas, trinta e quatro à promoção dos direitos humanos (balcões de direitos, educação e capacitação em direitos humanos, direitos de minorias), quinze à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, três ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, doze à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, um à erradicação do trabalho escravo e três à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>1676</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, o secretário estadual de direitos humanos do Rio de Janeiro e secretários de outros estados se posicionaram contra a redução da maioridade penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1677</sup>

1674 Gestão 2007-2010

1675 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1676 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1677 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril



O governo do estado possui a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEAS-DH). Por meio dela, realiza o PAIF, Programa de Atendimento Integral à Família, que oferece atendimento socioassistencial às famílias carentes; o Programa Viver Melhor, que visa aumentar a qualidade de vida da pessoa idosa; a Olimpíada Carioca, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública/ SENASP do Ministério da Justiça e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujo objetivo é a inclusão social de jovens através do esporte. Além desses programas a secretaria, através da Superintendência de Igualdade Racial (SUPIR) e em parceria com entidades civis Cozinha Brasil, Ginga Brasil e Cidadania no Pan, promove ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial. Em 2007, foi criada a Lei Estadual N° 215/2007, que oferece Direito de pensão a companheiros de servidores públicos homossexuais.<sup>1678</sup>

Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Somente há acesso às atas das reuniões ou projetos encaminhados pela comissão em 2008.<sup>1679</sup>

## ■ Justiça

No Rio de Janeiro, dos 92 municípios, 94 constituem sede de comarca.<sup>1680</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Rio de Janeiro foi de 4,78%. Atuavam na justiça estadual 797 magistrados, sendo 627 na primeira instância e 170 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 5,8 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1681</sup> O total de pessoas atendidas foi de 1.540.902.<sup>1682</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 598.419 processos, 1.033.865 estavam pendentes e 477.444 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 70,7%.<sup>1683</sup> Na segunda instância da justiça comum, 138.587 processos deram entrada, 31.447 estavam pendentes e 145.039 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 14,7%.

O estado tem também 76 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 539.391 processos, 299.549 estavam pendentes e 556.190 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 33,7%.<sup>1684</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1954, conta com 674 defensores (1 defensor para cada 22.758,78 habitantes- 2006), atendendo 87,2% das comarcas do estado, em um total de 1.733.616 atendimentos, ou seja, 2.572,13 atendimentos/defensor. Sua estrutura contempla a existência de uma Ouvidoria específica, cujo ouvidor é membro dos quadros de carreira.<sup>1685</sup> Para o período entre 2005 e 2007, não havia informações públicas sobre a composição do Ministério Público do estado.

de 2008

1678 Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos ([www.social.rj.gov.br/](http://www.social.rj.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1679 Assembléia Legislativa [www.alerj.rj.gov.br/](http://www.alerj.rj.gov.br/) último acesso: setembro de 2008

1680 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1681 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1682 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007. O estado não disponibilizou informações sobre a assistência judiciária gratuita.

1683 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 - \frac{\text{Sentenças}}{\text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

1684 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1685 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006



## ■ Segurança Pública

O Rio de Janeiro tem uma Secretaria de Estado de Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Instituto de Segurança Pública. A secretaria conta com uma corregedoria geral unificada e uma ouvidoria de polícia.

Em agosto de 2005, a Secretaria de Segurança Pública definiu o regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) no Rio de Janeiro. Dois anos depois, o Instituto de Segurança Pública (ISP) lançou o Curso de Promotor de Polícia Comunitária. A implantação do curso surgiu de um acordo firmado entre o ISP e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de promover “a discussão de propostas entre polícia e sociedade”.<sup>1686</sup> Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>1687</sup>

O efetivo policial era de 62.390 em 2005, sendo 10.723 policiais civis, 36.416 policiais militares e 15.251 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 243,42 habitantes.<sup>1688</sup> Em relação a 2003, houve uma redução de 12,76% do efetivo total. Em 2006, 66 dos 92 municípios do Rio de Janeiro tinham guarda municipal, com um efetivo total de 14.222 guardas.<sup>1689</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Rio de Janeiro<sup>1690</sup> está sob administração da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), a qual possui quatro subsecretarias: Subsecretaria Geral, Subsecretaria Adjunta de Infra-Estrutura, Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário e a Subsecretaria Adjunta de Unidades Prisionais. Sua estrutura também conta com a existência de uma Ouvidoria e uma Corregedoria próprias implantadas desde 2003.

O estado possui 45 estabelecimentos prisionais, sendo 14 Penitenciárias, 1 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, 1 Casa de Albergado, 1 Centro de Observação Criminológica e Triagem, 2 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, 7 Cadeias Públicas, 1 Centro de Tratamento em Dependências Químicas, 2 Hospitais Clínicos, 1 Hospital Tisiológico, 1 Hospital de DST, 8 Presídios, 5 Institutos Penais e 1 Unidade Materno Infantil, totalizando 23.818 vagas.

A população prisional em 2007 era de 27.632 presos, considerando aproximadamente 5.000 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 3.814 vagas. Em relação a 2005 houve um aumento de 6,8% da população encarcerada e de 20,5% no número de vagas<sup>1691</sup>.



1686 Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

1687 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1688 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 - ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1689 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006.

1690 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, 2008.

1691 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	11.787	673	12.460
Semi-aberto	4.219	224	4.443
Aberto	327	24	351
Provisório	4.525	151	4.676
Medida de Segurança - Internação	311	42	3531
Baixa Hospitalar	316	3	319
<b>TOTAL</b>	<b>21.515</b>	<b>1.117</b>	<b>22.632</b>

Fonte: SEAP-RJ

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Rio de Janeiro foi de 180, dos quais 7 foram considerados criminais, 117 naturais, 3 suicídios, 3 acidentais, 15 por insuficiência respiratória, 3 por hemorragia interna e 32 por causas desconhecidas. No mesmo período ocorreram 27.652 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolidada dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de apenas 4 e o de fugas 3.

O Fundo Especial Penitenciário Estadual foi criado em 1987 e a Escola de Gestão Penitenciária em 2003, cujos objetivos são a formação profissional dos servidores e a formação especializada para os grupamentos de Intervenção Tática e Serviço de Escolta do Sistema Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro possui, ainda, 3 Conselhos de Comunidade, localizados nas comarcas do Rio de Janeiro, Volta Redonda e Campos dos Goytacazes.

A assistência jurídica aos presos é feita nas unidades prisionais pela Secretaria de Administração Penitenciária e pela Defensoria Pública, e até junho de 2007 haviam sido realizados 29.353 atendimentos. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas instaladas na capital e nas demais comarcas do interior.

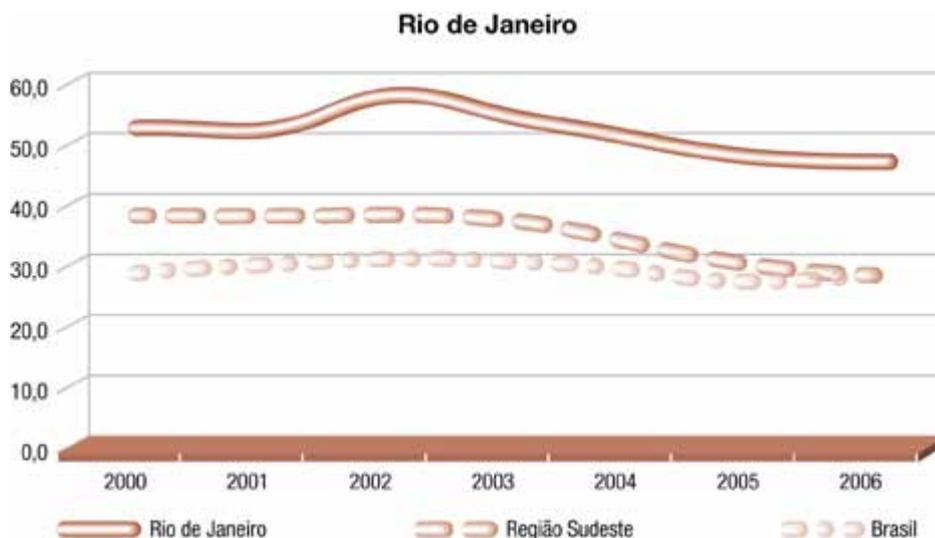
Os convênios com o Depen somaram R\$ 16.303.083,49. Deste montante, 85,82% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Rio de Janeiro foi de 45,62/100 mil habitantes, o que representa uma queda de 9,56% em relação a 2000<sup>1692</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 19,4/100 mil habitantes e a de lesões corporais 451,5/100 mil hab<sup>1693</sup>.

<sup>1692</sup> Ministério da Saúde, Datasus.

<sup>1693</sup> Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1694</sup> alcançaram a cifra de 741,6 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1695</sup> somaram 61,4 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1696</sup>, 186,9 registros/100 mil hab.<sup>1697</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 255 casos de violência policial, sendo 472 o total de vítimas fatais e 276 feridos, 105 casos de execuções sumárias com 219 vítimas fatais e 73 feridas e 3 casos de linchamento sem vítimas fatais ou feridas.

Entre os casos de violência policial de maior repercussão na imprensa está a “Chacina de Nova Iguaçu e Queimados”. Na noite do dia 31 de março de 2005, 29 pessoas foram mortas e uma ficou ferida em uma ação policial ocorrida em 11 localidades diferentes de Nova Iguaçu e Queimados. Segundo a Secretaria de Segurança, o “massacre” foi uma possível retaliação de policiais militares, os quais estariam envolvidos em crimes na Baixada Fluminense. O número de mortos deste “massacre” superou o de Vigário Geral, onde policiais, em 1993, foram responsáveis pela morte de 21 pessoas. O julgamento de um dos 11 policiais envolvidos na chacina ocorreu em agosto de 2006. Carlos Jorge Carvalho que estava preso desde abril de 2005 recebeu uma sentença de 543 anos pelos 29 homicídios, por uma tentativa de homicídio e por formação de quadrilha. José Augusto Moreira Felipe, Fabiano Gonçalves Lopes, Júlio Cesar Amaral e Marcos Siqueira da Costa foram julgados pelos mesmos crimes de Carvalho, enquanto que outros dois PMs foram processados apenas por formação de quadrilha. Em 17 de novembro de 2006, Walter Mário Tenório Valim e Marcelo Barbosa de Oliveira foram libertados. Os promotores afirmaram que: “nenhuma credibilidade pode ser dada às declarações prestadas pela suposta vítima Márcio Vicente, o único que acusou os dois policiais”<sup>1698</sup>.

1694 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1695 Tráfico, uso e porte de drogas

1696 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1697 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1698 Notícias publicadas em 2005 e 2006 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.



Outro caso de grande repercussão na imprensa foi a operação da polícia no Complexo do Alemão. No dia 27 de junho de 2007 uma mega-operação de combate ao tráfico no estado do Rio de Janeiro matou 22 pessoas e feriu 9. A ação mobilizou 1.200 policiais civis e militares e 150 agentes da Força Nacional de Segurança. A troca de tiros entre a polícia e os traficantes durou cerca de sete horas e se deu em vários pontos do Complexo do Alemão. Segundo as declarações dos órgãos oficiais, os mortos e feridos eram todos criminosos<sup>1699</sup>.

Entre os casos de execução sumária de maior repercussão na imprensa no período de 2005 a 2007 está a morte de quatro homens por traficantes, que participaram do atentado ao ônibus da linha 350 (Passeio-Irajá). Quatorze pessoas ficaram feridas e cinco morreram, entre elas uma criança de 1 ano e dois meses e sua mãe. Os corpos dos responsáveis por tal crime foram encontrados na madrugada do dia 1º de dezembro de 2005. O atentado havia sido cometido na terça-feira anterior, no mesmo local onde o ônibus foi atacado. Eles foram encontrados dentro de um carro; havia ainda um bilhete dos agressores assinado pelo CV, dizendo que não aceitavam atos de terrorismo. Um traficante informou à polícia que os rostos dos quatro não estavam baleados para que assim eles pudessem ser reconhecidos pelas vítimas do ônibus e identificados pela polícia. Entre os identificados estava Bruno Monteiro Falcão, o qual foi morto com 20 tiros e apontado pelas testemunhas como o responsável pela gasolina ateadada ao ônibus<sup>1700</sup>.

Na madrugada do dia 4 de julho de 2006, oito corpos foram encontrados dentro de um carro, no bairro do Engenho Novo. Segundo a polícia, as vítimas eram traficantes do Morro do São Carlos, no Estácio, bairro situado também na zona norte do Estado. O motivo das mortes teria sido uma disputa interna pelo controle dos pontos de vendas de drogas. Sete dos corpos foram logo identificados, entre eles, o do adolescente W.B., que na época tinha 14 anos.<sup>1701</sup>

Outro caso de execução sumária envolvendo disputas entre traficantes ocorreu em 25 de janeiro de 2007. Sete jovens foram encontrados mortos no bairro de Del Castilho, alguns dos corpos estavam esquarterados e com marcas de tiros. Cinco das vítimas eram moradores da favela Vila do João, no Complexo da Maré e quatro deles tinham menos de 18 anos. Para a polícia, as mortes estavam relacionadas com uma guerra entre traficantes da Vila do João, controlada pela facção criminosa ADA (Amigo dos Amigos), e do Morro do Adeus, em Bonsucesso, controlado pela facção TCP (Terceiro Comando Puro). Todavia, a versão dos parentes é de que seus filhos foram mortos por ir jogar bola na comunidade vizinha controlada por traficantes da ADA<sup>1702</sup>.

Nos três casos de linchamento registrados pelo Banco de Dados do NEV-USP as vítimas não foram mortas e nem ficaram feridas. Em um deles uma mulher acusada de matar o marido para ficar com a herança foi apenas ameaçada, no dia 12 de janeiro de 2007, após prestar depoimento na delegacia. Ela foi atingida por um soco no rosto. A polícia teve que usar gás de pimenta e dar tiros ao alto para conter a multidão<sup>1703</sup>. Outra tentativa de linchamento ocorreu no dia 29 de dezembro deste mesmo ano. Três suspeitos de cometerem assaltos a dois ônibus quase foram linchados pelos passageiros que ocupavam o veículo assaltado em um trecho próximo a Bonsucesso. A agressão foi impedida pela polícia<sup>1704</sup>.

1699 Notícias publicadas a partir de junho 2007 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

1700 Notícias publicadas a partir de 2 de dezembro de 2007 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

1701 Folha de S. Paulo, 05/07/2006. O Estado de S. Paulo, 05/07/2006.

1702 Notícias publicadas a partir de 26 de janeiro de 2007 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

1703 Notícias publicadas a partir de 13 de janeiro de 2007 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

1704 O Diário de S. Paulo, 29/12/2007.



## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 15 áreas de conflito envolvendo 1368 famílias, em 2005. Em 2006 foram 8 áreas de conflito e 851 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 10 áreas de conflito somando 865 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 6 áreas de ocupação, agrupando 690 famílias. Em 2006 eram 3 áreas com 240 famílias. E no ano de 2007 eram 4 áreas com 433 famílias.<sup>1705</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou em 2005 7 ocupações de terra, com 2 mortes não relacionadas aos conflitos agrários. No ano de 2006, foi 1 ocupação de terra, sem mortes. E em 2007, foram 2 ocupações de terra, sem mortes.<sup>1706</sup>

Quanto ao trabalho escravo, foram registradas 4 denúncias e 49 trabalhadores libertados<sup>1707</sup>.

## ■ Liberdade política

No dia 22 de fevereiro de 2005, o ambientalista Dionísio Júlio Ribeiro Filho foi assassinado com três tiros de espingarda no município de Nova Iguaçu (RJ). Ele foi um dos fundadores da ONG Grupo de Defesa da Natureza e dedicava-se a combater crimes ambientais na região do Tinguá, maior reserva biológica do estado. Em depoimento à polícia, o caçador Leonardo de Carvalho Marques confessou o crime.<sup>1708</sup>

No dia 04 de agosto de 2006, o vereador Carlos Alberto do Carmo Souto, do PSC, foi assassinado a tiros no município de Magé (RJ). Cerca de seis meses depois, no dia 01 de fevereiro de 2007, o vereador Dejair Correa, do PDT, também foi morto a tiros no mesmo município.<sup>1709</sup>

No dia 02 de setembro de 2007, o delegado adjunto da Divisão Anti-Sseqüestros Alexandre Neto sofreu um atentado na porta de sua casa, no Rio de Janeiro (RJ). Ele foi atingido por tiros no tórax, no braço e na mão direita. Um de seus dedos teve que ser amputado devido aos ferimentos.<sup>1710</sup>

## ■ Liberdade de imprensa

Nadja Haddad, jornalista da emissora Band Rio, foi ferida por uma bala no dia 29 de agosto de 2005 no bairro de Botafogo, durante um tiroteio entre a polícia militar, com o auxílio do BOPE, e traficantes. Uma bala de fuzil perfurou seu tórax e atingiu um dos seus pulmões. A jornalista foi levada às pressas ao hospital ao Miguel Couto, após ter sido submetida a uma cirurgia, Nadja não corria mais risco de morte.

No começo de maio de 2006 foi deixado em frente à casa de Vilmar Berna, diretor do Jornal do Meio Ambiente e fundador da Rede Brasileira de Informação Ambiental (REBIA), um cadáver ensangüentado e parcialmente queimado. Desde o ocorrido Berna tornou-se vítima constante de ameaças. No dia 27 de maio, seis homens invadiram sua casa para ameaçá-lo. O jornalista prestou queixa junto à polícia de

1705 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1706 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scoid=1935>)

1707 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008

1708 Revista Veja, 02/03/2005, [http://veja.abril.com.br/020305/p\\_044.html](http://veja.abril.com.br/020305/p_044.html)

1709 Folha de São Paulo, 05/08/2006, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u124720.shtml>. G1, 01/02/2007, <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL3571-5606,00.html>

1710 G1, 04/09/2007, <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL98993-5606,00.html>



Niterói no dia 7 de junho e contratou dois seguranças, todavia, teve que dispensar os serviços destes por problemas financeiros. Vilmar Berna chegou a enviar em 3 de julho uma carta ao Secretário Nacional de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vanucchi.

Ajuricaba Monassa de Paula, que na época do ocorrido tinha 73 anos, foi espancado até a morte por um vereador, o qual estava sendo criticado de irregularidades na sua gestão. O fato ocorreu no dia 24 de julho de 2006 na praça central da cidade de Guapirimin. Paula era membro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), não poupava a administração municipal, apontando em seus artigos os abuso e irregularidades. Os moradores da cidade compartilhavam das suas idéias o que lhe rendeu uma significativa popularidade. O presidente da ABI, Maurício Azedo, encaminhou uma carta à governadora do estado do Rio de Janeiro, Rosa Garotinho, dizendo que temia que o crime de Ajuricaba Monasse fosse abafado e que os responsáveis permanecessem impunes.

Maria Mazzei do jornal O Dia começou a receber ameaças no dia 15 de agosto de 2006. A jornalista havia escrito várias matérias sobre a “Máfia dos Corpos”, revelando roubos de cadáveres usados em golpes contra seguradoras. Um antigo oficial da Marinha Mercante, Yusef Georges Sarkis, foi entrevistado por ela em 12 de agosto. O oficial teria simulado a sua própria morte para receber cerca de 1 milhão de reais do seguro de vida. Yusef declarou que entre os envolvidos no comércio dos corpos estavam seqüestradores e policiais, tal declaração foi gravada. Após ter publicado o artigo Maria Mazzei tornou-se alvo de ameaças, seus vizinhos alegaram ter percebido um carro rondando a sua casa. O Dia tomou algumas medidas, entre elas, entrou em contato com a polícia do Rio de Janeiro e transferiu Maria e sua família para um local seguro. Também foi enviada uma carta no dia 15 de agosto ao Secretário de Segurança, Roberto Precioso, nela era ressaltado que cabia ao Estado garantir a proteção da jornalista e sua família. Precioso em declaração afirmou que a polícia tomaria as devidas providências para identificar os responsáveis.

Robson Barbosa Bezerra, fotógrafo autônomo, na noite do dia 8 de fevereiro de 2007 ao voltar para a sua casa no bairro da Abolição (norte do estado) foi abordado por indivíduos armados que dispararam oito tiros em sua direção. Robson teve morte instantânea ocasionada por um tiro na cabeça, uma suposta tentativa de roubo foi descartada. Alguns dias antes do crime o fotógrafo havia prestado queixa por ameaças e agressão, o que levantou a possibilidade de que o assassinato estivesse ligado a assuntos profissionais. A polícia mencionou que o fotógrafo tinha antecedentes criminais - em dezembro de 2006 foi preso em flagrante por violência contra a ex-mulher, Renata Mathias.<sup>1711</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Rio de Janeiro é composta por 25,5% de crianças e adolescentes<sup>1712</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,806, considerado alto. Existem ainda 36,9% das crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 2,7% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando e uma taxa de sub-registro de 9%<sup>1713</sup>.

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 1,5% e a taxa<sup>1714</sup> de mortalidade entre

1711 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

1712 Entre 12 e 18 anos de idade.

1713 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1714 Por mil nascidos vivos



crianças menores de 5 anos é de 23,5%<sup>1715</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 23,2% morrem vítimas de homicídio<sup>1716</sup>.

No estado há 120 conselhos tutelares, 111 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 09 varas da infância e juventude<sup>1717</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>1718</sup> e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente.<sup>1719</sup>

Em 2006, havia 1159 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 4,4%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 6,56/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 461 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1720</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 53,08% da população do Rio de Janeiro, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 77,30 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário-mínimo, 21,1% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1721</sup>.

O estado tinha 11 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 22 Centros de Referência; 4 Casas Abrigo; 2 varas adaptadas para situações de violência doméstica e 5 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1722</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 8.902.659,55<sup>1723</sup>.

## ■ Idosos

A população do Rio de Janeiro é composta por 14,1% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 15,1% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 6,1% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1724</sup> é de 4,5%<sup>1725</sup>.

1715 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1716 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1717 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1718 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/cecria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/cecria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1719 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1720 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1721 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1722 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mmulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mmulher.php))

1723 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1724 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1725 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.



## ■ Afro-descendentes

No Rio de Janeiro, 12% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 7,6%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 2,9%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 7,9 e o rendimento mensal médio é de 2,3 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 9,8 e 4,2, respectivamente<sup>1726</sup>.

## ■ Indígenas

O Estado do Rio de Janeiro conta com uma estimativa de 35.934 indígenas do povo Guarani Mbya. Isso equivale a 4,89% do total nacional.<sup>1727</sup>

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1728</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
Em Identificação	02
Homologadas	03

Os índios Guarani de Parati-Mirim reivindicam o início do procedimento de revisão dos limites de sua terra desde 2003, que também é reivindicada pela comunidade de Guarani de Araponga, cuja área demarcada é insuficiente para a reprodução física e cultural da comunidade indígena.<sup>1729</sup>

A Casa do Índio não recebe verbas regularmente e em 2006 encontrava-se em situação precária para atender os 32 indígenas portadores de deficiência física e mental, vindos de aldeias de todo o país. Desde 2000, a Casa do Índio convive com sérios problemas financeiros. Conseqüência de uma indefinição política que se arrasta desde 1999 quando as atividades de saúde da Funai foram passadas para a Funasa.<sup>1730</sup>



1726 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1727 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1728 Instituto Sócio Ambiental ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1729 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)).

1730 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi ([www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)).



SP

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

São Paulo tinha 645 municípios, com território de 248.209,426 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 41.164.000 habitantes (164,41 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 94,5% vivem na área urbana e 5,5% na área rural<sup>1731</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,6%, acima da média regional (2,4%) e também da média nacional (2,4%)<sup>1732</sup>. São Paulo, capital do estado, tem 10.886.518 habitantes (7.148,07 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1733</sup>.

A distribuição da população por faixa etária era a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 727.052.824,00 (33,9% do PIB nacional)<sup>1734</sup>. O Índice Gini<sup>1735</sup> da distribuição de renda é 0,518, abaixo da média regional de 0,529, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 16<sup>o</sup> posição entre os estados<sup>1736</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,778 em 1991 para 0,820 no ano 2000 (+ 4,40%) o que o coloca no grupo dos estados com alto desenvolvimento<sup>1737</sup>.



1731 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1732 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1733 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1734 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1735 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1736 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1737 PNUD, 2000

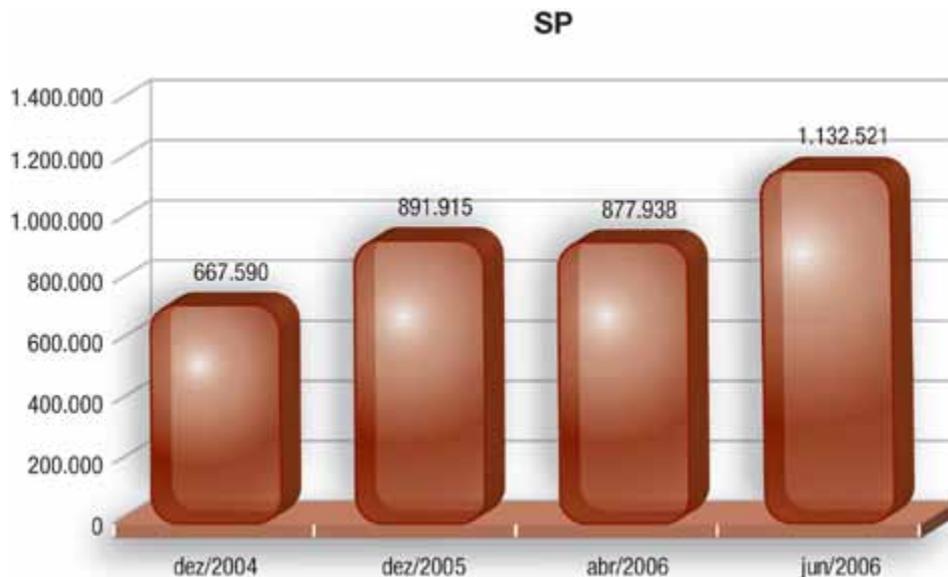
## TRABALHO

A população economicamente ativa de São Paulo em 2006 era de aproximadamente 21.972.000 pessoas, o que representa 53,84% do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1738</sup>, 5,2% estavam no setor agrícola, 20,7% na indústria, 6,7% na construção, 19,3% no comércio e 48,1% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 23,43% e a taxa de desocupação, 10%.<sup>1739</sup>

## RENDA

Em São Paulo, o grupo dos 10% mais pobres detém 1,6% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 185,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentra 39,1% da renda, com rendimento médio de R\$ 4.810,00. Existem 36,72% de famílias que recebem até 1 salário-mínimo e 8,33% de famílias que recebem acima de 5 salários-mínimos<sup>1740</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1741</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 70,10% dos domicílios são de propriedade de seus moradores<sup>1742</sup>. O número médio de pessoas por domicílio é 3,3, e o número médio de pessoas por dormitório é de 1,8. Dos domicílios urbanos,

1738 De 10 ou mais anos de idade.

1739 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1740 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1741 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1742 IBGE, SIDRA, 2006

35% pertencem a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 9,1% pertencem a moradores que recebem mais de 5 salários-mínimos<sup>1743</sup>.

Do total de domicílios, 0,18% não tinha banheiro ou sanitário, 1,47% não tinha coleta de lixo e 0,06% não tinha iluminação elétrica<sup>1744</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 4,6%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 14%<sup>1745</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1746</sup> era de 8,2 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1747</sup> em relação à série recomendada era de 9,7%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1748</sup> era de 28,8%<sup>1749</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	231,79	476,59
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,59	0,67
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,92	2,26
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	48,88	55,37
<b>Deteção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	0,83	0,55
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	13,09	150,24
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	16,1	18,1
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	60,6	61,5
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	4,98	4,37

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

1743 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1744 IBGE, SIDRA, 2007

1745 Pessoas de 15 anos ou mais de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1746 Pessoas de 15 anos ou mais de idade.

1747 Em até 2 anos.

1748 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1749 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	46,4	40,0	35,4	40,8	42,3
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	26,2	17,3	13,5	13,4	13,1
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	54,2	52,0	42,1	40,3	36,5
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	88,7	92,5	93,7	94,1	94,7
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	91,7	94,3	95,5	96,1	96,1
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	38,1	38,9	31,9	30,52	30,46
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	8,6	9,2	11,58	11,84	10,44
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	97,2	97,4	99,28	99,38	99,23
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	88,3	87,3	99,78	99,84	99,82
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	32,3	58,2	85,12	86,91	88,23
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	18,0	28,87	33,0	39,5

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de São Paulo dispôs de uma receita de R\$ 84.244.168.337,00 - 28,08% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1750</sup>:

1750 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Varição
SEGURANÇA PÚBLICA	8,04%	8,46%	0,42%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,50%	0,85%	0,35%
SAÚDE	11,90%	11,25%	-0,65%
TRABALHO	0,22%	0,18%	-0,04%
EDUCAÇÃO	20,78%	20,02%	-0,76%
DIREITOS DA CIDADANIA*	1,78%	1,89%	0,11%
HABITAÇÃO	0,64%	0,68%	0,04%
SANEAMENTO	0,02%	0,02%	-

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 24 secretarias<sup>1751</sup> e 730.349 servidores<sup>1752</sup>, na proporção de um servidor para cada 55,51 habitantes, representando um aumento de 0,62% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de São Paulo era feita por 70 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 94 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, São Paulo assinou 86 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 24.686.710,69. Destes convênios, vinte foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, um à proteção de vítimas e testemunhas, trinta e três à promoção dos direitos humanos (mediação de conflitos, cidadania, direitos de minorias, educação e capacitação em direitos humanos, defensoria pública, formação de lideranças), dezesseis à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, três ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, nove à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei, dois à erradicação do trabalho escravo e dois à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>1753</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos de São Paulo e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1754</sup>

1751 Gestão 2007-2010

1752 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1753 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1754 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril



Não existe em São Paulo uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>1755</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existia a Comissão de Direitos Humanos (CDH) com informações de acesso público sobre as atas das reuniões e as proposições encaminhadas pela comissão para o período de 2005 a 2007.<sup>1756</sup>

## ■ Justiça

São Paulo tem uma Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, à qual estavam vinculada a Fundação Casa, o Centro de Integração da Cidadania (CIC), o Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI), a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon). Além destes, a Fundação Instituto de Terras do Estado e o Instituto de Medicina Social e de Criminologia. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) e o Conselho de Entorpecentes são órgãos colegiados vinculados à Secretaria.<sup>1757</sup>

Em São Paulo, dos 645 municípios, 309 constituem sede de comarca.<sup>1758</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de São Paulo foi de 4,36%. Atuavam na justiça estadual 2.240 magistrados, sendo 1.880 na primeira instância e 360 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 5,9 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1759</sup> O total de pessoas atendidas foi de 6.968.511.<sup>1760</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 4.231.973 processos, 13.934.659 estavam pendentes e 2.849.566 foram julgados, o que representava uma taxa de congestionamento de 78,6%<sup>1761</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 490.294 processos deram entrada, 581.808 estavam pendentes e 492.881 foram julgados, o que representava uma taxa de congestionamento de 54,0%.

O estado tem também 105 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 942.263 processos, 1.696.896 estavam pendentes e 950.706 foram julgados, o que representava uma taxa de congestionamento de 64,0%.<sup>1762</sup>

A Defensoria Pública, criada em 2006, contava com 87 defensores (1 defensor para cada 463.121,69 habitantes- 2006), atendendo 7,1% das comarcas do estado, em um total de 653.303 atendimentos, ou seja, 7509,23 atendimentos/defensor. Sua estrutura contemplava a existência de uma Ouvidoria específica, cujo ouvidor era membro alheio aos quadros de carreira.<sup>1763</sup> O Ministério Público Estadual era composto por 124 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 17.906,35 habitantes, sendo 43 promotores de justiça e 81 procuradores.<sup>1764</sup>

---

de 2008

1755 Governo de São Paulo ([www.saopaulo.sp.gov.br/](http://www.saopaulo.sp.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1756 Assembléia Legislativa de São Paulo ([www.al.sp.gov.br/](http://www.al.sp.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1757 Estado de São Paulo, Secretaria da Justiça ([www.justica.sp.gov.br](http://www.justica.sp.gov.br))

1758 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1759 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1760 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1761 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \text{ Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

1762 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1763 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1764 Ministério Público do Estado de São Paulo (estes números correspondem aos nomes divulgado no site do MP, acessado no mês de setembro de 2008. Foi enviada uma solicitação por e-mail, contudo, até o devido momento não houve retorno).



## ■ Segurança Pública

São Paulo tem uma Secretaria de Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Superintendência da Polícia Técnico-Científica e o Departamento Estadual de Trânsito. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria da polícia.<sup>1765</sup>

Desde maio de 1985 está autorizada a criação de Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) em São Paulo. Os CONSEGS estão implantados atualmente em 522 municípios (municípios populosos admitem mais de um Conselho). Eram 84 CONSEGS na Capital, 40 na Região Metropolitana e 660 no Interior e Litoral, totalizando 784 Conselhos.<sup>1766</sup>

Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>1767</sup>

O governo do estado não divulga dados sobre o efetivo do Polícia Militar desde 2003, no entanto, de acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2006 havia no estado 94.512 policiais militares<sup>1768</sup>. Além destes, havia, ainda, 36.042 policiais civis<sup>1769</sup>. No mesmo ano, 185 dos 645 municípios de São Paulo tinham guarda municipal, com um efetivo total de 23.216 guardas.<sup>1770</sup>

## ■ Sistema Prisional

O sistema prisional de São Paulo<sup>1771</sup> está sob administração da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), a qual possui em sua estrutura organizacional um Departamento de Reintegração Social Penitenciária, um Conselho Penitenciário do Estado, uma Corregedoria, entre outros. Sua estrutura conta, também, com a existência de uma Ouvidoria vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário, por meio da qual os presos e seus familiares registram denúncias, reclamações e sugestões.

O estado possui 143 estabelecimentos prisionais, sendo 72 Penitenciárias, 13 Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares, 3 Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, 22 Centros de Ressocialização, 30 Centros de Detenção Provisória e 1 Centro de Readaptação Penitenciária, totalizando 91.800 vagas.

A população prisional em 2007 era de 153.182 presos, considerados os 11.552 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 61.382 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 10,9% da população encarcerada, e de apenas 3,1% no número de vagas<sup>1772</sup>.



1765 Estado de São Paulo ([www.saopaulo.sp.gov.br](http://www.saopaulo.sp.gov.br)) e Secretaria de Segurança Pública de São Paulo ([www.ssp.sp.gov.br](http://www.ssp.sp.gov.br)). Último acesso: setembro de 2008

1766 Conselhos Comunitários de Segurança de São Paulo ([www.conseg.sp.gov.br](http://www.conseg.sp.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

1767 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1768 FBSP, Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2008.

1769 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)).

1770 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1771 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de São Paulo, 2008.

1772 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
<b>Fechado</b>	76.608	5.185	81.793
<b>Semi-aberto</b>	16.520	1.108	17.628
<b>Provisório</b>	40.996	-	40.996
<b>Medida de Segurança - Internação</b>	997	216	1.213
<b>TOTAL</b>	<b>141.630</b>		

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional de São Paulo foi de 657, dos quais 103 foram considerados criminais, 382 naturais, 32 suicídios, e 140 não tiveram o motivo informado. No mesmo período ocorreram 15.095 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 79 e o de fugas 2.303.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 1995 e a Escola de Administração Penitenciária criada na década de 60, mas o funcionamento atual só foi regulamentado em 2000. Das comarcas do Estado, 67 possuem Conselhos da Comunidade, sendo que apenas 14 enviaram relatórios ao Juízo de Execução em 2006; 22 possuem Conselhos de Comunidade que não são operantes e 58 comarcas não possuem Conselho. Até 2007 a assistência jurídica aos presos era feita pela Coordenadoria da Assistência Jurídica ao Preso, vinculada à Procuradoria Geral do Estado, e a execução de penas alternativas tinha o acompanhamento do Departamento de Reintegração, contemplando 9.752 apenados em 29 comarcas.

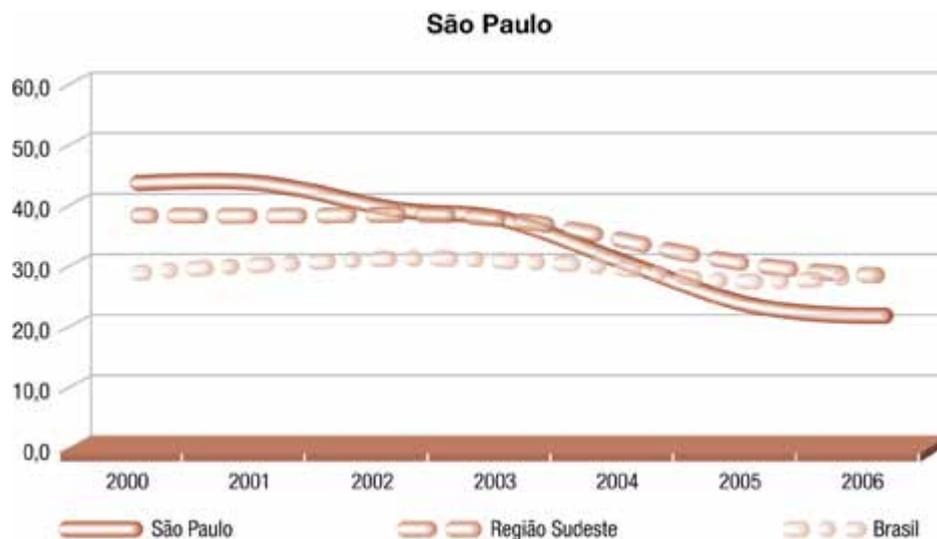
Os convênios com o Depen somaram R\$ 157.824.537,38. Deste montante, 87,30% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de São Paulo foi de 19,90/100 mil habitantes, o que representou uma queda de 47,55% em relação a 2000<sup>1773</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 18,7/100 mil hab e as lesões corporais 512/100 mil hab.<sup>1774</sup>

1773 Ministério da Saúde, Datasus.

1774 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1775</sup> alcançaram a cifra de 749,9 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1776</sup> somaram 88,3 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1777</sup>, 353,4 registros/100 mil hab.<sup>1778</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 533 casos de violência policial, sendo 524 o total de vítimas fatais e 765 o de feridas; 472 casos de execuções sumárias com 700 vítimas fatais e 413 feridas; e 20 casos de linchamento com 5 vítimas fatais e 11 feridas.

Entre os casos de violência policial de maior repercussão na imprensa no ano de 2005 está a chacina ocorrida em Diadema no mês de março, 48 notícias foram coletadas pelo Banco de Dados NEV-USP. Ricardo Silva dos Santos, sargento da PM, foi o responsável pelos tiros que mataram a faxineira Tereza Rodrigues Francisca, 50, e seus filhos Eduardo Rodrigues Francisco Nascimento, 24, e Fábio Francisco Rodrigues, 15. Segundo os relatos de testemunhas, outros seis PMs participaram do crime, versão negada pela polícia. A faxineira e seus dois filhos foram baleados em frente ao portão da casa onde moravam, na Favela do Jardim Portinari, em Diadema<sup>1779</sup>.

Com relação ao ano de 2006, a maior parte das vítimas de violência policial registradas pelo Banco de Dados do NEV-USP tem relação com os ataques do PCC. Os ataques ocorridos em maio de 2006 foi a ofensiva mais expressiva do PCC fora dos presídios do Estado. O início do problema teria sido a apreensão no dia primeiro de maio de um verdadeiro arsenal de armamentos (fuzis, submetralhadoras, granadas, etc), que seriam utilizados no resgate do então líder do PCC, “Marcola”. A ação da facção teria sido frustrada, pois homens foram vistos cortando o alambrado externo da penitenciária de Avaré. A onda de ataques sucessivos do PCC resultou em diversas ações da polícia, nas quais é possível constatar a existência



1775 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1776 Tráfico, uso e porte de drogas

1777 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1778 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1779 Notícias publicadas a partir de 6 de julho de 2005 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

de vítimas fatais e feridas, em mortes de policiais e manifestações imediatas das autoridades públicas de São Paulo. (Importante ressaltar que se tratou de um ano de eleições, em que houve a substituição tanto do governador quanto do prefeito de São Paulo por seus respectivos vices. Diante disso, a principal declaração destes foi a de que o governo não iria ceder aos ataques.).

No dia 15 de dezembro de 2007, cinco policiais militares da cidade de Bauru, no interior do estado, invadiram durante a noite a casa de uma família, procurando por Carlos Rodrigues Júnior que tinha 15 anos, suspeito de ter roubado uma moto. Os policiais entraram no quarto do menino, o algemaram e começaram a agredi-lo e torturá-lo com choques elétricos. A mãe do adolescente ouviu o filho gemer e ao questionar os policiais sobre o que estava acontecendo, eles disseram que aquilo era um “procedimento normal da lei”. Carlos foi encontrado desacordado e molhado, sendo levado pelos policiais ao pronto socorro, onde morreu. O Instituto Médico Legal revelou que a vítima apresentava queimaduras no corpo provocadas pelos choques elétricos e hematomas resultantes do espancamento. Um dos policiais foi flagrado com um fio desencapado, artefato utilizado durante as agressões, porém os soldados alegaram que o garoto havia tido um mal súbito. A prisão preventiva dos policiais foi revogada no início de 2008 e eles ainda esperam pelo julgamento<sup>1780</sup>.

O ano de 2007 também foi marcado por diversas chacinas na zona norte da capital paulista que só começaram a ser desvendadas após as investigações da morte do coronel José Hermínio Rodrigues, responsável pelo policiamento da região e que fazia investigações sobre grupos de extermínio, chacinas e máfias de jogos. Os acusados pela execução do coronel são policiais militares que integravam o grupo de extermínio chamado “Matadores do 18”, fazendo referência ao 18º BPM, e que posteriormente também foram incriminados, juntamente com outros policiais, por diversos crimes. Um deles foi uma chacina ocorrida em 29 de junho, no distrito de Tremembé, que deixou seis rapazes mortos com tiros na cabeça. O motivo do crime seria uma represália pela morte de um sargento da PM num assalto, entretanto, nenhuma das vítimas participou do latrocínio. Em outro caso, um sargento da Rota queria executar jovens que cometiam furtos na zona norte, chamando para isso os policiais de “Matadores do 18”.

No dia 1º de fevereiro, no distrito da Brasilândia, seis rapazes foram mortos e um ficou ferido em um ataque a tiros. Os jovens costumavam tomar refrigerante no local e nenhum deles tinha passagem pela polícia. A Rota teria dado cobertura à chacina<sup>1781</sup>.

Entre as vítimas fatais de execução sumária no ano de 2007, está o diretor-geral do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Mauá, Wellington Rodrigo Segura. Ele foi morto com mais de dez tiros no rosto por dois homens enquanto dava carona a uma colega de trabalho, no dia 26 de janeiro na cidade de Mauá. O diretor era conhecido por ser “linha dura” e pelos mal-tratados cometidos aos presos. A polícia declarou que o atentado foi cometido por integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) após prender suspeitos que confessaram o crime. A morte do diretor foi muito comemorada pelos detentos da unidade que é dominada pela facção criminosa e, em resposta ao crime, os funcionários fizeram uma paralisação, suspenderam visitas e o banho de sol dos presos, além de não aceitarem a entrada de alimentos e cartas trazidos pelos parentes. Com isso, os presos fizeram a seguinte advertência: “Vamos usar essa suspensão de visitas como troféu. Quanto maior a opressão, mais amargo será o fel.”<sup>1782</sup>

1780 Notícias publicadas a partir de 16 de dezembro de 2007 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

1781 Notícias publicadas a partir 2007 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

1782 Notícias publicadas a partir de 27 de janeiro de 2007 nos jornais Folha de S. Paulo, O Diário de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.



Entre os casos de linchamento de 2007 registrados pelo Banco de Dados do NEV-USP, dois resultaram em morte. Um ocorreu na capital paulista, no distrito de Parelheiros, após Oswaldo Bispo do Nascimento ter estuprado e matado Maria Rosália Gonçalves, sendo executado com golpes de facção no início do mês de outubro<sup>1783</sup>. A outra morte aconteceu na cidade de Santos no dia 1º de maio de 2007, após Daniel dos Santos ter também estuprado e matado a menina Letícia Rodrigues da Silva, que na época tinha 10 anos. Em ambos os casos, os agressores eram vizinhos e moradores do local<sup>1784</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 63 áreas de conflito, envolvendo 7053 famílias, em 2005. Em 2006 foram 90 áreas de conflito e 8599 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 75 áreas de conflito somando 8641 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 53 áreas de ocupação, agrupando 5942 famílias. Em 2006 eram 71 áreas com 5311 famílias. E no ano de 2007 eram 75 áreas com 7737 famílias.<sup>1785</sup> Já a Ouvidoria Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário registrou 36 ocupações de terra em 2005, sem mortes. No ano de 2006, foram 72 ocupações de terra, sem mortes. E em 2007, foram 91 ocupações de terra, sem mortes.<sup>1786</sup>

Quanto ao trabalho escravo, no ano de 2007 foram registradas 3 denúncias e 61 trabalhadores libertados.

## ■ Liberdade política

No dia 25 de abril de 2006, o procurador do Estado Sérgio Ricardo Salvador foi assassinado com um tiro no tórax. Seu corpo foi encontrado por polícias militares em trecho da Rodovia Fernão Dias que passa pela zona norte da cidade de São Paulo (SP). Salvador dirigiu a Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do estado, entre 2000 e 2001.<sup>1787</sup>

## ■ Liberdade de imprensa

Em 22 de junho de 2005, Lúcio Sturm, Gilmário Batista e Marçal Queiroz, da TV Globo foram agredidos em frente à sede nacional do Partido dos Trabalhadores (no centro de São Paulo), por volta das 22 horas. Eles faziam uma matéria sobre a crise interna do PT.

Wladimir de Souza, fotógrafo do jornal Diário de São Paulo, acompanhava no dia 10 de agosto de 2005 a prisão de um traficante de drogas no Departamento de Narcóticos, quando o policial Antônio Honório o lançou contra uma parede e quebrou sua câmera.

Um incêndio provocado no dia 8 de setembro de 2005 destruiu boa parte das sedes do Diário de Marília e das rádios Diário FM e Dirceu AM, no interior do Estado. Três indivíduos encapuzados e portando armas ocuparam a Central Marília Notícias e atearam fogo no edifício. José Ursílio de Souza, redator chefe

1783 O Estado de S. Paulo, 03/10/2007.

1784 O Estado de S. Paulo, 02/05/2007.

1785 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1786 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

1787 O Estado de São Paulo, 27/04/2006, <http://www.estado.com.br/editorias/2006/04/27/cid103990.xml>



do Diário de Marília, afirmou que existia a hipótese de que o incêndio tenha sido uma represália contra o jornal, uma vez que ele tinha adotado uma linha editorial crítica em relação aos políticos da região. Os responsáveis pelo ato criminoso, Bruno Gaudêncio Coercio, Amarildo Barbosa e Amauri Delábio Campoy, foram condenados em 25 de janeiro de 2006 a 12 anos de prisão.

O mesmo jornal, na manhã do dia 1º de outubro de 2006, data do primeiro turno das eleições gerais, foi alvo de atos de vandalismo promovido por partidários do ex-prefeito Aberlado Camarinha, o qual foi apontado como um dos suspeitos de envolvimento na ação criminosa que provocou o incêndio no jornal. O ataque dos militantes teria sido para evitar a publicação de um artigo, que falava sobre o processo de invalidação da sua candidatura a deputado federal. Vidros da entrada do jornal foram quebrados, jornalistas sofreram ameaças e a apreensão da edição do jornal do dia foi exigida. Na tarde do mesmo dia uma juíza local emitiu uma ordem que suspendeu a edição do jornal e ordenou o fechamento do site na internet.

Por ordem da juíza federal, Margaret Morales Sacristan, da 5ª Câmara Criminal Federal de SP emitida em 9 de dezembro de 2005 o jornal Folha de São Paulo teve de retirar do seu site (Folha Online) 165 páginas publicadas que faziam referências ao processo da empresa canadense de consultoria, Kroll. A Brasil Telecom utilizou seus serviços nos anos de 2003 e 2004, para espionagem da concorrente Telecom Itália. O caso foi revelado em julho de 2004 pela Folha de São Paulo. Segundo o jornal, o fato deste caso ter se tornado público poderia comprometer pessoas ligadas ao governo do presidente Lula. As matérias revelaram os nomes de 16 pessoas, entre eles, o do ex-presidente da Brasil Telecom. A juíza emitiu uma ordem contra a Folha Online a pedido de uma destas pessoas. O site foi acusado de ter infringido o sigilo da instrução.

Na madrugada de 18 de maio de 2006 a sede do jornal Diário Imprensa Livre de São Sebastião (litoral norte do Estado) sofreu um atentado. Três homens que carregavam galões de gasolina, além de dois revólveres e um fuzil entraram no prédio e agrediram fisicamente cinco dos setes funcionários que estavam no jornal no momento da invasão. Seus corpos foram molhados com gasolina. Todos os exemplares da edição do jornal foram queimados. Tal medida visava intimidar as publicações de informações sobre o Primeiro Comando da Capital, PCC. Contudo, a diretoria do jornal não acreditou que o ataque tenha sido por parte do PCC. Cogitou-se a possibilidade do ataque estar ligado às revelações feitas pelo jornal sobre a administração municipal.

O jornal Estado de São Paulo em sua edição de 25 de maio de 2006 revelou a existência de uma movimentação de recursos ilegais no Banco Rural. Contas de algumas personalidades foram mencionadas, entre elas, o ex-presidente Fernando Collor de Mello, Anthony Garotinho, que neste período era candidato a presidente, e André Puccinelli, membro Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o mesmo de Garotinho. O artigo informava que Puccinelli havia recebido uma quantia em dinheiro em novembro de 2004 (um mês antes de deixar o cargo de prefeito de Campo Grande). O ex-prefeito entrou com um pedido junto a 6ª Câmara Civil do Tribunal de Campo Grande, solicitando que o jornal pagasse cerca de 100.800 reais toda vez que o seu nome estivesse impresso em uma das suas páginas. Uma multa de 504 reais por exemplar impresso foi fixada pelo juiz José Ali Nahmad Netto. Considerando a tiragem da publicação a multa equivaleu aproximadamente a 7.800.000 reais por dia. A justiça não decretou o recolhimento das edições que haviam circulado até aquela data, como queria André Puccinelli.

No dia 8 de setembro de 2006, a Folha de São Paulo tomou ciência de que duas das suas linhas telefônicas (uma fixa e outra de um celular de sua sucursal em Brasília) foram objeto de escuta telefônica por parte da Polícia Federal, entre os dias 1º de agosto ao dia 29 de setembro. Os policiais envolvidos na investigação disseram que a escuta telefônica foi solicitada devido à necessidade de acompanhar todas as conversas por telefone de Gedimar Passos, que teria tido contato apenas com o veículo Folha de São



Paulo e estaria sendo investigado por envolvimento em escândalos no governo federal.

Luiz Carlos Barbon Filho, jornalista do Jornal do Porto e da JC Regional, foi assassinado na noite de 5 de maio de 2007. Barbon costumava em seus artigos dirigir acusações aos políticos locais, o que lhe rendeu uma quantia significativa de inimigos. O jornalista foi morto por dois homens de motocicleta em Porto Ferreira (interior do Estado).

A Justiça do Estado de São Paulo, em 15 de junho de 2007, proibiu o jornal Folha de Vinhedo de publicar a entrevista feita com o ex-secretário jurídico do município de Vinhedo, Paulo Cabral. Nela o ex-secretário acusava autoridades locais de envolvimento em casos de corrupção. Para a juíza Ana Lúcia Xavier Goldman, as revelações “afetariam a credibilidade do poder judiciário e do ministério público de Vinhedo”. Por isto, optou por determinar em 1º e 15 de junho de 2007 “censura preventiva” contra o jornal, também aplicou uma multa de cerca de 600 reais por artigo impresso e difundido.

João Alckmin, locutor da Rádio Piratininga e primo do ex-governador Geraldo Alckmin, foi vítima de um atentado. Ele foi hospitalizado e ficou sobre proteção policial. Um dos motivos da agressão pode ter sido uma investigação feita pelo apresentador por cerca de cinco anos sobre a máfia das máquinas de jogos e o envolvimento de alguns políticos. O mesmo já havia recebido ameaças por telefone e cartas. Em 2006, o advogado Rodrigo Duenhas, confundido com ele, foi atingido no pescoço por uma bala<sup>1788</sup>.

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado de São Paulo é composta por 28% de crianças e adolescentes<sup>1789</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,856, considerado alto. Existem 30,2% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 4,4% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 0,4%.<sup>1790</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 1,0% e a taxa<sup>1791</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 18,4%<sup>1792</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 7,9% morrem vítimas de homicídio<sup>1793</sup>.

No estado há 689 conselhos tutelares, 554 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 63 varas da infância e juventude<sup>1794</sup>, 03 promotorias da infância e juventude<sup>1795</sup>, e 12 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>1796</sup>.

Em 2006, havia 6059 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que

1788 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

1789 Entre 12 e 18 anos de idade.

1790 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1791 Por mil nascidos vivos

1792 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1793 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1794 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1795 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1796 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).



a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 3,6%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 12,19/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 4.517 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1797</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representavam aproximadamente 51,51% da população de São Paulo, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 78,30 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 19,3% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1798</sup>.

O estado tinha 124 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 22 Centros de Referência; 13 Casas Abrigo; 19 varas adaptadas para situações de violência doméstica e 26 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1799</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somaram, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 5.574.009,15<sup>1800</sup>.

## ■ Idosos

A população de São Paulo é composta por 10,7% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 22,5% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 5,4% residem em domicílios cuja renda média per capita era de até ½ salário mínimo. No estado, a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1801</sup> é de 3,5%<sup>1802</sup>.

## ■ Afro-descendentes

Em São Paulo, 5,8% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 7,3%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 4,3%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 7,7 e o rendimento mensal médio é de 2,2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 9,5 e 4, respectivamente<sup>1803</sup>.

## ■ Indígenas

O estado paulista conta com 8,69% do total da população indígena brasileira. Isso equivale a – aproximadamente – 63.789 pessoas.<sup>1804</sup> Essa população está organizada em cinco povos, conforme segue na tabela abaixo:<sup>1805</sup>

1797 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1798 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1799 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mmulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mmulher.php))

1800 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convenios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convenios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1801 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1802 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1803 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1804 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1805 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.



Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Terena	Não constam outros nomes ou grafias	Aruak
Kaingang	Guayanás	Jê
Krenak	Crenaque, Crenac, Krenac, Botocudos, Aimorés, Krén	Krenák
Guarani Mbya	Guarani M'byá	Tupi-Guarani
Guarani Nandeva	Ava-Chiripa, Ava-Guarani, Xiripa, Tupi-Guarani	Tupi-Guarani

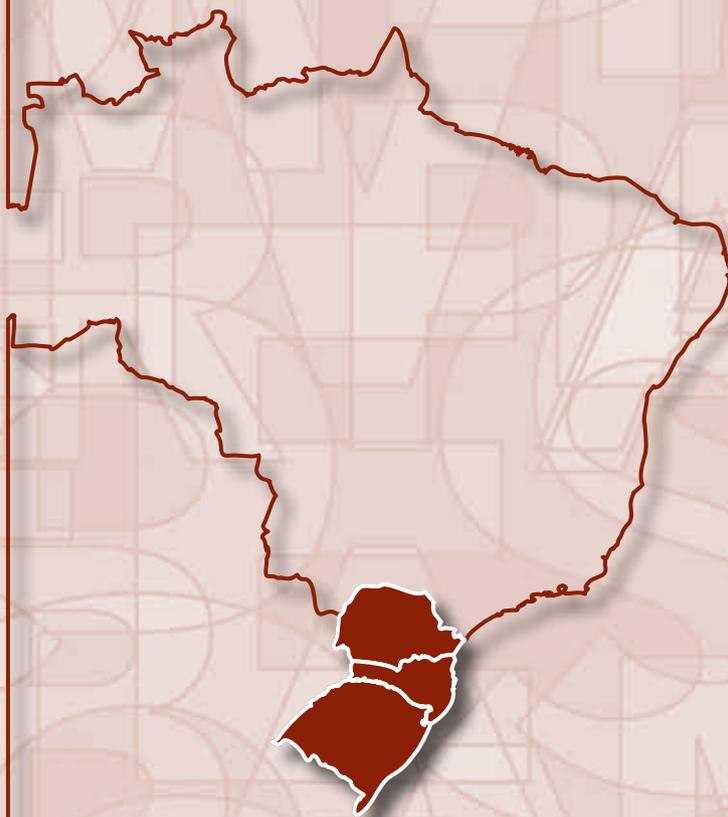
O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1806</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declaradas</b>	02
<b>Em Identificação</b>	02
<b>Homologadas</b>	11
<b>Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação</b>	01



1806 Instituto Sócio Ambiental ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)), consultado dia 27 de outubro de 2008.

## REGIÃO SUL



PARANÁ **PR**

RIO GRANDE DO SUL **RS**

SANTA CATARINA **SC**

A região Sul concentra 14,3% da população do país e detém, em 2006, 16,6% do PIB nacional.<sup>1807</sup> Em 2004, a participação da região no PIB nacional era de 18,3%. Na região, o estado que apresentou a variação mais significativa em relação à participação no PIB nacional foi o Rio Grande do Sul que passou de 8,1% (2004) para 6,6% (2006). Para os demais estados, a variação não foi significativa.

Em 2006, o Índice Gini<sup>1808</sup> da região era de 0,510, abaixo do índice nacional de 0,547. Santa Catarina era o estado com a menor desigualdade (0,486) e o Paraná o de maior (0,524). Em relação a 2004, houve uma pequena melhora na distribuição da renda regional, passando de 0,522 para 0,510. O estado com a maior variação foi o Paraná que passou de 0,541 para 0,524.

Em 2006, o grupo dos 10% mais pobres detinha apenas 1,4% da renda mensal da região, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 37,8% da renda.<sup>1809</sup> Para aquele ano, aproximadamente 41,7% das famílias do Sul tinham rendimento per capita de até um salário-mínimo enquanto apenas 6,5% acima de cinco salários-mínimos. Paraná era o estado da região como maior número de famílias com rendimento per capita até um salário mínimo (46,7%) e Santa Catarina o com menor número (34,3%)<sup>1810</sup>.

Quando se observam os dados de 2004, nota-se que não houve grandes alterações tanto no número de famílias com rendimento per capita de até um salário mínimo como entre aquelas que recebiam mais de cinco salários-mínimos. Respectivamente, estes números eram 41,6% e 6,5%.

Dados como estes sinalizam que a desigualdade e a concentração de renda permaneceram inalteradas, tendência reproduzida em todos os estados da região. A maior variação foi em Santa Catarina, onde o número de famílias com rendimento per capita de até um salário-mínimo variou de 34,3% (2004) para 35,3% (2006) e o que recebia mais de cinco salários passou de 5,7% (2004) para 6,7% (2006).

Em 2007, as despesas públicas com a justiça correspondiam a 5,4% do orçamento global<sup>1811</sup>. O número de juízes para cada 100 mil habitantes era de 7,1. Esta relação, entre os estados da região, não apresenta grandes variações.

Em relação a 2004, as despesas públicas com a justiça permaneceram praticamente estáveis. O número de juízes para cada 100 mil habitantes aumentou, passando de 6,2 para 7,1 em 2007. Rio Grande do Sul é o estado que apresentou a maior variação (+18,5%).

A taxa média de congestionamento da justiça estadual foi de 76,5 % (2007) na primeira instância.<sup>1812</sup> Apesar da taxa média de congestionamento na justiça estadual ser ainda considerada alta, constata-se que houve, no período, uma considerável queda. Na primeira instância, esta taxa era, em 2004, de 82,4.

1807 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)).

1808 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas e domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1809 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1810 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1811 Os valores relativos ao DF não foram computados na apuração da média em razão de suas despesas serem suportadas pelo orçamento da união.

1812 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2006



A Defensoria Pública, que é o principal órgão de defesa dos cidadãos desprovidos de recursos, apresentou na região sul a menor taxa do Brasil, aproximadamente 1 defensor público para cada 100 mil habitantes. Quando se considera a distribuição dos defensores entre os estados, verifica-se que esta situação é ainda mais precária, sobretudo, por existirem defensores apenas no estado do Rio Grande do Sul. Até 2006, o Paraná e Santa Catarina não contavam com defensorias públicas.<sup>1813</sup>

Em 2007, a região Sul respondia por 15,9% da população encarcerada do país<sup>1814</sup>. O número de presos pelo total de vagas disponíveis era de 1,9, o que indica uma situação de superlotação no sistema prisional. Entre os estados da região, Paraná era o que possuía a maior defasagem, 2,6 presos por vagas, e o Rio Grande do Sul possuía a menor defasagem da região, 1,6.

Em relação a 2005, a população encarcerada da região Sul aumentou 27,1%, Paraná foi o estado com maior aumento (54,2%) e Santa Catarina com o menor (8,0%). No mesmo período, o número de vagas na região cresceu 13,8%. Santa Catarina apresentou um decréscimo de 5,6% de vagas e Paraná um aumento de 60,4%.

O aumento de vagas na região não redundou na diminuição da relação preso/vaga. A relação que, em 2005, era de 1,4 presos por vaga passou para 1,9 (2007). O estado onde esta relação mais cresceu foi o Paraná, que passou de 1,5 para 2,6.

Em 2006, os adolescentes em conflito com a lei correspondiam a 14,4% dos jovens internados no país e apenas 0,07% da população entre 12 e 17 anos da região. O Rio Grande do Sul era o estado com a maior participação no número de jovens internados (7,0%) e Santa Catarina com a menor (1,7%).

Quando comparado com 2004, o número de adolescentes cumprindo medida em meio fechado subiu 15,5%, tendência observada em todos os estados da região. Paraná foi o estado com maior aumento 29,3%.

Enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil era, em 2006, de 26,3, a região Sul tinha a taxa de 21, a mais baixa taxa entre as regiões brasileiras, variando de 29,7, no Paraná, a 11,1 em Santa Catarina.

Em relação a 2004, a taxa regional de homicídios subiu 1,9%, permanecendo praticamente estável em Santa Catarina (0,8%), caindo no Rio Grande do Sul (-3,6%) e aumentando no Paraná (6,13%).

Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ)<sup>1815</sup> apontam que, em 2005, 8,9% das ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio<sup>1816</sup> estavam na região Sul, o que corresponde a uma taxa de 4,8 casos por mil habitantes. Na região, esta taxa variou de 6,6, no Rio Grande do Sul, à 1,3, em Santa Catarina.

Em 2004, estas ocorrências correspondiam a 9,4% do total do país. Houve, portanto, uma pequena queda, que se distribuiu entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Paraná foi o único estado da federação que não enviou informações sobre este item tanto para 2004 como para 2005.

1813 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1814 Não foram divulgados dados do Distrito Federal sobre os sentenciados em regime aberto, que cumprem pena em regime domiciliar.

1815 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1816 Roubos e extorsões mediante seqüestro



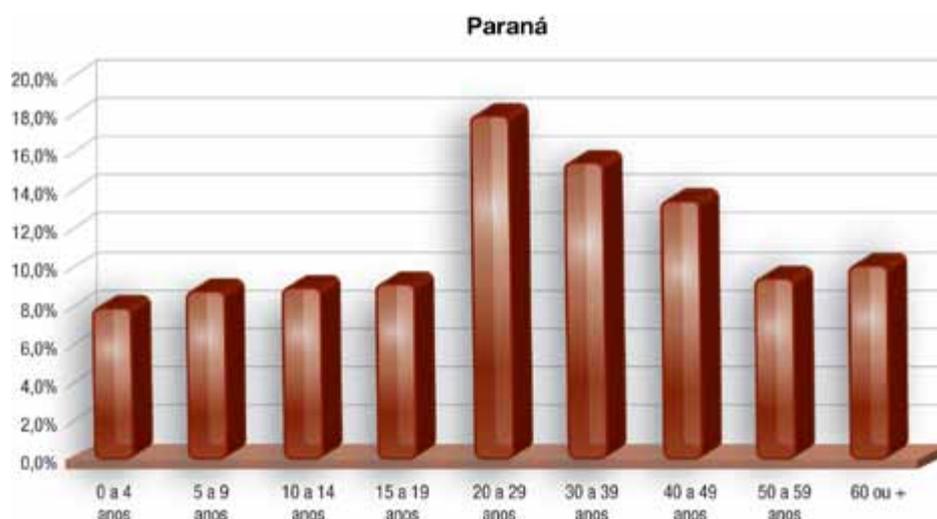




## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

**O** Paraná tem 399 municípios, com território de 199.314,850 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 10.410.000 habitantes (52,23 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 84,49% vivem na área urbana e 15,51% na área rural<sup>1817</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,1%, igual a média regional (2,1%) e abaixo da média nacional (2,4%)<sup>1818</sup>. Curitiba, capital do estado, tem 1.797.408 habitantes (4.131,97 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1819</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 126.621.933,00 (5,9% do PIB nacional)<sup>1820</sup>. O Índice Gini<sup>1821</sup> da distribuição de renda é 0,524, acima da média regional de 0,51, mas abaixo da média nacional de 0,547, ocupando a 14<sup>o</sup> posição entre os estados<sup>1822</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,711 em 1991 para 0,787 no ano 2000 (+ 10,87%) o que o coloca no grupo dos estados com médio desenvolvimento<sup>1823</sup>.

1817 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1818 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1819 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1820 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1821 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1822 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1823 PNUD, 2000



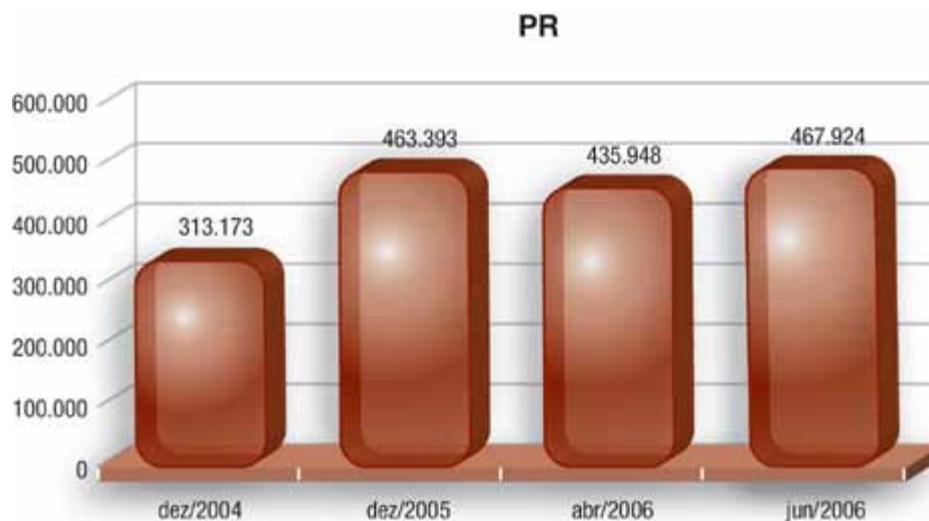
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Paraná em 2006 era de aproximadamente 5.630.000 pessoas, o que representa 54,08 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1824</sup>, 20,5% estavam no setor agrícola, 15,9% na indústria, 6,5% na construção, 19% no comércio e 38,1% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 25,03% e a taxa de desocupação, 6,7%.<sup>1825</sup>

## RENDA

No Paraná, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,6% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 130,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 39,2% da renda, com rendimento médio de R\$ 4.038,00. Existiam 46,71% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 6,03% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1826</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1827</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 71,97% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1828</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,3 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,7. Dos domicílios urbanos, 42,9% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 7% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1829</sup>.

1824 De 10 ou mais anos de idade

1825 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1826 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1827 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1828 IBGE, SIDRA, 2006

1829 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



Do total de domicílios, 1,09% não tinham banheiro ou sanitário, 10,14% não tinham coleta de lixo e 0,75% não tinham iluminação elétrica<sup>1830</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 6,6%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 19%<sup>1831</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1832</sup> era de 7,5 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1833</sup> em relação à série recomendada era de 14,8%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1834</sup> era de 29,2%<sup>1835</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	153,63	380,47
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,38	0,54
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,2	1,62
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	43,96	52,15
<b>Detecção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	1,59	1,48
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	12,28	12,03
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	26,9	29,1
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	42,1	42,3
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	4,01	3,36

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

1830 IBGE, SIDRA, 2007

1831 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1832 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1833 Em até 2 anos.

1834 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1835 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	82,7	68,5	66,1	61,8	59,6
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	23,3	19,6	14,5	14	13,2
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	26,5	30,9	33,1	28,2	24,7
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	83,8	89,1	91,8	92,6	92,3
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	87,9	91,9	94,1	94,4	94,7
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	39,6	38,6	31,12	30,94	29,56
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	14,4	16,5	15,5	14,9	14,27
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	90,9	96,8	97,86	98,87	98,64
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	47,9	51,6	98,24	98,85	98,91
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	26	44	78,38	82,06	84,52
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	11,7	23,25	27,73	34,05

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Paraná dispôs de uma receita de R\$ 14.784.407.397,00 - 20,92% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1836</sup>:



Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Varição
SEGURANÇA PÚBLICA	2,52%	6,75%	4,23%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,37%	0,85%	0,48%
SAÚDE	9,07%	11,18%	2,11%
TRABALHO	0,14%	0,24	0,1%
EDUCAÇÃO	17,03%	18,64%	1,61%
DIREITOS DA CIDADANIA*	1,02%	1,37%	0,35%
HABITAÇÃO	0,23 %	0,21%	-0,02%
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 23 secretarias<sup>1837</sup> e 244.755 servidores<sup>1838</sup>, na proporção de um servidor para cada 42 habitantes, representando um aumento de 3,05% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Paraná era feita por 30 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 54 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Paraná assinou 25 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 4.234.379,22. Destes convênios, cinco foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à proteção de vítimas e testemunhas, onze à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, cidadania), dois à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e três à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>1839</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Paraná e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribui para a redução da violência.<sup>1840</sup>

1837 Gestão 2007-2010

1838 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1839 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1840 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008



Não há no estado uma secretaria específica para as questões de direitos humanos.<sup>1841</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.<sup>1842</sup>

## ■ Justiça

O Paraná tem uma Secretaria de Estado de Justiça, à qual está vinculada o Conselho Permanente do Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o Conselho Nacional Antidrogas, o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, o Conselho de Defesa do Consumidor, o Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos e o Conselho Deliberativo do Protege. Sendo o Departamento Penitenciário, o PROCON, Direitos do Cidadão e a Defensoria Pública também abrangidos por esta Secretaria.<sup>1843</sup>

Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Paraná foi de 4,16%. Atuavam na justiça estadual 629 magistrados, sendo 456 na primeira instância e 173 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 6,7 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1844</sup> O total de pessoas atendidas não foi divulgado.<sup>1845</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 616.626 processos, 1.870.407 estavam pendentes e 363.155 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 85,4%<sup>1846</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 65.311 processos deram entrada, 29.069 estavam pendentes e 68.421 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 27,5%.

O estado tem também 52 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 215.713 processos, 298.062 estavam pendentes e 190.762 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 62,9.<sup>1847</sup>

Os dados referentes à Defensoria Pública não foram divulgados nem para o II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil do Ministério da Justiça, nem em relatórios específicos do governo do estado. Com relação ao Ministério Público Estadual, ele é composto por 542 membros, o que correspondendo a 1 membro para cada 77.910,06 habitantes, sendo 462 promotores de justiça e 80 procuradores.<sup>1848</sup>

## ■ Segurança Pública

O Paraná tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, a Polícia Científica, o Corpo de Bombeiros Militar e o Departamento Estadual de Trânsito. Não há uma corregedoria geral nem uma ouvidoria do sistema de segurança pública.<sup>1849</sup>

Em 1993, teve início o Projeto Policiamento Ostensivo Volante (POVO), que foi reorganizado, incor-

1841 Governo do Paraná ([www.parana.pr.gov.br/](http://www.parana.pr.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1842 Assembléia Legislativa do Paraná ([www.alep.pr.gov.br/](http://www.alep.pr.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há disponíveis as atas das reuniões da comissão ou os projetos encaminhados por ela.

1843 Estado do Paraná, Secretaria de Estado e Justiça ([www.pr.gov.br/seju](http://www.pr.gov.br/seju))

1844 Conselho Nacional de Justiça 2007.

1845 Conselho Nacional de Justiça 2007.

1846 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \cdot \text{Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

1847 Conselho Nacional de Justiça 2007.

1848 Ministério Público do Estado do Paraná (informação obtida por telefone no mês de setembro).

1849 Estado do Paraná ([www.parana.pr.gov.br/](http://www.parana.pr.gov.br/)) e Secretaria de Segurança Pública do Paraná ([www.seguranca.pr.gov.br/](http://www.seguranca.pr.gov.br/)) último acesso: setembro de 2008.



porando as idéias do policiamento comunitário, e relançado em 2004, com a "finalidade de obter uma redução dos níveis de criminalidade e violência, através da interação entre a polícia e a comunidade".<sup>1850</sup> Desde setembro de 2003 está autorizada a criação de Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) no Paraná. Entretanto, o primeiro CONSEG paranaense já havia surgido em 1982, na cidade de Londrina, como uma sociedade civil sem fins lucrativos.<sup>1851</sup> Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>1852</sup>

O efetivo policial era 24.912 em 2006, sendo 4.351 policiais civis, 17.666 policiais militares e 2.895 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 410,68 habitantes.<sup>1853</sup> Em 2006, 19 dos 399 municípios do Paraná tinham guarda municipal, com um efetivo total de 3.305 guardas.<sup>1854</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Paraná<sup>1855</sup> está sob administração do Departamento Penitenciário do Estado (DEPEN), unidade da administração direta da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (SEJU). Sua estrutura conta apenas com a existência de uma Ouvidoria Geral criada em 2003, que atua junto ao Poder Executivo. Também não há uma Corregedoria específica ligada à estrutura da administração penitenciária do estado.

O estado possui 23 estabelecimentos prisionais, sendo 15 Penitenciárias, CDR's e CDP's, 4 Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares, 2 Casas do Albergado, 1 Centro de Observação Criminológica e Triagem e 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, totalizando 11.846 vagas.

A população prisional em setembro de 2007 era de 30.237 presos, considerados os 9.712 custodiados em delegacias policiais e os 9.463 em regime aberto, o que representava um déficit de 18.391 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 61,6% da população encarcerada e de 60,4% no número de vagas<sup>1856</sup>.

1850 Secretaria de Segurança Pública do Paraná.

1851 Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança - Paraná ([www.conseg.pr.gov.br](http://www.conseg.pr.gov.br)).

1852 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1853 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1854 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1855 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Paraná, 2008.

1856 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.



REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
<b>Fechado</b>	6.178	199	6.377
<b>Semi-aberto</b>	1.627	88	1.715
<b>Provisório</b>	2.546	113	2.659
<b>Medida de Segurança - Internação</b>	291	20	311
<b>TOTAL</b>	<b>11.062</b>		

Fonte: INFOPEN

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Paraná foi de 53, dos quais 2 foram considerados criminais e 51 naturais. No mesmo período ocorreram 680 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 13 e o de fugas 104.

No Fundo Penitenciário Estadual a aplicação e fiscalização dos recursos é feita pelo Conselho Diretor, que tem como presidente o Secretário da Justiça. Em 1991, foi criada a Escola de Administração Penitenciária, situada em Curitiba, que tem sob sua competência a elaboração de pesquisas, programas e a realização de levantamentos das necessidades que orientem a definição dos treinamentos e cursos.

O Paraná possui, ainda, 130 Conselhos da Comunidade instalados nas comarcas do estado, contudo, somente 10 se localizam em municípios que possuem unidades penais. Além do mais, apenas 8 unidades prisionais recebem visitas dos Conselhos. A assistência jurídica aos presos é feita por 37 advogados do Quadro Geral de Advogados do Estado, 21 auxiliares administrativos e 2 assistentes administrativos. As consultas individuais são realizadas de acordo com a disponibilidade dos advogados em relação ao total de presos interessados. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento da Vara Penal Especializada em Penas e Medidas Alternativas, contemplando 3.967 apenados em outubro de 2007.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 14.002.457,78. Deste montante, 91,95% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Paraná foi de 29,73/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 55,32% em relação a 2000<sup>1857</sup>. O estado não informou à Secretaria Nacional de Segurança Pública o número de ocorrências de tentativas de homicídio, de lesões corporais, assim como, as de crimes violentos contra o patrimônio<sup>1858</sup>, as dos delitos envolvendo drogas<sup>1859</sup> e os delitos de trânsito<sup>1860</sup>.

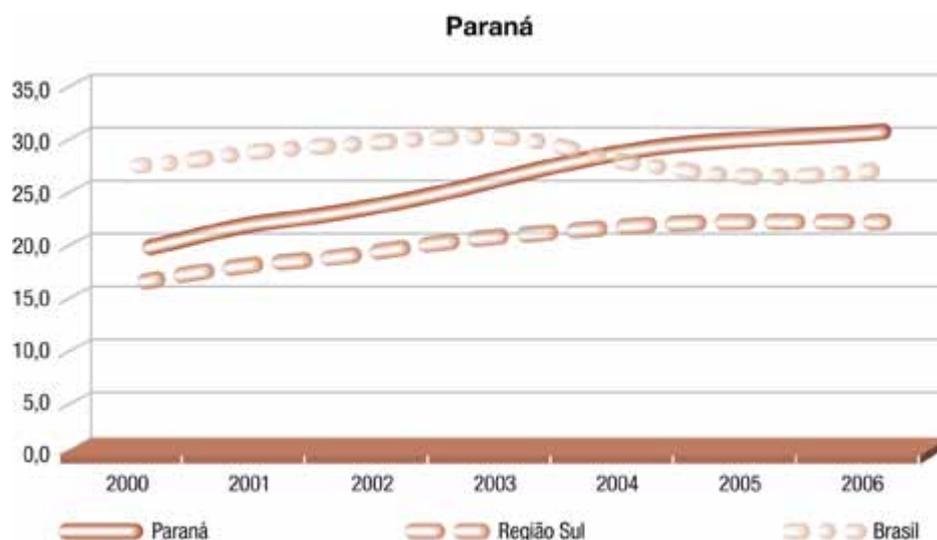
1857 Ministério da Saúde, Datasus.

1858 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1859 Tráfico, uso e porte de drogas

1860 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito





Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 8 casos de violência policial, sendo 6 o total de vítimas fatais e 10 o de feridas, 13 casos de execuções sumárias com 18 vítimas fatais e 13 feridas e 2 casos de linchamento com uma vítima fatal.

Entre as vítimas fatais por violência policial está o DJ Cléverson Guimarães Pinheiro, morto na noite do dia 11 de maio de 2006, em Curitiba. Testemunhas afirmaram que a morte do rapaz foi causada por um espancamento durante uma abordagem feita pelos PMs na casa do DJ. Os quatro policiais envolvidos foram afastados dos serviços de rua para responder ao inquérito, e alegaram que a vítima portava drogas e reagiu à prisão<sup>1861</sup>.

O Movimento dos Sem-Terra acusou a Polícia Militar do Paraná, no dia 23 de março de 2007, de agir com violência na desocupação da Fazenda Três Pontos, em Diamante do Oeste. Segundo o movimento, seis sem-terra ficaram feridos e dois sofreram fraturas nos braços. A Secretaria de Segurança Pública declarou que os sem-terra reagiram: “Foi um longo processo de negociação e tomamos todas as cautelas, mas infelizmente os ocupantes tentaram agredir a polícia, que teve de se defender”, disse o major Celso José Mello<sup>1862</sup>.

Entre as vítimas fatais por execução sumária está Pedro Gilmar Ferreira, morto em 25 de maio de 2005. Ele era proprietário de máquinas de caça-níqueis. Segundo a Promotoria de Investigações Criminais de Foz do Iguaçu, o assassinato teria sido encomendado por empresários de jogos, que formavam uma espécie de “cooperativa” que subornava policiais. A vítima teria se recusado a colaborar com tal cooperativa, sendo este fato o principal motivador de sua morte. Os empresários responsáveis pelo crime foram presos<sup>1863</sup>.

Jocélia Oliveira Costa, líder do Movimento de Libertação dos Sem-Terra, foi outra vítima fatal por execução sumária. Ela foi morta junto com a sua filha de cinco anos no dia 18 de junho de 2006, em um

1861 O Estado de S. Paulo, 13/05/2006.

1862 O Estado de S. Paulo, 24/03/2007.

1863 O Estado de S. Paulo, 04/11/2005.



acampamento na rodovia BR-369 na cidade de Cascavel. Ezequias Faleiros foi atingido por um tiro na perna, estava perto do barraco de Jocélia no momento dos disparos. A polícia apontou outro sem-terra expulso por Jocélia do acampamento como principal suspeito de ter cometido os crimes<sup>1864</sup>.

O corpo do estudante Bruno Strobel Coelho dos Santos foi encontrado no dia 8 de outubro de 2007 em uma ribanceira às margens da Rodovia dos Minérios. O rapaz que estava desaparecido desde do dia 2, foi morto por três seguranças de uma empresa de vigilância de Curitiba depois de ter sido pego pichando as paredes de uma clínica no bairro Alto XV. Marlom Balem Janke, Eliandro Luiz Marconcini e Douglas Rodrigo Sampaio Rodrigues, os responsáveis pelo crime, foram presos<sup>1865</sup>.

Valcir dos Santos Oliveira, responsável pela morte do policial militar Jefferson Iozwiach Stackim no início do mês de dezembro de 2007, foi encontrado dias depois morto na cela da delegacia de Umuarama. Oliveira possuía alguns hematomas pelo corpo, a polícia não afirmou se ele tinha sido linchado antes de ser preso ou na própria delegacia.<sup>1866</sup>

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 49 áreas de conflito, envolvendo 6416 famílias, em 2005. Em 2006 foram 51 áreas de conflito e 5848 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 39 áreas de conflito somando 4526 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 36 áreas de ocupação, agrupando 5015 famílias. Em 2006 eram 25 áreas com 2372 famílias. E no ano de 2007 eram 17 áreas com 2445 famílias.<sup>1867</sup> Já a Ouvidoria Agrária registrou, no ano de 2005, 15 ocupações de terra, contando 3 mortes não relacionadas aos conflitos agrários e 1 em investigação. Em 2006 foram 7 ocupações de terra, sem mortes. No ano de 2007, contabilizadas 11 ocupações de terra, sem mortes.<sup>1868</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 1 denúncia de trabalho escravo sendo 82 trabalhadores libertados. Em 2006 foram 5 denúncias e 64 trabalhadores libertados. No ano de 2007, foram registradas 5 denúncias e 130 trabalhadores libertados.

## ■ Liberdade política

No dia 22 de fevereiro de 2007, o promotor Roberto Moellmann Gonçalves de Barros foi encontrado morto em sua casa, no município de Curitiba (PR). Ele foi degolado e havia sinais de luta pelo corpo. O promotor trabalhava na Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba.<sup>1869</sup>

## ■ Liberdade de imprensa

Uma equipe de repórteres da RBS TV estava cobrindo uma manifestação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na cidade de Sarandi, em 15 de março de 2005, quando quatro indivíduos encapuzam-

1864 Folha de S. Paulo, 20/06/2006. O Estado de S. Paulo, 20/06/2006 -21/06- 24/06. O Diário de S. Paulo, 20/06/2006.

1865 Folha de S. Paulo, 18/10/2007. O Diário de S. Paulo, 18/10/2007. O Estado de S. Paulo, 18/10/2007- 20/10.

1866 O Estado de S. Paulo, 11/12/2007.

1867 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1868 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scid=1935>)

1869 Folha Online, 22/02/2007, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u132159.shtml>



dos atearam fogo nos equipamentos de filmagem. Leonel Lacerda declarou ao Repórteres sem Fronteira que: “Depois, que me tiraram o microfone, rasgaram minha camiseta e me bateram várias vezes”. O jornalista ficou com alguns hematomas pelo corpo, contudo, afirmou que as maiores seqüelas da agressão foram psicológicas. A RBS recorreu à justiça e adotou medidas para adiantar a investigação.

O Tribunal Superior Eleitoral do Paraná no dia 19 de outubro de 2006 estipulou que a estação de rádio CBN deveria pagar uma multa de aproximadamente 20.000 reais, pois Arnaldo Jabor, jornalista da rádio, emitiu parecer que foi interpretado como favorável demais a Geraldo Alckmin, que no período era candidato a presidente da república. A coalizão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato a reeleição, apresentou uma ação à justiça. O Tribunal ordenou à CBN que o comentário de Jabor fosse retirado do seu site na internet. A estação de rádio foi acusada de ter infringido a lei eleitoral, que proíbe qualquer propaganda em período eleitoral. A campanha oficial havia começado em 1º de julho de 2006).

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Paraná é composta por 30,5% de crianças e adolescentes<sup>1870</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,776, considerado médio. Existem 37,5% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 12,6% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de -0,1%.<sup>1871</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 1,4% e a taxa<sup>1872</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 22,3%.<sup>1873</sup> Entre os jovens menores de 19 anos, 15,3% morrem vítimas de homicídio<sup>1874</sup>.

No estado há 122 conselhos tutelares, 394 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 71 varas da infância e juventude<sup>1875</sup>, 01 promotoria da infância e juventude<sup>1876</sup> e 03 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>1877</sup>.

Em 2006, havia 895 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 24,3%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 6,73/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 1.365 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1878</sup>.

1870 Entre 12 e 18 anos de idade.

1871 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1872 Por mil nascidos vivos

1873 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1874 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1875 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1876 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1877 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1878 SINASE - ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))



## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 51,46% da população do Paraná, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 77 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 21,3% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1879</sup>.

O estado tinha 14 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 6 Centros de Referência; 5 Casas Abrigo; 1 vara adaptada para situações de violência doméstica e 10 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1880</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ de R\$ 2.355.634,08<sup>1881</sup>.

## ■ Idosos

A população do Paraná é composta por 9,8% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 28,7% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 8,8% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado, a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1882</sup> é de 4,4%<sup>1883</sup>.

## ■ Afro-descendentes

No Paraná, 5,8% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 12,9%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 5%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,6 e o rendimento mensal médio é de 1,9 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,7 e 3,2, respectivamente<sup>1884</sup>.

## ■ Indígenas

No estado do Paraná, encontramos uma população indígena na marca de 31.488 habitantes. Isso equivale a 4,29% do total dos indígenas em território nacional<sup>1885</sup>. Essa população está organizada em quatro povos, conforme tabela abaixo<sup>1886</sup>.

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Kaingang	Guayanás	Jê

1879 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1880 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mmulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mmulher.php))

1881 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1882 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1883 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1884 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1885 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1886 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.



Guarani Mbya	Guarani M'byá	Tupi-Guarani
Guarani Ñandeva	Ava-Chiripa, Ava-Guarani, Xiripa, Tupi-Guarani	Tupi-Guarani
Xetá	héta, chetá, seta	Tupi-Guarani

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1887</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declarada</b>	02
<b>Dominial Indígena</b>	03
<b>Em Identificação</b>	07
<b>Homologadas</b>	13
<b>Reservada</b>	01

Em 2006 houve denúncias de que os indígenas ficaram prejudicados na saúde com a utilização de agrotóxico pelos fazendeiros nas lavouras de soja. Na época do cultivo o veneno atingiu a caça e a água consumida pelos índios.<sup>1888</sup>

Há anos os Guarani reivindicam a identificação e demarcação da terra indígena Ava-Guarani de Ocoi. Até 2007 viviam 600 pessoas num espaço territorial reduzido que dependia de políticas assistenciais do governo.<sup>1889</sup>

Em 2007, a terra indígena Boa Vista, da comunidade Kaingang estava em precárias condições, em barracos de lona, acampada em 1 hectare da sua terra tradicional. A demarcação dessa localidade ainda estava em tramitação em 2007. A comunidade dependia de cestas básicas advindas do Governo Federal e da Provopar, órgão do Estado que troca comida por artesanato.<sup>1890</sup>

A terra indígena Yvyaporã Laranjinha foi identificada e delimitada em 12 de abril de 2006, com 1.238 hectares. A portaria declaratória foi assinada somente em abril de 2007. Entretanto, o desembargador da 4ª região do TRF suspendeu os efeitos da portaria, em ação judicial impetrada pelos invasores das terras indígenas em questão. O atraso no processo de regularização da terra tradicional dos Guarani agrava mais as precárias condições em que vivem os índios.<sup>1891</sup>

1887 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1888 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1889 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1890 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1891 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).



Um estudante universitário indígena, do povo Kaingang, morava em uma pensão próxima a universidade. Em 2007, esse jovem foi surpreendido por um grupo que teria tentado roubar seus sapatos, mas ele fugiu. No dia seguinte, apareceu em sua porta um bilhete escrito “sabemos que você é índio, da próxima você não escapa”. O bilhete tinha uma figura da suástica nazista. O jovem trancou a matrícula na universidade e voltou para aldeia.<sup>1892</sup>

Além disso, segundo dados levantados pelo Conselho Indigenista Missionário, foram verificados quatro casos de desnutrição e desassistência à saúde indígena, que são responsabilidade da FUNASA. Todos ocorreram contra indivíduos do povo Guarani, na Terra Indígena “Tekoha Araguaju” (entre os municípios de Terra Roxa e Guaira).<sup>1893</sup>



---

1892 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1893 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

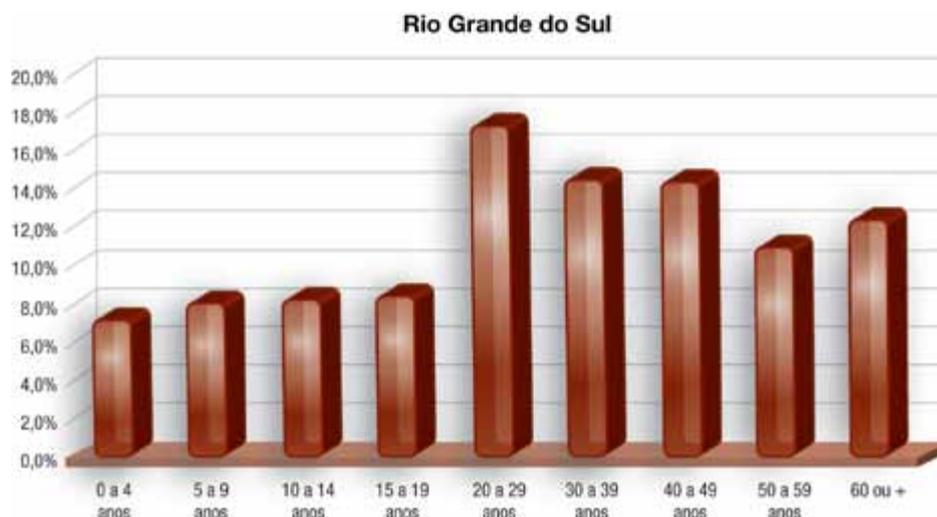




## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

O Rio Grande do Sul tem 496 municípios, com território de 281.748,538 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 10.984.000 habitantes (38,99 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 81,54% vivem na área urbana e 18,46% na área rural<sup>1894</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 1,9%, abaixo da média regional (2,1%) e também da média nacional (2,4%)<sup>1895</sup>. Porto Alegre, capital do estado, tem 1.420.667 habitantes (2.858,48 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1896</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$ 144.344.1710,00 (6,7% do PIB nacional)<sup>1897</sup>. O Índice Gini<sup>1898</sup> da distribuição de renda é 0,51 igual à média regional de 0,51, mas abaixo da média nacional de 0,547, ocupando a 18ª posição entre os estados<sup>1899</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,753 em 1991 para 0,814 no ano 2000 (+ 8,10%) o que o coloca no grupo dos estados com alto desenvolvimento<sup>1900</sup>.

1894 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1895 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1896 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1897 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1898 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1899 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1900 PNUD, 2000



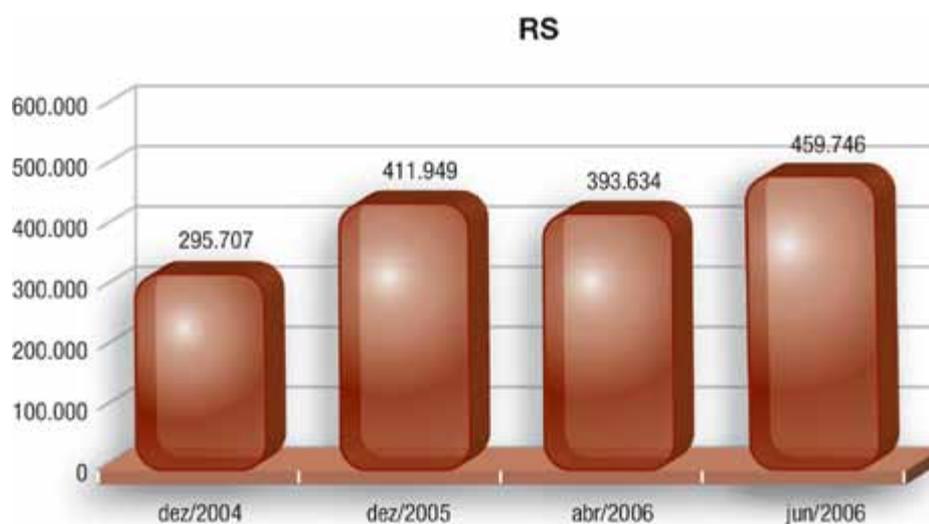
## TRABALHO

A população economicamente ativa do Rio Grande do Sul em 2006 era de aproximadamente 6.000.000 pessoas, o que representa 56,45 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1901</sup>, 24,2% estavam no setor agrícola, 18,6% na indústria, 5,9% na construção, 15,9% no comércio e 35,1% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 25,91% e a taxa de desocupação, 6,4%.<sup>1902</sup>

## RENDA

No Rio Grande do Sul, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,6% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 131,00 enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 38,1% da renda, com rendimento médio de R\$ 3.862,00. Existiam 40,9% de famílias com rendimento per capita com até 1 salário-mínimo e 7% acima de 5 salários-mínimos<sup>1903</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1904</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 78,51% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1905</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,1 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,6. Dos domicílios urbanos, 37,2% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 8,3% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1906</sup>.

1901 De 10 ou mais anos de idade

1902 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1903 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1904 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1905 IBGE, SIDRA, 2006

1906 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



Do total de domicílios, 1,5% não tinham banheiro ou sanitário, 9,19% não tinham coleta de lixo e 0,52% não tinham iluminação elétrica<sup>1907</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 5%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 15,4%<sup>1908</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1909</sup> era de 7,5 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1910</sup> em relação à série recomendada era de 18,4%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1911</sup> era de 27%<sup>1912</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	201,68	365,03
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,23	0,5
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,84	2,04
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	41,31	50,67
<b>Detecção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	0,2	0,18
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	0,17	0,64
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	19,0	18,6
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	43,9	50,9
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	3,87	4,43

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

1907 IBGE, SIDRA, 2007

1908 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1909 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1910 Em até 2 anos.

1911 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que freqüenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1912 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000)*</b>	52	47	55,7	59,4	52,5
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	18,8	15,1	13,7	13,1	12,8
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	50,6	48	51,8	47	41,6
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	91	92,9	94,5	94,8	94,9
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	91,6	93,8	95,1	94,7	95,1
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	35,4	35	29,08	28,18	28,37
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	14,3	15,9	14,35	14,3	14,3
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	92,2	92,6	98,14	98,22	98,38
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	74,7	67	98,59	98,61	98,5
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	20,3	42,4	88,43	89,47	89,13
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	11,5	21,28	25,48	29,65

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo do Rio Grande do Sul dispôs de uma receita de R\$ 18.101.876.263,00 - 25,09% superior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1913</sup>:



1913 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Varição
SEGURANÇA PÚBLICA	6,48%	7,62%	1,14%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,82%	0,73%	-0,09%
SAÚDE	8,92%	8,08%	-0,84%
TRABALHO	0,28%	0,30%	0,02%
EDUCAÇÃO	14,53%	10,07%	-4,46%
DIREITOS DA CIDADANIA*	0,25%	0,34%	0,09%
HABITAÇÃO	0,09%	0,04%	-0,05%
SANEAMENTO	0,10%	0,11%	0,01%

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 16 secretarias<sup>1914</sup> e 224.395 servidores<sup>1915</sup>, na proporção de um servidor para cada 48,41 habitantes, representando uma redução de 3,17% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população do Rio Grande do Sul era feita por 31 parlamentares, enquanto que a Assembléia Legislativa era composta por 55 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, o Rio Grande do Sul assinou 41 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 7.272.278,12. Destes convênios, oito foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, quatro à proteção de vítimas e testemunhas, dez à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, educação e capacitação em direitos humanos), seis à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes e onze à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei.<sup>1916</sup>

Em abril de 2007, em uma reunião ocorrida em Brasília, os governos do Rio Grande do Sul e de outros estados se posicionaram contra a redução da maioria penal, por considerarem que ela não contribuiu para a redução da violência.<sup>1917</sup>

1914 Gestão 2007-2010

1915 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1916 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1917 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Notícia de 18 de abril de 2008



O governo do estado não tem secretaria específica para questões de direitos humanos.<sup>1918</sup> Na Assembleia Legislativa do estado existe a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, porém, não há acesso às atas das reuniões ou aos projetos encaminhados por ela.<sup>1919</sup>

## Justiça

O Rio Grande do Sul tem uma Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social, à qual está vinculada a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, o Programa Estadual de Defesa do Consumidor, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, a Fundação de Articulação e Desenvolvimento das Políticas Públicas para PPDS e PPAH's do Rio Grande do Sul e a Fundação de Proteção Especial. Além deste, existem também os órgãos colegiados, tais quais, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, o Conselho Estadual do Índio e o Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.<sup>1920</sup>

No Rio Grande do Sul, dos 467 municípios, 162 constituem sede de comarca.<sup>1921</sup> Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas do Rio Grande do Sul foi de 5,87%. Atuavam na justiça estadual 772 magistrados, sendo 647 na primeira instância e 125 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 7,6 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1922</sup> O total de pessoas atendidas foi de 1.857.041.<sup>1923</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 1.507.212 processos, 2.441.638 estavam pendentes e 1.333.217 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 66,2%<sup>1924</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 366.125 processos deram entrada, 74.901 estavam pendentes e 342.200 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 22,4%.

O estado tem também 25 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 518.651 processos, 260.999 estavam pendentes e 517.416 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 33,6%.<sup>1925</sup>

A Defensoria Pública, criada em 1994, conta com 271 defensores (1 defensor para cada 39.911,23 habitantes- 2006), atendendo 74,7% das comarcas do estado, em um total de 333.169 atendimentos, ou seja, 1.229,41 atendimentos/defensor. Sua estrutura não contempla a existência de uma Ouvidoria específica.<sup>1926</sup> Com relação ao Ministério Público Estadual, ele é composto por 665 membros, o que correspondendo a 1 membro para cada 284.191,42 habitantes, sendo 556 promotores de justiça e 109 procuradores.<sup>1927</sup>

## Segurança Pública

Em março de 1995, o decreto nº 35.837 criou a Secretaria da Justiça e da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, à qual estão vinculadas a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, o Instituto Geral de Perícias e a Superintendência dos Serviços Penitenciários, e uma ouvidoria do sistema

1918 Governo do Rio Grande do Sul ([www.estado.rs.gov.br/](http://www.estado.rs.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1919 Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ([www.al.rs.gov.br/](http://www.al.rs.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1920 Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social ([www.stcas.rs.gov.br](http://www.stcas.rs.gov.br))

1921 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1922 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1923 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1924 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = \frac{\text{Sentenças}}{\text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}}$

1925 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1926 Ministério da Justiça, II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil, 2006

1927 Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (informação obtida por telefone no mês de setembro)



de segurança pública ligada ao Gabinete do Governador.<sup>1928</sup>

Em 2007, o estado aderiu ao PRONASCI por meio do Convênio de cooperação federativa e colocou em funcionamento o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública.<sup>1929</sup>

O efetivo policial era 32.603 em 2006, sendo 6.649 policiais civis, 23.122 policiais militares e 2.832 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 331,75 habitantes.<sup>1930</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 13,76% do efetivo total. Em 2006, 24 dos 496 municípios do Rio Grande do Sul tinham guarda municipal, com um efetivo total de 2.017 guardas.<sup>1931</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional do Rio Grande do Sul<sup>1932</sup> está sob administração da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), subordinada à Secretaria da Segurança Pública. Sua estrutura conta com uma Ouvidoria, vinculada à Corregedoria-Geral, que presta atendimento aos presos e familiares. A Corregedoria-Geral do Sistema Penitenciário, criada em 1995, atua, entre outras formas, realizando correições, sindicâncias e inspeções no intuito de prevenir, verificar e coibir erros e abusos de autoridade cometidos por servidores.

O estado possui 91 estabelecimentos prisionais, sendo 76 Penitenciárias, 6 Colônias Agrícolas, Industriais ou Similares, 7 Casas do Albergado, 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e 1 Patronato, totalizando 16.186 vagas.

A população prisional em 2007 era de 25.130 presos, o que representava um déficit de 8.944 vagas. Não há presos custodiados em delegacias de polícia. Em relação a 2005 houve um crescimento de 11,1% da população encarcerada e de apenas 0,9% no número de vagas<sup>1933</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	10.263	254	10.517
Semi-aberto	6.001	302	6.303
Aberto	1.982	105	2.087
Provisório	5.152	346	5.498
Medida de Segurança - Internação	667	58	725
<b>TOTAL</b>	<b>20.065</b>	<b>1.065</b>	<b>25.130</b>

Fonte: Divisão de Controle Legal – SUSEPE

1928 Estado do Rio Grande do Sul ([www.estado.rs.gov.br](http://www.estado.rs.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul ([www.ssp.rs.gov.br](http://www.ssp.rs.gov.br)). Data de acesso: setembro de 2008.

1929 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.

1930 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1931 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

1932 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul, 2008.

1933 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.



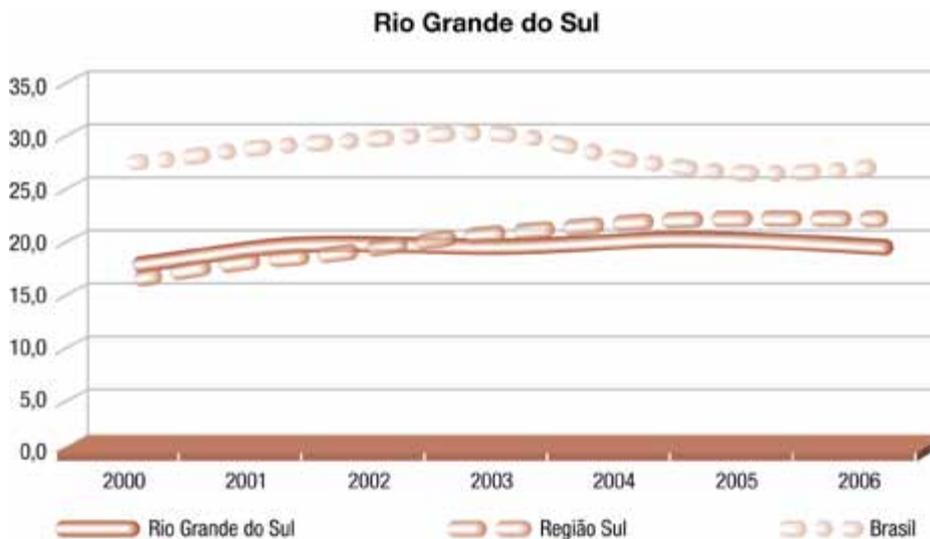
De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional do Rio Grande do Sul foi de 254, dos quais 53 foram considerados criminais, 148 naturais, 12 suicídios, 3 acidentais e em 38 o motivo não foi informado. No mesmo período ocorreram 9.968 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolida dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 14 e o de fugas 1.058.

O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 1968. A Escola Penitenciária possui apenas uma sede administrativa localizada no Órgão Central da Secretaria de Segurança Pública. O Estado possui, ainda, 76 Conselhos de Comunidade, que visitam 84 unidades prisionais. A assistência jurídica aos presos é feita pela Defensoria Pública, mas em muitas unidades não ocorre um atendimento jurídico regular. A execução de penas alternativas ocorre apenas na Comarca de Porto Alegre e tem o acompanhamento 6ª Vara Especializada das Penas e Medidas Alternativas, contemplando 2.308 apenados até agosto de 2007.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 44.372.760,25. Deste montante, 94% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Rio Grande do Sul foi de 17,98/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 14,09% em relação a 2000<sup>1934</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para aquele mesmo ano, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegaram a 34,5/100 mil habitantes e a de lesões corporais 836,6/100 mil hab.<sup>1935</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

1934 Ministério da Saúde, Datasus.

1935 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>1936</sup> alcançaram a cifra de 669,5 registros/100 mil hab, enquanto os delitos envolvendo drogas<sup>1937</sup> somaram 76,2 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>1938</sup>, 288,2 registros/100 mil hab.<sup>1939</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 18 casos de violência policial, sendo 3 o total de vítimas fatais e 54 o de feridos, 9 casos de execuções sumárias com 16 vítimas fatais e 4 feridas e 2 casos de linchamento sem vítimas fatais ou feridas.

Entre as vítimas fatais por violência policial está o jovem Sérgio Diniz Machado. Sua morte ocorreu em agosto de 2005, causando revolta na população da cidade de Garruchos, localizada perto da fronteira com a Argentina. O corpo do jovem foi encontrado no Rio Uruguia. A família da vítima acusou a polícia de ter asfixiado e jogado Machado na água. A Brigada Militar da cidade alegou que o jovem estava envolvido no furto de um barco e que teria se afogado ao tentar fugir de uma patrulha. Quando o inquérito policial descartou a hipótese de homicídio para a morte do rapaz, cerca de 40 pessoas atacaram um posto policial, o prédio do Ministério Público e um ônibus<sup>1940</sup>.

Francisco Daniel Talasca Ferreira, que na época tinha três anos de idade, foi morto na madrugada do dia 15 de janeiro de 2006. A polícia da cidade de Terra de Areia entrou em confronto com uma quadrilha de assalto a carros-fortes, e o menino foi atingido por uma bala perdida na cabeça durante o tiroteio. O exame pericial revelou que o tiro partiu das armas dos policiais<sup>1941</sup>.

O Banco de Dados do NEV-USP registrou um caso de tortura para o estado do Rio Grande Sul. Este ocorreu na cidade de Flores da Cunha, no dia 27 de dezembro de 2007, quando sete policiais militares, entre eles quatro oficiais, agrediram quatro jovens, sendo um deles acusado de ter matado um sargento. O fato considerado mais grave foi a tentativa dos policiais de introduzir um cabo de vassoura no ânus de uma das vítimas e de asfixiá-los com sacos plásticos, fazendo referência ao filme “Tropa de Elite”. Os policiais foram afastados de suas funções durante as investigações<sup>1942</sup>.

Entre as vítimas fatais por execução sumária está Antônio Alípio Mendes Cardoso. Ele vivia no assentamento Filhos de Sepé do MST, na cidade de Viamão, quando foi morto no dia 15 de fevereiro de 2005 com três tiros na cabeça, disparados por dois homens que invadiram sua casa. A Polícia Civil da cidade declarou que o caso não tinha relação com a questão fundiária porque a vítima não era sem-terra e a propriedade onde estava não era local de disputas desse tipo. Cardoso tinha problemas de dívidas e antecedentes criminais e já vinha sendo ameaçado de morte<sup>1943</sup>.

A jovem Jaqueline Costa Subtil, que na época tinha 17 anos, foi morta no dia 17 de abril de 2007, na cidade de Viamão. O zelador de uma igreja evangélica, José Erni Nunes da Rocha, mandou matá-la, alegando que era seu namorado e que estava sofrendo de uma desilusão amorosa. No entanto, a família de Jaqueline negou essa versão, já que a garota rejeitava os cortejos do suspeito. A vítima foi morta com seis tiros nas costas e mais duas pessoas ficaram feridas com os disparos<sup>1944</sup>.

---

1936 Roubos e extorsões mediante seqüestro

1937 Tráfico, uso e porte de drogas

1938 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

1939 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

1940 O Estado de S. Paulo, 27/01/2006.

1941 Folha de S. Paulo, 16/01/2006.

1942 Folha de S. Paulo, 04/01/2008. O Estado de S. Paulo, 03/01/2008.

1943 Folha de S. Paulo, 16/02/2005.

1944 O Diário de S. Paulo, 18/04/2007-28/04. O Estado de S. Paulo 18/04/2007-19/04-20/04.



Entre as vítimas fatais por linchamento está o pedreiro Emerson Goularte. Ele foi linchado por torcedores do Grêmio no dia 26 de junho de 2007, em Dom Pedrito. Os torcedores ficaram irritados pela derrota do time e por isto agrediram até a morte Goularte, que torcia para o Internacional, time que ganhou a Taça Libertadores. Seis suspeitos pelo crime foram presos no dia seguinte<sup>1945</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 24 áreas de conflito, envolvendo 4401, em 2005. Em 2006 foram 8 áreas de conflito e 3086 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 12 áreas de conflito somando 2085 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 12 áreas de ocupação, agrupando 2405 famílias. Em 2006 eram 8 áreas com 2291 famílias. E no ano de 2007 eram 13 áreas com 1615 famílias.<sup>1946</sup> Já a Ouvidoria Agrária contou, em 2005, 10 ocupações de terra, com 2 mortes não relacionadas aos conflitos agrários. No ano de 2006, foram 6 ocupações de terra, sem mortes. E em 2007 foram 9 ocupações de terra, sem mortes.<sup>1947</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2005, a CPT registrou 1 denúncia de trabalho escravo sendo 35 trabalhadores libertados. Em 2006 não foram registradas denúncias. No ano de 2007, registrou-se 1 denúncia 47 trabalhadores libertados.

## ■ Liberdade de imprensa

No dia 8 de março de 2006, Luciamem Caiaffo Winck, Luís Gonçalves e Jurema Josefa, do Jornal Correio do Povo, foram ameaçados pelo delegado Rudimar de Freiras Rosales. Este tentou forçar os jornalistas a revelarem suas fontes, após terem feito a cobertura da ocupação pelos Sem-Terra de uma região industrial em Barra do Ribeira.<sup>1948</sup>

## ■ GRUPOS ESPECÍFICOS

### ■ Crianças e adolescentes

A população do estado do Rio Grande do Sul é composta por 28,3% de crianças e adolescentes<sup>1949</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,739, considerado médio. Existem 37% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 14,7% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de 2,6%.<sup>1950</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 1,3% e a taxa<sup>1951</sup> de mortalidade entre crianças menores de 5 anos é de 16,0%<sup>1952</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 7,1% morrem vítimas

1945 O Estado de S. Paulo, 28/06/2007.

1946 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

1947 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?sccid=1935>)

1948 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

1949 Entre 12 e 18 anos de idade.

1950 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

1951 Por mil nascidos vivos

1952 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.



de homicídio<sup>1953</sup>.

No estado há 390 conselhos tutelares, 428 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 vara da infância e juventude<sup>1954</sup>, 160 promotorias da infância e juventude<sup>1955</sup> e 15 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>1956</sup>.

Em 2006, havia 1110 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um aumento de 10,3%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 8,36/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 913 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>1957</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 51,59% da população do Rio Grande do Sul, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 78,60 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 19,1% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>1958</sup>.

O estado tinha 40 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 6 Centros de Referência; 5 Casas Abrigo; 1 vara adaptada para situações de violência doméstica e 24 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>1959</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$ 3.086.587,05<sup>1960</sup>.

## ■ Idosos

A população do Rio Grande do Sul é composta por 12,4% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 17,7% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 6,7% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>1961</sup> é de 6,5%<sup>1962</sup>.

1953 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

1954 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca.

1955 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/cecria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/cecria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

1956 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

1957 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_Anexos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

1958 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1959 Secretaria Especial de Política para Mulheres - SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

1960 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

1961 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

1962 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.



## ■ Afro-descendentes

No Rio Grande do Sul, 5,1% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 7,9%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 4,4%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,7 e o rendimento mensal médio é de 1,8 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,3 e 3,1, respectivamente<sup>1963</sup>.

## ■ Indígenas

No estado do Rio Grande do Sul, temos uma população de 38.718 indígenas. Isso equivale a 5,27% do total para o Brasil<sup>1964</sup>. Essa população está organizada em três povos<sup>1965</sup>:

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Kaingang	Guayanás	Jê
Guarani Mbya	Guarani M'byá	Tupi-Guarani
Guarani Ñandeva	Ava-Chiripa, Ava-Guarani, Xiripa, Tupi-Guarani	Tupi-Guarani

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>1966</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declarada</b>	02
<b>Em Identificação</b>	16
<b>Homologada</b>	17
<b>Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação</b>	01
<b>Reservada</b>	03

A terra indígena Estiva, da comunidade Guarani, aguarda a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para identificação e demarcação das suas terras. Viviam na área até 2007 cerca de 16 famílias Guarani e a localidade apresenta 7ha de extensão.<sup>1967</sup>

1963 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

1964 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1965 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

1966 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.

1967 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).



A terra indígena Capivari consiste em uma área próxima a uma rodovia, nesta localidade vivem famílias indígenas Guarani. Até 2007 viviam cerca de 7 famílias. Os índios aguardam a criação do GT anunciado pela Funai desde 2006. A comunidade denuncia a falta de políticas que atendam sua necessidade.<sup>1968</sup>

Em 2006, produtores de soja conseguiram aliciar um cacique Kaingang e arrendaram terras indígenas para plantação. Em troca, ofereceram parte da colheita. Além de proibido, esse expediente de arrendamento levou à divisão interna da comunidade que culminou na expulsão de 72 famílias.<sup>1969</sup>

Com relação à saúde indígena, sob a responsabilidade da FUNASA, foram encontradas dificuldades como o caso de nutrição identificado entre o povo Guarani, na Terra Indígena Mato Preto (município de Erebango), decorrente da falta de alimentação (falta de cesta-básica e inexistência de terra para auto-sustentação).<sup>1970</sup>

---

1968 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1969 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

1970 Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Relatório 2008, Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>).

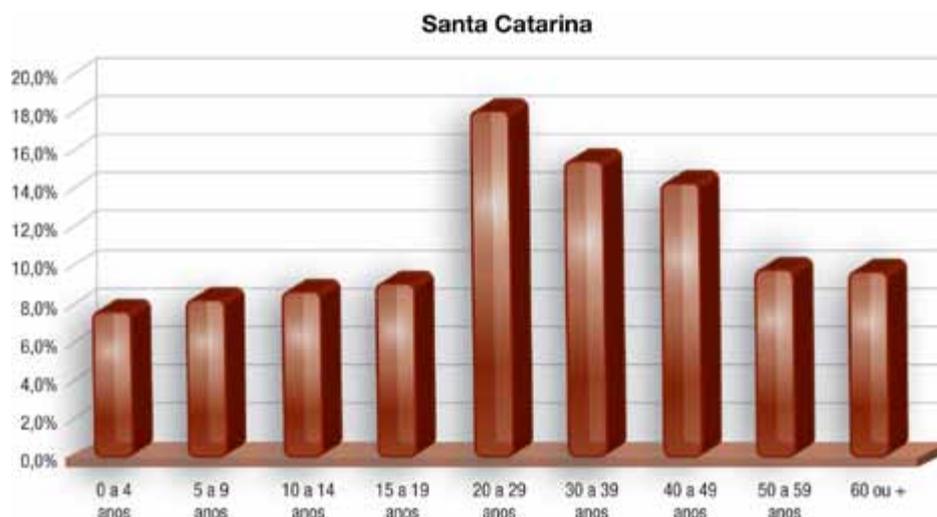


SSC

## DADOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E ECONÔMICOS

Santa Catarina tem 293 municípios, com território de 95.346,181 Km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 5.974.000 habitantes (62,66 hab/km<sup>2</sup>), dos quais 82,49% vivem na área urbana e 17,51% na área rural<sup>1971</sup>. Em relação a 2005, a população cresceu 2,7%, acima da média regional (2,1%) e também da média nacional (2,4%)<sup>1972</sup>. Florianópolis, capital do estado, tem 396.723 habitantes (9.162,21 hab/km<sup>2</sup>)<sup>1973</sup>.

A distribuição da população por faixa etária é a seguinte:



O Produto Interno Bruto (PIB) do estado é de R\$85.295.324,00 (4% do PIB nacional)<sup>1974</sup>. O Índice Gini<sup>1975</sup> da distribuição de renda é 0,486, abaixo da média regional de 0,51, e também da média nacional de 0,547, ocupando a 20ª posição entre os estados<sup>1976</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) passou de 0,748 em 1991 para 0,822 no ano 2000 (+ 9,89%) o que o coloca no grupo dos estados com alto desenvolvimento<sup>1977</sup>.

1971 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007

1972 IBGE, Estimativas e Projeções da População

1973 IBGE, Cidades@ ([www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1))

1974 IBGE, Estados@, Contagem da População, 2007 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

1975 O Índice Gini mede o quanto a distribuição de renda ou consumo entre pessoas ou domicílios dentro de um país desvia de uma distribuição perfeitamente igual. O valor 0,0 representa perfeita igualdade, enquanto o valor 1,0 representa perfeita desigualdade.

1976 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1977 PNUD, 2000



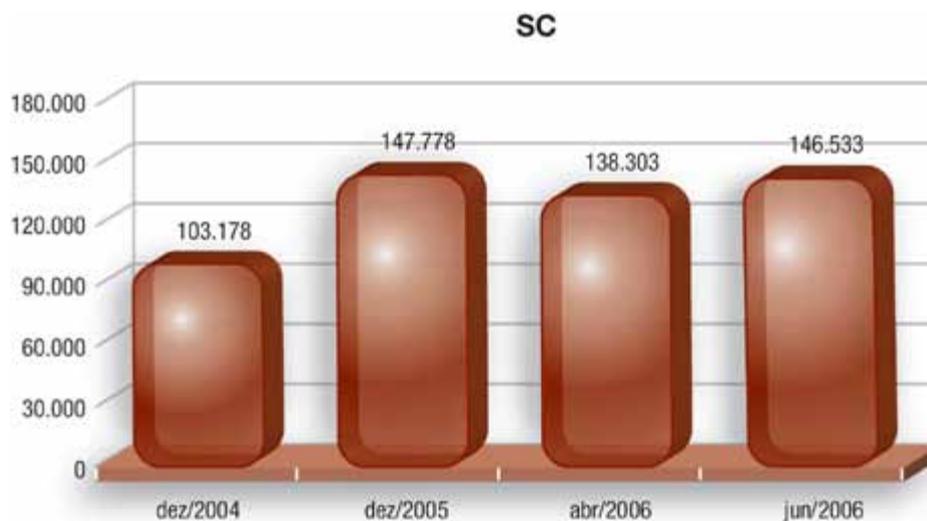
## TRABALHO

A população economicamente ativa de Santa Catarina em 2006 era de aproximadamente 3.324.000 pessoas, o que representa 55,64 % do total da população. Do total de pessoas ocupadas no estado<sup>1978</sup>, 20,8% estavam no setor agrícola, 22,8% na indústria, 5,5% na construção, 17,9% no comércio e 33,1% no setor de serviços. Para o mesmo ano, a taxa de emprego informal era de 19,85% e a taxa de desocupação, 4,5%.<sup>1979</sup>

## RENDA

Em Santa Catarina, o grupo dos 10% mais pobres detinha 1,9% da renda mensal do estado, com um rendimento médio mensal de R\$ 211,00, enquanto o grupo dos 10% mais ricos concentrava 34,9% da renda, com rendimento médio de R\$ 4.115,00. Existiam 34,32% de famílias que recebiam até 1 salário-mínimo e 6,69% de famílias que recebiam acima de 5 salários-mínimos<sup>1980</sup>.

Os números de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no estado foram os seguintes<sup>1981</sup>:



## HABITAÇÃO E SANEAMENTO

No estado, 77,68% dos domicílios eram de propriedade de seus moradores<sup>1982</sup>. O número médio de pessoas por domicílio era de 3,3 e o número médio de pessoas por dormitório era de 1,6. Dos domicílios urbanos, 31,6% pertenciam a moradores com rendimento de até 1 salário-mínimo e 7,9% pertenciam a moradores que recebiam mais de 5 salários-mínimos<sup>1983</sup>.

1978 De 10 ou mais anos de idade

1979 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006

1980 IBGE, Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA, 2006 (<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/pnadpb.asp?o=3&i=P>)

1981 Tribunal de Contas da União, Secretaria-Geral de Controle Externo, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006

1982 IBGE, SIDRA, 2006

1983 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



Do total de domicílios, 0,7% não tinham banheiro ou sanitário, 8,78% não tinham coleta de lixo e 0,22% não tinham iluminação elétrica<sup>1984</sup>.

## EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo em 2007 era de 4,4%, sendo que a taxa de analfabetismo funcional era de 15,3%<sup>1985</sup>. A média de anos de estudos no estado<sup>1986</sup> era de 7,7 e a proporção de estudantes do ensino fundamental com defasagem<sup>1987</sup> em relação à série recomendada era de 11,5%. A taxa total de frequência escolar bruta<sup>1988</sup> era de 30,2%<sup>1989</sup>.

## SAÚDE

	2000	2006
<b>Gasto público per capita com saúde*</b>	171,22	402,75
<b>Proporção de leitos públicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	0,36	0,59
<b>Proporção de médicos (Taxa/ 1000 hab)</b>	1,09	1,62
<b>Proporção de partos cesáreos**</b>	41,41	51,59
<b>Detecção de hanseníase (Taxa/10 mil hab)***</b>	0,33	0,37
<b>Incidência de dengue (Taxa/100 mil hab)****</b>	0,34	1,02
<b>Mortalidade por acidentes de transporte (Taxa/100 mil hab)</b>	28,1	32,9
<b>Mortalidade por doenças transmissíveis (Taxa/ 100 mil hab)</b>	34,0	35,3
<b>Mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias*****</b>	4,61	4,27

\* Valores brutos dos gastos em milhões de reais; valores per capita em reais.

\*\* Percentual calculado sobre o número de partos hospitalares com informação sobre tipo de parto (partos considerados). Taxa recomendada pela OMS: 15% do total de partos.

\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência. Considerados os casos com modo de entrada igual a "caso novo".

\*\*\*\* Informações apresentadas segundo local de residência e ano dos primeiros sintomas; consideradas todas as notificações, exceto as descartadas para dengue, pois em situação de epidemia não é possível investigar todos os casos.

\*\*\*\*\* A mortalidade proporcional (% de óbitos) está calculada sobre o total de óbitos com causas definidas.

1984 IBGE, SIDRA, 2007

1985 Pessoas de 15 ou mais anos de idade. IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2008

1986 Pessoas de 15 ou mais anos de idade.

1987 Em até 2 anos.

1988 Proporção de pessoas de uma determinada faixa etária que frequenta escola em relação ao total de pessoas da mesma faixa etária.

1989 IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2007



## OBJETIVOS DO MILÊNIO

	1995	2000	2005	2006	2007
<b>Mortalidade Materna (Taxa / 100.000) *</b>	27,3	36,9	33,1	42,8	41,5
<b>Mortalidade Infantil (Taxa / 1.000)</b>	17,3	15,9	12,6	12,6	12,8
<b>Incidência de Tuberculose (Taxa / 100.000)</b>	30	30,1	30,7	29	26,1
<b>Alfabetização Feminina (%)**</b>	91,9	93,1	94,3	94,6	95,4
<b>Alfabetização Masculina (%)</b>	92,4	94,2	95,4	95,2	95,8
<b>Pessoas*** Sem Rendimento (%)****</b>	38	35,9	30,17	28,88	28,92
<b>Pessoas com Rendimento de até 1 Salário Mínimo (%)</b>	11	13,5	11,39	12,36	11,8
<b>Domicílios com Água Canalizada (%)</b>	94,1	89,1	99,42	98,55	98,44
<b>Domicílios com Esgotamento Sanitário (%)</b>	77	72,1	99,09	99,34	99,3
<b>Domicílios com Telefone (%)</b>	22,7	44,4	84,69	86,14	85,89
<b>Domicílios com Computador (%)</b>	-	12,3	26,49	32,8	37,41

\* Ministério da Saúde, Datasus. Dados sobre mortalidade materna, mortalidade infantil e incidência de tuberculose

\*\* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA (<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?292558265>). Dados sobre Alfabetização feminina e masculina

\*\*\* 10 anos ou mais de idade

\*\*\*\* IBGE, SIDRA. Dados sobre rendimento, água canalizada, esgoto sanitário, telefone e computador.

## ■ Estrutura Político-administrativa

Em 2006, o governo de Santa Catarina dispôs de uma receita de R\$ 7.049.539.280,00 - 6,94% inferior a de 2004. Nesses anos, as despesas executadas por função foram as seguintes<sup>1990</sup>:



1990 Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional

Funções	Porcentagem em relação à receita de 2004	Porcentagem em relação à receita de 2006	Variação
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	11,17%	11,52%	0,35%
<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	0,04%	0,16 %	0,12%
<b>SAÚDE</b>	10,83%	14,46%	3,63%
<b>TRABALHO</b>	0,09%	0,08%	-0,01%
<b>EDUCAÇÃO</b>	17,77%	20,09 %	2,32%
<b>DIREITOS DA CIDADANIA*</b>	0,00	0,00	0
<b>HABITAÇÃO</b>	0,19%	0,23%	0,04%
<b>SANEAMENTO</b>	0,00	0,00	0

\* Custódia e Reintegração Social; Direitos Individuais, Coletivos e Difusos; Assistência aos Povos Indígenas; e outros.

A administração direta do estado era composta por 20 secretarias<sup>1991</sup> e 126.189 servidores<sup>1992</sup>, na proporção de um servidor para cada 46,60 habitantes, representando uma redução de 10,44% em relação ao número de servidores em 2004.

Na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional a representação da população de Santa Catarina era feita por 16 parlamentares, enquanto que Assembléia Legislativa era composta por 40 deputados estaduais.

## ■ Políticas Públicas de Direitos Humanos

De 2005 a 2007, Santa Catarina assinou 23 convênios com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, no valor total de R\$ 7.037.174,58. Destes convênios, dois foram referentes à promoção dos direitos da criança e do adolescente, dois à proteção de vítimas e testemunhas, oito à promoção dos direitos humanos (direitos de minorias, cidadania, educação e capacitação em direitos humanos, mediação de conflitos), seis à proteção dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, dois ao combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, dois à aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes em conflito com a lei e um à proteção dos direitos da pessoa idosa.<sup>1993</sup>

Não há no estado uma secretaria específica para questões de direitos humanos.<sup>1994</sup> Na Assembléia Legislativa do estado existe a Comissão de Direitos, Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher.<sup>1995</sup>

1991 Gestão 2007-2010

1992 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2005

1993 Secretaria Especial de Direitos Humanos ([www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/)). Último acesso: setembro de 2008

1994 Governo de Santa Catarina ([www.sc.gov.br/](http://www.sc.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008

1995 Assembléia Legislativa de Santa Catarina ([www.alesc.sc.gov.br/](http://www.alesc.sc.gov.br/)). Último acesso: setembro de 2008. Não há acesso às



## Justiça

Santa Catarina tem uma Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania, à qual está vinculado o Departamento Estadual de Defesa Civil, o Departamento de Administração Prisional e o Departamento de Justiça e Cidadania.<sup>1996</sup>

Em 2007, a participação da justiça estadual no total das despesas públicas de Santa Catarina foi de 6,00%. Atuavam na justiça estadual 394 magistrados, sendo 327 na primeira instância e 67 na segunda instância, o que corresponde a uma taxa de 7,0 magistrados por 100.000 habitantes.<sup>1997</sup> O total de pessoas atendidas foi de 731.927.<sup>1998</sup>

Em 2007, na primeira instância da justiça comum, deram entrada 634.162 processos, 1.590.588 estavam pendentes e 489.943 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 84,3%<sup>1999</sup>. Na segunda instância da justiça comum, 74.062 processos deram entrada, 52.582 estavam pendentes e 61.819 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 51,2%.

O estado tem também 16 magistrados nos juizados especiais, onde deram entrada 54.499 processos, 89.874 estavam pendentes e 49.048 foram julgados, o que representa uma taxa de congestionamento de 66,0%.<sup>2000</sup>

Os dados referentes à Defensoria Pública não foram divulgados nem para o II Diagnóstico das Defensorias Públicas do Brasil do Ministério da Justiça, nem em relatórios específicos do governo do estado. O Ministério Público Estadual é composto por 334 membros, o que corresponde a 1 membro para cada 24.910,90 habitantes, sendo 294 promotores de justiça e 40 procuradores.<sup>2001</sup>

## Segurança Pública

Santa Catarina tem uma Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, à qual estão vinculados a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, o Instituto Geral de Perícias, o Departamento de Administração Prisional, o Departamento de Justiça e Cidadania e o Departamento Estadual de Trânsito. A secretaria conta com uma corregedoria geral e uma ouvidoria do sistema de segurança pública e defesa do cidadão.<sup>2002</sup>

Desde março de 2001, por meio do decreto nº 2.136 do Governo do estado, está autorizada a criação de Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEG) em Santa Catarina, porém não se têm informações sobre o funcionamento dos mesmos.<sup>2003</sup> Até o fim de 2007, o estado não havia aderido ao PRONASCI, porém o Gabinete de Gestão Integrada do Sistema Único de Segurança Pública<sup>2004</sup> estava em funcionamento.

atas das reuniões ou aos projetos encaminhados pela comissão.

1996 Estado de Santa Catarina, Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania ([www.sjc.sc.gov.br](http://www.sjc.sc.gov.br)).

1997 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1998 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

1999 Fórmula da taxa de congestionamento:  $T = 1 \cdot \text{Sentenças} / \text{Casos novos} + \text{Casos pendentes}$

2000 Conselho Nacional de Justiça, Justiça em Números, 2007.

2001 Ministério Público do Estado de Santa Catarina (informação no site do MP - [www.mp.sc.gov.br](http://www.mp.sc.gov.br) - acessado no mês de setembro, 2008).

2002 Estado de Santa Catarina ([www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)) e Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina ([www.ssp.sc.gov.br](http://www.ssp.sc.gov.br)) último acesso: setembro de 2008.

2003 Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina.

2004 Composição do GGI: Secretário Estadual de Segurança Pública, como coordenador, e representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais.



O efetivo policial era 17.211 em 2006, sendo 2.834 policiais civis, 12.207 policiais militares e 2.170 bombeiros militares, o que corresponde à razão de um policial para 339,55 habitantes.<sup>2005</sup> Em relação a 2003, houve um aumento de 6,66% do efetivo total. Em 2006, 10 dos 293 municípios de Santa Catarina tinham guarda municipal, com um efetivo total de 633 guardas.<sup>2006</sup>

## ■ Sistema prisional

O sistema prisional de Santa Catarina<sup>2007</sup> está sob administração do Departamento de Administração Penitenciária (Deap), vinculado à Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania. Sua estrutura conta com a existência de uma Ouvidoria Setorial, que compõe o Sistema Integrado de Ouvidoria. Conta também com uma Corregedoria, composta apenas pelo Gabinete do Corregedor e que tem como função receber as denúncias e reclamações de eventuais irregularidades ocorridas nos órgãos integrantes do Sistema Prisional.

O estado possui 35 estabelecimentos prisionais, sendo 5 Penitenciárias, 1 Colônia Agrícola, Industrial ou Similar, 1 Centro de Observação Criminológica e Triagem, 1 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e 27 Presídios, totalizando 6.751 vagas.

A população prisional em fevereiro de 2008 era de 12.108 presos, considerados os 980 em regime aberto e 649 custodiados em delegacias policiais, o que representava um déficit de 5.357 vagas. Em relação a 2005 houve um crescimento de 19,8% da população encarcerada e uma diminuição de 5,6% no número de vagas<sup>2008</sup>.

REGIME	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Fechado	3.936	212	4.148
Semi-aberto	2.285	140	2.425
Provisório	3.160	353	3.813
Medida de Segurança - Internação	93	-	93
<b>TOTAL</b>	<b>9.774</b>	<b>100</b>	<b>10.479</b>

Fonte: INFOPEN

De acordo com o relatório para o Plano Diretor do Sistema Penitenciário, entre 2006 e 2007 o total de óbitos no sistema prisional de Santa Catarina foi de 86, dos quais 8 foram considerados criminais, 65 naturais, 6 suicídios e 7 acidentais. No mesmo período ocorreram 768 fugas. Entretanto, segundo o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça – Depen, que consolidada dados enviados pelos próprios estados, o total de mortes para o mesmo período foi de 8 e o de fugas 39.

2005 Caracterização dos Recursos Físicos e Humanos dos Órgãos Estaduais de Segurança, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça, 2007 ([www.mj.gov.br/senasp](http://www.mj.gov.br/senasp)). IBGE, Estimativa de população em 2006 ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br))

2006 IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros, 2006

2007 Ministério da Justiça, Depen, Plano Diretor do Sistema Penitenciário de Santa Catarina, 2008.

2008 Dados de 2005 com base no 3.º Relatório Nacional de Direitos Humanos no Brasil (2002-2005), 2007, NEV-USP.



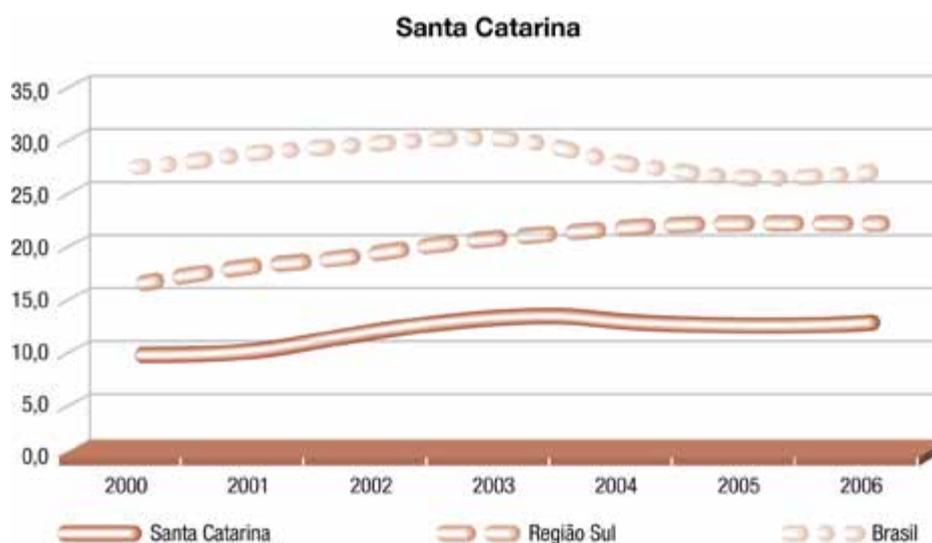
O Fundo Penitenciário Estadual foi criado em 1996 e a Escola de Administração Penitenciária em 2007, com sede própria na cidade de São Pedro Alcântara. Cabe à escola elaborar estudos, pesquisas, programas e realizar levantamentos de necessidades que orientem a definição dos treinamentos e cursos. Entre as suas demais funções, está a realização de cursos de formação, capacitação, atualização e de treinamentos para os servidores do Sistema Penitenciário.

Santa Catarina possui, ainda, 46 Conselhos de Comunidade. Segundo a Corregedoria-Geral de Justiça, em outubro de 2007, 58 comarcas ainda não haviam implantado Conselhos de Comunidade. A assistência jurídica aos presos é prestada nos estabelecimentos penais por pelo menos 2 servidores penitenciários com formação em ciências jurídicas e sociais. A execução de penas alternativas tem o acompanhamento de um assistente social da comarca de Florianópolis, já que não há varas especializadas ou uma Central de acompanhamento. Não há um levantamento sobre o número de apenados beneficiados.

Os convênios com o Depen somaram R\$ 14.116.715,56. Deste montante, 97,62% foram aplicados em infra-estrutura e equipamentos.

## ■ Violência e Criminalidade

Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado de Santa Catarina foi de 11,14/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 28,91% em relação a 2000<sup>2009</sup>. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, para 2005, a taxa de ocorrências de tentativas de homicídio chegou a 14,3/100 mil habitantes e a de lesões corporais a 464,4/100 mil hab.<sup>2010</sup>



Taxa de homicídios / 100 mil habitantes. Fonte: Datasus

Os crimes violentos contra o patrimônio<sup>2011</sup> alcançaram a cifra de 132,5 registros/100 mil hab, en-

2009 Ministério da Saúde, Datasus.

2010 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

2011 Roubos e extorsões mediante seqüestro

quanto os delitos envolvendo drogas<sup>2012</sup> somaram 50 registros/100 mil hab e os delitos de trânsito<sup>2013</sup>, 210,3 registros/100 mil hab.<sup>2014</sup>

O Banco de Dados do NEV-USP registrou, entre 2005 e 2007, 2 casos de violência policial, sendo 157 o total de vítimas feridas, 3 casos de execuções sumárias com 3 vítimas fatais e 2 feridas e nenhum caso de linchamento.

No dia 31 de maio de 2007, a Polícia Militar da cidade de Florianópolis e manifestantes entraram em confronto num protesto feito por cerca de 3 mil pessoas contra o aumento da tarifa do transporte público da cidade. Para conter os manifestantes, a polícia utilizou bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo. Cinco pessoas ficaram feridas<sup>2015</sup>.

O Banco de Dados do NEV-USP registrou a execução do ex-fiscal da Receita Federal Luis Athayde Pereira da Silva, ocorrida no dia 1º de março de 2006 na cidade Santo Amaro da Imperatriz. Ele foi morto com golpes de barra de ferro na cabeça e depois teve seu corpo queimado por dois seguranças. Estes teriam recebido U\$ 20 mil da namorada da vítima, Vera Lúcia Samagaia, que, de acordo com a hipótese da polícia, ordenou a ação para ficar com dois restaurantes e outros bens do namorado. Ela, no entanto, alegou que não agüentava mais ser maltratada pelo ex-fiscal e por isso teria mandado matá-lo<sup>2016</sup>.

Em junho de 2007, a imprensa publicou que a Polícia Civil da cidade de Lages, em Santa Catarina, localizou a ossada de Leila Chaves Ramos, de 21 anos, desaparecida desde julho de 2005. As investigações policiais apontavam como agressor o ex-namorado, não identificado nas notícias, mas sem provas, a polícia não pôde acusá-lo formalmente. No entanto, no dia 22 de junho de 2007, o suspeito agrediu a atual esposa, foi preso, confessou o assassinato e informou onde estava o corpo. O rapaz alegou que temia que a vítima prejudicasse o casamento, então, sentindo-se ameaçado, resolveu matá-la com facadas e golpes de foice<sup>2017</sup>.

Também em 2007, no dia 27 de junho, o professor de educação física e técnico da seleção feminina de handball Florianópolis, Adair José Marcon, de 33 anos, foi morto com quatro tiros na nuca na frente de cerca de 150 alunos, durante os Jogos Escolares de Biguaçu. O motivo do crime seria que Robison Josué Noronha estava transtornado com o fim do namoro com uma secretária da escola e teria se revoltado ao vê-la sentada ao lado do professor. O crime chocou a pequena cidade de Biguaçu, onde foram feitos protestos contra a violência e foram decretados três dias de luto<sup>2018</sup>.

## ■ Conflitos agrários

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 17 áreas de conflito, envolvendo 1401 famílias, em 2005. Em 2006 foram 15 áreas de conflito e 1044 famílias envolvidas. No ano de 2007 foram 7 áreas de conflito somando 2470 famílias envolvidas.

Segundo a CPT, em 2005, eram 10 áreas de ocupação, agrupando 977 famílias. Em 2006 eram 8

2012 Tráfico, uso e porte de drogas

2013 Homicídios culposos e lesões corporais culposas resultantes de acidentes de trânsito

2014 Ministério da Justiça, Senasp, Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, 2006.

2015 O Diário de S. Paulo, 01/06/2007. O Estado de S. Paulo, 01/06/2007.

2016 O Diário de S. Paulo, 11/05/2006.

2017 O Diário de S. Paulo, 26/06/2007.

2018 Folha de S. Paulo, 28/06/2007. O Diário de S. Paulo, 28/06/2007. O Estado de S. Paulo, 28/06/2007.



áreas com 698 famílias. E no ano de 2007 eram 6 áreas com 1370 famílias.<sup>2019</sup> Já a Ouvidoria Agrária contabilizou, em 2005, 4 ocupações de terra, sem registro de mortes. No ano de 2006, registrou-se 4 ocupações de terra, sem mortes. E em 2007, foram 4 ocupações de terra, sem mortes.<sup>2020</sup>

Quanto ao trabalho escravo, em 2006 foram 4 denúncias e 44 trabalhadores libertados. No ano de 2007, registraram-se 3 denúncias e 52 trabalhadores libertados.

## ■ Liberdade política

No dia 11 de novembro de 2005, o delegado Luciano Bottini foi assassinado com dois tiros na cabeça no município de Florianópolis (SC). Segundo as investigações da polícia, o delegado teria sido assassinado por vingança, devido ao seu trabalho na repressão ao tráfico de drogas. Márcio Juliano Passos Rodrigues, André Luiz Laurindo e Thiago Rodrigo da Costa Alexandre de Melo, que na época tinha 17 anos, foram apontados como os autores do crime. Márcio e André foram condenados a 16 e 15 anos em regime fechado, respectivamente. Thiago foi recolhido a um Centro de Internação.<sup>2021</sup>

## ■ Liberdade de imprensa

Maurício Melato Barth, redator e proprietário do jornal Infobairros em Itapema, foi vítima de um atentado ocorrido em 23 de março de 2005. Dois indivíduos com os rostos cobertos o esperavam em frente da sua casa. Barth foi atingido por três tiros, dois deles na perna. O jornalista havia feito várias investigações em seu jornal sobre casos de corrupção local, como algumas irregularidades de gestão cometidas por políticos da cidade. Após ter saído do hospital Maurício Melato Barth e sua família mudaram de residência, e o mesmo teve que passar por um período de reabilitação. Os diagnósticos médicos afirmaram que ele só voltaria a andar depois de quinze meses.

Em 9 de fevereiro de 2007 o jornal Gazeta de Joinville foi proibido por uma jurisdição de Santa Catarina de publicar qualquer artigo que fizesse menção aos nomes de prefeito, Marco Tebaldi, de sua mulher e da ex-miss Brasil, Taiza Thomsen. O jornal mencionou um romance entre o prefeito e a ex-miss. A “censura preventiva” e a multa, também preventiva, de cerca de 258 reais por dia, foram as determinações da Justiça.<sup>2022</sup>

## ■ Crianças e adolescentes

A população do estado de Santa Catarina é composta por 29,3% de crianças e adolescentes<sup>2023</sup>. O Índice de Desenvolvimento Infantil do estado é de 0,828, considerado alto. Existem 23,2% de crianças vivendo em famílias com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, 14,5% de crianças de 10 a 15 anos trabalhando, e uma taxa de sub-registro de -0,6%.<sup>2024</sup>

A proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas é de 0,9% e a taxa<sup>2025</sup> de mortalidade entre

2019 Comissão Pastoral da Terra (<http://www.cptnac.com.br/>). Último acesso em setembro, 2008.

2020 Ministério do Desenvolvimento Agrário - Ouvidoria Agrária (<http://www.mda.gov.br/ouvidoria/index.php?scoid=1935>)

2021 A Notícia, 13/11/2005, <http://www1.an.com.br/2005/nov/13/index.htm>. Tribuna Catarinense, 14/04/2007, [http://www.jornaltribuna.com.br/policial.php?id\\_materia=23444](http://www.jornaltribuna.com.br/policial.php?id_materia=23444)

2022 Repórteres sem fronteira (<http://www.rsf.org>)

2023 Entre 12 e 18 anos de idade.

2024 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

2025 Por mil nascidos vivos



crianças menores de 5 anos é de 19,0%<sup>2026</sup>. Entre os jovens menores de 19 anos, 4,6% morrem vítimas de homicídio<sup>2027</sup>.

No estado há 305 conselhos tutelares, 255 conselhos municipais de direitos da criança e do adolescente, 01 promotoria da infância e juventude<sup>2028</sup>, e 02 Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente<sup>2029</sup>. Não foi possível encontrar cadastro de nenhuma vara da infância e juventude no estado<sup>2030</sup>.

Em 2006, havia 272 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado, sendo que a taxa de internação com relação a 2004 teve um decréscimo de 21,7%. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 3,64/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 261 adolescentes cumprindo medidas na capital<sup>2031</sup>.

## ■ Mulheres

Em 2006, as mulheres representam aproximadamente 51,05% da população de Santa Catarina, sendo que a esperança de vida ao nascer deste grupo era de 78,40 anos. Das famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, 15% tinham mulheres como pessoa de referência<sup>2032</sup>.

O estado tinha 12 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 2 Centros de Referência; 3 Casas Abrigo; 3 varas adaptadas para situações de violência doméstica e 5 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher<sup>2033</sup>. Os convênios com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres somam, no período de 2005 a 2007, um total de R\$1.594.299,65<sup>2034</sup>.

## ■ Idosos

A população de Santa Catarina é composta por 10,1% de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Destas, 16,1% tem menos de um ano de estudo ou não tem instrução, e 3,9% residem em domicílios cuja renda média per capita é de até ½ salário mínimo. No estado a proporção de pessoas com mais de 60 anos ocupadas<sup>2035</sup> é de 4,0%<sup>2036</sup>.

2026 UNICEF, Situação Mundial da Infância Caderno Brasil 2008.

2027 Banco de Dados NEV-USP (Datusus)

2028 Foram consideradas apenas as promotorias específicas da infância e juventude e os centros de apoio operacional.

2029 Ministério da Justiça, Senasp, Relatório Descritivo - Pesquisa do Perfil Organizacional das Delegacias Especializadas da Criança e do Adolescente (2004/2006).

2030 Foram contabilizados apenas os órgãos classificados como varas especializadas para infância e juventude, excluídas as varas únicas ou as indicações de comarca. CECRIA - [http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res\\_estatistica.asp](http://www.cecria.org.br/recria/sistema/asp/res_estatistica.asp). Acesso em: 19/12/2008.

2031 SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ([http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias\\_AneXos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/Noticias_AneXos/tabela%202006%20consolidada%20P%20e%20B.xls))

2032 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

2033 Secretaria Especial de Política para Mulheres SEPM ([http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento\\_mulher.php](http://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php))

2034 SEPM - [http://200.130.7.5/spmu/portal\\_pr/convencios\\_aplic\\_recursos\\_pr.htm](http://200.130.7.5/spmu/portal_pr/convencios_aplic_recursos_pr.htm). Para o ano de 2006 não foi considerado o valor investido como contrapartida pelo estado.

2035 Entre o total de pessoas de 10 ou mais anos de idade ocupadas

2036 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.



## ■ Afro-descendentes

Em Santa Catarina, 2,7% da população se declara preta. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 ou mais anos de idade deste grupo é de 12,6%, sendo que entre a população branca esta taxa é de 4,2%. A média de anos de estudo entre os pretos e pardos é de 6,7 e o rendimento mensal médio é de 2,2 salários mínimos, enquanto entre os brancos estes números são de 8,5 e 3,4, respectivamente<sup>2037</sup>.

## ■ Indígenas

Santa Catarina conta com 1,98% do total da população indígena brasileira. Isso equivale a 14.542 habitantes<sup>2038</sup>. No estado, encontramos quadro povos<sup>2039</sup>.

Nome	Outros nomes ou grafias	Família/Língua
Kaingang	Guayanás	Jê
Guarani Mbya	Guarani M'byá	Tupi-Guarani
Xokleng	bugres, botocudos, Aweikoma, Xokrén, Kaingang de Santa Catarina, Aweikoma-Kaingang, Laklanõ	Jê
Guarani Ñandeva	Ava-Chiripa, Ava-Guarani, Xiripa, Tupi-Guarani	Tupi-Guarani

O Estado apresenta a seguinte situação em termos de caracterização de terras indígenas<sup>2040</sup>:

Situação Jurídica das Terras Indígenas	Quantidade
<b>Declaradas</b>	09
<b>Em Identificação</b>	02
<b>Homologadas</b>	05
<b>Identificada / Aprovada / Sujeita a Contestação</b>	02
<b>Reservada</b>	01

2037 IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores, 2006.

2038 Conselho Indigenista Missionário Cimi (<http://www.cimi.org.br>), consultado em 11 de outubro de 2009.

2039 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado em 11 de outubro de 2009.

2040 Instituto Sócio Ambiental ISA (<http://www.socioambiental.org>), consultado dia 27 de outubro de 2008.



Em Santa Catarina ainda persiste uma forte pressão de empresários e políticos contra a demarcação de terras indígenas no estado. Os processos de demarcação continuam parados e a Funai propôs a redução da terra indígena Morro Alto, do povo Guarani.<sup>2041</sup> Em 2003, foi criado o GT para identificação das terras indígenas dos Guarani no Morro Alto. Até 2007 os estudos e a delimitação territorial não haviam sido concluídos e o processo de demarcação das terras Morro dos Cavalos, dos índios Guarani/ Guarani MBYA, encontrava-se paralisado.<sup>2042</sup>

Em 2006, os índios Guarani foram agredidos por agricultores armados durante a retomada que fizeram de sua terra nos municípios de Cunha Porá e Saudades. Os fazendeiros atearam fogo ao redor do acampamento.<sup>2043</sup>

As terras indígenas do Morro dos Cavalos foram atingidas pela duplicação da BR- 101, como medida compensatória a comunidade indígena Guarani foi assentada em outra localidade do estado. Teria ocorrido uma campanha preconceituosa contra a transferência dos índios por parte da imprensa local e da diretoria do sindicato dos trabalhadores rurais. Em 2007, a Funai criou um GT para intermediar os reassentamentos.<sup>2044</sup>

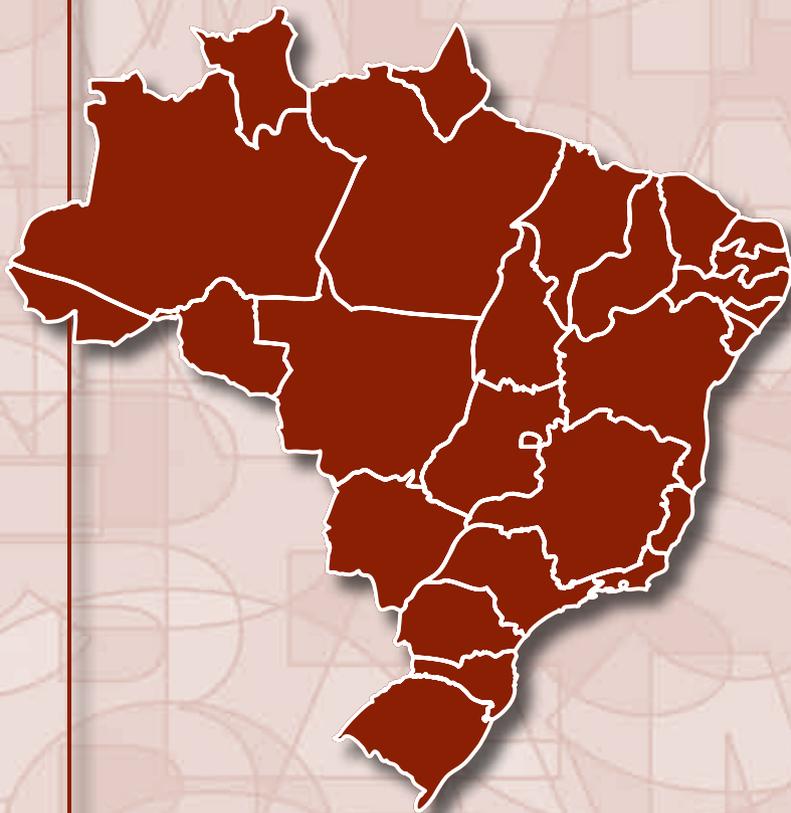
Em 2006, cerca de 36 índios Xokleng ocuparam a sede da Funasa, em Florianópolis, como forma de protesto à falta de recursos à saúde indígena. Os índios acusaram a Funasa de não garantir os convênios que foram estabelecidos com o Projeto Rondon. Teria sido repassado para o projeto apenas 50% do valor assinado, o que comprometia a contratação de médicos, dentistas e enfermeiros.<sup>2045</sup>

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) vem denunciando há vários anos ao Ministério Público Federal (MPF) a situação de fome nas aldeias Guarani, do norte do estado de Santa Catarina. O Relatório Nacional para os Direitos Humanos à Alimentação Adequada, à Água e à Terra Rural as aldeias apontou que cerca de 42,85% das crianças estão com o que se chama de risco nutricional, ou desnutrição moderada. Conforme este relatório, o grande problema é a falta de regularização fundiária. Os índios dispõem de pouca terra para plantação e a terra utilizada é fraca, não fornecendo o alimento adequado para toda a comunidade. Essa localidade apresenta uma forte pressão contra a demarcação das terras indígenas composta por empresários, prefeitos, vereadores, deputados e outros.<sup>2046</sup>

- 
- |      |                                               |                                                       |                                                                       |
|------|-----------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| 2041 | Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil | Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário | Cimi ( <a href="http://www.cimi.org.br">http://www.cimi.org.br</a> ). |
| 2042 | Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil | Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário | Cimi ( <a href="http://www.cimi.org.br">http://www.cimi.org.br</a> ). |
| 2043 | Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil | Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário | Cimi ( <a href="http://www.cimi.org.br">http://www.cimi.org.br</a> ). |
| 2044 | Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil | Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário | Cimi ( <a href="http://www.cimi.org.br">http://www.cimi.org.br</a> ). |
| 2045 | Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil | Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário | Cimi ( <a href="http://www.cimi.org.br">http://www.cimi.org.br</a> ). |
| 2046 | Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil | Relatório 2006-2007, Conselho Indigenista Missionário | Cimi ( <a href="http://www.cimi.org.br">http://www.cimi.org.br</a> ). |



# **O BRASIL NO SISTEMA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**



# O Brasil no Sistema Internacional de Direitos Humanos

## O Sistema da Organização das Nações Unidas

### INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

O Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes foi assinado em 2003 e ratificado em 2006 pelo Estado brasileiro e editado pelo Decreto 6.085 de 19 de abril de 2007. O Protocolo estabelece um sistema de visitas regulares a unidades de privação de liberdade, efetuadas de forma complementar por organizações nacionais e internacionais. Apesar da ratificação do protocolo, o Brasil ainda precisa estabelecer os mecanismos nacionais independentes para a prevenção da tortura previstos nesse instrumento.

O Brasil ainda não ratificou a Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, de 1990, isso impede que o país seja submetido à análise pelo Comitê dos Trabalhadores Migrantes<sup>2047</sup>. Além disso, o Brasil também não ratificou os protocolos opcionais do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos nem a Convenção para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimentos Forçados e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiências (ambos de 2007)<sup>2048</sup>.

Em 2005 o Brasil apresentou o segundo relatório sobre a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos no país.<sup>2049</sup>

Os Comitês de Tratados têm a prerrogativa de analisar os Estados-partes que ratificaram as Convenções com o objetivo de verificar se eles estão cumprindo suas determinações. O Brasil ratificou a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em 1984, e a Convenção contra Tortura e outras formas de Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 1989, o que permitiu que o país fosse analisado pelos respectivos comitês de ambas as convenções em 2007.<sup>2050</sup>

O Comitê contra a Tortura (CAT) visitou o Brasil em 2005 após receber denúncias de organizações não governamentais acerca de casos de tortura, principalmente em estabelecimentos prisionais. A visita foi realizada em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Brasília, onde foram visitados centros de detenção. Em 23 de novembro de 2007 a CAT apresentou o relatório da visita durante sua 39ª Sessão. Dentre outros destaques, a CAT apontou para as condições precárias das detenções, a prática sistemática da tortura por agentes policiais e penitenciários, e a impunidade com relação aos casos de tortura.<sup>2051</sup>

2047 Anuário Direitos Humanos: o Brasil na ONU. Conectas Direitos Humanos, pg. 64, 2007.

2048 Anuário Direitos Humanos: o Brasil na ONU. Conectas Direitos Humanos, pg. 65, 2007.

2049 <http://www.familianotadez.com.br/content/noticias.asp?id=17237>, 26/10/2005

2050 Anuário Direitos Humanos: o Brasil na ONU. Conectas Direitos Humanos, pg. 66, 2007.

2051 Anuário Direitos Humanos: o Brasil na ONU. Conectas Direitos Humanos, pg. 70, 2007.

## ■ Relatores Especiais

Em novembro de 2007 esteve no Brasil o relator especial da ONU para Execuções Sumárias, Philip Alston. O relator visitou São Paulo, Recife, Brasília e Rio de Janeiro. Durante as visitas, Alston se encontrou com autoridades e organizações da sociedade civil. O governador do Rio de Janeiro se recusou a receber o relator.<sup>2052</sup>

Em dezembro de 2007 o Brasil recebeu a visita da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Louise Arbour. A Alta Comissária esteve em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro e reuniu-se com autoridades e representantes de organizações da sociedade civil para averiguar a situação dos direitos humanos.<sup>2053</sup>

## ■ O Sistema Interamericano de Direitos Humanos

### INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS

**O** Brasil ratificou a Convenção Interamericana contra a Corrupção (CICC), mas ela foi realizada com reservas aos artigos XI, 1, c. no momento do depósito da ratificação em 21 de abril de 2006: “I. A fim de impulsionar o desenvolvimento e a harmonização das legislações nacionais e a consecução dos objetivos desta Convenção, os Estados Partes julgam conveniente considerar a tipificação das seguintes condutas em suas legislações e a tanto se comprometem: c. toda ação ou omissão realizada por qualquer pessoa que, por si mesma ou por interposta pessoa, ou aluando como intermediária, procure a adoção, por parte da autoridade pública, de uma decisão em virtude da qual obtenha ilícitamente, para si ou para outrem, qualquer benefício ou proveito, haja ou não prejuízo para o patrimônio do Estado”.<sup>2054</sup>

A Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, adotada em sessão realizada em Belém do Pará em 1994 ainda não foi ratificada pelo Brasil.

## ■ Relatores Especiais

Em 23 de junho de 2005, o Relator Especial para os Direitos das Pessoas Privadas de Liberdade, Comissionado Florentín Meléndez veio ao Brasil realizar uma visita ao Complexo Tatuapé da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de São Paulo - FEBEMSP (atual Fundação CASA) com o objetivo de dar seguimento as medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em benefício dos adolescentes abrigados naquela unidade. Na ocasião da visita, o Relator se reuniu com os co-peticionários das medidas e com representantes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH/PR). Também se reuniu com autoridades da Fundação CASA. Durante visita às unidades do Complexo, o Relator entrevistou individual e coletivamente os adolescentes. No dia 8 de outubro de 2005 a CIDH apresentou à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CortIDH) uma solicitação de medidas provisionais com o propósito de que o Estado brasileiro proteja a vida e a integridade pessoal dos adolescentes abrigados no Complexo Tatuapé. As medidas foram outorgadas pela CortIDH mediante Resolução de 17 de novembro de 2005 e reiteradas mediante Resolução de 30 de novembro de 2005.<sup>2055</sup>

2052 [http://direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=4168&Itemid=2](http://direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4168&Itemid=2), 05.11.07

2053 Anuário Direitos Humanos: o Brasil na ONU. Conectas Direitos Humanos, pg. 73, 2007.

2054 <http://www.oas.org/juridico/spanish/firmas/b-58.html>

2055 <http://www.cidh.org/annualrep/2005sp/cap.2a.htm#D>

---

O Relator retornou ao Brasil em setembro de 2006 e se limitou a visitar o estado de São Paulo, para verificar a situação das pessoas privadas de liberdade beneficiárias de medidas provisionais ordenadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Relator visitou o Complexo Tatuapé da FEBEM com o objetivo de acompanhar “in loco” se o Estado estava cumprindo as medidas. Visitou também a Penitenciária “Dr. Sebastião Martins Silveira” (Penitenciária de Araraquara) e a Penitenciária I de Serra Azul, com objetivo de obter informações e entrevistar os beneficiários das medidas e seus familiares a fim de proporcionar à Corte Interamericana elementos relevantes a respeito da situação dos casos em audiência posterior.<sup>2056</sup>

A Comissão Interamericana criou a Relatoria Especial sobre os Direitos das Pessoas Afro-descendentes e sobre a Discriminação Racial durante o 122º período de sessões, cujo primeiro ano de funcionamento foi proporcionado pelo Governo brasileiro por meio de financiamento. A função do Relator Especial consiste em dedicar e estimular, sistematizar, reforçar e consolidar a participação na Comissão em favor dos afro-descendentes e contra a discriminação racial. O objetivo é eliminar todas as formas de discriminação racial, analisar as condições atuais dos países da região, formular recomendações para superar obstáculos. Como parte de suas atividades, de 30 de junho a 7 de julho de 2005, o Relator Especial Clare K. Roberts visitou o Brasil após convite oficial do Governo brasileiro. Ele visitou Brasília, Salvador e São Paulo. Durante esta visita, o Relator participou da Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e se reuniu com autoridades e representantes da sociedade civil, principalmente representantes do Movimento Negro.<sup>2057</sup>

Nos dias 21 e 22 de agosto de 2007, na cidade de São Paulo, foram realizadas reuniões de trabalho com o Relator sobre os Direitos da Crianças e Adolescentes, Paulo Sérgio Pinheiro, com o objetivo de elaborar o Informe Temático sobre Justiça Juvenil nas Américas e que busca identificar os obstáculos e potencialidades que se encontram nos sistemas nacionais de justiça especializada. As reuniões foram compostas por experts da região, representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e representantes da sociedade civil. Durante as atividades no Brasil, a delegação realizou visitas ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA Interlagos) e a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED).<sup>2058</sup>

## ■ Casos na CIDH/OEA

Em 1998, o CEJIL-Brasil (Centro para a Justiça e o Direito Internacional) e o CLADEM-Brasil (Comitê Latino-americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), juntamente com a vítima Maria da Penha Maia Fernandes, encaminharam à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA) petição contra o Estado brasileiro, relativa ao caso de violência doméstica por ela sofrida (caso Maria da Penha n.º 12.051). Penha sofreu uma tentativa de homicídio por parte de seu marido, que atirou em suas costas, deixando-a paraplégica. Desde 1983, época em que a tentativa de homicídio ocorreu, o agressor ficou impune sem nenhuma condenação. Diante disso, os peticionários CEJIL e CLADEM apresentaram o caso à CIDH e denunciaram a tolerância da violência doméstica contra Maria da Penha por parte do Estado brasileiro, pelo fato de não ter adotado, por mais de quinze anos, medidas efetivas necessárias para processar e punir o agressor, apesar das denúncias da vítima.<sup>2059</sup>

---

2056 <http://www.cidh.org/annualrep/2006sp/cap2.2006.sp.htm#Visitas>

2057 <http://www.cidh.org/annualrep/2005sp/cap.2a.htm#D>

2058 <http://www.cidh.org/annualrep/2007sp/cap2.2sp.htm>

2059 <http://www.cidh.org/annualrep/2000sp/capituloiii/fondo/brasil12.051.htm>

A utilização deste instrumento internacional se mostrou decisiva para que o processo fosse concluído no âmbito nacional e, posteriormente, para que o agressor fosse preso, em outubro de 2002. O caso motivou, no ano de 2006, a formulação da Lei Maria da Penha, Lei 11.340/06, que alterou o Código Penal em favor das mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Desde sua entrada em vigor, o agressor passou a poder ser preso em flagrante ou preventivamente, e o tempo máximo de permanência na prisão aumentou de um para três anos.<sup>2060</sup>

Em agosto de 2003 a CIDH instaurou o caso sobre a morte de crianças cujos corpos foram encontrados com sinais de tortura, tendo seus órgãos genitais extirpados, episódio conhecido como “Meninos Emasculados do Maranhão”. A petição foi enviada pelas organizações Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes Padre Marcos Passerini (CEDECA) e a Justiça Global. Em 2006 foi assinado o acordo de solução amistosa referente ao caso dos meninos emasculados no Maranhão, firmado no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O acerto está estruturado em quatro pontos: julgamento e punição dos responsáveis, reconhecimento de responsabilidade, reparações dos danos, e elaboração de políticas públicas para que violações de direitos dessa natureza não se repitam.<sup>2061</sup>

## ■ Casos contenciosos

Em 2000, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) declarou admissível o caso de Gilson Nogueira de Carvalho, advogado do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Rio Grande do Norte (CDHMP), que denunciou ação de um grupo de extermínio conhecido como “Meninos de Ouro” que apresentava um policial no seu comando. Após receber diversas ameaças de morte, o advogado Gilson Nogueira foi executado. A petição foi encaminhada pelas organizações não governamentais CDHMP e Justiça Global. Em 2005 a CIDH encaminhou o caso para a Corte Interamericana de Direitos Humanos que, no ano de 2006 emitiu a sentença sobre preliminares e fundo, mediante a qual não ficou demonstrado que o Estado violara os direitos, as garantias e a proteção judicial asseguradas pelos artigos 8º e 25º da Convenção Americana (referentes às garantias e proteção judicial, respectivamente), e decidiu arquivar o caso.<sup>2062</sup>

Em 2003 a CIDH admitiu o caso de Damião Ximenes Lopes, portador de transtorno mental, atacado por funcionários da Casa de Repouso Guararapes, a única clínica psiquiátrica da região de Sobral, Ceará. Em decorrências das torturas e agressões sofridas, Damião Ximenes morreu durante tratamento psiquiátrico. Conforme os peticionários, a organização Justiça Global e a família da vítima, não houve investigação e garantias judiciais, levando o caso a impunidade. O caso foi encaminhado para a Corte pela CIDH em 2005 e, em 2006, a Corte condenou o Brasil e na sentença declarou “que o Estado não proporcionou aos familiares de Ximenes Lopes um recurso efetivo para garantir acesso à justiça, a determinação da verdade dos fatos, a investigação, identificação, o processo e, (...), a punição dos responsáveis pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial”<sup>2063</sup>.

2060 <http://www.cidh.org/comunicados/spanish/2006/30.06esp.htm>

2061 <http://www.cidh.org/annualrep/2006sp/Brasil12426sp.htm>

2062 <http://www.cidh.org/annualrep/2006sp/cap3e1.2006.sp.htm>

2063 <http://www.cidh.org/annualrep/2006sp/cap3e1.2006.sp.htm>

---

## ■ **Petições admitidas pela CIDH – 2006<sup>2064</sup> – 2007**

### ■ **Medidas Cautelares 2006**

Em fevereiro de 2006 a CIDH concedeu medidas cautelares em favor dos adolescentes internos do Centro de Atenção Juvenil Especializado (CAJE), localizado na cidade de Brasília, Distrito Federal. Conforme a denúncia, desde 1992 esses adolescentes sofreram violações e muitos morreram em decorrência das condições de internação desse local. Entre 1997 e 1998 morreram nove adolescentes nessa unidade. De 2003 a 2004 foram somados mais cinco adolescentes mortos. Em 2005 o corpo do adolescente Iván Marques foi encontrado com marcas de tortura.<sup>2065</sup>

Ainda em fevereiro de 2006, a CIDH concedeu medidas cautelares para proteger a vida e a integridade física de Maria Aparecida Denadai e seus filhos em razão de ter sido testemunha do assassinato do irmão Marcelo Denadai, beneficiado com medidas cautelares da CIDH em 24 de junho de 1999. Maria Aparecida encontrava-se em situação de risco no Espírito Santo, já que outras testemunhas do homicídio de seu irmão foram assassinadas. O advogado Joaquim Marcelo Denadai foi morto a tiros no dia 15 de abril de 2002, um dia antes de encaminhar à Justiça uma denúncia envolvendo pessoas no crime organizado no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.<sup>2066</sup>

Em outubro do mesmo ano, a CIDH outorgou medidas cautelares a favor de aproximadamente 400 pessoas presas nas carceragens do 76º Distrito Policial, em Niterói, Rio de Janeiro. Conforme as denúncias, as 400 pessoas detidas estavam presas em um local com capacidade para abrigar 140 pessoas. Além da superlotação, os presos provisórios encontravam-se misturados com presos condenados.<sup>2067</sup>

### ■ **Medidas Cautelares 2007**

Em outubro de 2007 a CIDH outorgou medidas cautelares a favor dos adolescentes internos detidos no Centro de Detenção Provisória do Guarujá, no Estado de São Paulo. Conforme a denúncia, o estabelecimento destinado a receber adultos estava abrigando adolescentes, contrariando todas as normativas de direitos humanos, tanto no plano internacional quanto nacional.<sup>2068</sup>

### ■ **Medidas Provisionais**

Entre janeiro e junho de 2002, 37 detentos haviam sido brutalmente assassinados por outros detentos da Casa de Detenção “José Mario Alves da Silva” (conhecido como “Presídio Urso Branco”), em Porto Velho-RO. Outros presos continuavam ameaçados. A CIDH apresentou suas observações periódicas em relação às medidas tomadas em favor dos presos do Urso Branco, com objetivo de evitar as mortes dos internos, em junho 2002. Durante o ano de 2007 a Comissão apresentou informações e observações em relação às medidas provisionais em favor dos detentos do “Urso Branco” com objetivo de evitar novas mortes.<sup>2069</sup>

---

2064 Os casos brasileiros em que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos outorgou medidas cautelares em relação ao ano de 2005 estão presentes no 3º Relatório Nacional de Direitos Humanos.

2065 <http://cidh.oas.org/annualrep/2006sp/cap3.1.2006.sp.htm>

2066 <http://cidh.oas.org/annualrep/2006sp/cap3.1.2006.sp.htm>

2067 <http://cidh.oas.org/annualrep/2006sp/cap3.1.2006.sp.htm>

2068 <http://cidh.oas.org/annualrep/2007sp/cap3c1.sp.htm>

2069 <http://cidh.oas.org/annualrep/2007sp/cap3E1.sp.htm>

Em fevereiro de 2004, adolescentes transferidos para a unidade do Complexo Tatuapé da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM/SP, atualmente chamada Fundação CASA, foram submetidos a torturas e maus tratos pelos funcionários. O caso foi encaminhado para a Comissão, que no mesmo ano outorgou medidas cautelares a favor dos adolescentes por entender que os adolescentes se encontravam em situação de perigo iminente de vida e integridade pessoal por ação dos funcionários da FEBEM. Em 2005, a Corte Interamericana outorgou medidas provisionais e resolveu requerer que o Estado adote de forma imediata as medidas necessárias para proteger a vida e a integridade pessoal de todos os adolescentes residentes no Complexo Tatuapé, assim como todas as pessoas que lá trabalham.<sup>2070</sup>

Em 2006, cerca de 1.500 detentos presos na Penitenciária de Araraquara, São Paulo, encontravam-se confinados naquele presídio em um pátio aberto e expostos à violência de policiais encapuzados que vigiavam as muralhas e que ameaçavam disparar contra os detentos balas de borracha e de chumbo. No mesmo ano a CIDH solicitou que a Corte Interamericana impusesse medidas provisórias. A CIDH encaminhou o caso para a Corte que emitiu medidas provisionais para o Estado brasileiro e ditou uma resolução em que reiterou a sua responsabilidade com todas as pessoas que estavam privadas de liberdade em Araraquara, independente de terem sido transferidas para outras unidades prisionais. Durante o ano de 2007, a Comissão apresentou observações aos informes do Estado brasileiro sobre o cumprimento das medidas ditados pela Corte.<sup>2071</sup>

## ■ Casos Admitidos 2006

Em 2001, a Justiça Global, os representantes das Comunidades Samucangaua, Iririzal, Ladeira, Só Assim, Santa Maria, Canelatiua, Itapera e Mamuninha, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), Centro de Cultura Negra - Maranhão (CCN), Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), e Global Exchange encaminharam uma petição à CIDH denunciando a destruição sociocultural e a violação do direito à terra das comunidades tradicionais de Alcântara, região do Maranhão, e responsabilizaram o estado brasileiro. Em 2006 o caso foi admitido pela CIDH por entender que o Estado brasileiro violou artigos da Convenção Americana e por preencher os requisitos de admissibilidade em conformidade com os artigos 46º e 47º da Convenção.<sup>2072</sup>

O Instituto da Mulher Negra (Geledés) encaminhou para a CIDH, em 2003, o caso ocorrido em 1998, quando as Sras. Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira, ambas negras, sofreram discriminação racial durante procura de emprego. As vítimas denunciaram os fatos e durante a fase processual o juiz julgou improcedente a ação penal sob a justificativa de “resta dúvidas a respeito da verdadeira conduta do réu”. Após avaliação acerca dos requisitos, a CIDH admitiu o caso em 2006.<sup>2073</sup>

Em 2005 a CIDH admitiu os casos de Sétimo Garibaldi e sobre Interceptação de linhas telefônicas das organizações sociais. O primeiro caso corresponde ao assassinato de Garibaldi por um grupo de aproximadamente 20 pistoleiros durante uma desocupação de famílias de trabalhadores rurais sem terra em uma ocupação localizada no município de Querência do Norte, Estado de Paraná. O segundo caso diz respeito a interceptação e monitoramento ilegal de linhas telefônicas de membros das organizações sociais e das cooperativas associadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) pela Polícia Militar do Estado do Paraná. Em 2007 a CIDH encaminhou o caso de Sétimo Garibaldi para a Corte que solicitou

2070 <http://cidh.oas.org/annualrep/2007sp/cap3E1.sp.htm>

2071 <http://cidh.oas.org/annualrep/2007sp/cap3E1.sp.htm>

2072 <http://www.cidh.org/annualrep/2006sp/Brasil555.01sp.htm>

2073 <http://www.cidh.org/annualrep/2006sp/Brasil1068.03sp.htm>

---

a responsabilidade internacional do Estado brasileiro com relação ao caso, no qual descumpriu os artigos 8º e 25º – o direito ao devido processo legal e proteção judicial respectivamente - ambos da Convenção Interamericana de Direitos Humanos.<sup>2074</sup>

Em 2006, o Conselho Indigenista de Roraima (CIR), a Comissão de Direitos Humanos da Diocese de Roraima, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e CEJIL encaminharam uma petição à CIDH denunciando as violações sofridas pela comunidade indígena de Ananás e de religiosos e responsabilizando o Estado brasileiro. A Comissão decidiu notificar as partes e fazer público a admissibilidade do caso pela violação dos artigos da Convenção Americana.<sup>2075</sup>

Em 2005 os peticionários Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra da Paraíba (CPT/PB) e a Dignitatis – Assessoria Técnica Popular, encaminharam à CIDH denúncia sobre o assassinato do Sr. Manoel Luiz Da Silva, trabalhador rural sem terra assassinado na Fazenda Engenho Taipu, no Estado de Paraíba, Brasil. A fazenda encontrava-se num processo de expropriação por causa da utilidade pública e para fins de reforma agrária. Os fatos foram denunciados a polícia, que até aquela data nada havia esclarecido, nem tampouco com relação aos responsáveis. A CIDH admitiu o caso em 2006 já que correspondia aos requisitos da Convenção Interamericana.<sup>2076</sup>

## ■ Casos Admitidos 2007

Em fevereiro de 1999, a CIDH recebeu denúncia das organizações não governamentais CEJIL, Centro de Direitos Humanos Enrique Trindade e da Comissão Pastoral da Terra. Conforme a denúncia, em novembro de 1982, Henrique Trindade foi assassinado no município de Alto Paraguai, Brasil, por um grupo de 6 (seis) pessoas. A investigação policial a respeito dos fatos foi realizada, entretanto, a parte processual permaneceu paralisada. Em 2007, a Comissão Interamericana entendeu que o Estado brasileiro violou artigos da Convenção Interamericana de Direitos Humanos com relação à morosidade da justiça interna.<sup>2077</sup>

Em 2002, um micro-ônibus com 12 pessoas, supostamente integrantes da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), foi interceptado pela Polícia Militar, na altura da praça de pedágio de Itu. Os integrantes do veículo foram executadas por uma operação da Polícia Militar na Rodovia José Ermírio de Moraes (Castelinho). Na operação, planejada com a ajuda de presos retirados das penitenciárias e infiltrados em organizações criminosas, mais de 100 policiais militares participaram da ação. O caso foi encaminhado para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2007 que entendeu que o caso apresentava os requisitos necessários para sua admissibilidade.<sup>2078</sup>

Denúncia de assassinatos de líderes políticos ocorridos e que permanecem impunes. Edil Ariomar Oliveira Rocha foi assassinado em 1998, e o Coordenador do Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu em Altamira, estado do Pará, Ademir Federicci, morto em 2001. A CIDH entendeu que o caso preenchia os requisitos para sua admissão em 2007.<sup>2079</sup>

Denúncia da execução de Srta. Márcia Barbosa de Souza, cujo corpo foi encontrado sem vida num terreno baldio no Altiplano do Cabo Branco, nas imediações da cidade de João Pessoa, estado da Paraíba, em 18/06/1998. Teve início uma investigação policial que foi concluída em 27 de agosto de 1998. A

---

2074 <http://cidh.oas.org/annualrep/2006sp/Brasil12353sp.htm>

2075 <http://cidh.oas.org/annualrep/2006sp/Brasil62.02sp.htm>

2076 <http://cidh.oas.org/annualrep/2006sp/Brasil641.03sp.htm>

2077 <http://cidh.oas.org/annualrep/2006sp/Brasil641.03sp.htm>

2078 <http://www.cidh.org/annualrep/2007sp/Brasil.12479sp.htm>

2079 <http://cidh.oas.org/annualrep/2007sp/Brasil.170.02sp.htm>

responsabilidade do crime foi atribuída ao deputado estadual Aécio Pereira de Lima, suposto amante da presente vítima. O caso foi encaminhado à CIDH em 2000 e admitido por aquela Comissão em 2007.<sup>2080</sup>

Os Defensores Públicos em exercício do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH) e da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDEDICA) denunciaram, em 2005, a situação em que se encontram jovens internados no Centro de Triagem e Recepção, situado no Rio de Janeiro. A denúncia se referia aos maus tratos e torturas a que eram submetidos estes jovens por funcionários da unidade. Estes fatos foram constatados em visita ao local, em virtude dos quais se instituiu a pertinente denúncia policial. Os inquéritos instaurados não produziram resultados, apresentando os caracteres da situação um atraso injustificado que configura uma condição de impunidade. Em 2007, a CIDH entendeu que o caso preenchia os requisitos para sua admissão.<sup>2081</sup>

Em 2003, a Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco (Amar) e o Conectas encaminharam denúncia à CIDH do caso do adolescente Lazineo Brambilla da Silva, de 16 anos, assassinado com cinco tiros durante tentativa de fuga em massa de adolescentes internos das unidade da FEBEM de Vila Maria. Os disparos saíram de uma arma de calibre 38, e as suspeitas apontaram para o diretor da unidade. A investigação foi arquivada 432 por falta de provas. A CIDH entendeu que o caso preenchia os requisitos para sua admissão, em 2007.<sup>2082</sup>

### O Estado e o cumprimento das recomendações

Caso	Cumprimento total	Cumprimento parcial	Pendente
Informe Nº 54/01 Maria da Penha		X	
Caso 12.051 (Brasil)			X
Informe Nº 55/01 Aluisio Cavalcante e outros			X
Caso 11.286 (Brasil)			X
Informe Nº 23/02 Diniz Bento Da Silva			X
Caso 11.517 (Brasil)			X
Informe Nº 40/03 Parque São Lucas		X	
Caso 10.301 (Brasil)			X
Informe Nº 95/03 José Pereira		X	
Caso 11.289 (Brasil)			X
Informe Nº 32/04 Massacre Corumbiara			X

2080 <http://cidh.oas.org/annualrep/2007sp/Brasil12263p.htm>

2081 <http://cidh.oas.org/annualrep/2007sp/Brasil113.06sp.htm>

2082 <http://cidh.oas.org/annualrep/2007sp/Brasil998.05sp.htm>

<b>Caso 11.556 (Brasil)</b>			X
<b>Informe N° 33/04 Jailton Neri Da Fonseca</b>			X
<b>Informe N° 43/06 Caso 12.426 Ranie Silva Cruz y Caso 12.427 Eduardo Rocha da Silva y Raimundo Nonato Conceição Filho (Brasil)</b>		X	
<b>Informe N° 66/06 Simone André Diniz</b>			X
<b>Caso 12.001 (Brasil)</b>			

Fonte: INFORME ANUAL DE LA COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS 2007  
(<http://www.cidh.org/annualrep/2007sp/cap3d.sp.htm>)

O 4º Relatório Nacional de Direitos Humanos compreende o período de 2005 a 2007. O Relatório segue o padrão dos três anteriores apresentando informações de cada um dos estados brasileiros e Distrito Federal. Os estados estão agrupados por região e antes de serem apresentados os dados sobre cada um deles, foi feita uma pequena condensação de informações regionais com o objetivo de permitir algumas comparações sobre o desempenho que os estados apresentam em relação uns aos outros. Uma Introdução geral sobre o Brasil procurou identificar os principais avanços e obstáculos à proteção e promoção aos direitos humanos no Brasil, bem como estabelecer as linhas básicas de continuidade ou de mudança em relação à situação apresentada nos relatórios anteriores.

O 4º Relatório continua sendo um instrumento de monitoramento da situação dos direitos humanos no Brasil. Desde o Primeiro Relatório, lançado em 1999, tem-se buscado aperfeiçoar a metodologia desse monitoramento, ampliando e diversificando as fontes de informação e, ao mesmo tempo, conservando o padrão de sua distribuição segundo os estados. Tem sido preocupação constante a elaboração de indicadores para o monitoramento dos direitos humanos, que minimamente confirmam transparência e visibilidade à realidade brasileira, além de servir para orientar futuras ações governamentais. A sistematização destas informações, compartilhando de uma mesma metodologia, permitiu a produção de séries históricas que começam a possibilitar o monitoramento da situação dos direitos ao longo do tempo, tanto nacionalmente, como também pelas regiões e estados.

As informações para este Relatório foram coletadas principalmente ao longo de 2008 e trabalhadas para a produção deste Relatório durante o ano de 2009. As equipes do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP) e da Comissão Teotônio Vilela (CTV) buscaram junto aos órgãos do governo federal, aos governos estaduais e junto às organizações da sociedade civil informações sobre a situação geral dos direitos humanos bem como sobre temas específicos. Deve-se mencionar que foi bastante modesto o envio de dados por parte desses órgãos e organizações. No entanto, é necessário reconhecer que, a cada Relatório, tem havido um avanço na produção de dados, especialmente de âmbito nacional, e na sua publicização, principalmente por meios eletrônicos, ainda que estejamos muito longe de ter tais dados produzidos com regularidade e qualidade ao longo do tempo.

Também há alguma variação de profundidade e extensão dos dados apresentados dependendo de publicações ou relatórios temáticos esparsos, que surgem em razão da conjuntura política ou do interesse de alguns centros de pesquisa ou órgãos de governo. Desde o 3º relatório, por exemplo, tem-se procurado, além de monitorar os direitos civis e políticos, ampliar as informações sobre os Direitos Econômicos,

---



Sociais e Culturais. Parte deste esforço somente foi possível em razão da melhora e ampliação de dados disponíveis sobre estes direitos, desagregados pelos estados da federação. Também este é o caso, neste Relatório, do tópico Sistema Prisional, baseado nos Planos Diretores do Sistema Penitenciário, encomendados pelo Ministério da Justiça, que alargou de maneira considerável as informações qualitativas referentes ao tema e sistematizadas para todos os estados. Em contrapartida, para esta edição, ainda que inúmeras organizações tenham sido contatadas, não foi possível encontrar dados sobre Pessoas com Deficiências ou sobre o grupo GLBT que apresentassem dimensões estaduais ou nacional capazes de possibilitar uma perspectiva comparativa como nos demais temas.

Há que se considerar, ainda, que alguns dados foram coletados de órgãos que, a princípio, não seriam suas principais fontes. As informações sobre o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família tiveram como base documento do Tribunal de Contas da União, e não a Caixa Econômica Federal - órgão responsável pelo programa, porque este último só torna públicas as informações referentes aos dois últimos meses anteriores à consulta, enquanto o primeiro órgão apresentou uma análise comparativa entre os estados e entre os anos de 2004 e 2006. Isto também acontece, já há muito tempo, com os dados sobre homicídios, que, ao invés de serem coletados junto às Secretarias de Segurança Pública ou Defesa Social dos estados, que nem sempre sistematizam ou disponibilizam suas estatísticas, tem que ser consultados no sistema Datasus, do Ministério da Saúde, que mantém um controle compulsório e longitudinal das mortes violentas no país. Para o tema Liberdade Política, além das informações serem extremamente escassas, as que conseguem ser levantadas, principalmente por meio da imprensa, precisam de uma análise acurada não só no que se refere à fonte, mas também quanto aos critérios de classificação dos casos e à quantidade de dados disponíveis para estados que têm cobertura eventual por parte dos periódicos consultados.

Ao considerar estas diferenças e limitações, a proposta também é contribuir com reflexões sobre um sistema de monitoramento de direitos humanos no Brasil, que longe de ser definitivo, seja complexo o suficiente para cobrir a dinâmica social do país, sem perder de vista o propósito de aprimoramento não só do sistema em si, mas principalmente das condições de vida dos cidadãos. Entre desconsiderar informações existentes e disponíveis ou utilizá-las de forma ponderada e esclarecida, desde o Primeiro Relatório tem-se optado por esta última alternativa. Fica a critério do leitor e analista as considerações a serem feitas sobre os dados apresentados.



---



## COLABORAÇÃO

---

Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado  
de Segurança Pública

Governo do Estado de Alagoas, Gabinete Civil

Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria  
Geral da Governadoria

Governo do Estado de Roraima, Secretaria  
de Estado da Segurança Pública

Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria  
de Estado de Coordenação e Articulação

Governo do Estado de São Paulo, Secretaria  
da Justiça e da Defesa da Cidadania

Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria  
de Estado do Trabalho, Assistência e  
Desenvolvimento Social



---

## EQUIPE TÉCNICA

---

### **Coordenação Geral**

Nancy Cardia  
Paulo Sergio Pinheiro  
Sérgio Adorno

### **Coordenação de Pesquisa**

Fernando Salla  
Paula Ballesteros  
Renato Alves

### **Pesquisadores**

Aristeu Bertelli  
Bianca Bogginani Cruz  
Cleonice Elias Silva  
Dante Felgueiras  
Gorete Marques  
Hélio Querino de Moraes Jr.  
Marcelo Batista Nery  
Nathália Fraga  
Denise Carvalho  
Maria Cecília França de Abreu  
Roberta Corradi Astolfi

### **Elaboração de texto e redação final**

Fernando Salla  
Paula Ballesteros  
Renato Alves

### **Equipe administrativa**

Adoralina Rodrigues Bruno  
Jucilia A. Pereira  
Margarailza de Jesus Souza  
Sergia Maria de Souza Santos

### **Projeto gráfico e diagramação**

Ou Design e Desenvolvimento

NEV

USP



FAPESP

inct  
instituto nacional  
de ciência e tecnologia

CNPq  
Conselho Nacional de  
Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Ministério da  
Ciência e Tecnologia